

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO**

CLÁUDIA APARECIDA MORAES MARIANO

**HISTÓRIA, TRABALHO, EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DOS
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA EM MONTE
CARMELO – MG 1970/2009**

UBERLÂNDIA

2010

CLÁUDIA APARECIDA MORAES MARIANO

**HISTÓRIA, TRABALHO, EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DOS
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA EM MONTE
CARMELO – MG 1970/2009**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Professor Dr. Carlos Alberto Lucena.

UBERLÂNDIA - MG

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU

M333h Mariano, Cláudia Aparecida Moraes, 1968-
História, trabalho, educação [manuscrito] : um estudo sobre a
formação / qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica de
Monte Carmelo - MG 1970/2009 / Cláudia Aparecida de Moraes
Mariano. - 2010.
281 f. : il.

Orientador: Carlos Alberto Lucena

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Progra-
ma de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Ensino Fundamental - Teses. 2. Ensino Profissional - Monte
Carmelo (MG) - Teses. 3. Trabalho - Monte Carmelo (MG) - Teses. I.
Lucena, Carlos Alberto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Pro-
grama de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 377

CLÁUDIA APARECIDA MORAES MARIANO

**HISTÓRIA, TRABALHO, EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DOS
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA EM MONTE
CARMELO – MG 1970/2009**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Uberlândia, 07 de maio de 2010.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Oto João Petry
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP



Prof. Dr. Antônio de Almeida
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

*Aos meus amores, Hamilton, Igor e Tiago, razões
do meu viver;*

À minha mãe Nadir;

*A toda a minha família e amigos (a), por se
privarem de minha companhia para que eu
pudesse avançar em meus estudos.*

AGRADECIMENTOS

Sou grata a várias pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Entretanto, faz-se necessário um reconhecimento especial:

Ao Professor Carlos Alberto Lucena, pela inestimável orientação e pela compreensão das minhas dificuldades.

Ao professor Antônio de Almeida e à professora Fabiane Santana Previtalli, pelas valiosas contribuições na ocasião da qualificação.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Às colegas Alicia, Patrícia, Vanessa e Antoniette, pelo compartilhar das angústias.

À amiga Euclebes, por ouvir pacientemente minhas lamentações, quando as coisas não davam muito certo.

Ao Paulo Victor, pelo empenho em me ajudar no contato com as empresas e fornecer documentos, fontes e fotos importantíssimos para a realização da pesquisa.

Ao Marcos, por ceder fontes sobre a cidade de Monte Carmelo e sobre a indústria de cerâmica.

À Cynthian, por auxiliar na busca de dados junto às empresas.

A todos que se dispuseram com tanta boa vontade em nos conceder entrevistas.

À professora Sandra Diniz, pela cuidadosa correção desta dissertação.

A CAPES, pelo financiamento da bolsa de estudos fornecida, imprescindível para a realização desta dissertação.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo problematizar a relação histórica entre trabalho e educação tendo como fio condutor das análises a formação/qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo - MG de 1970 a 2009. Realiza um levantamento sobre a história da indústria cerâmica e sua importância para a cidade e região. Tomando como referência categorias dialéticas de análise, resgata aspectos do sistema capitalista de produção, problematiza a venda do trabalho desses trabalhadores e a educação nesse processo. O que se problematiza são as contradições expressas nas possibilidades e limites de atuação da instituição escola nesse processo.

Palavras-chave: trabalho; cerâmicos; capitalismo, educação; Monte Carmelo

ABSTRACT

The aim of this study is to discuss the historical relationship between work and education. It is based on the analysis of workers formation and qualification in Monte Carmelo Ceramic Industry from 1970 to 2009. It is a survey on the Ceramic Industry History and its importance to the region. Taking as reference the analysis dialectic categories, it rescues some aspects of Production Capitalist System and discusses the work sale process as well the education role on it. What is discussed are the expressed contradictions on possibilities and limits of school institution in this process.

Key words: work; ceramic; capitalism, education; Monte Carmelo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Associação Brasileira de Cerâmica
ACEMC	Associação dos Ceramistas de Monte Carmelo
ANICER	Associação Nacional da Indústria Cerâmica
CAIs	Complexos Agroindustriais
CCB	Centro de Cerâmica Brasileiro
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAZ	Fundo de Assistência Social
FINSOCIAL	Fundo de Investimento Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUCAMP	Fundação Carmelitana Marcos Palmério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia
LEMC	Laboratório de Ensaios de Monte Carmelo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODASEC	Programa de Ações Sócio-educativas e Culturais para as Populações Carentes no Meio Urbano
PRODECOR	Programa de Bem Estar do Menor
PRONASEC	Programa de Ações Sócio-educativas e Culturais para as Populações do Meio Rural
SENAI/SP	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEBRAE/MG	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Extração da argila	42
Figura 2 - Transporte da argila	42
Figura 3 - Depósito de argila	42
Figura 4 - Mistura da argila.....	43
Figura 5 - Caixão Dosador Alimentador	43
Figura 6 - Desintegrador	44
Figura 7 - Laminador	44
Figura 8 – Misturador	45
Figura 9 – Maromba	45
Figura 10 - Cortador	46
Figura 11 - Prensa.....	46
Figura 12 – Vagoneta.....	47
Figura 13 - Local de secagem	47
Figura 14 - Fornos.....	48
Figura 15 - Pátio ou depósito	48
Figura 16 - Detector de metais e Rebarbeador	49
Figura 17 - Palets e Impermeabilizador.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 População residente - município de Monte Carmelo.....	74
Tabela 2 Perfil das empresas pesquisadas:.....	106
Tabela 3 Perfil desejado pelos gestores de acordo com as funções existentes dentro das empresas.....	140
Tabela 4 Relação de cursos considerados pos-médio e Ensino superior cursados por alguns trabalhadores.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Quantidade de cerâmicas e olarias registradas junto À Prefeitura de Monte Carmelo, entre 1969 e 2009.....	75
Gráfico 2 Produção física na indústria geral com ajuste sazonal	102
Gráfico 3 Distribuição dos sujeitos por sexo.....	88
Gráfico 4 Distribuição dos sujeitos por idade	88
Gráfico 5 Distribuição dos sujeitos por sexo e por escolaridade	141
Gráfico 6 Distribuição dos sujeitos por escolaridade	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
A INDÚSTRIA DE CERÂMICA EM MONTE CARMELO	33
1.1 Monte Carmelo e a indústria ceramista	34
1.2 Breve relato da História da indústria ceramista	35
1.2.1 O contexto socioeconômico das indústrias de cerâmica estrutural no Brasil	37
1.3 A Importância da Indústria de cerâmica vermelha para o município de Monte Carmelo	39
1.4 A Indústria de Cerâmica em Monte Carmelo no contexto histórico/ político no período de 1964/2009	57
1.4.1 Vinte e um anos de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)	63
1.4.2 Década de 1980 e a “Nova República”	76
1.4.3 Década de 1990 e a reestruturação produtiva no Brasil	80
CAPÍTULO 2	
AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA E SUAS REPERCUSSÕES NO MUNDO DO TRABALHO	85
2.1 Transformações no mundo do trabalho	92
2.1.1 Impactos na Indústria de Cerâmica em Monte Carmelo	100
2.1.2 Perfil da força de trabalho	103
3.1.3 Perfil das empresas	105
3.1.4 Visão empresarial sobre as transformações no mundo do trabalho e mundo ISOS	107
CAPÍTULO 3	
FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES CERÂMICOS E O PAPEL DA INSTITUIÇÃO ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE	111
3.1 A Educação e o papel da instituição escola na contemporaneidade	112
3.2 Relação trabalho/Educação no sistema capitalista de produção	118
3.2.1 Perfil profissional	139
3.2.2 Projetos formativos - Educação formal, não formal e informal e os cursos oferecidos para os trabalhadores da indústria de cerâmica	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

OUTRAS FONTES.....	159
ENTREVISTAS	161
APENDICES	
APENDICE 1 - ENTREVISTAS	165
APENDICE 2 – FORMULÁRIO ENVIADO ÀS EMPRESAS.....	203
ANEXOS	
ANEXO 1 - ATA DA CAMARA MUNICIPAL	213
ANEXO 2 – ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO	223
ANEXO 3 – GESTÃO DE RECURSOS.....	227
ANEXO 4 – DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES	231
ANEXO 5 – METODOLOGIA UTILIZADA NOS PROCESSOS DE TRABALHO ..	253
ANEXO 6 - TREINAMENTO.....	269

INTRODUÇÃO

Os temas referentes às relações entre a Educação, o trabalho e a formação profissional sempre nos inquietaram durante o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Foi nesse ambiente que nos foi propiciada a oportunidade para desenvolver uma pesquisa, financiada pela bolsa de Iniciação Científica oferecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/UFU, no período de 2004 a 2006.

Várias leituras serviram como suporte teórico durante o desenvolvimento da pesquisa. Entre elas, os fragmentos de algumas obras de Marx e Engels como: *Manuscritos econômicos e filosóficos (1844,); O capital (1818-1883); A dialética da natureza (1875, 1876)* e a *Ideologia alemã (1845-1846)*, além de leituras relacionadas às transformações contemporâneas do mundo do trabalho e suas implicações na Educação. Para tanto, tomamos como referência, entre outros, os autores Ricardo Antunes (2004, 2008), Newton Antônio P. Bryan (1997), Octávio Ianni (1996), Pablo Gentili (2001), Gaudêncio Frigoto (1995), François Chesnais (1997), Miguel G. Arroyo (1997), Dermeval Saviani (1987), Atílio Boron (2004) e István Mészáros (2004).

Essas leituras proporcionaram reflexões importantes sobre o nosso futuro acadêmico e profissional. A opção pelo Mestrado foi a oportunidade de aprofundar os estudos sobre a relação histórica entre trabalho e Educação, tendo como recorte a formação dos trabalhadores da indústria de cerâmica na região de Monte Carmelo, em Minas Gerais – MG.

Isso implicou a recuperação de pressupostos referentes ao trabalho e a suas dimensões humanas. Ao longo da História, a humanidade passa por transformações que afetam os processos de trabalho, as relações sociais e educacionais. Essas transformações têm provocado incertezas sobre os destinos da sociedade. A grande crise do capitalismo monopolista, ocorrida no final da década de 1960 e na metade da seguinte, colocou questões fundamentais ao segmento do capitalismo, suas classes sociais, os homens de negócios e os trabalhadores. Mudanças estruturais foram realizadas. O Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial – BM passaram a determinar diretrizes para a Economia e a Educação nos países

subordinados em relação ao desenvolvimento capitalista, afetando a formação dos trabalhadores.

Diante disso, as polêmicas relativas ao que o mercado de trabalho exige da Educação e, ao mesmo tempo, o que ela oferece ao mercado de trabalho se acirram, apontando que diferentes concepções de Educação sinalizam diferentes concepções de sociedade. Um dos dilemas da sociedade atual é saber o que fazer com as pessoas que não conseguem inserir-se no mundo do trabalho e que são obrigadas a sobreviver de forma precária.

Essa questão nos faz pensar em qual seria a melhor forma de trabalhar a Educação: formar-se o indivíduo unilateralmente para conhecer apenas parte do processo de trabalho ou formá-lo maneira integral para que tenha conhecimento do processo como um todo pensando, assim, numa formação integral do ser humano. Entendemos que o aprofundamento de estudos relativos à influência da Educação na formação dos trabalhadores é de extrema importância, especialmente quando é recuperada a centralidade da categoria trabalho. Isso porque as análises das competências que são exigidas dos trabalhadores e, principalmente, as competências que são oferecidas pela escola só podem ser problematizadas quando articuladas às transformações do mundo do trabalho.

Tendo como referência as articulações entre Educação, História e trabalho, propomo-nos a fazer um estudo sobre a formação e qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica na região de Monte Carmelo, no período de 1970 a 2009. Entendemos que a História deles está inserida na dinâmica excludente adotada pelo sistema capitalista assemelhando-se, assim, à situação de miserabilidade de outros milhares de trabalhadores no Brasil e no mundo.

Embora existam alguns trabalhos sobre a indústria de cerâmica em Monte Carmelo, não tomamos conhecimento de nenhum que tenha abordado a questão educacional e a relação Trabalho/Educação numa perspectiva histórica. Isso reforça a relevância deste estudo, visto que se torna importante para entendermos a relação trabalho/Educação em nossa região. Afinal, o que o mercado de trabalho exige da Educação e o que ela oferece como formação ao mercado de trabalho tem tido mais pontos de convergências ou de divergências? Como pensar a Educação: levar em conta apenas os processos de trabalho ou pensar numa formação mais ampla que

envolva também as questões políticas e culturais, entre outras? A Educação (formal e não-formal) contempla a formação do homem para que viva uma verdadeira cidadania? Como as questões anteriores influenciam a formação profissional dos trabalhadores da indústria de cerâmica de Monte Carmelo?

Assim, todo esse contexto nos leva a pensar a formação dos trabalhadores do setor; enfim, o quê e como tem acontecido a relação trabalho/Educação na História da indústria e região? Essa pesquisa problematiza essas questões. Dessa forma, consideramos de extrema importância para a sociedade o debate das transformações e impactos dessa relação, já que estudar a relação histórica entre trabalho e Educação implica verificar as mudanças que ocorrem na sociedade no decorrer da História.

Desenvolvemos um estudo de caso a partir de exames em documentos que nos forneceram informações sobre a formação dos trabalhadores da indústria de cerâmica e outros que permitiram recuperar parte da História da cidade, da indústria de cerâmica e da História econômica da região, quais sejam: levantamento de dados junto às empresas e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; atas da Câmara Municipal, jornais locais, boletins do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cerâmica em Monte Carmelo, documentos fornecidos pela Associação dos Ceramistas, trabalhos de pesquisa referentes à região e à indústria; fizemos uso também de fontes orais: entrevistas com trabalhadores, gestores e historiadores locais.

Rever a trajetória que fizemos durante a pesquisa parece importante, à medida que nos permite visualizar a forma pela qual o objeto foi construído. Haja vista que elaboramos o projeto mediante algumas motivações. A primeira é que a relação trabalho/Educação sempre nos chamou atenção por, pelo menos, dois motivos: o discurso de que por meio da Educação Escolar se resolvem todos os males da sociedade, entre eles, dar garantias de que, estudando-se, consegue-se um bom emprego; e o também discurso de que nosso sucesso ou fracasso depende apenas de nós, já que vivemos em uma democracia que nos garante “direitos e oportunidades iguais”. Esse discurso individualista, típico do sistema capitalista de produção, leva-nos a acreditar que a instituição escola seja responsável por resolver todas as mazelas vividas pela sociedade e que ter uma Educação/formação que nos possibilite conseguir um bom emprego depende apenas de nós, eximindo de

responsabilidades outras instituições sociais que também são responsáveis pela Educação/formação do cidadão trabalhador e desconsiderando as condições econômicas, políticas e culturais características do sistema capitalista de produção.

A segunda motivação é de caráter pessoal, uma vez que nos identificamos com várias situações de opressão e de exploração vivida pelos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo. Não porque tenhamos trabalhado nessa indústria, mas porque a realidade vivida por esses trabalhadores se assemelha à vivida por todos que vendem a sua força de trabalho ao sistema capitalista, no qual me incluo. Além disso, nos traz lembranças de um passado de muitas dificuldades que vivemos em nossa juventude trabalhando como “Boia fria” (trabalhador do campo) no final da década de 1980 em São Gotardo – MG, fazendo colheita de café. Entre essas dificuldades, podemos citar os problemas com o transporte para o local de trabalho, que não oferecia o mínimo de segurança e conforto; assim íamos amontoados e de pé em um caminhão sem cobertura, o que aumentava a sensação térmica, visto que o período de colheita de café acontece em grande parte no inverno (abril a agosto) de cada ano. Outra dificuldade, que inclusive justifica o apelido de “boia fria” é a falta de um local para que se pudesse esquentar a comida; nesse caso, cada trabalhador improvisava como podia para tentar aquecer sua alimentação. Junto a tudo isso, não havia o mínimo de respeito aos direitos dos trabalhadores e às leis trabalhistas; os empresários contavam com a falta de fiscalização e com a grande rotatividade dos trabalhadores, além da falta de organização/união dos mesmos para reivindicarem seus direitos. Entendemos que muitas dessas dificuldades, ainda que de maneira mais amena, ainda hoje são enfrentadas pelos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo, uma vez que ainda têm seus direitos burlados e a maioria das empresas tem uma infraestrutura precária: a maioria das cerâmicas não oferece local apropriado para que os trabalhadores possam fazer as refeições de maneira adequada, principalmente as que se situam na zona rural, o que impossibilita o trabalhador de voltar a casa para fazer as refeições. Sem contar que a fiscalização das empresas, embora tenha aumentado das décadas de 1980 e 1990 para cá, ainda não acontece como deveria e, pelo que verificamos no decorrer da pesquisa, falta também adesão/união da classe para lutar por seus direitos, muitos ainda têm medo de sofrer represálias.

A escolha da indústria de cerâmica em Monte Carmelo se deu pela importância da indústria para a cidade e para a região e pela proximidade da cidade com Uberlândia, onde reside a pesquisadora, com o intuito de favorecer os encaminhamentos para a realização da pesquisa.

Entrevistamos o historiador Marcos Moreira dos Santos, que, além de residir na cidade, escreveu sobre os trabalhadores cerâmicos, material que utilizamos como referência. Nessa oportunidade, ele nos contou um pouco da História da cidade e da indústria e nos forneceu alguns materiais para estudo. Por meio dele, também tivemos a oportunidade de consultar as atas da Câmara Municipal, que nos foram de grande ajuda.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar as dificuldades encontradas na coleta de dados, uma vez que nosso objeto de análise é a formação/qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica, que por sua vez é feita por várias instituições. Para conseguir os dados referentes ao assunto, entramos em contato com as três instituições que julgamos ter maior participação na formação/qualificação desses trabalhadores: Associação dos Ceramistas, Sindicato dos Trabalhadores e as próprias empresas.

No contato com a Associação dos Ceramistas, conseguimos bastante material sobre a História da cidade e da indústria, no entanto sobre os cursos de formação/qualificação oferecidos pela instituição, não tivemos muito sucesso, uma vez que não disponibilizam um arquivo dos materiais utilizados para a realização desses cursos; assim, as informações que tivemos foram oriundas de alguns poucos materiais encontrados e de entrevistas com alguns representantes da instituição.

Com o Sindicato dos Trabalhadores não foi diferente, conseguimos como material para estudo os boletins do Sindicato que trazem um pouco da História dos trabalhadores e suas lutas, mas em relação à formação/qualificação feita pela instituição, conseguimos apenas as informações dadas em entrevista pelo assessor do Sindicato, mesmo porque ele não oferece cursos de formação/qualificação voltados para a atuação dos trabalhadores na indústria, seu papel como formador está mais relacionado à formação política de seus membros.

Quanto às empresas, houve uma resistência muito grande em fornecer dados e permitir que as visitássemos para conhecer o processo de trabalho, o que só

conseguimos com o apoio e o acompanhamento de uma pessoa de confiança dos gestores. Essa resistência se dá em função do receio de denúncias de irregularidades que possam ser encontradas dentro das empresas. Diante do grande número de empresas no setor, utilizamos o seguinte critério: das 50 empresas que trabalham no ramo de cerâmica vermelha, registradas junto à prefeitura, 21 são conhecidas como olarias (trabalham com a fabricação de tijolos); 29 são cerâmicas que (trabalham com a fabricação de telhas); dessas, doze são consideradas micro e pequena empresas e dezessete são consideradas de médio porte. Tendo em conta a classificação feita pelo SEBRAE¹, o objetivo de conseguir informações do maior número possível de trabalhadores e o pouco tempo para a sistematização dos dados, optamos por contatar apenas as empresas consideradas de médio porte. Das dezessete empresas contatadas, cinco não se dispuseram a fornecer os dados; para as doze restantes, que concordaram em contribuir, enviamos um formulário pedindo informações sobre a idade e a escolaridade dos trabalhadores, os cursos oferecidos por elas internamente; pedimos também dados sobre a produtividade média da empresa e a rotatividade dos trabalhadores. Apenas seis retornaram com as respostas depois de grande insistência de nossa parte. Então, conseguimos uma amostra de informações de um total de 651 trabalhadores de um universo de aproximadamente 2000.

Vale registrar, ainda, que, para conseguirmos informações que nos permitissem traçar um perfil dos trabalhadores, elaboramos um questionário que seria aplicado durante a realização de dois cursos programados pela Associação dos Ceramistas para o segundo semestre de 2009, que iríamos acompanhar. Mas, para nossa surpresa, os cursos foram adiados para o início de 2010, em função da gripe “A” na região. Esse adiamento nos atrapalhou bastante, visto que não teríamos outra oportunidade de encontrar os trabalhadores reunidos para termos uma amostragem significativa de dados.

Descartada essa possibilidade, tentamos aplicar o questionário por meio do Sindicato dos Trabalhadores no dia da convenção, o que nos daria uma amostra pequena, mas significativa visto que de 2000 trabalhadores, aproximadamente

¹ De acordo com o SEBRAE, consideram-se microempresas na indústria aquelas que empregam até dezenove trabalhadores; como pequenas, as que empregam entre 20 e 99 trabalhadores; como médias, as que empregam entre 100 e 499 trabalhadores; e as de grande porte, aquelas que empregam acima de 500 trabalhadores.

200/300 participam das convenções. Também não foi possível, porque segundo o assessor do Sindicato, os trabalhadores não teriam tempo para responder o questionário, pois o tempo que tinham na convenção não dava nem para discutir todos os assuntos que tinham em pauta e, além disso, os trabalhadores ficariam desconfiados de transmitir informações por medo de serem repassadas para os donos das empresas e, de alguma forma, prejudicá-los. Para justificar esse medo, relatou que alguns patrões fazem uma lista com os nomes dos trabalhadores que são mais atuantes nas ações do Sindicato e que em uma das convenções dos trabalhadores, um gerente participou da reunião e depois demitiu todos os trabalhadores que estavam presentes ao evento.

Passada a frustração por não conseguirmos aplicar o questionário aos trabalhadores, aproveitamos outros materiais e as informações transmitidas pelas empresas por meio do formulário que elaboramos para montarmos o perfil dos trabalhadores e das empresas, logicamente não com a mesma riqueza de dados que teríamos aplicando o questionário.

Outra dificuldade encontrada relacionou-se à realização das entrevistas, pelo simples fato de a pesquisadora residir em cidade diferente de onde foi realizada a pesquisa, com o agravante de que os horários das entrevistas tinham que ser marcados, na maioria, à noite e no final de semana, em função da disponibilidade dos entrevistados. No entanto conseguimos realizar dez entrevistas, das quais sete foram feitas com trabalhadores, duas com gestores e uma com um historiador da região. Ainda em relação às entrevistas, a transcrição merece ser mencionada, uma vez que é a parte mais desgastante e morosa do trabalho com a utilização de fontes orais. Para se ter uma ideia, o trabalho de transcrição e digitação dos depoimentos requisitou em média oito horas de trabalho para cada hora de gravação.

No tocante às demais fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, cabem destaque as seguintes: alguns editoriais do Jornal local *Alerta Geral* e do jornal *Correio de Uberlândia*; dados estatísticos e mapa da cidade com indicação da localização das indústrias, obtidos junto à prefeitura, ao IBGE e à Fundação João Pinheiro, além de algumas fotografias usadas para trazer um pouco do processo de trabalho no interior das empresas.

Não podemos deixar de mencionar, também, as dificuldades emocionais, vividas pela pesquisadora. O período da pesquisa coincidiu com um período de muitas indagações e angústias a respeito dos caminhos a serem percorridos profissionalmente. Após a aprovação no processo de seleção, começamos a indagar a necessidade de ter trabalhado em alguma escola antes do ingresso no Mestrado, que ocorreu logo após o término da Graduação, tendo como experiência de sala de aula apenas as aulas de estágio na Graduação e alguma experiência como voluntária em outras instituições. A angústia aumentou, quando tivemos contato com o texto “Filosofia da Práxis” de Adolfo Sánches Vázquez, que veio a confirmar nossa até então hipótese de incoerência em ir para o Mestrado sem antes passar pela escola. No entanto, conseguimos dar sequência à pesquisa, pelo fato de ela se passar em uma indústria e não em uma escola, o que, de certa forma, amenizou as nossas angústias.

As dificuldades aqui relatadas não têm o intuito de nos eximir de responsabilidade, mas, sim, de justificar, pelo menos em parte, as inúmeras fragilidades que possa conter este trabalho.

Com relação à forma de construção desta dissertação, procuramos não separar as reflexões teóricas do trabalho empírico, nem mesmo sob uma alegação de caráter “didático”. Conforme se fez necessário, foram utilizadas as fontes orais e documentais para a construção de nossas reflexões. A pesquisa foi relatada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No Capítulo I, que se intitula “**A indústria de cerâmica em Monte Carmelo**”, apresentamos a História da cidade e da indústria de cerâmica e sua importância para a região, fazendo uma ponte com a História do Brasil; procuramos tratar tanto de questões micro quanto de questões macro, por entendermos que elas se entrelaçam e se influenciam. Para isso, fontes primárias e secundárias foram utilizadas.

No Capítulo II, sob o título “**As transformações do sistema capitalista e suas repercussões no mundo do trabalho**”, resgatamos aspectos do sistema capitalista de produção, problematizando, num contexto macro, a precarização do trabalho e num contexto micro, a realidade vivida pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho na indústria de cerâmica em Monte Carmelo.

No Capítulo III, **“Formação/qualificação dos trabalhadores cerâmicos e o papel da instituição escola na contemporaneidade”**, problematizamos o papel da escola e a formação/qualificação dos trabalhadores cerâmicos, apontando suas contradições, processos formativos, resistências e ações empresariais para esse fim.

CAPÍTULO 1

A INDÚSTRIA DE CERÂMICA EM MONTE CARMELO

“É fácil pensar Monte Carmelo como um lar: basta dizer que aqui se faz a telha para cobrir a casa e se planta o café para receber os amigos” (CALAZANI, 2003).

A frase em epígrafe expressa bem o que pensa grande parte dos moradores da cidade de Monte Carmelo, em Minas Gerais, ao falar de seus maiores orgulhos: a indústria de cerâmica vermelha e a produção de café, considerados de excelente qualidade e reconhecidos no Brasil e no exterior. Ao falar da cidade, o jornal local *Alerta Geral* a define da seguinte maneira: *“Monte Carmelo é a maior produtora de cerâmica vermelha, com certificação, da América Latina, isso sem falar no melhor café do mundo, na sua bacia leiteira e uma das grandes produtoras de pimenta do Brasil”*. (ALERTA GERAL, novembro de 2008)

E é com essas palavras que apresentamos o espaço onde se localiza o nosso objeto de estudo *“Formação e qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo”*. No entanto, não podemos deixar de mencionar que a presença da indústria de cerâmica e a produção de café na região trazem a tona também o outro lado da moeda: o da exploração dos trabalhadores e da pobreza, enfim a exclusão social é uma constante na região, e essa outra face da moeda é a realidade de inúmeros trabalhadores que vendem sua força de trabalho para esses setores. Entendemos que, ao buscarmos uma problematização acerca da formação/qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica vermelha e de sua importância para a região, faz-se necessário recuperar a História da cidade e a implantação da indústria no município.

1.1 Monte Carmelo e a indústria ceramista

A cidade de Monte Carmelo tem seu início a partir de um povoado constituído por pessoas atraídas pelo garimpo de diamantes na região, pela abundância de água e de argila — matéria-prima que mais tarde possibilitou a instalação da indústria de cerâmica vermelha no Município. Em 1820, a fazendeira de nome Clara Chaves doou um terreno à Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, para que ali fosse construída uma capela em louvor à Santa. Nessa área, os garimpeiros começaram a construir seus ranchos, iniciando o povoado que pertencia à freguesia de Araxá e, posteriormente, à de Patrocínio. Em 1822, o povoado ganhou o nome de Vila de Nossa Senhora do Carmo. Em 1840, já com muitas famílias residindo no local, passou a se chamar Carmo da Bagagem. No entanto, em 1859, a Paróquia Nossa Senhora do Carmo da Bagagem foi desmembrada de Patrocínio e anexada à Freguesia da Bagagem (hoje Estrela do Sul). Em 1822, Carmo da Bagagem foi elevada à categoria de cidade e, em 25 de junho de 1900, o município passou a ser denominado Monte Carmelo. “Esta denominação se dá em virtude de um pico existente no município, o qual se assemelha ao Monte Carmelo localizado no litoral de Israel, que em hebraico – Karem El – significa *Vinhedos de Deus*” (SANTOS 1999, p. 14).

A partir de então, a cidade passou a desenvolver-se rapidamente: em 1910, inaugurou a agência de Telégrafo Nacional; em 1921, começou a circular o primeiro jornal editado na cidade, sob o título de “Monte Carmelo”; em 1922, foi inaugurada a distribuição de energia elétrica; em 1926, inauguraram-se os prédios da Câmara Municipal, do Fórum e do Grupo Escolar Melo Viana; em 1930, a cidade teve seu primeiro prefeito, Dr. Leônidas Pádua de Melo e Souza; em 1932, instalou-se, por iniciativa do Senhor Jorge Fernandes, a primeira cerâmica (Cerâmica Nossa Senhora das Graças). Foram pioneiros também em relação à indústria de cerâmica na região o Sr. Avelino Lassi e o Sr. Nelo Bosi, ambos de origem italiana; o Sr. Nelo Bosi iniciou suas atividades com uma olaria de pequeno porte manual, ainda usando tração animal; em 1936, foi inaugurada a Estação Ferroviária (locomotiva movida a lenha), que permaneceu em funcionamento até 1981, quando foi fechada; no final da

década de 1970, a cidade já contava com seis cerâmicas; em 1989 com doze e em 1999, com 30. Percebe-se então que, num espaço de vinte anos (1970/1990), o número de indústrias de cerâmica aumentou consideravelmente, segundo a Associação dos Ceramistas de Monte Carmelo – ACEMC (2009) e dados colhidos junto à prefeitura.

Em conjunto com a extração de diamantes, desenvolveu-se, no município, a agricultura de subsistência, baseada na pequena propriedade rural; havia também uma pequena produção leiteira e, a partir de 1932, como já dissemos, foi instalada a primeira cerâmica na cidade. Com o tempo, a economia local passou a ter sua maior força na produção de café, ganhando prêmios importantes na década de 1990 por sua qualidade; e na indústria de cerâmica tornou-se referência na produção de telhas vermelhas no Brasil e na América Latina.

Monte Carmelo conta, hoje, com, aproximadamente, 45.000 habitantes e situa-se na parte oeste do Estado e na macrorregião do Alto Paranaíba. A região possui estradas federais e estaduais importantes, propiciando ao município maior acesso aos grandes centros e favorecendo a sua economia. Como mencionamos anteriormente, uma das principais atividades econômicas da cidade é a produção de telhas, tijolos e artefatos cerâmicos. Isso justifica alguns títulos já recebidos como “capital mineira da telha”, “cidade das chaminés” e seu destaque no cenário nacional e até internacional pelo seu importante parque cerâmico. Além da produção de cerâmica, a produção de café também é destaque, visto que juntos são os maiores contribuintes de ICMS do município, gerando grande movimentação financeira e criando muitos postos de trabalho direta e indiretamente.

Neste primeiro capítulo, problematizamos a conjuntura econômica e política que favoreceu o desenvolvimento e consolidação da indústria ceramista no município. Para tanto, começamos com um breve relato sobre a referida indústria.

1.2 Breve relato da História da indústria ceramista

A palavra “cerâmica” é derivada da palavra grega *kerameikos*, que significa “feito da terra” ou “terroso”. Genericamente, o produto cerâmico é fabricado a partir

de material químico inorgânico, não metálico, sendo queimado em altas temperaturas por fornos especiais.

Os trabalhos em cerâmica estão entre as mais antigas atividades humanas, pois são ligados à sobrevivência do homem primitivo: a sua necessidade de potes e de recipientes para o transporte e armazenamento de líquidos como a água, o azeite ou o vinho e a fabricação de tijolos para a construção de templos e moradias. Dessas necessidades básicas, originaram-se, depois de longa evolução, dois ramos básicos de atividade em cerâmica que apresentam diferenças: a “cerâmica vermelha” e a “cerâmica branca”. De acordo com a Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER, as diferenças estão nos tipos de produtos que são fabricados por elas e nas matérias-primas usadas, apesar de apresentarem algumas semelhanças no processo de fabricação.

A indústria de cerâmica vermelha é responsável pela produção de telhas, tijolos, blocos, lajotas, tubos, entre outros. Estudos indicam que a fabricação desses materiais é bem antiga. Os primeiros tijolos de barro foram fabricados por volta de 10.000 a.C. e eram utilizados pelas civilizações Assíria e Persa que os secavam ao sol. Já por volta de 3.000 a.C., surgiram os primeiros tijolos queimados em fornos. Quanto à telha cerâmica, acredita-se que tenha surgido na China por volta de 10.000 a.C. e no Oriente Médio, pouco tempo depois. Mas logo sua utilização se espalhou pela Europa e Ásia e depois foi levada à América pelos colonizadores europeus, onde foi largamente utilizada desde o século XVII (REIS, 2007).

A invenção da máquina a vapor possibilitou a utilização da potência dirigida das máquinas para a fabricação de tijolos. A primeira máquina utilizada para a fabricação de tijolos foi patenteada em 1800 e a esmaltação industrial teve início por volta de 1830, na Europa Central (LEHMKVHL, 2004).

No Brasil, o uso de telhas cerâmicas e tijolos maciços ocorreu desde o início da colonização (REIS, 2007). Acredita-se que há cerca de 2000 anos, bem antes do descobrimento do Brasil, já existiam aqui populações que fabricavam cerâmicas. Já no século XXI, podemos dizer que a cerâmica tem-se tornado um material cada vez mais utilizado, inclusive em áreas que antes nem imaginávamos como a medicina, que tem utilizado a cerâmica para fazer prótese de ossos.

O setor cerâmico é muito amplo e heterogêneo, mas podemos dividi-lo em subsetores, em função de fatores como matérias-primas, propriedades e áreas de utilização. A Associação Brasileira de Cerâmica – ABC (2009) faz a seguinte classificação:

- Cerâmica vermelha: são os materiais com coloração vermelha utilizados na construção civil (telhas, tijolos, blocos etc.);
- Cerâmica branca: compreende materiais constituídos por um corpo branco e em geral recobertos por uma camada vítrea transparente e incolor (louça sanitária, louça de mesa, cerâmica artística etc.);
- Materiais refratários: produtos que têm por finalidade suportar elevadas temperaturas (sílica, carbono, sílico-aluminoso, zircônio etc.);
- Materiais de revestimento: são utilizados na construção civil, para revestimento de pisos, paredes, bancadas, piscinas entre outros (azulejos, pastilhas, porcelanato etc.);
- Frita: é um vidro moído, fabricado a partir da fusão de diferentes matérias-primas. É aplicado na superfície do corpo cerâmico que, após a queima, adquire aspecto vítreo que vai melhorar a estética, tornar a peça impermeável e aumentar a resistência mecânica.

1.2.1 O contexto socioeconômico das indústrias de cerâmica estrutural no Brasil

A indústria de cerâmica é um dos segmentos da indústria de transformação de bens minerais não-metálicos, que se apresenta com grande importância no contexto socioeconômico do País, pois é a base de várias atividades essenciais de desenvolvimento. A indústria de cerâmicas tem um papel importante, pelos diversos produtos voltados para a indústria da construção civil e, em particular, para o setor de edificações que conta com a cerâmica estrutural, a cerâmica sanitária e a cerâmica para revestimento.

No Brasil, a indústria de cerâmica vermelha, também conhecida como tradicional, é constituída, em sua maioria, por micro e pequenas empresas e possui uma representatividade expressiva na economia do País. Segundo dados da ABC, o número de cerâmicas no Brasil é de, aproximadamente, 5.500 empresas, que geram 400.000 empregos diretos, 1,25 milhões de empregos indiretos e um faturamento anual de seis bilhões de reais; e ainda que a indústria de cerâmica vermelha corresponde a 4,8% da indústria da construção civil. Já a indústria da construção civil, por sua vez, representa 7,3% do PIB nacional. Destacam como principais produtores nacionais, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Bahia, de acordo com dados da ANICER (2007).

De um total de 5.500 empresas existentes no País, segundo a ANICER (2007), a Região Sudeste lidera a produção tanto de telhas quanto de tijolos com 3.565 indústrias. A Região Sul vem em segundo lugar, seguida das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Na Região Sudeste, Minas Gerais perde apenas para São Paulo em termos de geração de empregos diretos e de produtividade. Esses dados ressaltam a importância da indústria de cerâmica vermelha de Minas Gerais para o País e justificam a importância de mais estudos voltados para a área. (OLIVEIRA, 2002)

As indústrias produtoras de cerâmica vermelha são, na maioria, empresas de pequeno e médio porte e utilizam, em geral, tecnologias ultrapassadas. Para se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas, enquanto a produtividade média brasileira gira em torno de 12.000 peças/operário/mês, a produtividade europeia é de 200.000 peças/operário/mês, o que se justifica por uma grande defasagem tecnológica tanto no processo de produção (extração e preparo de matérias-primas, conformação, secagem e queima) quanto em relação ao maquinário e ao nível de automação (LEHMKVHL, 2004).

Além disso, a forma como a maioria das empresas retira a matéria prima da natureza (argila), pode causar sérios problemas ambientais, visto que é retirado, segundo a ANICER, um grande volume de argila por ano (em média 83 milhões de ton/ano) e ela não é renovável; além disso, um dos combustíveis mais empregados é a lenha, na maioria das regiões, advindas de florestas naturais, sem contar que

grande parte das empresas utiliza fornos de baixíssima eficiência energética, provocando, assim, um grande desperdício de energia.

Alguns estudiosos do setor como Francisco Carvalho de Oliveira (2002) e Willian Anderson Lehmkvhl (2004) acreditam que, nos últimos anos, grande número de empresários tem buscado a melhoria da qualidade e da produtividade por meio da utilização de equipamentos mais eficientes e modernos e de um melhor controle do processo produtivo. Entretanto, ao mesmo tempo, verificamos que há ainda um grande desperdício de matéria-prima (argila) e de energia, visto que, como já mencionamos, a forma pela qual são retiradas a argila e a lenha da natureza provoca inúmeros problemas ambientais como erosões e desmatamentos.

Articulada a esse processo está a exploração sofrida pelos trabalhadores da indústria, pois mesmo havendo um aumento da produtividade, suas condições de vida continuam precárias: salários baixos, grandes jornadas de trabalho, riscos de acidentes, entre outros. Esta situação leva-nos a inferir que, na busca realizada pelos donos do capital, no sentido de melhorar a qualidade e a produtividade, geralmente não estão incluídas melhores condições de trabalho nem melhores salários para os trabalhadores. Pelo contrário, ao utilizar mais máquinas, os ceramistas diminuem os postos de trabalho existentes e aumentam a reprodução do capital por meio da elevação da mais-valia relativa, já que apenas um trabalhador pode operar uma máquina substituindo vários trabalhadores e aumentando, assim, o volume de produção. Essa dinâmica aumenta a força de trabalho disponível que, por falta de vagas de emprego, aceitam piores condições de trabalho, o que leva a um ciclo vicioso, à precarização do e pelo trabalho.

1.3 A Importância da Indústria de cerâmica vermelha para o município de Monte Carmelo

As indústrias de cerâmica vermelha são muito importantes para a economia da região, haja vista que, no município de Monte Carmelo, das 69 indústrias credenciadas junto à prefeitura, no ano 2000, 49 eram cerâmicas e segundo a ACEMC, em 2000, elas geravam em torno de 4.000 empregos diretos. Isso significa dizer que, em média, 71% das indústrias do município são cerâmicas e que cerca de

10% da população são trabalhadores cerâmicos, visto que, nessa data, a cidade contava com 42.000 habitantes (SILVA 2001, p. 14-15).

De acordo com Silva (2001) e Santos (1999), a História da indústria de cerâmica no município de Monte Carmelo tem início em 1932 com a primeira cerâmica instalada (Cerâmica Nossa Senhora das Graças) pelo Sr. Jorge Fernandes que, para iniciar seu funcionamento, trouxe pessoas especializadas de Franca, Estado de São Paulo. Silva e Santos ressaltam, ainda, que essa atividade já era praticada no município, na zona rural, em uma tradição oleira doméstica e familiar. Um exemplo disso é a fábrica de tijolos montada em 1890 também pelo Sr. Jorge Fernandes, em sua fazenda. Segundo dados de sua biografia, ele permaneceu no ramo de cerâmicas por cerca de 60 anos, falecendo com 84 anos, na década de 1960.

Ao falar sobre a história da indústria de cerâmica em Monte Carmelo é importante salientar que, no final da década de 1950, a construção de Brasília, distante 450 km, contribuiu decisivamente para o crescimento do setor cerâmico na cidade, pois impulsionou o aumento da produção nas cerâmicas da região que passaram a fornecer tijolos furados e telhas para a Capital Federal.

No entanto, após o Golpe Militar de 1964, o Governo iniciou um processo de mudanças na economia que interferiu no crescimento da indústria de cerâmica, mudanças essas que acabaram levando à sua retração, já que a indústria da construção civil foi de imediato, a mais afetada pelas medidas de combate à inflação. Por outro lado, essas mudanças levaram as indústrias a buscar sua modernização e ampliação para sobreviver (ACEMC, 2009).

Com a implantação do Sistema Financeiro Habitacional (Banco Nacional de Habitação), o Governo Federal tentou reduzir, a partir dos anos de 1970, os efeitos da política contracionista até então adotada. A partir daí, o parque cerâmico de Monte Carmelo passou a ganhar nova dimensão com características mais modernas e atualizadas, de acordo com a ACEMC (2009). Dessa forma, foi entre as décadas de 1970 a 1990 que houve um notável aumento e desenvolvimento das cerâmicas. Nesse período, houve um grande êxodo rural na região, provocado pelo processo de industrialização/urbanização do País, possibilitando, assim, o aumento de mão de obra disponível para as indústrias que começavam a expandir suas atividades. Além

disso, tem-se a “modernização” do setor com a incorporação de maquinarias a partir de meados dos anos de 1980².

Ainda na década de 1970 e início da década de 1980, o processo de trabalho era bem artesanal. Os trabalhadores contavam apenas com pás e enxadas para a retirada da argila e sua colocação nos caminhões, para ser transportada para a indústria; as prensas eram acionadas manualmente e o processo de secagem das telhas era feito ao sol; depois eram levadas aos fornos de queima. Não existiam secadores nem carrinhos para o seu transporte. Podemos constatar um pouco dessas condições, por meio do Sr. Ademir, que trabalhou 28 anos na indústria de cerâmica, durante depoimento prestado em 24 de junho de 2009:

Lá naquela época era tudo manual, a lenha que quemava no forno era lenha de mato, mato do cerrado. Naquela época num tinha o pinus, era só lenha do mato, dava trabaio, por que aquela lenha as vez vinha grossa e na época ainda não tinha, maquina, maquinário aperfeiçoado. Lenha grossa pra pô na vagoneta não passava, tinha que rachá na marreta. Intão dava um trabaião danado. Naquela época o forno que eles quemava, colocava só 3 mão de teia. 3 mão é assim, 3 lado de teia no forno, agora, hoje em dia existe forno que eles coloca até 8 lado de teia no forno; tem forno aí que quema na faixa de 80 mil teia duma vez, na época dava na faixa duns 3 caminhão, na faixa de 25 a 30 mil teia mais ou menos. (Sic)

Só em meados da década de 1980 que uma nova etapa no processo de industrialização da cerâmica se iniciou. Essa nova etapa foi marcada pela aquisição de máquinas e, a partir de então, o processo produtivo passou ser composto por meio das seguintes etapas e equipamentos:

- Barreira: local do qual é extraída a argila ou barro, localizada geralmente em fazendas em que o proprietário vende o direito de exploração da matéria-prima. A extração é feita por máquinas escavadeiras (Figura 1).

² Para saber mais: SILVA, Patrícia. Cotidiano e trabalho: trabalhadores ceramistas em Monte Carmelo/MG. 1970/200; SANTOS, Marcos Moreira dos. Lutas, organização e experiências de trabalhadores cerâmicos. Monte Carmelo, 1970/1990, monografia, 1999; BERNADO, Luciano Tiago. Agricultura e meio ambiente: um estudo comparativo entre os sistemas de produção patronal e familiar em Monte Carmelo e Iraí de Minas (MG).



Figura 1 Extração da argila

- Transporte: feito em caminhões e/ou bitrens, carregados pelas máquinas que fazem a extração até os depósitos das cerâmicas (Figura 2)



Figura 2 - Transporte da argila

- Depósito nas cerâmicas: a argila é estocada em depósitos localizados tanto no interior quanto fora delas, desde que se localize em suas proximidades (figura 3)



Figura 3 - Depósito de argila

- A mistura: é o primeiro passo a ser dado para colocação da matéria-prima na linha de produção, visto que a qualidade e textura da argila são variadas e que para obter a qualidade e o padrão do produto faz-se necessária tal mistura que é processada por tratores (Figura 4).



Figura 4 - Mistura da argila

- Caixaõ dosador: local onde a argila misturada é colocada para que seja dosada a quantidade a ser transportada nas esteiras. Começa aqui o processo de transformação da matéria-prima (Figura 5).



Figura 5 - Caixaõ Dosador Alimentador

- Desintegrador: máquina onde o barro transportado pela esteira é colocado para que sejam fragmentados os torrões de barro, ou seja, as grandes porções de argila concentrada (Figura 6).

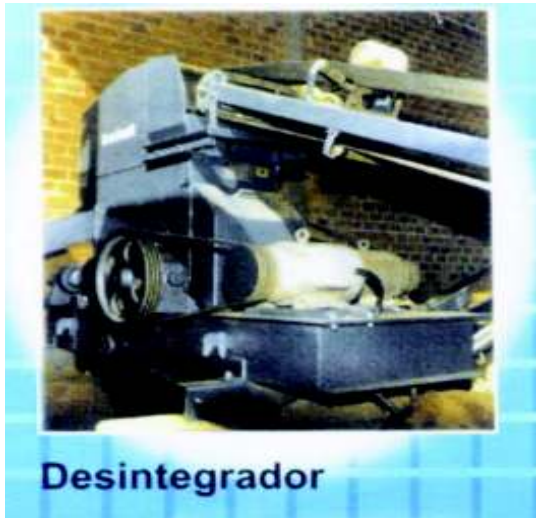


Figura 6 - Desintegrador

- Laminador: após a fragmentação, o barro segue conduzido pela esteira, depois é despejado nesta máquina e cortado, transformando-se em pequenas porções de massas bem finas (Figura 7).



Figura 7 - Laminador

- Misturador: o barro é novamente misturado nesta máquina para que fique mais homogêneo e também para ser umedecido de acordo com a exigência necessária para se ter tal homogeneidade (Figura 8).



Figura 8 – Misturador

- Maromba: nesta máquina o barro é compactado em forma de cilindros (Figura 9).

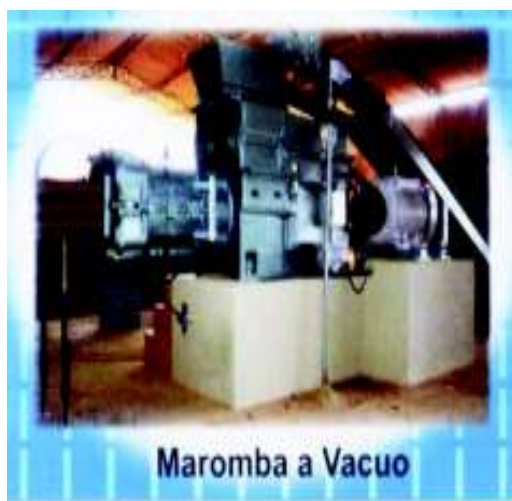


Figura 9 – Maromba

- Cortador: corta o barro compactado em cilindros de acordo com o tamanho necessário para cada tipo de telha a ser produzida (Figura 10).



Figura 10 - Cortador

- Prensa: é a máquina que comprime o cilindro de barro, dando-lhe a forma de telha (Figura 11).



Figura 11 - Prensa

- Vagoneta: vagão utilizado para o transporte da telha após ser retirada da prensa (Figura 12).



Figura 12 – Vagoneta

- Local de secagem: onde se dá o processo de secagem da telha, constituindo-se de um espaço retangular; ventiladores encarregam-se de espalhar o ar quente proveniente dos fornos de queima, por meio de canais construídos no solo (Figura 13).

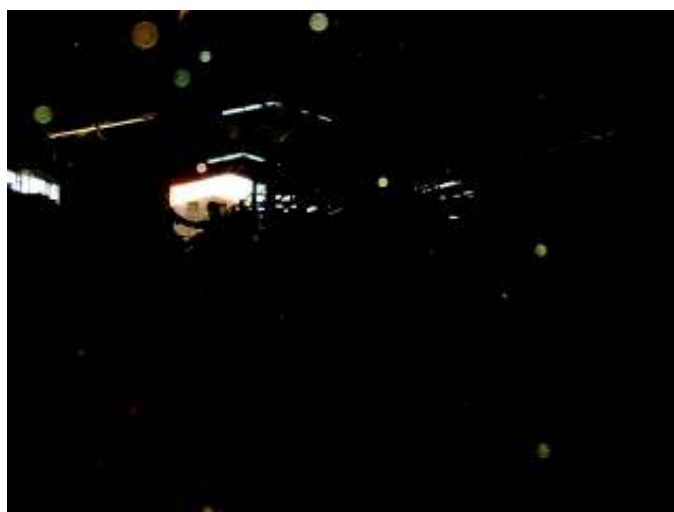


Figura 13 - Local de secagem

- Fornos: onde é feita a queima da telha objetivando dar resistência e impermeabilidade ao produto (Figura 14).



Figura 14 - Fornos

- Pátio ou depósito: espaço reservado para armazenar as telhas após o esfriamento até que sejam transportadas ao local de comercialização (Figura 15).



Figura 15 - Pátio ou depósito

Além das máquinas e equipamentos básicos utilizados para a fabricação de telhas, temos algumas que incrementam o processo de produção. São elas: detector de metais, rebarbeador, palets e impermeabilizador. (figuras 16 e 17).



Figura 16 - Detector de metais e Rebarbeador



Figura 17 - Palets e Impermeabilizador

O uso de tais equipamentos provocou mudanças nas relações sociais de produção, como também na forma de o trabalhador se perceber nesse processo. Segundo Santos (1999), os trabalhadores da indústria ceramista em Monte Carmelo perceberam as inovações tecnológicas como aliadas para a diminuição da fadiga provocada pelo processo artesanal antes utilizado. A concepção valorativa dos recursos tecnológicos, proferida pelo discurso capitalista, utiliza-se da árdua realidade experimentada por eles, configurando numa eficaz forma de dominação, gerando-lhes a expectativa de que esse é o caminho a ser percorrido na busca da diminuição da fadiga do trabalho (p. 36).

Como vimos até aqui, a indústria de cerâmica em Monte Carmelo, da década de 1970 até final da década de 1990, teve um período de crescimento e desenvolvimento. Entretanto, a partir daí começou a passar por inúmeras dificuldades. Em entrevista ao jornal Correio de Uberlândia, o coordenador administrativo do Laboratório de Ensaios em Monte Carmelo – LEMC diz:

Do auge na produção nas décadas de 1980 e 1990, quando as casas eram construídas com tijolos deitados, ao período de declínio no início deste milênio, o setor cerâmico de Monte Carmelo passou por transformações significativas. Nos últimos cinco anos houve a redução pela metade das empresas do setor na região (21 de junho/2009).

A maioria das empresas consideradas de médio porte fechou entre 2003 e 2008, provavelmente em decorrência das dificuldades enfrentadas pelo parque cerâmico de Monte Carmelo no início da década. Uma dessas dificuldades surgiu em 2001 com a denominada “crise da lenha” (matéria-prima usada como combustível de queima nos fornos das cerâmicas) quando a empresa fornecedora foi vendida a um grupo que não se interessou mais pelo fornecimento às cerâmicas. Os ceramistas então começaram a pensar no uso dos subprodutos da madeira (cavaco e serragem) como combustíveis de queima. Assim, hoje, todas as indústrias utilizam apenas os subprodutos da madeira.

Outra dificuldade enfrentada pelo setor foi o “embargo das barreiras”, em 2001 e em 2003, que atrasou bastante o processo de produção. Esse embargo aconteceu, porque as jazidas não eram legalizadas. Segundo Kleiber (09/07/2009), como 90% das jazidas que fornecem argila para as cerâmicas em Monte Carmelo são do município de Coromandel; o processo de legalização era demorado, visto que, no subsolo onde ela se encontrava, geralmente havia diamantes e grande parte desses terrenos tinha o direito de exploração comprado por multinacionais. Isso dificultava a compra do direito para que fosse retirada a argila.

Foi tentando enfrentar essas dificuldades e driblar a crise que os ceramistas começaram, por meio da ACEMC, a trabalhar em busca de mais qualidade para o produto. Em 2002, teve início um trabalho para conseguir a certificação das empresas junto ao Centro de Cerâmica Brasileiro – CCB. Além disso, por meio de parceria com a Fundação Carmelitana Marcos Palmério – Fucamp, ocorreu, em 2004, a construção do Laboratório de Ensaios de Monte Carmelo - LEMC, que faz

análises da qualidade da argila e de produtos de cerâmica vermelha e possui certificação nacional (CCB) e, a partir de junho/2009, internacional (Inmetro). Tais certificações são obtidas após comprovações sistemáticas da qualidade da matéria-prima e da composição dos produtos de cerâmica.

Em 2005, a Associação dos Ceramistas enviou para o SENAI Mário Amato, em São Bernardo do Campo/SP um profissional (Paulo Victor) que já trabalhava com a questão da qualidade dos produtos cerâmicos dentro de uma das empresas da cidade para fazer um curso técnico em cerâmica em nível de terceiro grau (Tecnólogo – Tecnologia em Cerâmica Vermelha). Esse profissional se tornou o primeiro da indústria de cerâmica em Monte Carmelo com formação de terceiro grau e, ao voltar de São Paulo, assumiu a coordenação técnica do LEMC (Laboratório de Ensaios de Monte Carmelo) e, em 2006, fez um trabalho de adequação das cerâmicas às normas técnicas estabelecidas para o setor a nível nacional, houve também o oferecimento de cursos técnicos para gerentes em parceria com o SEBRAE/MG. Já em 2007/2008, houve a certificação de várias empresas, fazendo com que Monte Carmelo se tornasse o parque cerâmico com maior número de empresas certificadas do Brasil, conforme informações da ACEMC (2009).

Em entrevista nos concedida em julho/2009, Kleiber ressaltou que, embora a produção tenha reduzido de 54 milhões peças/mês para 40 milhões peças/mês, o município de Monte Carmelo ainda possui o maior parque cerâmico do Brasil. Segundo ele, enquanto a capacidade de produção de todo o Estado de São Paulo é de 60 milhões peças/mês, Monte Carmelo sozinho tem a capacidade de produzir 40 milhões. Destaca, ainda, que a indústria de cerâmica, hoje, oferece 2.000 empregos diretos e 8.000 indiretos para a cidade. No entanto, a queda de produção vivida pela indústria de cerâmica fica evidente nas informações referentes à economia do município, publicadas no jornal Correio de Uberlândia:

De acordo com dados da Secretaria de Governo da prefeitura de Monte Carmelo, o parque cerâmico não é mais a principal atividade econômica do município. A produção de telhas (principal artefato de cerâmica produzido na cidade) e tijolos (de oito furos) fica atrás do setor agrícola, principalmente café, e do setor de serviços, sobretudo a comercialização de insumos agrícolas (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 21/06/09).

A crise do setor fica mais evidente quando atentamos para as constantes ações trabalhistas contra os ceramistas, movidas pelos trabalhadores nesse período, melhor dizendo a busca dos trabalhadores por seus direitos coincide com a crise vivida pela indústria no referido período. Para se ter uma ideia, em 1999, o juiz do trabalho da Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Patrocínio – a que Monte Carmelo pertence – intimou a ACEMC, o Sindicato dos Trabalhadores e o prefeito para tentar resolver os problemas trabalhistas. De acordo com o advogado Cláudio de Oliveira Pena, 50% das ações trabalhistas daquela Junta pertenciam a Monte Carmelo e eram referentes aos trabalhadores da indústria de cerâmica. A ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, de 21 de setembro de 1999, registra o pronunciamento feito pelo então prefeito Saulo Faleiros, nos seguintes termos:

A justiça do trabalho, no Brasil, é muito complexa e os encargos trabalhistas extremamente altos, em torno de 100%. Devido a estes encargos e a carga tributária, os empregados, às vezes, precisam abrir mão de alguns direitos para preservar os empregos, mas isso não é feito só em Monte Carmelo, é em todo o Brasil. O Governo Federal é quem quebrou a Previdência Social, pois é o maior devedor dela, e não são as cerâmicas as culpadas. São as cerâmicas que sustentam Monte Carmelo, empregando quatro mil pessoas; se as cerâmicas fecharem, as pessoas não terão onde trabalhar. Em Monte Carmelo, a socialização é muito boa, os proprietários de cerâmicas vão tomar cerveja junto com seus empregados. (grifo nosso).

A fala do prefeito parece-nos bem sugestiva, pois além de isentar os empresários de qualquer responsabilidade e ter a coragem de pedir que os trabalhadores sejam pacientes e aceitem abrir mão de seus direitos, ainda parece orgulhar-se em dizer que a socialização entre patrões e empregados na cidade é muito boa pelo fato de tomarem cerveja juntos. Seria essa uma forma de socialização ou mais uma estratégia para ter o controle e a confiança do trabalhador?

Ainda sobre as questões trabalhistas, está registrado o comentário do vereador João Batista Chaves Filho, na Ata da Câmara Municipal:

A cada dia aumenta o número de denúncias de pessoas que assinam contratos em branco para trabalhar, que é alto o número de pessoas mutiladas [...] que o número de ações trabalhistas contra os ceramistas é até pequeno, apenas 10% do número de empregos que oferecem (21 de Set/1999)

Para termos uma ideia de como está hoje a situação dos trabalhadores na indústria de cerâmica em Monte Carmelo utilizaremos trechos da reportagem sobre ela feita pelo jornal Correio de Uberlândia em 21/06/09:

Há três anos consecutivos, patrões e empregados do setor cerâmico de Monte Carmelo chegam ao acordo salarial sem a interferência da justiça. A data base foi em maio, e o reajuste foi de 8%. Os funcionários de prensa que recebiam salário mínimo (R\$465,00) tiveram 12% de reajuste. Os trabalhadores pediam 12% para toda a categoria. “Se não aceitássemos haveria dissídio coletivo”, afirmou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Monte Carmelo, Valter Quinaia. A atividade econômica gera cerca de dois mil empregos, estimam as entidades representantes das empresas e dos trabalhadores. Os salários variam de R\$ 465,00 (salário mínimo), mais abono de R\$ 30,00 a R\$ 900,00. A certificação das empresas também alterou a relação de trabalho entre ceramistas e trabalhadores. “Melhorou bastante. Antes havia um salário na carteira abaixo do que realmente era pago. O restante era pago por fora”, disse Quinaia, “Isso foi extinto (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 21.06.2009).

Embora a reportagem traga melhoras em relação aos direitos trabalhistas se comparados à década de 1990 relatada na ata da câmara municipal, julgamos de fundamental importância registrar a visão de alguns trabalhadores sobre esses direitos conquistados e o que pensam sobre a crise que se abateu sobre a indústria no início desta década, já que são eles os sujeitos mais importantes de nossa pesquisa. Para tanto, colocaremos a seguir alguns depoimentos de trabalhadores sobre o assunto.

Antigamente o empresário ceramista preocupava muito em produzir quantidade e não preocupava com qualidade, então ele só via um tipo de capital que era o capital de giro, ele não preocupava com o passivo trabalhista, nós chegamos a ter aqui 80% dos trabalhadores sem carteira assinada, uma coisa horrorosa mesmo, cartões de ponto não existiam, carga horária não era obedecida. Então ele nunca preocupou com o passivo trabalhista, nunca preocupou com o passivo ambiental, ele nunca preocupou que o capital permanente da empresa fosse se deteriorando aos poucos, entende? Tanto é que você pode andar na cidade que você vai ver que tem cerâmicas que estão totalmente desmontadas, porque fez-se o prédio e foi sugando tudo que tinha a um ponto que não compensava mais, tinha que refazer, fazer outra empresa, o equipamento e as máquinas arcaicas, enferrujadas (Assessor do Sindicato dos trabalhadores, 2009).

Então veio o apagão a partir de 1999 que atingiu profundamente o parque aqui, aí começa a faltar argila, porque as barreiras começam a ser embargadas porque eles não cumpriram o termo de ajustamento e conduta. Então juntou o apagão, a qualidade do barro, a qualidade da telha (que piorou muito), aí foi um caos, nós tivemos o fechamento de algumas cerâmicas. Esse foi um problema, como eles não preocupavam com a questão da argila, não se preocupavam com a questão do meio ambiente e do passivo

trabalhista o quê que aconteceu? Foi tudo acumulando, é tudo passivo, é tudo dívida da empresa. (Huender, 2009)

Outro problema que interferiu bastante em relação a essa crise vivida pela indústria, segundo relato dos trabalhadores, foi a questão da lenha, já que, em Monte Carmelo, sempre houve lenha com abundância, porque o cerrado foi, em grande parte, desmatado para a plantação de café e de soja,

[...] então um patrão chegava para o outro e dizia: eu estou arrancando o cerrado para plantar café, soja, eu tenho lenha. Então lenha não valia nada, algumas empresas que plantaram aquela região do trevo vindo de Uberlândia ficaram 20/30/40 anos com tudo parado, mas um dia a lenha acaba e essas grandes empresas começam a voltar, porque acho que no país e no mundo todo, começa a pegar mais essa questão do meio ambiente né? (Assessor Sindicato dos trabalhadores, 2009).

Um aspecto também bastante comentado pelos trabalhadores foi a questão do meio ambiente, que, segundo eles, foi devastado por muitos anos, sem a mínima preocupação em recuperar a área tanto em relação à retirada de lenha, quanto em relação à retirada da argila; além de isso levar a multas bastante pesadas, os ceramistas passam a ter também as barreiras embargadas.

E essa questão do meio ambiente passa a pesar de forma extraordinária na vida do empresário, porque se ele desmatar ilegalmente tem multas caríssimas e aí a lenha sobe e o parque cerâmico não se preparou, não fez reflorestamento, não organizou o cerrado; alguns tiravam o capital da empresa pra comprar café e depois não devolvia e a empresa ruía. Com essa questão da lenha o preço da telha fica mais caro, porque eu não comprava lenha, eu ganhava ou comprava a um preço muito barato, então chega aqui a SATIPEL que é um grupo internacional e coloca para os empresários que não iam mais vender lenha para o parque cerâmico porque não interessava economicamente. Começa se então a pensar em usar os subprodutos da madeira (serragem, cavaco) como combustível de queima. (HUENDER, 2009)

A questão do meio ambiente, das leis trabalhistas e a dificuldade de extração de barro, diminuiu bastante o nº de indústrias, o desemprego foi grande aqui na nossa região, chegou a atingir muito o comércio carmelitano. Agora na realidade, na minha concepção muitas das vezes a falta de capacidade do empresário contribui, porque eles ficam assim acomodados [...] algumas não conseguiram acompanhar o processo de mudança, ela ficou parada no tempo. (ANTÔNIO, 25/06/09)

Os trabalhadores relatam, ainda, que não bastassem todos esses problemas (as barreiras se esgotaram, por isso a argila tem que ser buscada nos municípios vizinhos; meio ambiente; passivo trabalhista; falta lenha; o transporte que também

encarece pelo fato das barreiras serem mais longe), começam a surgir cerâmicas em outros lugares que se vão tornando fortes concorrentes do parque cerâmico carmelitano, além de surgir também a telha de cimento e a Eternit que já era forte concorrente. Com tudo isso acontecendo, os empresários, para tentar diminuir o custo do produto, começam a fabricar telhas de péssima qualidade, como conta o assessor do Sindicato dos trabalhadores.

E aí quando começam a surgir telhas em outros setores e esse processo de não ter argila, algumas empresas fizeram misturas com terra e os caminhões voltavam com as telhas todas quebradas, foi uma ruína quase que total assim do moral do nome da cidade, a capital da telha passa a não sendo vista como tendo uma telha de qualidade, e isso provoca um prejuízo muito grande. Então nós começamos a perder qualidade em relação ao pessoal de São Paulo e Ituiutaba, sem contar que surgiam outras alternativas como a telha de cimento e a telha Eternit que já tinha. (ASSESSOR SIND. TRABALHADORES, 2009)

Até 2000, 2001 houve essa reestruturação produtiva, mas ainda prevalecia a mentalidade de que devia fazer mais quantidade e menos qualidade. Eles pagaram um preço muito grande por isso, porque eles foram comprando barreiras, foram arrebatando o meio ambiente, deixaram muitas crateras, fizeram vários termos de ajustamento e conduta com o Ministério Público e não cumpriram, não recuperaram o meio ambiente, não recuperaram as barreiras, porque vai tirando o barro vai ficando uma coisa muito horrorosa, e constituiu-se um passivo trabalhista muito grande porque foram décadas de pessoas trabalhando sem carteira, décadas de sonegação de INSS e outras coisas (HUENDER, 16/10/09).

Huender afirma que, com o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores, em 1990, começa-se a questionar isso e que, nesse mesmo ano, os trabalhadores conseguiram parar a maior empresa da cidade por quinze dias, para tentar negociar alguns de seus direitos, mas os patrões não aceitaram negociar, alegando que o Sindicato era irregular e, por isso, eles não o reconheciam; além de não negociarem com os trabalhadores os patrões demitiram toda a Diretoria do Sindicato, nas palavras do assessor *“os patrões foram muito calculistas na disputa porque é uma disputa não é? No momento de greve há uma disputa entre capital e trabalho e eles foram muito severos”*. E esses trabalhadores demitidos se viram em uma situação humilhante, pois ficaram desempregados por um bom tempo, visto que a indústria ceramista, além de predominar na oferta de empregos, ainda tinha o agravante de que, geralmente, os donos das cerâmicas também eram os donos do café, dos postos de gasolina e assim por diante,

[...] é uma relação complicada porque eles são donos dos meios de produção até hoje né? Aqui em Monte Carmelo é fantástico, você pode pegar a própria pessoa do executivo hoje, o prefeito, ele é dono de cerâmica, é dono de café, a família dele tem grande parte dos postos de gasolina, a distribuidora de petróleo é da família dele e eles estão no poder político, então isso reflete a História do país, aqui não está acontecendo nada mais do que o que aconteceu nas oligarquias (ASSESSOR SIND. TRABALHADORES, 2009)

Ainda de acordo com relato do assessor, em março de 1990, acontece a primeira greve organizada, já que faz questão de frisar que antes já havia greves, havia rebeliões, havia resistência dos trabalhadores, mas não eram de forma organizada. O Sindicato foi legalizado em 1993 e a partir daí começou a ganhar os processos judiciais, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, pois ainda não havia Justiça do Trabalho na região; por outro lado, os trabalhadores começaram a participar mais das decisões do Sindicato, filiando-se e contribuindo por meio do imposto sindical; houve, então, uma conscientização/politização maior desse trabalhador. Assim, em 2001 o Sindicato dos trabalhadores, segundo seu assessor, conseguiu organizar onze greves em onze empresas diferentes em busca dos direitos básicos para os trabalhadores. Nesse sentido, conseguiu, por meio de denúncias, que o número de trabalhadores sem carteira assinada caísse de 80% para apenas 20% e também que a maioria dos trabalhadores tenha hoje a carteira assinada com o valor real de seu salário e não apenas com o salário mínimo, o que não acontecia antes. Assim, os processos trabalhistas diminuíram em média 90% em relação ao final da década de 1990 como foi relatado na Ata da Câmara Municipal, que já mencionamos anteriormente. No entanto, há ainda o descumprimento de várias normas, por isso, de acordo com o assessor, é necessário que o Sindicato fique vigilante, em suas palavras:

Há algumas cerâmicas que ainda desrespeitam a lei, a gente faz denúncias constantes, o Ministério Público vem e multa. Hoje tem cartão de ponto, em quase todas estão funcionando, mas de vez em quando uma ou outra fica relapsa, e aí a gente tem que fazer denúncia. Fizemos denúncia o ano passado, chegou lá, a cerâmica não estava batendo o cartão de ponto, o horário estava além; estufa estava caindo em cima do trabalhador, tem umas bem precárias mesmo e de gente que tem muito dinheiro: gente que mexe com cerâmica, com café, com soja, com posto de gasolina que não precisaria estar nesse estado, não é dificuldade financeira da empresa é falta de mentalidade empresarial (ASSESSOR SIND. TRABALHADORES, 2009).

Como se vê, as informações coletadas por meio de entrevistas e de reportagens de jornais locais nos permitem afirmar que, em relação às décadas de

1980 e 1990, as condições de trabalho e salário têm melhorado, o que não significa que já tenham atingido seu máximo nem se descartam outras formas de exploração por parte dos empregadores. Sabemos também que essa “melhoria nas condições de trabalho e no salário” é fruto de uma luta por parte dos trabalhadores que contam, hoje, com uma legislação acerca das questões trabalhistas e também com uma fiscalização maior dos direitos conquistados a duras penas.

1.4 A Indústria de Cerâmica em Monte Carmelo no contexto histórico/ político no período de 1964/2009

Para melhor análise de nosso objeto de estudo “*A formação/qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo*” optamos por fazer um recorte histórico que se situa entre 1970 e 2009, por ser a partir daquela década que se iniciou uma maior disseminação e desenvolvimento da referida indústria na região. Para tanto, levantamos algumas características da História econômica e política do Brasil, por entender que a origem e o desenvolvimento da indústria de cerâmica em Monte Carmelo estão inseridos na lógica daquele contexto mais amplo do País e até mesmo do mundo.

Começamos, então, por caracterizar o que se foi desenhando no País em relação às questões econômicas, políticas e sociais a partir do Golpe de 1964. Para tanto, contamos com as reflexões feitas sobre o período em apreço por alguns autores que julgamos importantes para nosso entendimento, entre eles: José Wellington Germano (1994), Maria da Conceição Tavares (1981, 1999), Florestan Fernandes (1982), Wenceslau Gonçalves Neto (1997), Carlos Lessa (1982) e José Serra (1982).

Dividiremos a História econômica e política do País em períodos que serão estudados separadamente, devido a suas peculiaridades. Começaremos pelo Golpe de 1964 que deu início à ditadura militar no Brasil (1964-1985), com destaque para o período de 1968 a 1973, que ficou conhecido como “milagre brasileiro”. Depois passaremos a falar sobre a “Nova República”, que será subdividida também em dois períodos com características econômicas bem distintas: de 1985 a 1993, período marcado por elevados índices de inflação, e a partir de meados de 1993, com a

instituição do Plano Real e que intitulamos a década de 1990 e a reestruturação produtiva.

Entretanto, antes de iniciarmos nossas reflexões sobre o período governado pelos militares, não podemos deixar de mencionar algumas características do quadro econômico que o antecede, visto que elas irão direcionar as decisões econômicas a serem tomadas no período em apreço.

O início da década de 1960 foi marcado, economicamente, pelo esgotamento do chamado modelo de substituição de importações, considerado ponto central do processo de industrialização brasileiro que teve seu início na década de 1930. No entanto, Germano (1994) defende que é no período do Governo Militar que a ordem burguesa seria consolidada, o que exigiria uma intervenção acentuada do Estado na economia. Assim, podemos dizer que o início dos anos de 1960 foi problemático para as elites brasileiras, pois o País enfrentava uma crise econômica e política de grandes proporções³.

Para entender melhor as especificidades do esgotamento do modelo de substituição de importações e da crise que o acompanha, julgamos importante, e até mesmo necessário, esclarecer o que se entende pela chamada “substituição de importações”. Vamos recorrer às contribuições de Maria da Conceição Tavares que, a partir de 1963, tem feito alguns estudos sobre o assunto. A autora assim define o processo de substituição de importações:

O processo de substituição das importações pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 1981, p. 35).

Nesse sentido, ela nos chama a atenção para dois aspectos que foram importantes para o desenvolvimento do problema referente ao processo de substituição de importações ocorrido no Brasil, quais sejam: o caráter “parcial” das transformações do sistema econômico – já que o setor agrário permaneceu calcado nas mesmas formas de exploração da produção e apenas o setor industrial foi afetado pela mudança – e o caráter “fechado”, visto que a repercussão da

³ GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**, 1994.

industrialização em curso foi apenas local, restringindo-se, assim, apenas ao mercado interno. Em outras palavras, a industrialização brasileira, nesse contexto, está voltada, especificamente, para responder às necessidades domésticas.

As palavras de Tavares (1981) chamam a atenção também para as restrições do comércio exterior, visto que as repercussões da crise econômica mundial dos anos de 1930 sobre a economia brasileira – que esteve até então voltada para a produção de produtos primários de exportação – foram violentas e atingiram nossa capacidade de importar. Nesse sentido, fazia-se importante frear as importações mudando o curso do intercâmbio internacional.

Foi nesse processo de queda de importações que começou a se desenvolver a industrialização substitutiva de bens de importações que, segundo Tavares, desenvolve-se em três fases: 1ª) o período que se segue a grande depressão (substituição de uma série de bens de consumo leves); 2ª) o período da Segunda Guerra Mundial (Siderurgia); 3ª) o período do pós-guerra, subdividido por ela em subfases: 1945-1947, de alívio do setor externo, pelo saldo que o Brasil acumulara nos anos de guerra; 1948-1954, de volta ao regime de controle cambial e substituição de bens de consumo duráveis; 1955-1956, de transição; 1956-1961, de aumento da participação do Governo e do capital estrangeiro para financiamento dos investimentos. (TAVARES, 1981, p. 67-73)

Na visão da autora, foi na terceira fase que a crise do modelo se manifestou. Para ela, o dinamismo do processo de importações que vivia o Brasil parecia chegar ao fim e dificilmente se podia prever um quarto período de desenvolvimento dentro do mesmo modelo. A fase que o País atravessava naquele momento parecia indicar a necessidade de transição para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social (TAVARES, 1981, p. 73).

Definição e engajamento em um novo modelo de desenvolvimento: parece ser este o impasse econômico que viveu o Brasil no início dos anos de 1960. Nesse momento, basicamente duas propostas ocuparam o cenário da discussão: a de desenvolvimento nacional autônomo e a de desenvolvimento associado (NETO, 1997, p. 25). Entretanto, antes de falarmos sobre essas duas perspectivas, vamos reportar-nos novamente às reflexões de Conceição Tavares para entendermos melhor as razões do esgotamento do modelo de substituição de importações.

De forma didática, ela nos explica que a instalação de indústrias voltadas para a produção de bens antes importados tendeu a expandir o mercado interno e, como essa produção substituiu apenas uma parte do valor agregado (anteriormente proveniente do exterior), cresceu a demanda por matérias-primas e outros insumos não produzidos no mercado interno, levando a nova crise de divisas. Instaurou-se, então, uma fase seguinte de substituição dessas novas necessidades. Novamente, com o crescimento do produto e da renda, a contradição se repetiu. O fundamento, pois, do processo encontrava-se na ininterrupta superação das condições, que se apresentavam toda vez que a economia ampliava o nível de substituição de importações (TAVARES, 1981 p. 43).

Assim, tornava-se cada vez mais difícil prosseguir, visto que o processo estava sendo pressionado tanto por variáveis internas (a dimensão e a estrutura do mercado nacional; a constelação de recursos produtivos e a natureza da evolução tecnológica) como externas (estrangulamento da capacidade para importar). (ibidem p-48-53). Dessa forma, chegou-se ao estágio em que o que restava por substituir eram bens de capital e matérias-primas. No entanto, esse setor não estava atrelado apenas ao dinamismo induzido do exterior, requerendo uma nova proposta de desenvolvimento, ou seja, a industrialização via processo de substituição das importações havia-se completado com a implantação do setor responsável pela produção de meios de produção (insumos destinados à produção, máquinas, equipamentos), enfim, da indústria pesada. “Nessa perspectiva, o Estado populista, com sua ambiguidade, não correspondia às necessidades requeridas pelo novo patamar de acumulação de capital” (GERMANO, 1994, p. 49). De outro ângulo, Tavares defende que o modelo de substituição de importações já atingiu seu estágio final e que era necessário transitar por um modelo de desenvolvimento verdadeiramente autônomo em que o impulso de desenvolvimento surgisse dentro do próprio sistema. Diz, ainda, que a ligação entre os dois modelos só poderia ser feita por intermédio do investimento governamental, substituindo o impulso externo, já esgotado (TAVARES, 1981, p. 115-118).

Em relação à estagnação da economia brasileira, Gonçalves Neto (1997) traz a seguinte contribuição:

Não é apenas o esgotamento de um ciclo nem as políticas recessivas, isoladamente, que respondem pela intensidade e durabilidade da estagnação que se abate sobre a economia brasileira. Na verdade, ambas as condições

ocorrem e se juntam, agravando a situação de nossa economia. (NETO, 1997, p. 30)

Nesse sentido, Serra (1982), ressalta que havia uma conjunção dos capitais estatal, privado e das empresas transnacionais formando uma aliança para a consecução dos objetivos de industrialização acelerada. O que se justificava pela necessidade de vultosos investimentos em infraestrutura, de financiamento às empresas, de produção de matérias-primas e insumos básicos, além da coordenação dos conjuntos de investimentos que, a seu ver, não podiam ser desenvolvidos isoladamente. Tudo isso fez com que a presença do Estado na economia se tornasse indispensável para os países que, como o Brasil, começaram tarde o processo de industrialização. Temos ainda o atraso tecnológico que contribuiu para a presença de empresas estrangeiras, que se firmaram principalmente nos ramos mais dinâmicos da indústria. Serra conclui dizendo que “sobre esse tripé (conjunção dos capitais estatal, privado e das empresas transnacionais) se assentará o processo de industrialização brasileiro, cabendo ao Estado e ao capital transnacional o papel de principais protagonistas” (SERRA, 1982, p. 68-72).

De volta aos dois projetos que se encontravam em pauta como alternativas para a superação do esgotamento do modelo de substituição de importação no momento dessa mudança, a primeira era o de desenvolvimento autônomo (nacionalista-reformista) encaminhada a partir do período getulista; e a outra, de desenvolvimento associado ao capital externo, com instauração a partir do plano de metas do Governo Juscelino Kubitschek e que se impôs definitivamente num golpe de força em 1964 (NETO, 1997, p. 28-29). Juntamente com essas transformações econômicas, temos algumas particularidades internas sobre o processo de crescimento econômico. Nessa perspectiva, Carlos Lessa (1982) argumenta que a evolução econômica acentuou os desníveis setoriais, regionais e sociais: no primeiro, as atividades primárias não foram atingidas; no segundo, as regiões menos desenvolvidas foram marginalizadas e, no terceiro, o segmento majoritário da população fica a parte do processo (LESSA, 1982, p. 50) ⁴. Assim, podemos inferir que o início dos anos 1960, do Século XX, foi marcado por ampla discussão em

⁴ Ler LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica; e TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira (1981).

torno das perspectivas do desenvolvimento do País. A industrialização brasileira, conforme visto anteriormente atingira um estágio que requeria definições que não poderiam mais ser adiadas.

Era preciso que se procedesse, dando sequência ao processo de substituição de importações, à completa instauração do chamado Departamento I (produtor de bens de capital, ou, em sentido amplo bens de produção), de produção de bens de capital, para que o processo, como um todo, não sofresse solução de continuidade. (LESSA, 1997, p. 51)

Essa rápida apresentação da situação econômica do País, no início dos anos 1960, permite-nos perceber de que forma as bases do processo econômico se desenvolveriam nos vinte anos seguintes: estagnação, recessão, recuperação e desaceleração⁵.

O contexto que culmina na intervenção militar tem condicionantes internos e externos. Internamente, podemos ressaltar a maior organização e participação política dos trabalhadores urbanos e rurais, além da participação ativa dos estudantes e militares subalternos nas mobilizações em favor das reformas de base. Já externamente, temos a revolução socialista de Cuba, que afetou o prestígio dos Estados Unidos no continente. Para evitar que acontecesse em outros países algo semelhante ao que aconteceu em Cuba, desenvolveu-se uma ofensiva anticomunista na América Latina. Para tanto, foi criado um programa de "cooperação" econômica, denominado "Aliança para o Progresso". Assim, os exércitos de vários países foram chamados a travar uma luta contra a subversão, levando inclusive a intervenção equivocada dos Estados Unidos em países como Brasil e Chile, em favor de forças antidemocráticas e golpistas (GERMANO, 1994, p. 50-51).

Apesar do processo de industrialização do país já estar em curso no período governado pelos militares, ele aconteceu de forma intensa nesse período, por isso faremos um levantamento dos principais acontecimentos do referido Governo, de acordo com alguns autores.

⁵ Maiores informações sobre o assunto ler: SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira no pós-guerra; e TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações do capitalismo financeiro.

1.4.1 Vinte e um anos de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)

Coube às Forças Armadas a intervenção executiva do golpe, mediante o qual assumiram o poder do Estado por 21 anos (1964-1985), tornando-se a mais longa ditadura militar instaurada na América Latina a partir dos anos 1960, do século XX. Os militares se instalaram de forma duradoura, violenta e repressiva no poder⁶.

O poder central foi fortalecido e exercido por um grupo que se revezava no poder, o que se tornou uma de suas peculiaridades, já que normalmente o poder é assumido por uma personalidade e não por um “sistema”, como foi chamado por alguns autores; dessa forma, no Brasil, a partir do Golpe de 1964, o Estado caracterizou-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência que se traduziu na tentativa de intervir e controlar amplos setores da sociedade civil, como, por exemplo, intervindo em sindicatos, extinguindo partidos políticos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes e, o que mais nos interessa no momento em função de nosso objeto de estudo, houve um aumento da intervenção do Estado na esfera econômica “concorrendo decisivamente para o crescimento das forças produtivas no País, sob a égide de um perverso processo de desenvolvimento capitalista que combinou crescimento econômico com uma brutal concentração de renda” (GERMANO, 1994, p. 56). Esse autor retrata da seguinte forma o regime autoritário implantado no País:

Por contraposição à “democracia populista”, ao assumirem o poder em 1964, os militares implantaram um regime autoritário que segundo Loewenstein (1983:72) se caracteriza pelo fato de o poder não estar submetido a nenhum limite, estar fora de qualquer controle político e ditatorial, embora não se revista de uma forma totalitária. O fato é que se configura uma hipertrofia do executivo combinada a uma existência praticamente simbólica dos demais poderes, uma vez que estamos diante de um Poder Legislativo que não legisla e de um Poder Judiciário que não julga, mas que atuam conforme a vontade e a conveniência do Executivo (GERMANO, 1994, p.18).

Assim, a vida política transcorria como se desenrolasse num teatro de marionetes, com o sistema podendo manejar a seu bel-prazer todos os organismos e funções do aparato do Estado e do Governo, sem exceção. Nesse jogo de aparências, estaríamos diante de um centralismo presidencial anômalo e nunca visto, já que, na realidade, o Presidente agia como mandatário de seus pares e não

⁶ Ler GERMANO, José Willington. Estado militar e Educação no Brasil. (1964-1985)

de um suposto “consenso nacional” ou de um coletivo governamental. Assim, o Sistema não se desgastava e o Presidente podia identificar-se com programas estabelecidos previamente e de forma secreta. (FERNANDES, 1982, p. 18). Seguindo esse raciocínio, o autor conclui que: “Chegou-se, assim, à extrema maravilha que é a república institucional e o crescimento dentro dela de um poder absoluto que opera ‘acima das classes’ e estritamente falando, ‘acima do Estado’.” (FERNANDES, 1982, p. 24).

José Serra (1982), ao falar das questões econômicas do referido período, destaca que entre 1962 e 1967 a economia brasileira atravessou sua pior fase depois da Segunda Grande Guerra, no que se refere ao crescimento. Esta fase ruim se justifica pelo declínio no ritmo de crescimento da formação de capital na economia atingindo diretamente as empresas de bens de capital e, reflexamente, as de bens de consumo e bens intermediários. (SERRA, 1982, p. 80 - 85).

No entanto, Gonçalves Neto considera que esse período que Serra denomina de lento em relação ao crescimento industrial não foi uniforme ao longo do período, pois acredita que tenha havido uma intensificação entre 1965 e 1967, quando ocorreu o grosso das transformações estruturais após o Golpe de Estado de 1964. Nas palavras do autor:

Os principais pontos do programa de estabilização dos preços do regime militar, de orientação ortodoxa, visavam à eliminação do déficit fiscal, o aperto de crédito e a compressão salarial, conseguindo maior sucesso especialmente no primeiro e terceiro pontos. Promovidas essas alterações, marcadas pelo aumento da receita do setor público, organização do sistema de financiamento ao consumidor, intervenção nos Sindicatos, arrocho salarial etc., demarcou-se condições para o início de novo surto de desenvolvimento econômico, a partir de meados de 1967, já no segundo Governo Militar, e que ficou conhecido como o “milagre” brasileiro (1967-1973), quando o País conseguiu níveis bastante altos de crescimento de seu produto interno bruto. (NETO, 1997, p. 31)

O período de 1967 a 1973 é considerado por Serra como sendo o segundo ciclo de desenvolvimento e que traz como principais características: indústria manufatureira permanecendo na liderança com crescimento da produção de bens duráveis bem à frente da produção de bens de capital; crescimento associado a uma abertura estrutural para o exterior – e isso foi possível em razão do rápido crescimento das exportações e da abundância de financiamento externo; o

crescimento agrícola manteve-se modesto, mas a parcela destinada a exportações aumentou bastante, com prejuízo para a produção para o mercado interno; e a taxa de inflação apresentou maior estabilidade, com tendência declinante à exceção do último biênio (SERRA, 1982, p. 88-89).

Entretanto, no processo de desenvolvimento da economia no período do chamado “milagre brasileiro”, segundo Serra, ocorreram diversos desequilíbrios que comprometeram uma nova desaceleração, pois

Estes desequilíbrios se caracterizam por desproporções inter e intra-setoriais de crescimento, sendo indicados como os principais: o atraso do crescimento do setor de bens de produção (máquinas, equipamentos, bens intermediários) em relação ao setor de bens de consumo duráveis, não duráveis e da construção civil; e o atraso da produção agrícola para o mercado interno, que não acompanha o crescimento da indústria e da massa salarial (agravado pelo aumento da produção de exportáveis, que acaba por substituir diversas culturas de consumo doméstico). Essas desproporções, aliadas a problemas de caráter externo, como a inflação mundial, o aquecimento do mercado mundial etc., geram pressões inflacionárias sobre a economia. Some-se a isso a contenção salarial, processada pelo recrudescimento da inflação e pelo controle de reajustes promovido pelo Governo, e tem-se como resultado a inflexão do ciclo, causada pelo lado da demanda por bens de consumo não duráveis e duráveis (SERRA, 1982 p. 91-94).

No entanto, a desaceleração, que se iniciou em 1974 e foi até o final da década, esteve longe de configurar uma situação depressiva, já que as taxas de crescimento do PIB mantiveram-se relativamente elevadas no período. A economia do País passava por uma crise que minava as possibilidades de expansão do ciclo iniciado em 1967 e demonstrava a necessidade de transformações estruturais para a retomada do desenvolvimento. Juntando-se a isso, a economia mundial passava por uma severa recessão e ainda acontece o “choque” do petróleo em 1973 (NETO, 1997, p. 32).

Para Germano (1994), no âmbito econômico, o Regime estabeleceu uma clara opção pelo capitalismo, mas com áreas reservadas à exploração por empresas estatais, notadamente nos setores considerados essenciais à Segurança Nacional, justificando, assim, os pesados investimentos do Estado no estabelecimento da infraestrutura necessária à acumulação do capital. Acentuou-se o caráter centralizador do Governo Federal ao extinguir-se a já limitada autonomia econômica dos Estados, a quem “competia seguir uma diretriz central, que incentivava a formação de empresas de economia mista, procurava facilitar a acumulação de

capital e atrair investimentos multinacionais” (SERRA, 1982, p. 63). O autor afirma ainda que a Constituição de 1967, que assegurou amplos direitos ao capital, foi bastante restritiva com relação ao trabalho, já que

[...] as regulamentações dos salários e do mercado de trabalho ficaram afetadas ao Executivo, que proibia greve nos serviços públicos e nas atividades essenciais, quebrava a estabilidade no emprego ao incorporar o mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) à Constituição, e estimulava o trabalho infantil ao reduzir a idade legal mínima de trabalho para doze anos. (SERRA, 1982 p. 64)

As consequências sociais e econômicas disso são conhecidas: achatamento salarial para a mão de obra adulta, visto que a redução da idade mínima legal para doze anos proporcionava um aumento significativo da oferta de força de trabalho; redução da infância para as crianças trabalhadoras, o que significava maiores dificuldades de permanência na escola por elas. Significava também oferta de mão de obra ainda mais barata, já que a criança recebe um salário menor que o adulto. Em outras palavras, significava uma exploração capitalista cada vez mais cedo e por mais tempo sobre o trabalhador, visto que começava essa exploração num período de tenra idade.

Nessa perspectiva, ao falar das sociedades capitalistas, Germano (1994) argumenta que,

O Estado, em formações sociais capitalistas, assume, em geral, três funções essenciais: funções de legitimação, que dizem respeito à direção política, à obtenção do consenso da sociedade; funções coercitivas, que correspondem ao domínio e ao exercício da força e da repressão e, finalmente, funções econômicas, que, se caracterizam por servir de suporte à acumulação do capital. [...] A lógica da intervenção do Estado na economia realiza-se, no entanto, em conformidade com a especificidade do desenvolvimento histórico das diversas formações sociais concretas (GERMANO, 1994, p. 70, 72).

No Brasil, o Estado pautou sua atuação por uma acentuada intervenção na esfera econômica, a partir da década de 1930. Mas, segundo Germano (1994), tal intervenção ocorreu de forma mais espetacular durante o Regime Militar e decorreu de uma exigência posta pelo patamar de acumulação de capital alcançado no País quando de uma notável politização dos investimentos estatais, visto que os militares no poder tinham em mente construir uma “potência”, garantir a “Segurança Nacional” e obter a “legitimação” por meio da construção de grandes obras (GERMANO, 1994,

p.72). Para o autor, em linhas gerais, a intervenção do Estado na economia abrangeu:

[...] gestão da força de trabalho, aumento da sua capacidade extrativa ou de exação tributária, dispêndio de vultosos investimentos em infraestrutura e na indústria pesada, concessão de créditos, subsídios fiscais e favores a grupos empresariais que, no limite, redundaram em corrupção e negociatas, endividamento externo e interno (GERMANO, 1994 p. 72).

O Estado Militar acrescenta o autor, ao ampliar os horizontes da sua atuação econômica, revelava seu nítido caráter burguês, visto que sua política econômica mirou conter o trabalho e acelerar a acumulação de capital. Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, tal intervenção compreendeu “a regulação do preço da força e a disciplina do trabalho e a insegurança no emprego” (GERMANO, 1994, p. 72).

Por outro lado, sem dúvida, a atuação do Estado concorreu de forma decisiva para o desenvolvimento das forças produtivas no referido período. Isso pode ser percebido por meio dos dados fornecidos pelo autor, quais sejam: ao final do Governo Geisel, o Brasil estava entre as dez economias com maior Produto Interno Bruto – PIB e era a economia mais industrializada do chamado Terceiro Mundo; entre 1964 e 1980, o Brasil concentrou mais de um quarto de todo o desenvolvimento industrial do terceiro mundo; ampliou, diversificou e elevou o nível técnico da produção nos campos e nas fábricas (GERMANO, 1994, p. 73).

A partir de 1968, teve início um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como o “milagre brasileiro” (1968-1973). Logicamente, não sem antes passar por um período de ajuste (1965-1967). No período do “milagre”, segundo alguns estudiosos, o PIB teve um crescimento anual médio de 9%; a população do Brasil passou de 86 para 105 milhões de habitantes entre 1968 e 1974; a produção de energia elétrica aumentou de 38 para 72 bilhões de kwh; a produção de automóveis de 279.000 a 858.000 unidades; a produção de aço passou de 4,4 para 7,5 milhões de toneladas. (GERMANO, 1994, p. 73)

No entanto, mesmo com todo esse crescimento e desenvolvimento “a ideologia liberal conservadora apontava a inflação e a intervenção estatal na economia como os principais inimigos a combater” (GERMANO, 1994, p. 73). Uma

baixa significativa da inflação só aconteceu no período do “milagre”. Enquanto isso, o poder militar intensificava a regulação da vida econômica e expandia as atividades econômicas do Estado a uma escala até então desconhecida (GERMANO, 1994, p. 73).

Para tanto, o Estado ampliou a sua capacidade extrativa e sua ação empresarial propriamente dita. A ampliação de sua capacidade extrativa se deu com o aumento dos recursos financeiros sob o controle do Estado, por meio do “incremento dos recursos orçamentários notadamente de origem tributária; da expansão dos recursos extra-orçamentários, por meio da criação de grandes fundos e de outros mecanismos de captação de poupanças” (GERMANO, 1994, p. 73-74). Esse mesmo autor cita como exemplo os fundos sociais como o FGTS, o Programa de Integração Social – PIS, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep, entre outros, além dos títulos da dívida pública e da apropriação de parte dos recursos gerados pelas loterias esportiva e federal.

Quanto à ampliação da ação empresarial, Germano (1994), informa que “entre 1966 e 1967 foram criadas mais empresas estatais (cerca de 210) do que nos 60 anos precedentes”. Nesse sentido, ressalta que, livre das restrições eleitorais e do fardo político, o Estado brasileiro tornou sua administração mais técnica, beneficiando muito sua capacidade extrativa. Além disso, em 1976, o Estado contribuía com 64% da poupança nacional; em 1980, os investimentos brutos nacionais que provinham do Governo ou das empresas públicas teriam atingido 70%; em 1974, das 5.133 maiores sociedades comerciais, 39% dos ativos pertenciam a empresas públicas, 18% a firmas estrangeiras e 43% ao capital privado nacional. Por outro lado, entre as 100 empresas que dispunham dos maiores patrimônios líquidos em 1970, 41 eram públicas e em 1972 já eram 46 (GERMANO, 1994, p. 74)

Em 1974, para fazer face à desaceleração de crescimento (início da crise de acumulação e ao primeiro choque do petróleo), o II PND (1975-1979) define um papel ainda mais destacado para as estatais, o que fica bem evidenciado pelos dados citados por Germano:

Em decorrência do denominado tripé (empresas estatais, capital privado nacional, capital privado estrangeiro), que comanda a economia brasileira,

apresentava em 1979, no quadro das 200 maiores empresas não-financeiras, a seguinte situação: a) sob o aspecto da participação numérica, temos: estatais-83; capital privado nacional-78; capital estrangeiro-39; b) pelo critério de patrimônio líquido (em termos percentuais): estatais-77,8; capital privado-13,8; capital estrangeiro-8,3 (cf. Gorender, 1981:99). Este quadro evidencia um incremento da participação do Estado no setor produtivo (GERMANO, 1994, p. 75).

No entanto, a ampliação da interferência do Estado na esfera econômica não significa que ele tenha organizado a produção de forma que contrariasse os interesses privados capitalistas em seu conjunto. O que se percebe é que a ação do Estado serviu de suporte à acumulação, garantindo assim a existência social do capital. Germano defende essa ideia quando faz a seguinte citação:

[...] o setor estatal tem representado formidável alavanca para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e, por conseguinte, para o fortalecimento do próprio capital privado. Nas circunstâncias brasileiras, só o Estado disporia de condições para concentrar com rapidez os imensos recursos requeridos pela construção da infra- estrutura da moderna produção industrial e para o financiamento do capital privado em longo prazo, com juros baixos ou mesmo negativos e outras vantagens decisivas (GORENDER, 1981 *apud* GERMANO 1994, p.75).

Além do mais, se a ampliação da ação econômica do Estado – a uma escala até então desconhecida – decorreu, em parte, da militarização do poder, que conferiu um elevado grau de autonomia de decisões ao Executivo, isso não significa que tal autonomia do Estado tenha-lhe conferido primazia sobre a classe dominante. (GERMANO, 1994, p. 75).

Além do estabelecimento das condições gerais necessárias à produção capitalista em seu conjunto, o Estado concedeu decisivo apoio à reprodução de certos capitais nominais, direcionando recursos “para empresas específicas, ao efetuar verdadeiras doações ao capital privado sob a forma de subsídios fiscais e creditícios, concretizando a transferência de recursos financeiros do setor público para o privado” (GERMANO, 1994, p. 75-76).

Portanto, essas ações do Estado nos fazem perceber que houve um exagerado protecionismo em relação às empresas privadas. No entanto, essa intervenção na economia levou ao descontentamento de algumas frações do capital em relação ao Estado, já que não lhes agradava uma exagerada intervenção na

economia. Para elucidar nossas reflexões, usaremos, mais uma vez, as palavras de Germano ao dizer que:

Em momentos de crise de acumulação, como a que começou a ocorrer no Brasil a partir de 1975, o clamor antiestatista ganha intensidade. Conforme Greider (1982:78), “tornados mais escassos, os recursos econômicos passaram a ser objeto de disputa acirrada entre empresas privadas e estatais de tal maneira que a contenção dessas últimas pareceu solução imperativa imediata para o empresariado”. O conflito não se restringe, no entanto, a uma disputa entre capital privado (nacional e multinacional) e o Estado. Ele vai mais longe e envolve, por vezes, frações do próprio capital privado que lutam entre si e também com o Estado, com vistas à definição de áreas prioritárias de ação, e que se enfrentam mutuamente para serem escolhidos como agentes econômicos privilegiados (GERMANO, 1994, p. 77).

Sabemos que, além das razões de ordem estrutural, o protesto contra a exagerada intervenção na economia envolveu também questões de ordem política. “A hiperconcentração de poderes na cúpula do Executivo impede, dificulta, obstrui os canais de comunicação entre o centro do poder e a burguesia” (GERMANO, 1994, p. 78). Essa luta contra os “excessos estatizantes” acaba por conduzir uma parte da burguesia para a oposição conservadora do Regime. (GERMANO, 1994, p. 79).

Outro aspecto que nos chama a atenção no período governado pelos militares é a importância dada à agricultura no processo de desenvolvimento do País. Se no período que antecedeu ao Regime a agricultura chegou a ser considerada empecilho ao desenvolvimento econômico do País, pelo fato de haver pouca relação entre indústria e agricultura, no Governo Militar ela passou a ser primordial para o desenvolvimento econômico⁷.

Em dissertação defendida em 2001 sobre agricultura e meio ambiente, Luciano Tiago Bernardo afirma que o Governo Militar conseguiu aproveitar os fatores estruturais e políticos para inserir a agricultura no meio econômico, criando condições para a implantação do pacote tecnológico da Revolução Verde⁸ nas

⁷ Para saber mais sobre a importância da agricultura no desenvolvimento econômico do País ler GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira. (1960-1980, 1997).

⁸ Revolução verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas [agrícolas](#) que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais ([fertilizantes](#) e [agrotóxicos](#)), [mecanização](#)

grandes propriedades monocultoras, por meio da modernização conservadora, estabelecendo uma relação de dependência das propriedades agrícolas com os CAIs (Complexos Agroindustriais), acelerando o processo de industrialização da agricultura e, ainda, minimizando as pressões sociais pela mudança na estrutura agrária, muitas vezes pela repressão.

Para afirmar a importância que teve a agricultura no Governo dos militares, Bernardo (2001), faz uma cronologia das políticas implantadas nesse período, quais sejam:

- Plano de Ação Econômica do Governo – Paeg (1964/1966): instalado no Governo Castelo Branco (1964/67), tinha como objetivo dinamizar a agricultura, inserindo ainda alguns pontos de reforma agrária;
- Elaboração do Estatuto da Terra – 1964: inesperadamente, a questão da reforma agrária foi colocada como ponto de grande importância para o desenvolvimento da agricultura no início da ditadura. Entretanto, suas propostas não foram levadas adiante e as questões referentes à estrutura agrária ficaram à margem do processo de desenvolvimento econômico;
- Plano Decenal (1967): no Governo de Costa e Silva (1967/1969), esse programa foi instalado com o intuito de modernizar a agricultura a um patamar ainda mais elevado, com maior incentivo ao uso de máquinas e fertilizantes, consequentemente, maior atrelamento da agricultura à indústria;
- I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972/1974): com o Governo Médici (1968/1974), a modernização da agricultura continua sendo o foco dos programas. Mas, no I PND, as ações foram aplicadas regionalmente, por meio de alguns programas regionais;
- II PND (1974/1979): foi instalado no Governo Geisel (1974/1979, deu continuidade ao I PND reforçando a necessidade de promover o desenvolvimento agrícola como meio de se atingir o desenvolvimento econômico;
- III PND (1980): no último Governo Militar (Figueiredo – 1979/1985), o setor agrícola continuou sendo foco de programas de desenvolvimento, pois ele era

visto como de grande importância para conter a evolução dos preços, gerar divisas para o financiamento da Balança de Pagamentos e estimular o desenvolvimento econômico (BERNARDO, 2001, p. 31-32).

Entre todas essas políticas, julgamos de fundamental importância voltar ao II PND que, nas palavras de Gonçalves Neto (1997), foi, “talvez, o esforço mais bem acabado de uma tentativa governamental para a promoção de transformações na estrutura econômica desde o Programa de Metas”. O referido plano é um importante elo entre a economia do País como um todo e a economia da região de Monte Carmelo onde se localiza nosso objeto de estudo: “Formação/qualificação dos trabalhadores da Indústria de Cerâmica”. Ainda sobre os objetivos do II PND Coutinho e Belluzzo (1982) nos esclarecem que:

Entre 1974 e 1978 a política econômica estiolou-se na tentativa de conjugar objetivos irreconciliáveis. Na primeira fase, entre 1974 e 1976, projetou-se (II PND) um novo padrão de expansão, objetivando-se, de um lado, sustentar as elevadas taxas de crescimento e, de outro lado, reverter a aceleração da inflação e conter o déficit do balanço de pagamentos. Havia, portanto, uma contradição inequívoca entre a política de gasto e investimento público, ambiciosa e expansionista, e a política de crédito e financiamento que deveria perseguir objetivos contencionistas (COUTINHO; BELLUZZO, 1982, p. 159).

Enfim a importância do II PND está em, após analisar o esgotamento das possibilidades de crescimento da indústria, indicar que a “viabilização da meta de crescimento está estreitamente vinculada à importância de consolidar um *modelo brasileiro de capitalismo industrial*. A seguir, aponta como primeiro ponto dessa estratégia industrial o desenvolvimento dos setores de base, enfatizando a indústria de bens de capital, a indústria eletrônica de base e a área de insumos básicos”. (NETO, 1997, p. 35).

Apesar de ter sido parcialmente desativado em 1976, em virtude das políticas contencionistas instauradas pelo Governo, segundo Gonçalves Neto “alguns autores como Antônio Barros de Castro reconhecem o acerto do diagnóstico do II PND e vêem como surgindo do esforço deste período os frutos que são colhidos na recuperação parcial da economia em meados dos anos 1980.” (COUTINHO; BELLUZZO, 1982 p. 35)

Em relação à economia de Monte Carmelo, o II PND foi importante porque, por meio do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro –, o

município foi reconhecido como área prioritária em Minas Gerais para receber investimentos do Governo Federal. Criado em 1975, o Polocentro dispunha, inicialmente, de uma grande quantia de investimento de capitais e de créditos para médios e grandes produtores rurais. O programa tinha como objetivo criar áreas de penetração na periferia dos cerrados para permitir a formação de cidades, escoadouros de produção, concentração de mão de obra, enfim, toda a infraestrutura necessária para um avanço rumo ao interior do cerrado. Para isso, todo um complexo de infraestrutura foi implantado nas regiões escolhidas: rodovias, armazéns, minas de calcário e fosfato, silos, apoio à pesquisa e assistência técnica, rede de energia elétrica etc. (BERNARDO, 2001, p. 36)

No entanto, a chamada “modernização da agricultura”⁹ e em particular o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), provocaram um acentuado êxodo rural na região de Monte Carmelo, visto que com as medidas tomadas o pequeno e médio produtor foi nitidamente prejudicado.

À medida que vai ocorrendo essa “modernização”, vai havendo também uma exigência cada vez maior de capital para sua implementação. Isso torna a situação do pequeno e médio produtor cada vez mais complicada, pois, por um lado, há a necessidade cada vez mais crescente que ele “modernize” sua produção, para que tenha condições de concorrer no mercado com os grandes produtores que têm capital para investir, por outro lado, a falta de dinheiro para investir os empurra para uma tal situação, que ele acaba vendo como solução sua saída do campo rumo à cidade em busca de alternativas melhores. Percebe-se desta forma que, o pequeno e médio produtor, antes de ser beneficiado por essas transformações acabou sendo prejudicado, pois se viram cada vez mais despossuídos, espoliados, obrigados a deixarem seus lugares de origem (SILVA, 2001, p. 20).

Dessa forma esses pequenos e médios agricultores se viram obrigados a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida para suas famílias. Outro trabalho que trouxe grandes reflexões sobre o processo de expropriação de trabalhadores do campo e a impossibilidade de sobrevivência no campo em função da expropriação dos meios de produção na região de Monte Carmelo foi a dissertação de Antônio de Pádua Bosi, 1997. Nesse sentido o autor conclui que: “de uma forma geral, pode-se dizer que a razão que levou essas pessoas à cidade de

⁹ Ver dissertação de mestrado da Geógrafa Vera Lúcia Salazar Pessoa: “Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia” referente às transformações ocorridas na agricultura brasileira a partir da década de 1950, que se vão efetivar nas décadas de 1970 e 1980, e de que forma essas transformações se ligam à saída do homem da zona rural em direção à cidade.

Monte Carmelo foi a impossibilidade de continuar vivendo no campo, combinada com diversas expectativas de melhorar suas vidas” (BOSI, 1997, p. 34). A Tabela 1 mostra essa movimentação da população rural em direção à cidade. Já o Gráfico 1, sobre a quantidade de cerâmicas e olarias em Monte Carmelo, deixa evidente um acentuado aumento das mesmas também entre as décadas de 1970 e 1990. Ainda sobre o gráfico 1, a quantidade de cerâmicas registradas junto à prefeitura chamamos a atenção para a seguinte questão: embora entre 1999 e 2009 o gráfico apresente um aumento do número de indústrias, a quantidade de cerâmicas consideradas de médio porte diminuiu significativamente nesse período. Segundo dados da associação dos ceramistas das 30 cerâmicas consideradas de médio porte existentes no final da década de 1990 só restaram 17 em 2009. É sobre as cerâmicas de médio porte que se trata a reportagem do jornal Correio de Uberlândia mencionada anteriormente que fala de uma queda de mais da metade do número de indústrias de cerâmica na região nos últimos anos. Já o gráfico trás a quantidade de empresas incluindo além das empresas de médio porte também as micro e pequena empresas, por isso apresenta uma aumento do número de indústrias e não uma queda entre 1999 e 2009 como mencionamos anteriormente. Salientamos ainda que nossa pesquisa teve como foco apenas as empresas consideradas de médio porte.

Tabela 1 População residente - município de Monte Carmelo

ANOS	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1960	11.847	43,11%	15.631	56,89%	27.478
1970	13.439	65,80%	6.978	34,20%	20.417
1980	21.650	80,60%	5.224	19,40%	26.874
1991	29.532	85,00%	5.173	14,90%	34.705
2000	38.229	87,10%	5.665	12,90%	43.894
2007	-	-	-	-	44.367

Fonte: IBGE - 2009

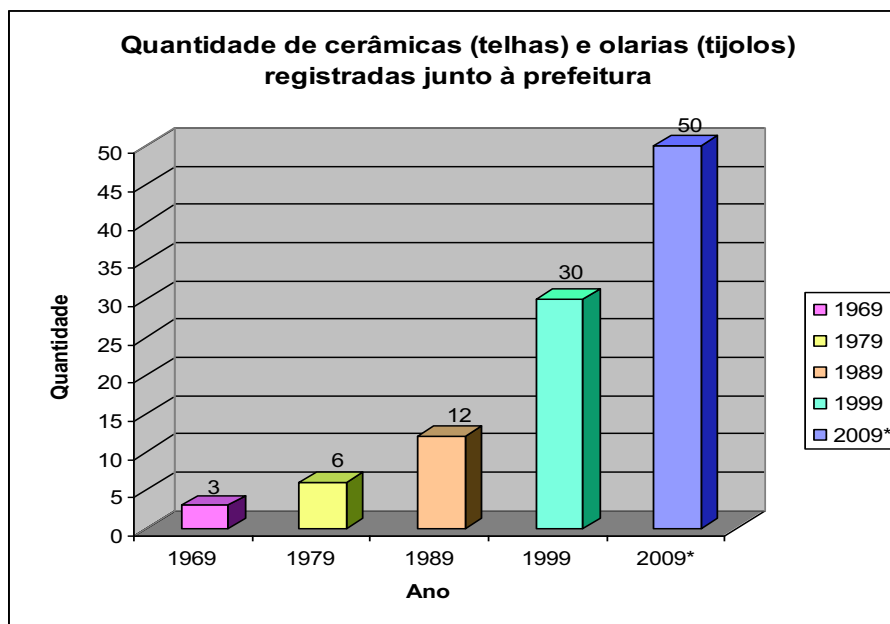


Gráfico 1 Quantidade de cerâmicas e olarias registradas junto À Prefeitura de Monte Carmelo, entre 1969 e 2009.

2009* – das 50 empresas: 17 são de médio porte, 12 pequenas e microempresas e 21 são cerâmicas/olarias que são, em sua maioria, microempresas.

Fonte: Prefeitura Municipal (2010)

Essas famílias, ao chegarem à cidade, tinham que procurar outras formas de sobrevivência que não a agricultura, apesar de muitas delas terem continuado a trabalhar no campo como “boias frias”, ou trabalhadores temporários em época de colheita de café. Mas a maioria serviu para formar um contingente de mão de obra para a Indústria de Cerâmica que, nesse momento, passava por um período de expansão, como podemos constatar nos dados citados acima. Essa movimentação dos trabalhadores em direção à cidade e suas tentativas de ingressar no trabalho da indústria de cerâmica está bem relatado por meio de falas dos próprios trabalhadores registradas no trabalho de dissertação de Silva (2001), que trata do cotidiano dos trabalhadores ceramistas em Monte Carmelo de 1970/2000.

Como se vê, o período governado pelos militares trouxe grande movimentação para a economia do País, ao tentar impulsionar o processo de modernização usando como eixo a agricultura. Verifica-se também que esse processo de modernização beneficiou indiretamente a indústria de cerâmica em Monte Carmelo com o aumento de mão de obra disponível e, segundo o Historiador Marcos Santos, há indícios de que parte do dinheiro recebido para a modernização

da agricultura por meio do POLOCENTRO tenha sido investido na indústria de cerâmica, haja vista a incrível coincidência de muitos dos agricultores beneficiados com o programa serem também ceramistas ou pertencerem a famílias que trabalham com a mesma.

Em síntese, a indústria de cerâmica em Monte Carmelo passou por um crescimento na década de 1950 impulsionado pela construção de Brasília, no início do Governo dos militares essa indústria sofreu uma retração em função das medidas de combate a inflação que afetaram a indústria da construção civil da qual a indústria ceramista é base e voltou a crescer na década de 1970, impulsionada pelas ações do Governo Federal, na tentativa de modernização da economia, entre elas a implantação do Sistema Financeiro Habitacional, que serviu como alavanca para a indústria de cerâmica, que como já mencionamos, é primordial para a construção civil.

1.4.2 Década de 1980 e a “Nova República”

A década de 1980, em âmbito mundial, foi marcada pela consagração do modelo neoliberal na economia dos Estados Unidos e do Reino Unido. Esse modelo prevê a menor interferência possível do Estado na atividade econômica, como estímulo à iniciativa individual e à competição. Já o contexto histórico brasileiro era, na referida década, de abertura do Regime de Ditadura Militar que o País vivia desde o Golpe de 1964. Contudo, considerando a influência dos países capitalistas, em especial dos Estados Unidos sobre o Brasil, podemos observar também aqui a influência dos pressupostos neoliberais na economia.

Germano (1994) destaca como período de declínio e esgotamento da ditadura Militar o período que vai de 1974, com a eleição de Geisel ao término do Governo Figueiredo, em 1985. Para tanto, cita como iniciativas liberalizantes: o abrandamento da censura à imprensa; a busca de apoio para o processo de abertura, junto a jornalistas e editores de alguns dos principais órgãos de imprensa do País; encontro de Geisel com representantes da Igreja por meio da CNBB; encontro com lideranças sindicais e com defensores do estado de direito; o fim do AI-5 em 1978; a concessão da anistia política em 1979 e a restituição das eleições diretas para governadores

em 1982, entre outras. Mas salienta que esse não foi um percurso linear, visto que o autoritarismo esteve forte em várias ocasiões, à medida que a oposição aumentava sua influência na sociedade e o Regime perdia força (GERMANO, 1994, p. 215).

Assim vivendo uma crise de legitimidade o Estado começou a mudar sua forma de ação em relação às classes subalternas, procurando obter consenso social por meio de uma mudança no discurso e na forma de relacionamento com as mesmas. Os discursos ganharam materialidade por meio de planos, programas, e projetos destinados aos “carentes” quais sejam: criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Conselho de Desenvolvimento Social e o Fundo de Assistência Social (FAZ). Além disso, foram implantados também programas de impacto político que procuram envolver a “participação comunitária” como: Programa de Nutrição e Saúde (PNS - 1975); Sistema Nacional de Emprego (SINE – 1975); Programa Nacional de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR – 1976); Programas de Bem-Estar do Menor (1977); Programa de Ações Socioeducativas e Culturais para as Populações Carentes no Meio Urbano, PRODASEC, e do Meio Rural – PRONASEC (1980); Criação do Fundo de Investimento Social- Finsocial (1982); Projeto Vencer (para crianças de sete a quatorze anos não alfabetizadas) – 1984 etc. No entanto, com esses programas, não se obteve “justiça social”, pois as bases da desigualdade permaneceram e foram mesmo agravadas ao longo dos anos 1980 (GERMANO, 1994, p. 223- 256).

O Governo Geisel foi marcado pelo desenvolvimento de grandes projetos econômicos como Itaipu e ferrovia do aço, diga-se de passagem, diretamente vinculados à acumulação do capital e financiados com vultosos recursos externos. Já o Governo Figueiredo teve como prioridade efetuar o pagamento da dívida externa.

A partir de 1981, portanto tem início um ciclo de crise econômica que conduz o país à recessão e mesmo à estagflação: desemprego, queda da produção industrial, aumento da inflação, compressão salarial. A desigualdade da distribuição da renda acentua-se, revertendo a ligeira melhora que ocorrera no período 1976-1981 (GERMANO, 1994, p. 268).

Em 1984, o Brasil já entrava em seu quarto ano consecutivo de declínio econômico. Entre 1980 e 1983, o PIB, em termos per capita caíra 13%. E foi assim que anos de progresso econômico arduamente conquistado foram devorados pela

crise. E, para tentar sair da crise, o Governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ficando, assim sujeito aos seus ditames. No entanto, “entre 1970 e 1987, o País apresentou um dos maiores crescimentos econômicos do mundo (apesar da crise dos anos 1980), incluindo-se entre os dez maiores PIBs do globo” (GERMANO, 1994, p. 277). No entanto, segundo dados publicados pela Folha de São Paulo, em 1990, a sua distribuição de renda, era, igualmente uma das piores do mundo em 1989. (GERMANO, 1994, p. 268 - 277), o que significa que, no período governado por José Sarney (1986-1989), não houve melhoria em relação à distribuição de renda, deixando evidente que crescimento econômico não significa melhores condições sociais para a população.

Ricardo Carneiro e José Carlos Miranda (1986), ao tratarem da economia brasileira na década de 1980, ressaltam que o período de 1981-1983 foi caracterizado pelo ajuste estrutural decorrente da política econômica imposta pelo FMI; dito de outra forma, foi um período marcadamente recessivo e com inflação altíssima que saltou do patamar de 100% em 1981/82 para 230% em 1983/84. Já em 1984, apesar da insistência em políticas econômicas restritivas, o excepcional desempenho da balança comercial provocou uma gradativa retomada da produção corrente. Em 1985, houve uma gradual recuperação da demanda interna com crescimento da agropecuária, da indústria (construção, transformação, extrativa mineral). Houve, então, um crescimento do PIB, em 1985 de 8,3%, esse crescimento apoiou-se na elevação do salário médio e do emprego com a consequente expansão da massa salarial e aumento do consumo (salário médio da indústria cresceu 6,3% e o emprego 13,4%). No entanto, embora a recuperação do salário e do emprego tenha ocorrido de forma geral, ela foi sensivelmente maior para os salários mais altos e para o emprego industrial. (GERMANO, 1994, p. 9-12). Não podemos deixar de mencionar que no campo político o ano de 1985 foi marcado pelo fim do Governo Militar, dando início à chamada “Nova República”.

A política econômica da Nova República

[...] inicia-se com um conjunto de medidas caracterizadas pelo ecletismo. Combinam-se um diagnóstico conservador sobre as origens do déficit público e seus efeitos sobre a inflação e uma política salarial mais generosa, fruto dos maiores compromissos sociais do novo regime (CARNEIRO; MIRANDA, 1986, p. 13).

O Ministério da Fazenda iniciou uma nova fase da política econômica ao substituir o Ministro Dornelles por Dílson Funaro. Assim, com a posse de uma nova equipe econômica no Ministério da Fazenda e no Banco Central,

[...] reduziu-se substancialmente o grau de conflito interno na condução da política econômica da Nova República. A orientação desenvolvimentista, até então defendida pela SEPLAN (Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento), tornou-se a opção estratégica da administração Sarney (PRESSER, 1986, p. 266).

Carneiro e Miranda (1986) comentam que a estratégia econômica montada na Nova República, a partir de setembro, configurou-se como uma alternativa de elevado risco, visto que

[...] reorientar o crescimento econômico para o mercado interno, após quatro anos de recessão, com as finanças públicas e o balanço de pagamento submetidos à pressão constante das dívidas interna e externa e, ainda mais com a inflação no patamar de 230%, apoiada num sistema de indexação que tornou o sistema mais vulnerável a pressões de custo e a choques de oferta, configurava-se cada vez mais inviável (CARNEIRO; MIRANDA, p. 18).

No entanto, para esses autores, a política econômica da Nova República após setembro de 1985 e, em particular, após o plano de estabilização, pode ser considerada como uma política de transição para um novo padrão de desenvolvimento econômico.

O estado de Minas Gerais não fica alheio a essa dinâmica do capitalismo e foi nesse contexto que aconteceu o processo de consolidação e de crescimento da indústria de cerâmica em Monte Carmelo. No entanto, os processos de trabalho e extração da matéria-prima (argila) continuavam a acontecer de forma precária e com instrumentos e máquinas arcaicos; o combustível de queima continuava sendo a lenha (em grande parte lenha nativa do cerrado) retirada para dar espaço ao plantio de lavouras de café e soja na região.

1.4.3 Década de 1990 e a reestruturação produtiva no Brasil

Por reestruturação produtiva entende-se o processo de reordenação e de gerenciamento do mecanismo de trabalho, ou seja, a reinvenção da divisão social do trabalho, caracterizada como cooperação complexa, influenciou o modo pelo qual a organização e o gerenciamento do processo de trabalho ocorreriam no interior das empresas, transbordando para outras áreas, como a organização da escola, pois, à medida que essa nova forma de produção se ampliava, reorganizavam-se, de modo correspondente, as relações sociais (NORONHA, 2008, 24-25). No dizer de Ricardo Antunes (2008):

[...] foi durante a década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, que levou as empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho [...]. Foi nos anos 1990, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital se desenvolveu intensamente em nosso País, por intermédio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da lean production, do Just-in-time, kamban, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho e da transferência de plantas e unidades produtivas. (ANTUNES, 2008, p. 123-124,.)

Como exemplo de reestruturação produtiva tem-se a mudança do sistema taylorista-fordista para o sistema toyotista de produção. Segundo João Bernardo (2004), enquanto, no sistema taylorista, os capitalistas levaram ao limite o desenvolvimento da mais-valia relativa assente na componente muscular da força de trabalho, no sistema toyotista chegaram à conclusão de que era necessário explorar o componente intelectual do trabalho e que era necessário fragmentar ou mesmo dispersar os trabalhadores (BERNARDO, 2004, p. 77-80).

Outro autor que nos esclarece sobre essas mudanças é Vasapollo (2005),

Desde o segundo pós-guerra, com desenvolvimento tecnológico, seja no método de produção seja de forma mais direta no mundo do trabalho. A indústria vem se transformando, os equipamentos criados para melhorar a produtividade do trabalho nos processos repetitivos vêm, na verdade, aumentando os ritmos e os encargos dos trabalhadores sem responder com iguais incrementos de salários reais ou correspondentes reduções das jornadas de trabalho. Houve, além do mais, outra mudança importante: passou-se da grande indústria que abrigava em seu interior todos os processos de produção para um modelo de descentralização produtiva (VASAPOLLO, 2005, p. 18).

Com a reestruturação produtiva do capital, ocorreu uma redução do proletariado industrial, fabril, era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista; ele foi substituído por formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se organizavam por meio de empregos formais. Assim, podemos dizer que a diferença entre a forma de produção fordista-taylorista e a pós-fordista é que na primeira a força de trabalho tem de ser especializada, alinhada a uma forma de trabalho sempre igual, ao passo que, na segunda, há a necessidade de que o trabalhador especializado alcance um alto grau de adaptabilidade às variações de ritmo, de função e de papel. E tudo isso no dizer de Vasapollo:

Cria outra importante mudança, pois, no fordismo, os direitos sociais dos trabalhadores tinham uma validade universal e eram protegidos por lei, enquanto que, no pós-fordismo, os direitos desapareceram. Agora, são as leis do mercado a mandar, a impor qualidade e quantidade em tempo real, o trabalho se tornando cada vez mais construtivo, obediente e fiel. (VASAPOLLO, 2005, p. 26)

Dessa forma, essa nova organização capitalista do trabalho foi caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. Nesse processo, a flexibilização é considerada como uma das alternativas para combater o desemprego. Mas, o que devemos entender por flexibilização? A quem de fato ela beneficia? Parece evidente que quem se beneficia com esse processo de flexibilização são as empresas que a entendem como liberdade para demitir parte de seus empregados quando a produção ou as vendas diminuïrem; liberdade por parte da empresa para reduzir o horário de trabalho ou para recorrer a horas extras quando achar conveniente, ou seja, a flexibilização não é solução para aumentar os índices de emprego. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições ou, como argumenta Telles:

A desmontagem das formas estatais de regulamentação das relações de trabalho e conflitos trabalhistas vem dando lugar a uma segmentação jurídica que joga muitos no pior dos mundos, um mundo no qual não existem as garantias (por definição já precárias) de um contrato de trabalho regular, que se estrutura à margem das normas pactuadas e dos benefícios conquistados em acordos trabalhistas e se fragmenta na ausência de mecanismos estáveis de representação. Na avaliação das normas trabalhistas é uma proposta (e já realidade nas práticas crescentes de terceirização), que restringe ao invés de

ampliar direitos, nega o caráter público que deveriam conter e elidem a própria questão da justiça, ao menos tal como formulada na concepção moderna de direitos, via uma regulamentação do trabalho inteiramente submissa aos critérios da racionalidade instrumental do mercado (TELLES, 1994, p. 96).

Portanto, os processos de reestruturação produtiva realizados pelo sistema capitalista têm levado a uma perda constante dos direitos conquistados pelos trabalhadores em décadas de luta por melhores salários e condições de trabalho, o que já não nos surpreende, pois quando percebemos a lógica perversa de acumulação e lucros cada vez maiores que o sistema capitalista põe em prática, verificamos que para conseguir tal objetivo terá que explorar (expropriar) o trabalhador ao máximo, inclusive, apropriando-se de sua subjetividade.

Ricardo Antunes em *O caracol e sua concha*, ao lembrar Marx, “O trabalhador e seus meios de produção não devem ser separados, assim como o caracol não se separa de sua concha, mas essa separação se tornou a base principal da manufatura que, além de separá-los, converteu os meios de produção em capital”. Nesse sentido é que o autor argumenta: “Recuperar, em bases totalmente novas, a unidade inseparável entre o caracol e sua concha, eis o desafio mais candente da sociedade moderna” (ANTUNES, 2005, p. 20). Ou seja, Antunes sugere que devemos recuperar, de maneira nova, a união entre o trabalhador e seus meios de produção.

Dessa forma, o atual esquema de poder internacional que, a nosso ver, tem levado a uma acelerada e progressiva desestruturação da forma de organização do trabalho e a um número cada vez maior de trabalhos informais sem as garantias e proteções de um trabalho formal; trabalhos estes que colocam os trabalhadores cada vez mais dependentes da “boa vontade”, ou melhor, “à mercê da tirania do mercado”.

Todo esse processo histórico, em âmbito internacional, afetou os trabalhadores do Brasil e, entre eles, aqueles que vendem a sua força de trabalho às indústrias ceramistas da cidade de Monte Carmelo. Esta passou, na referida década, por um processo de crescimento em relação à década anterior no que se refere a quantidade de indústrias em torno de 56% passando de doze indústrias no final da década de 1980 para 30 na década de 1990. Nesse período, houve também um

aumento da introdução de máquinas no processo de produção, que levou a uma mudança significativa nas relações de trabalho.

Não podemos deixar de mencionar também a crise vivida pela indústria ceramista no final da década de 1990 e início dos anos 2000; essa crise levou a cidade a perder o posto de capital da telha, visto que mais da metade das empresas destinadas a fabricação de telhas cerâmicas fecharam as portas. No entanto, a partir de 2002, a indústria começou a passar por um processo de recuperação de seu nome frente ao mercado consumidor quando passou a fazer um trabalho que visava à qualidade. Esse processo de busca da qualidade deu certo, tendo seu coroamento em 2009, quando o parque cerâmico de Monte Carmelo passou a ter todas as cerâmicas de porte médio com selos de certificação (CCB e INMETRO), tornando-se o maior pólo cerâmico produtor de telha e com maior certificação do Brasil, com legalização das barreiras de extração de argila em mais de 80% e com melhoras significativas tanto na estrutura das empresas quanto em relação ao passivo trabalhista. Assim, podemos dizer que a indústria de cerâmica em Monte Carmelo venceu as intempéries e passa nesse momento por um período de grandes expectativas, pois conta com o mercado de construção civil aquecido em função da redução das taxas de juros e o lançamento do programa “Minha casa minha vida”, do Governo Federal, que tem como objetivo a construção de um milhão de moradias para famílias cuja renda não ultrapasse dez salários mínimos.

A situação de precarização do trabalho vivida pelos trabalhadores de Monte Carmelo, do Brasil e do mundo, será novamente abordada no próximo capítulo em que tratamos das transformações do sistema capitalista e como elas repercutem no mundo do trabalho.

CAPÍTULO 2

AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA E SUAS REPERCUSSÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Por nenhum dinheiro

Mulher, cuida das crianças
Que hoje não vou voltar
Houve traição na segurança
Vindo minha a vida ceifar

Enfrentei a jornada dia-a-dia
Para bons exemplos deixar
Mas me entreguei na labuta vadia
Para aquele que só sabe explorar

A dor que o rico sente
É do medo do dinheiro da gente
A dor no meu lar agora
É de um pai de família ausente

Seja um homem atuante
Lute sempre companheiro
Que nem saúde nem mais vidas nossas
Sejam ceifadas por nenhum dinheiro¹⁰

Ao longo de sua História, o capitalismo tem passado por inúmeras transformações, na constante busca do equilíbrio entre a produção e o consumo, tende a buscar mais mercado para seus produtos, expandir suas fronteiras procurando mais e mais lucro. O que está em jogo é a reprodução do capital. Assim, o capitalismo é movimento, é transformação constante das bases materiais da produção, acumulação frenética, centralização crescente. Sobre esse desequilíbrio entre produção e consumo Mello (2000) ressalta que

As sucessivas “epidemias de superprodução” que passaram a irromper a partir de meados do século XIX, afetando todo o conjunto do sistema capitalista, já não mais figuravam como simples concorrências locais, nacionais ou simplesmente “européias”. Desde então essas crises, tal qual poderes infernais que escapam ao controle do feiticeiro que os pôs em

¹⁰ Poema de Huender Franco em homenagem a dois trabalhadores da indústria de cerâmica de Monte Carmelo, mortos em acidente de trabalho em 19/11/09)

movimento, transbordam para todos os lados sob a forma de “dejetos sociais”- os acúmulos do “excesso de civilização” que já não cabem no recipiente limitado da propriedade burguesa: falências, desemprego, pauperismo, subconsumo, violência e toda sorte de barbarismo. (MELLO, 2000, p. 109).

Esta fase atual do capitalismo caracteriza-se por estar em todo e qualquer canto do planeta, Chesnais (1997), denomina-a pela expressão “mundialização do capital”, que exprime o fato de o capitalismo se encontrar num contexto de quase total liberdade do capital para desenvolver-se e valorizar-se, apoiando em grandes monopólios, oligarquias. Essa mundialização do capital tem também como aliado o capital financeiro que é o movimento do capital produtor de valor e de mais-valia, é a capacidade do capital de se valorizar sem sair da esfera financeira.

O capitalismo, como um modo de produção que expressa contradições inconciliáveis, é alvo de discussões que apontam a sua ruptura ou continuidade, limites ou possibilidades, entre outras questões, Mészáros (2003), aponta que,

[...] o capitalismo é baseado em contradições que se materializam no antagonismo inconciliável entre o capital e o trabalho, contradições que se manifestam nas relações entre a produção e o controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento; produção e destruição; domínio e dependência do trabalho vivo; produção e negação do tempo livre; autoritarismo e consenso nas tomadas de decisões; emprego e desemprego; economia e desperdício de recursos humanos e materiais”; crescimento da produção e destruição ambiental; regulação econômica e política de extração de mais-valia etc. (MÉSZÁROS, 2003, p. 19-20).

Nesse sentido, para expandir seus lucros cada vez mais, o capitalismo produz mais do que pode consumir, provocando, assim as crises provenientes do desequilíbrio entre a produção e o consumo. Essa tendência traz consigo consequências, ocorrendo um enxugamento do mercado em termos da eliminação daqueles capitais individuais que não resistem ao período de estagnação.

Apesar da grave crise por que passa o capitalismo, não podemos advogar sua crise final, pois o capital pode-se contrapor a essa tendência, assim como nos aponta Mello (2000),

[...] no capitalismo, cada fase de queda da taxa geral de lucro leva a uma crise sistêmica e, o espaço de sua superação, a um novo estágio do processo de concentração. Isso conduz a uma crescente mundialização do capital (sua

expansão), que, por sua vez, ativa e reforça o próprio processo de centralização, intensificando o desenvolvimento dos monopólios até sua estruturação em escala definitivamente transnacional. A partir de então, um novo ciclo de acumulação se inicia, com uma taxa maior de centralização do capital, um novo surto de desenvolvimento das forças produtivas e uma nova expansão do mercado. Um novo ciclo de concorrência (mais seletiva) reativa a necessidade de mais acumulação, expansão do capital e produção de mais-valia em escala relativamente ainda mais ampliada. Por sua vez, tal qual em estágios anteriores, o incremento da produtividade novamente se choca com as bases proporcionalmente estreita nas quais se assentam às relações de consumo. Nova crise, depreciação do capital (descapitalização), centralização, ampliação do domínio monopolista do mercado..., até a emergência de períodos de crise cíclica cada vez mais graves e de difícil solução. (MELLO, 2000, p. 136).

Ao tentar reproduzir-se, o capitalismo apresenta estratégias para se expandir. Uma delas é a criação da sociedade do descartável, em que o capital, não tendo mais como ampliar seu círculo de consumo, passa a reduzir o tempo de vida útil da mercadoria, para acelerar a circulação, passa a sucatear maquinário totalmente novo após pouco tempo de uso, ou ainda, substituir mercadorias por outras mais avançadas. Nesse sentido é que Ricardo Antunes diz que estamos vivendo a plenitude da sociedade involucral, geradora do descartável e do supérfluo (ANTUNES, 2005, p. 41).

Aqui se apresenta uma das contradições inconciliáveis do capital: ele se mantém por meio da produção e consumo de mercadorias, mas produz o aumento da miséria, manutenção e aprofundamento das desigualdades sociais, desemprego em massa etc. Como o capital pode manter-se nessa lógica destrutiva? A lógica do sistema tem convertido a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumentado o exército industrial de reserva, do número de desemprego e que cada vez mais subordina o valor de uso ao valor de troca.

Para sair da crise, o capitalismo usa como armas importantes na luta pela sobrevivência e articulação de novas formas de dominação: novos inventos e descobertas científicas que são incorporados à indústria, capacitando o capital a movimentar quantidades sempre maiores de matérias-primas e maquinaria sem o auxílio proporcionalmente correspondente de trabalho vivo. É o capital acumulado, centralizado e mundializado, tendo que continuar a crescer para poder renovar-se, tendo que impor-se a todo o mercado mundial para continuar a respirar. Atilio Boron (2001) defende que,

[...] a consolidação do capitalismo como sistema mundial é produto, da mesma forma que ocorre em espaços nacionais, de uma correlação de forças que pôde consagrar a supremacia do capital sobre o resto da sociedade. A tal ponto que é possível sustentar que esta se converteu em um refém daquele e que a ditadura dos mercados na fase da globalização neoliberal não reconhece nenhum limite. (BORON, 2001, p. 41).

Portanto, a fase atual do capitalismo caracteriza-se por estar em todo e qualquer canto do planeta; alguns autores denominam essa fase de mundialização do capital (CHESNAIS; MELLO, 2000), outros de globalização (BORON); o que importa, no entanto, é que essa fase exprime o fato de o capitalismo se encontrar num contexto de quase total liberdade do capital para desenvolver-se e valorizar-se, apoiando-se em grandes monopólios, oligarquias, ou seja, apoiando-se na centralização e concentração do capital que tem um papel decisivo na vida econômica de muitos países; nesse sentido Boron (2001), nos diz que,

[...] estrutura de poder internacional apresenta em sua cúpula umas 200 megacorporações cujo volume combinado de vendas é superior ao produto interno bruto nacional de todos os países do mundo com exceção dos nove maiores. Isso é, esses modernos leviatãs do mercado têm um poderio econômico equivalente ao de 182 países [...] Trata-se, certamente, de grandes oligopólios industriais, comerciais, financeiros e de comunicação, com uma presença dominante nos mais diversos países do globo, ainda que todos tenham; apesar de sua retórica, uma clara 'base nacional'. 96% dessas duzentas grandes firmas só têm sua matriz em apenas oito países. Por isso é sumamente importante não se deixar seduzir pelo canto de sereia do neoliberalismo e sua falsa pregação acerca de empresas 'globais' desvinculadas de qualquer base nacional (BORON, 2001 p. 42).

Essa mundialização do capital tem como aliado, além dos monopólios e oligarquias, o capital financeiro, que é o movimento do capital produtor de valor e de mais-valia, é a capacidade de o capital se valorizar sem sair da esfera financeira. Atilio afirma, ainda, que o poderio desse núcleo do capitalismo se agiganta, quando a ele se acrescentam os 'cães de guarda' dessa verdadeira classe dominante mundial: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, pois, segundo ele, o papel dessas instituições não se limita a efetuar estudos e formular recomendações; "[...] são custódios do predomínio internacional do capital financeiro e principais agentes do disciplinamento universal. Sua função é a de comissário político que responde primordialmente aos interesses imperiais dos Estados Unidos" (Boron, 2001, p. 45-46).

Nessa nova fase do sistema capitalista, mais uma vez, aparece a contradição, “globalizou-se o sistema financeiro internacional, sem dúvida, mas não ocorreu o mesmo com o comércio de produtos agrícolas e com uma ampla gama do setor de serviços” (BORON, 2004, p. 134). Nesse sentido é que o autor defende que o eixo fundamental do capitalismo contemporâneo passa pela circulação financeira e que o impacto negativo que a hegemonia do capital financeiro tem sobre a estatização do regime democrático, dado que suas possibilidades de prosperar têm um forte componente predatório. Outro aspecto importante para o qual o autor nos chama atenção é que,

Enquanto o capital industrial se acha muito ligado ao espaço nacional e deve, portanto, elaborar estratégias de longo prazo congruentes com a maturação de seus investimentos, o capital financeiro se acha completamente liberado dessas restrições e atua com independência de sua base nacional e em um horizonte temporal de prazo muito curto (BORON, 2001, p. 55).

Podemos inferir que essa supremacia do capital financeiro traz como consequências o aumento da pobreza, a desigualdade social e a iniquidade econômica, provocando desemprego em massa, pauperização e exclusão social, além disso, institui uma modalidade de acumulação em que os superlucros do capital são independentes do crescimento geral da economia, deixando, assim, de promover o aumento de postos de trabalho como provavelmente ocorreria se o dinheiro tivesse sendo investido na economia real.

O que podemos afirmar diante da atual conjuntura é que:

Esse capitalismo parasitário e rentista gera altíssimas taxas de lucro em favor de seu caráter puramente especulativo e riscos empresariais enormes, porque assim como se ganha muitíssimo dinheiro numa operação financeira que consome apenas alguns minutos, pode-se perder uma fortuna da noite para o dia. Este capitalismo desestimula o investimento nos setores produtivos, porque mesmo os capitalistas mais propensos a investir na produção de bens dificilmente resistem à tentação de colocar uma parte crescente de seu estoque de capital em operações especulativas de curto prazo que, se são bem sucedidas, lhes garantem taxas de rentabilidade impensáveis no setor industrial. Isso gera, portanto, descapitalização do setor produtivo, recessão econômica prolongada, altas taxas de desemprego (pois, para essas pequenas operações especulativas não é necessário contratar demasiados trabalhadores, nem construir fábricas, nem semear terras) empobrecimento geral da população, crise fiscal (porque é um mecanismo de acumulação mediante o qual se pode burlar os controles de capital, debilitando a base financeira dos Estados), e tudo isso, por sua vez, tem um impacto muito negativo sobre o meio ambiente e, claro, sobre o crescimento econômico (BORON, 2004, p. 145-146).

Aliado a este complexo processo da financeirização do capital, encontra-se o neoliberalismo que, segundo Leda Paulani (2005), trata-se de uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar. Os neoliberais acreditam que o mercado deva ser o regulador da sociedade e, por isso, não deve sofrer restrições por parte do Estado, pois promove a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência da qual depende a prosperidade de todos. Isso ocorre, porque todos têm mercadorias a serem vendidas, negociadas no mercado, inclusive o trabalhador, que possui a força de trabalho, que é uma mercadoria e deve ser livre para vendê-la “quando, como e por quanto quiser”. Com esses pressupostos, os neoliberais defendem o “mercado como a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo (...). Nesse sentido, qualquer intromissão do estado torna-se perniciosa” (PAULANI, 2005, p. 126). Dessa forma, a sociedade passa a ser regulada apenas pelas questões econômicas, já que todos os males da sociedade parecem poder ser resolvidos pela abertura da economia, pela diminuição do estado (privatizações) e de seus gastos. No entanto, cabe aqui uma ressalva visto que como temos acompanhado ao longo da história os neoliberais aprovam sim algumas intervenções do Estado: aquelas que atendem a seus interesses como, por exemplo, acabar com as barreiras alfandegárias, ou ainda quando o Estado possibilita o investimento privado em áreas estratégicas como educação, transporte e saúde, ou seja, quando facilita o livre trânsito do capital e as possibilidades de acumulação.

As premissas do Estado Neoliberal podem ser definidas por meio de dois termos: racionalidade política e reestruturação econômica. Tendo o mercado como o regulador da sociedade, o neoliberalismo propõe reformas como a privatização que visa a restringir a ação do Estado. No campo educacional, os neoliberais defendem que a escola deve funcionar como uma empresa para buscar eficiência, eficácia e produtividade, exigências essas feitas pela nova conjuntura social. Nesse sentido, à Educação é atribuído o papel de fornecedora de força de trabalho qualificada, apta à competição no mercado. Para os neoliberais, os problemas enfrentados pela Educação são dificuldades de ordem técnicas e administrativas, nada têm a ver com as estruturas sociais da sociedade. Tudo não passa de má gestão por parte do poder público, como desperdício de recursos, corrupções etc. Definem, assim, soluções técnicas e administrativas para fornecer qualidade à Educação.

No entanto, as classes prejudicadas com o desemprego estrutural, não estão totalmente alheias a este processo. Os chamados “novos movimentos sociais” que abarcam grande massa de trabalhadores, jovens, mulheres, indígenas, minorias de todo tipo de setores sociais se movimentam no sentido de lutar pela humanidade e contra a atual fase do capitalismo.

Essa mudança na sociedade civil internacional foi tão importante que a hegemonia incontrastada que o pensamento neoliberal tinha a poucos anos, permitindo, por exemplo, que os senhores do dinheiro, [...] se reunissem em Davos, praticamente gozando de uma popularidade universal, agora tenham que se reunir em lugares remotos e inacessíveis, como se fossem uma gangue de foras da lei, para poderem discutir seus planos de domínio universal (BORON, 2004, p. 151).

Isso demonstra que a hegemonia não está sendo constituída sem ser também contestada, o que está em jogo é a correlação mundial de forças da humanidade que busca a ruptura ou a manutenção do atual sistema. E o campo educacional se mostra aberto às disputas de formação de sociedade e de homem.

Diante desse momento histórico em que o capital se apresenta de maneira mais universal e catastrófica, reproduzindo uma “desordem”, cada vez mais injusta e desigual, encontramos-nos no momento de denunciar essa precariedade social e mobilizar-nos para a construção de algo novo. Nesse sentido, ou nos posicionamos frente à mudança social, que, na verdade, pouco se diferencia da realidade atual ou frente à transformação social em que se propõe lutar por uma sociedade diferente, visto que as raízes da crise residem, naturalmente, num sistema de distribuição de renda profundamente injusto.

Entretanto, não podemos posicionar-nos de maneira ingênua frente à realidade, temos que considerar que toda alternativa, seja educacional, econômica ou social, possui seus limites e possibilidades. Nesse sentido, a compreensão da crise por que passa o capitalismo é importante para uma análise crítica das alternativas educacionais, econômicas e sociais em questão.

2.1 Transformações no mundo do trabalho

Antes de entrarmos nas questões referentes às transformações no mundo do trabalho no sistema capitalista de produção, julgamos necessário discutir a importância da categoria trabalho e o trabalho como princípio da dignidade da pessoa humana, haja vista que ultimamente se tem discutido bastante sobre a centralidade do trabalho na sociedade atual, nesse sentido há quem defenda o fim da centralidade do trabalho, quanto há os que a defendem de forma veemente. Como adeptos da segunda vertente, endossamos as palavras de Geraldo Augusto Pinto (2007), quando problematiza e defende essa centralidade.

Como seria possível, num mundo onde a ampliação das riquezas e a concentração de seu acesso e exploração contrastam fortemente com o aprofundamento da miséria, da violência e do descaso, imaginar um papel subalterno à categoria “trabalho”? Seria outro, porventura, o vetor desses acontecimentos, que não o próprio trabalho humano e o resultado de sua repartição social? Ou melhor: estaria em outro plano, que não na esfera do trabalho humano, a origem, ou a possibilidade, de toda essa degradação? Em todas as áreas do conhecimento científico, comprovou-se ter sido a capacidade de trabalho, enquanto atividade constituída de “planejamento” e “execução”, o diferencial dos seres humanos frente aos demais seres vivos, no metabolismo que processam com o meio ambiente para sobreviverem. O manejo de ferramentas e a experimentação acumulativa das propriedades naturais estiveram na base do desenvolvimento cerebral humano, resultando na ampliação de nossa capacidade de comunicação por meio da linguagem corporal e verbal. Dessas capacidades, e como parte da regulação das relações sociais, advieram as estruturas de pensamento complexas, possibilitando as formações tribais e comunais, cuja divisão do trabalho não apenas se sustentava nas condições físicas dos membros, mas implicava em desdobramentos em todas as esferas da vida, do plano político ao mítico e mesmo ao artístico (PINTO, 2007p. 9-10).

Nessa perspectiva Marx indica que o trabalho é, de forma genérica, em sentido ontológico, o modo pelo qual os seres humanos produzem a sua humanidade, ou seja, reproduzem a sua existência. Ao fazer a distinção entre o “pior arquiteto e a melhor abelha” Marx deixa evidente que é por meio do trabalho que o homem se distingue dos animais, já que enquanto o homem elabora previamente o trabalho que vai realizar a abelha o faz instintivamente, e ao diferenciar-se dos animais, “ele produz histórica e coletivamente a sua existência material, e ao mesmo tempo cultura, ideias, crenças, valores, enfim o conhecimento acerca da realidade” (FRANÇA, 2008, p. 145). Assim entendemos que

O trabalho é mais do que o ato de trabalhar ou de vender sua força de trabalho em busca de remuneração. Há também uma remuneração social pelo trabalho, ou seja, o trabalho enquanto fator de integração a determinado grupo com certos direitos sociais. O trabalho tem, ainda, uma função psíquica: é um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados. Processos como reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais do que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade (PINTO, 2007, p. 11).

Com base nas reflexões acerca da categoria trabalho, entendemos que ele foi e continua sendo a base da sobrevivência humana ao longo da História. E é por essa razão que nos preocupamos com os rumos dados a essa categoria no sistema capitalista de produção. Ricardo Antunes, na contracapa do livro “A organização do trabalho no século XX”, de Geraldo Augusto Pinto, resume bem o que sentimos sobre a dupla dimensão existente no processo de trabalho que ao mesmo tempo humaniza e degrada o homem, nas palavras do autor:

Sem o trabalho, a vida cotidiana não se reproduziria. Por outro lado, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela se converte num esforço penoso, aprisionando os indivíduos e uniteralizando-os. Se por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que cria, mas também subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, libera e escraviza converte o estudo do trabalho humano numa questão crucial de nosso mundo, de nossas vidas, neste conturbado século 21, cujo desafio maior é dar sentido ao trabalho humano e tornar a nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido (Antunes, 2007).

A citação acima nos permite perceber a contradição, ou como disse Antunes a dupla dimensão existente em torno do trabalho humano e o quanto é angustiante para o trabalhador viver esse processo. Assim nosso desafio é enquanto ser humano é tentar buscar sentido para nossa vida tanto dentro quanto fora do trabalho.

Quanto à relação dignidade da pessoa humana e trabalho, entendemos ser importante esclarecer o que se entende por “dignidade da pessoa humana”, para tanto recorreremos às contribuições de França (2008).

A noção de dignidade humana, segundo Queiroz (2006), exprime a verdade de que o homem é sempre um fim e nunca um meio, sempre sujeito e nunca objeto, sempre pessoa e nunca coisa. Portanto, essa é a consideração do homem como centro do universo jurídico; o que significa que todos os indivíduos devem estar incluídos nesse conceito. A consideração da noção de

dignidade da pessoa humana apresenta dois aspectos: 1. A igualdade entre os homens – igualdade na lei e perante a lei; 2. Conceito de pessoa humana dotado de caráter universalizante, ou seja, o valor da pessoa humana é vinculado à sua cidadania, seja nacional ou internacional. [...] Farias (1996) afirma que não há, no mundo, valor que supere o da pessoa humana. A primazia pelo valor coletivo não pode, nunca, sacrificar, ferir o valor da pessoa. A pessoa é, assim, um minimum, o qual o Estado ou qualquer outra instituição ou ser, não pode ultrapassar. Com isso, a pessoa humana, como valor, e o princípio correspondente, de que aqui se trata, são absolutos, e prevalecerão, sempre, sobre qualquer outro valor ou princípio. Portanto, os Direitos Humanos são os direitos do homem. São direitos que visam resguardar os valores mais preciosos da pessoa humana: a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a liberdade e a dignidade (FRANÇA, 2008, p. 151-152).

Ou dito de outra forma,

Por direitos humanos ou direito do homem são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir (FRANÇA, 2008, p. 152).

Entre esses, está o direito ao trabalho que “deve ser visto, ainda, como um exercício pleno da cidadania, tendo em vista que o trabalho e a cidadania consistem historicamente em um processo da própria História da humanidade” (FRANÇA, 2008, p. 159). No entanto, no contexto neoliberal, o trabalho não é tratado como um direito da pessoa humana, visto que há cada vez mais uma precarização do mesmo e uma diminuição dos postos de trabalho, fazendo com que o trabalhador aceite condições subumanas de trabalho. Dessa forma “a diminuição paulatina e consistente dos postos de trabalho é uma questão social e deveria ser tratada dessa maneira, no entanto a redução dos postos de trabalho converteu-se em uma questão técnica em que o trabalhador deve “capacitar-se” adequadamente para “resolver” o problema do desemprego” (FRANÇA, 2008, p. 159). E é para “capacitar o trabalhador que a Educação Escolar é requisitada pelo sistema capitalista, assim,

Na camuflagem das desigualdades sociais, o acesso à Educação e à conquista de uma vaga no mercado de trabalho passam a ser elementos fundamentais de uma pseudocidadania, no entanto, uma verdadeira cidadania capitalista. Pois quem conquista seu espaço na Educação, segundo o discurso, estará apto a conquistar seu emprego, e por meio do trabalho obterá a cidadania. Contudo, não é apenas o trabalho e sim o resultado desse trabalho, traduzido em salários, que retrata a conquista real dos direitos sociais postos aos cidadãos (FRANÇA, 2008, p. 160).

O sistema capitalista objetivando sair das crises cíclicas vividas pelo capital tem passado por transformações em sua produção que implica em transformações também nos processos de trabalho que ferem a dignidade da pessoa humana, uma vez que os trabalhadores produzem riqueza, aumentam a produção de bens, mas não podem consumi-los. Desenvolvem novas riquezas, mas são relegados à formação de um exército de reserva ou vivem as mazelas do trabalho precário. Nesse sentido,

O capital em um movimento contraditório de conflitos inconciliáveis de classe tem um caráter cíclico de apogeu e crises. Quanto maior a resistência dos movimentos sociais a suas ações, maior a tendência em conceder benefícios visando a reduzir os conflitos e as contradições. Em contrapartida, em períodos históricos em que os movimentos sociais se desarticulam, apressa-se em retirar o que foi obrigado a conceder (LUCENA, 2004, p. 9).

Em meio a essas crises cíclicas tivemos como uma das grandes transformações na produção capitalista a mudança do sistema Taylorista/Fordista para o Toyotista. Enquanto no primeiro a ideia central é a especialização extrema de todas as funções e atividades, tendo como elemento prático o estudo do tempo, ou ainda a capacidade produtiva era fixada ao nível do trabalhador em seu posto e, dada a rigidez da hierarquia na divisão do trabalho, a solução para picos de variações na demanda era a manutenção de estoques, sujeitando a força de trabalho a altos níveis de rotatividade e os produtos à estandardização; no segundo percebem-se como inovações a automação, a polivalência e a organização celular que permitiram que a capacidade produtiva dos postos de trabalho passasse a ser flexível, absorvendo variações quantitativas e qualitativas na demanda dos produtos, sem manutenção de estoques e contando com um número idealmente fixo de trabalhadores, dos quais podem ser exigidas jornadas flexíveis, com aumento significativo de horas extras, o objetivo então é estabelecer um fluxo contínuo, com a quantidade mínima de trabalhadores e insumos em processo (PINTO, 2007, p. 81-85).

Considerando as respectivas mudanças, os trabalhadores foram prejudicados mais uma vez, já que a implantação do sistema toyotista,

[...] gerou não apenas aumento da produtividade, mas também possibilitou às empresas adquirir maior flexibilidade no uso de suas instalações e no consumo da força de trabalho, permitindo-as, portanto, elevar com rapidez até então inatingível sua disposição de atendimento à demanda sem ter de aumentar para isso o número de trabalhadores ao contrário, o efetivo de trabalho tem sido reduzido drasticamente. Desse modo, a ampliação do raio de ação sobre o trabalho, aventada como vantagem aos trabalhadores, foi seguida pelo aumento do volume e pela intensificação dos ritmos, sem que houvesse, em contrapartida, maior estabilidade no emprego. (PINTO, 2007, p. 87).

Diante dessa realidade consideramos de fundamental importância a visão dos trabalhadores sobre as transformações no mundo do trabalho. Para tanto, faz-se necessário dar voz a esses trabalhadores, é o que fizemos por meio de algumas entrevistas realizadas com trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo. Ao falar da reestruturação produtiva sofrida pela indústria ceramista na década de 90 e início da seguinte o assessor do Sindicato dos trabalhadores da indústria de cerâmica, que já trabalhou por muitos anos na indústria relata que

O processo de evolução do parque cerâmico, ele sofreu uma reestruturação muito grande. O processo de cerâmica, ele tinha muitos operários porque demandava várias funções então tinha que empregar mais, a máquina era importante para estar prensando o barro mas o homem exercia muitas funções...antes agente estima que uma prensa empregava de 11 a 13 pessoas só no setor de prensa, hoje ela emprega apenas 3/4. Antes uma prensa fazia 16 telhas por minuto, hoje faz 21 telhas por minuto, se “envenenarem” a prensa sai mais [...] Perdemos também 2 postos de trabalho do picador de barro que desapareceu, 1 cortador de barro que passou a ser automático, no setor de prensa perdemos a alisadeira a gradeira, a rebarbeira e o empilhador, só sobrou a batadeira e a pegadeira; desapareceram também 2/3 carinhadores por prensa. Então hoje o quê que sobrou? Uma batadeira, uma pegadeira, o sistema não é mais de grade e sim de vagoneta, as vagonetas passam no trilho e são cheias por um enchedor de vagonetas, tem um empurrador que empurra praticamente todas as vagonetas da cerâmica. (16/10/09)

Ao conversarmos com outros trabalhadores, fomos descobrindo que a reestruturação produtiva passou por todos os setores da indústria, desde a retirada da argila da barreira até ao transporte final da telha. O Sr. Agostinho, que trabalha na retirada da argila, conta que usava uma retro escavadeira que gastava de doze a quinze minutos para encher um caminhão de barro, hoje ele usa uma que gasta de 2,5 a três minutos e comenta que a empresa tem planos de adquirir outra mais potente que vai baixar esse tempo para um minuto e meio. No setor de fornos também houve uma diminuição brusca dos postos de trabalho depois que a indústria

substituiu a lenha pelos subprodutos da madeira (serragem e cavaco) como combustível de queima. Já em relação ao transporte, Paulo relata que, para diminuir os custos de produção, as cerâmicas trocaram o uso de caminhões por bitrens, sendo que dois bitrens são suficientes para fazer o trabalho que antes era feito por oito caminhões.

Ainda em relação à reestruturação produtiva, ao ser questionado sobre as mudanças nos processos de trabalho dentro da indústria de cerâmica da década de 1980 até os nossos dias, um dos diretores da Associação dos Ceramistas, Sr. Kleiber, comenta que houve uma inovação tecnológica pequena, mas deixa escapar que de 2000 até agora tem aumentado e que,

[...] está começando a surgir prensa automática, o Sindicato pressiona, mas as empresas preferem desenvolver, as indústrias vão preferir a prensa automática, e isso vai desempregar 4/5 pessoas que trabalham em cada prensa". (09/07/09)

Ao ser questionado sobre o aumento de máquinas no processo de produção o Sr. Ademir ressalta que,

Melhorou pro empresário, mas pro empregado não; deu muito desemprego. Teve ano que teve a queda de 60 a 70% dos empregados por causa do maquinário [...] serviço que gastava 5/ 6 hoje 1 sozinho faz. Então, hoje; a procura, a demanda é grande demais. Funcionário tem demais, então cê tem que atulerá, porque se ocê perde o serviço aqui tem dez pra entrar no seu lugar, então ficou na mão do patrão. (24/06/09)

No entanto ele acredita que a introdução das máquinas aliviou a fadiga provocada pelos processos de trabalho, o que caracteriza um sentimento dúbio em relação ao processo de automação, ou seja, ao mesmo tempo em que foi ruim, porque tirou muitos empregos, também foi bom, porque o trabalho ficou mais leve, as máquinas aliviaram o sofrimento pelas atividades exaustivas *"Ah! Melhorô demais, por exemplo, o povo trabalhava manual, hoje é só máquina, hoje eles só ligam as máquinas, num tem que pegá teia, aqueles trêm cabô tudo. Antes o serviço era mais difícil, era mais custoso"*.

Os depoimentos acima deixam claro que o processo de reestruturação produtiva na indústria de cerâmica em Monte Carmelo foi realmente brutal, visto que

só em relação à perda de postos de trabalho houve uma queda de pelo menos dois terços já que só no setor de prensa – para cada prensa existente na indústria empregavam-se de treze a quinze pessoas e hoje só empregam quatro. No entanto, se levarmos em conta a fala do Diretor da Associação dos Ceramistas estes últimos quatro empregos do setor de prensa estão com os dias contados, pois as indústrias estão começando a adquirir a prensa automática. Para termos uma ideia da quantidade de postos de trabalho perdidos nesse processo de reestruturação podemos fazer a seguinte conta: só o setor de prensa empregava de treze a quinze pessoas por prensa, hoje, todos os setores juntos, desde o maquinista que retira o barro ao gerente geral empregam quatorze pessoas por cada prensa existente na indústria. Levando em conta que cada prensa empregava quinze pessoas e agora emprega apenas quatro, percebe-se uma queda do número de postos de trabalho no setor de mais de dois terços.

As visitas que fizemos a algumas indústrias, as entrevistas com trabalhadores, gestores e alguns documentos colhidos nos permitiram afirmar que o processo de produção da indústria de cerâmica em Monte Carmelo contém algumas características do sistema taylorista/fordista e outras do sistema toyotista, ocorrendo assim um misto dos dois sistemas. Em relação ao primeiro, há uma especialização das funções e atividades, ou seja, o trabalhador só exerce uma determinada função dentro da cerâmica, (há pouca transferência de trabalhadores de uma atividade para outra); Percebe-se também uma forte hierarquia na divisão do trabalho, já que, para cada cargo existente dentro da cerâmica, existe a descrição detalhada das funções a serem executadas e a quem aquele trabalhador deve se reportar; os trabalhadores do setor de prensa ficam na mesma posição o tempo todo (parados e de pé) o que tem levado a muitos afastamentos por doenças causadas por esforços repetitivos; há também altos níveis de rotatividade e em algumas cerâmicas, predomina ainda uma vigilância muito rígida sobre os atos e atitudes dos trabalhadores, Essa vigilância constante, a grande rotatividade dos trabalhadores, as doenças causadas por esforços repetitivos e o aumento no ritmo de produção são mencionadas pelo assessor do Sindicato dos Trabalhadores.

O patrão fica muito vigilante, só pra você ter uma noção, nós tínhamos cerâmicas aí que tinha 10 gerentes, pra quê a cerâmica ter 10 gerentes? Pra oprimir, pra perseguir e impedir qualquer tipo de organização interna [...] Há uma rotatividade muito grande do trabalhador de cerâmica, a rotatividade é

tão violenta, tão grande que eu acho que nem os próprios donos de cerâmica têm esse controle, o trabalhador vai lá e fica 2/3 meses e sai. Hoje o trabalho está muito exaustivo, houve uma reestruturação produtiva, as prensas que faziam 14/16 telhas por minuto hoje fazem 23 aumentando assim o índice de lesão por esforços repetitivos (tendinite, bursite, operações em tendões). (16/10/09)

A rotatividade dos trabalhadores parece evidenciar a exaustão causada pelo trabalho dentro da indústria de cerâmica, exaustão que tivemos a oportunidade de perceber na fisionomia dos trabalhadores ao visitar algumas indústrias, que pelo que notamos é causada provavelmente pelo barulho excessivo, pelo ritmo de trabalho imposto aos trabalhadores (aumento da rotação das prensas), pelos esforços repetitivos, além, é claro, do stress causado pelo risco de acidente, o calor e a poeira que é constantemente inalada por esses trabalhadores, o que segundo alguns trabalhadores já melhoraram muito porque hoje as cerâmicas são cimentadas e antes era de terra; o depoimento de Rafael deixa claro que há uma exaustão física do trabalhador *“Aqui emprega muita gente, direto tá precisando de gente, as vezes a pessoa num fica porque o serviço é muito pesado, serviço de cerâmica é muito pesado, por isso que troca muito de funcionário”* (05/07/09). Se hoje as condições de trabalho dentro da indústria ainda estão assim, ficamos a imaginar como eram antes, já que segundo relatos dos próprios trabalhadores com a utilização de máquinas ficou bem mais fácil trabalhar.

No entanto observamos também algumas características atribuídas ao toyotismo, como a forte automação, que pôde ser percebida por meio dos relatos feitos pelos trabalhadores em relação à enorme perda de postos de trabalho em função da utilização de máquinas no processo de fabricação da telha; outro aspecto interessante que também se insere como uma característica desse sistema é a prática de manter o estoque praticamente zerado; o carregamento das telhas para a venda é feito praticamente ao sair do forno, além disso, só se fabrica o modelo da telha que foi vendida (Plan universal, Americana, Romana, Portuguesa ou colonial), ou seja, há uma flexibilização da produção de acordo com a demanda; e ainda uma racionalização no sentido de diminuir os custos de produção e aproveitar ao máximo tanto a mão de obra quanto os instrumentos de trabalho.

2.1.1 Impactos na Indústria de Cerâmica em Monte Carmelo

As estratégias usadas pelo sistema capitalista com intuito de manter uma margem cada vez maior de lucro têm provocado mudanças significativas para a economia mundial, tendo como desdobramento entre outros a precarização do trabalho e o enxugamento do mercado no que se refere a pequenas e médias empresas, ou seja, o capital passa por uma reestruturação produtiva. A indústria de cerâmica em Monte Carmelo sofre as consequências dessas mudanças principalmente no final da década de 1990 início dos anos 2000, quando há uma maior introdução de máquinas no processo produtivo, levando a uma diminuição de postos de trabalho e ao fechamento de mais da metade do número de indústrias de cerâmica existentes no município nesse período.

No final da década de 1990 e início de 2000 a indústria de cerâmica sofre uma queda de produção que pode ser verificada por meio do comportamento do PIB industrial do município que de 1999 para 2001 cai 22,3%, mas em 2002 volta a crescer apresentando um aumento de 17,2% em 2003 se comparado a 2001. Embora esse percentual seja da indústria como um todo, ele reflete quase que integralmente a realidade das indústrias de cerâmica, haja vista que essas são a grande maioria das indústrias da região. A indústria de cerâmica em Monte Carmelo em 2006 correspondia 6,6% do PIB do município e gerava em torno de 8.000 empregos diretos e indiretos, dados significativos para uma cidade com aproximadamente 45.000 habitantes. (Prefeitura Municipal; FUCAMP, 2006, p. 72, 115).

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro, a região do Alto Paranaíba a qual Monte Carmelo pertence apresentou no setor de indústria crescimento constante entre 2002 e 2004 no que se refere ao valor adicionado por setores de atividade econômica. No entanto sofre uma pequena queda em 2005, voltando a se recuperar em 2006. Outro dado que confirma essa ligeira queda na Indústria em 2005 a qual podemos interpretar como sendo da Indústria ceramista incluindo aí a indústria ceramista em Monte Carmelo é a participação das unidades da federação no valor adicionado bruto (VAB) segundo atividades econômicas, a qual traz nesse

mesmo ano uma queda da indústria de transformação e da construção em Minas Gerais. (Fundação João Pinheiro, anexo estatístico Brasil 2003-2006).

O setor industrial de Minas Gerais foi responsável por 31,8% do valor adicionado em 2006, apresentando um crescimento 3,0%. Este resultado está pautado na expansão dos seus quatro subsetores: indústria extrativa; construção civil; indústria de transformação e produção e distribuição de eletricidade, água e gás. Destes subsetores nos interessa mais diretamente o de indústria de transformação ao qual pertence a indústria de cerâmica e o de construção civil que tem como base a indústria de cerâmica que cresceram 1,2% e 8,8% respectivamente. Temos ainda um crescimento referente aos minerais não metálicos de 4,0% seguindo a tendência de expansão da construção civil, inclui-se nesse gênero a argila usada para a fabricação dos produtos cerâmicos. Dessa forma os dados acima referentes à indústria nos permitem afirmar que após queda de crescimento em 2005 a indústria acaba por se recuperar em 2006. (Fundação João Pinheiro, 2008: Informativo CEI – PIB-2006).

Já a indústria brasileira acompanhando os reflexos da crise econômica mundial em 2008 teve uma queda acentuada entre setembro e dezembro correspondente a 20,0%. No entanto entre dezembro de 2008 e abril de 2009 acumulou crescimento de 6,2%. Já o setor industrial mineiro apresentou queda de 18,3% no primeiro trimestre de 2009 se comparado a igual período de 2008. (Fundação João Pinheiro, conjuntura econômica – Boletim 1º trimestre 2009). Situação que podemos visualizar melhor no gráfico abaixo que compara a produção física da indústria em geral no Brasil e em Minas Gerais entre 2006 e 2009.

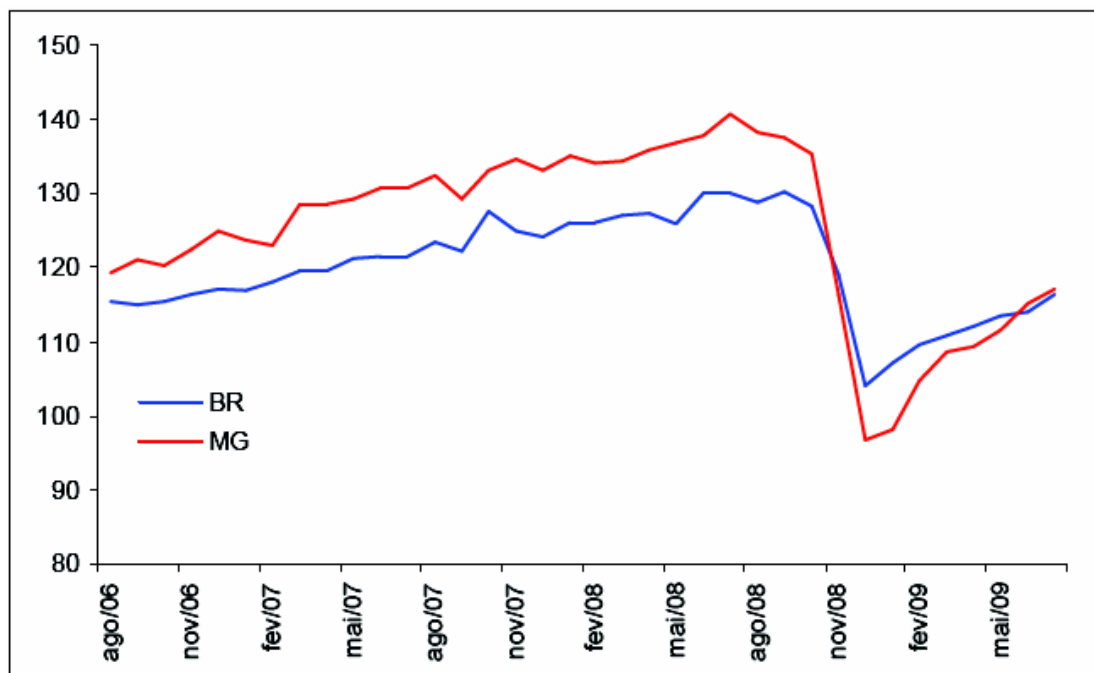


Gráfico 2 Produção física na indústria geral com ajuste sazonal, Brasil e Minas Gerais – 2006-2009

(Base: 2002= 100)

Fonte: Fundação João Pinheiro 2009

As informações acerca da indústria tanto nacional quanto local entre 2000 e 2009 deixam evidente uma alternância entre crescimento e queda que retratam as dificuldades vividas pelo setor nesse período. A Indústria ceramista em Monte Carmelo sofre suas maiores perdas entre o final da década de 1990 e os primeiros anos da década de 2000. Nesse período passa pela crise da lenha; pelo embargo das barreiras; além de enfrentar inúmeras ações trabalhistas e passar por um processo de modernização para continuar atuando no mercado, dificuldades essas já relatadas em capítulo anterior. Dessa forma podemos dizer que nesse período a indústria de cerâmica em Monte Carmelo seguindo tendência da indústria de forma geral no Brasil passa por uma reestruturação produtiva, a qual levou ao fechamento de mais de 50% do total de cerâmicas no município nos últimos cinco anos.

Não podemos deixar de mencionar o impacto que esse processo de reestruturação causou na economia da cidade e região e principalmente as enormes dificuldades vividas pelos trabalhadores do setor que se vêem cada vez mais sem chances de se organizarem para lutar por melhores condições de trabalho e salário. Haja vista, que nesse processo o dono do capital fica em condições mais favoráveis

para explorar a força de trabalho já que possui um enorme contingente de mão de obra a sua inteira disposição. Nesse sentido podemos citar como exemplo a enorme rotatividade de trabalhadores no setor que de acordo com dados colhidos em algumas empresas gira em torno de 25% ao mês, o que possibilita ao empregador mais chances para burlar as leis trabalhistas, já que a maioria não chega a ter vínculo empregatício. Essa situação pode ser visualizada por meio da fala do vereador Gilmar Vieira Flores já em 1999 quando disse que:

O Juiz trabalhista de Patrocínio está preocupado com os problemas de Monte Carmelo com razão, pois a maioria das pessoas aqui trabalha sem carteiras assinadas e quando assinam é com salário menor do que o real. Que esses problemas deveriam ser discutidos é aqui em Monte Carmelo com os trabalhadores. Afirmou que um trabalhador de cerâmica lhe confidenciou que não foi trabalhar porque a cerâmica estava fechada, porque a fiscalização estava na cidade. (Ata Câmara Municipal 21/set 1999).

Nessa direção, o advogado Cláudio de Oliveira Pena afirma que *“o Sindicato só recebe contribuição sindical sobre o número de mil empregados e o próprio Presidente dos ceramistas afirmou que são quatro mil os empregados das cerâmicas; então três mil estão irregulares”*. Já o vereador Edson Montes Mundim reafirmou que *“as deficiências da lei trabalhista protegem muito os empregados e que deveriam olhar um pouco mais para os empregadores”* (Ata da Câmara Municipal, 21/09/1999).

As falas registradas na Ata da Câmara Municipal deixam claro o embate entre os que defendem a classe trabalhadora e os que defendem os donos do capital. Isso mostra que já não há uma hegemonia incontestável do capital em relação ao trabalho, o que evidencia algumas formas de lutas e de resistência em relação à exploração sofrida pelos trabalhadores do setor.

2.1.2 Perfil da força de trabalho

Para traçar o perfil dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo, usamos dados colhidos junto a seis empresas somando 651 trabalhadores que, em sua maioria, são do sexo masculino e com idades bastante variadas, mas com maior incidência entre 21 e 40 anos; o que pode apontar para uma necessidade

da indústria em contratar pessoas que estejam em pleno vigor físico, haja vista a exaustão causada pelo trabalho dentro dela. O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos trabalhadores por sexo e o Gráfico 3, por idade.

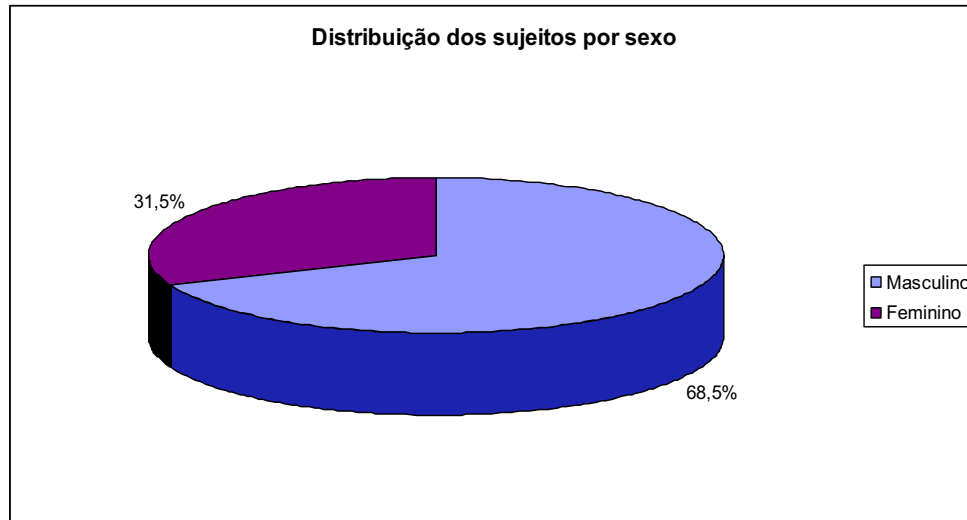


Gráfico 3 Distribuição dos sujeitos por sexo.

Fonte: dados coletados junto às empresas.

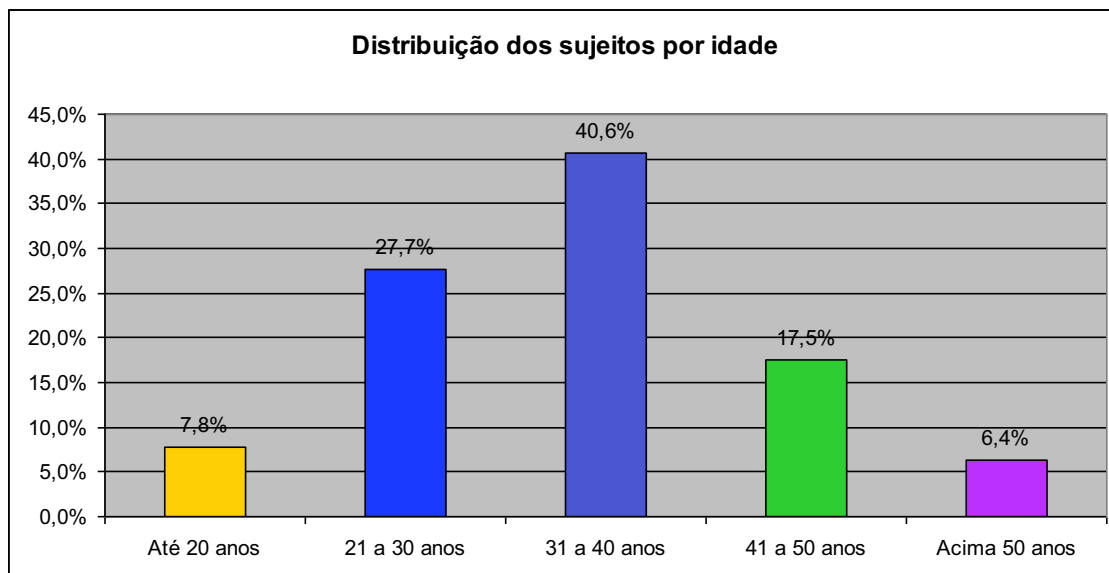


Gráfico 4 Distribuição dos sujeitos por idade

Fonte: dados coletados junto às empresas.

Os trabalhadores são distribuídos na indústria em três setores: a) Administrativo (8%) que corresponde aos que trabalham no escritório; b) Apoio (17%) são os mecânicos, faxineiros e motoristas e c) produção (73%) que engloba os demais trabalhadores. Dentro desses setores os trabalhadores são distribuídos em 24 funções, são elas: diretor presidente, representante da direção, gerente geral, laboratorista, gerente de produção, chefe de produção, gerente de queima, gerente de carregamento, chefe de enfora, almoxarifado, técnico de segurança de trabalho, chefe de desenfora, enforador e desenforador, auxiliar de produção, auxiliar de carregamento, auxiliar de queima, mecânico, gerente de vendas, vendedor, operador, comprador, motorista, chefe de transporte e departamento de pessoal. O piso salarial para 2009/2010 segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores varia entre R\$520,00 para os auxiliares e setor de prensa a R\$800,00 para os trabalhadores dos fornos. (boletins do Sindicato dos Trabalhadores, 17/06/09 e 27/07/09), no entanto algumas empresas pagam um pouco mais considerando a produtividade de cada trabalhador.

O número de trabalhadores de cada indústria pode ser calculado fazendo a seguinte conta: para cada prensa existente multiplica-se por quatorze e obtém-se o número total de trabalhadores. De acordo com informações conseguidas junto às empresas, somando as prensas das dezessete maiores empresas, chegamos a um total de 1.722 trabalhadores, visto que juntas elas somam 123 prensas, somando-se a esses os trabalhadores das micro e pequenas empresas chegaremos a, aproximadamente, 2000 trabalhadores diretos.

3.1.3 Perfil das empresas

Como já mencionamos no primeiro capítulo, as indústrias ceramistas do País são, na sua maioria, microempresas/familiares, ou de pequeno e médio porte, que utilizam, em geral, processos produtivos tecnologicamente defasados o que pode ser percebido por meio da comparação entre a produtividade operário/mês da indústria ceramista brasileira e a europeia feita pelo Ministério de Minas e Energia em seu Anuário Estatístico de 2007, enquanto no Brasil produz-se de 13.000 a 14.000 peças/operário/mês na Europa produz-se 200.000 peças/operário/mês, como podemos perceber a diferença é gritante.

As indústrias de cerâmica de Monte Carmelo não fogem a essa realidade, uma vez que como já mencionamos no primeiro capítulo, das 50 empresas que trabalham com a industrialização de produtos cerâmicos, registradas junto à prefeitura em 2009, 21 são cerâmicas/olarias (trabalham com a fabricação de tijolos) e são micro e pequena empresas, 29 são cerâmicas que trabalham com a fabricação de telhas, dessas 12 também são consideradas micro e pequena empresas e apenas dezessete são consideradas de médio porte. O parque cerâmico da região já chegou a ter 30 empresas de pequeno/médio porte na década de 1990 antes de passar por uma intensa crise no final da mesma década e início da seguinte. A tabela a seguir nos dá uma noção do perfil das empresas hoje.

Tabela 2 Perfil das empresas pesquisadas:

Empresa	Produção Peças/mês	Quantidade trabalhadores	Rotatividade média mensal
A	1.100.000	101	25,0 %
B	1.000.000	116	3,0 %
C	800.000	98	2,0 %
D	1.200.000	90	2,2 %
E	1.000.000	131	4,83 %
F	1.000.000	115	7,92 %

Fonte: dados coletados junto às empresas.

De acordo com reportagem da revista Mercado em setembro/2009 e intitulada “De Volta ao Topo”, depois de forte decadência que se arrastou até metade desta década, a indústria Cerâmica de Monte Carmelo apostou no associativismo e na qualidade, deu a volta por cima, e retomou o posto de um dos maiores produtores de telhas do país (circulação mensal, Ano 4, nº 22). O que mostra que de lá pra cá os empresários do ramo têm voltado suas atenções para a questão da qualidade e para isso têm investido mais em infra-estrutura, recursos técnicos e profissionais mais qualificados.

3.1.4 Visão empresarial sobre as transformações no mundo do trabalho e mundo ISOS

Os empresários do setor acreditam que as transformações ocorridas no mundo do trabalho são importantes para o crescimento da indústria, pois ela está mais “enxuta” e com os processos de trabalho mais racionalizados, levando assim a um custo menor para a indústria, logo um lucro maior para os mesmos, por isso defendem cada vez mais a automação. Nesse sentido a fala de um dos diretores da Associação dos Ceramistas, mencionada anteriormente é bem esclarecedora quando diz que *“apesar da pressão exercida pelo Sindicato dos trabalhadores está começando a surgir prensas automáticas as quais irão desempregar as últimas quatro pessoas que trabalham nesse setor para cada prensa existente na indústria”* (09/07/09), ou seja, de acordo com dados colhidos sobre as indústrias elas possuem juntas hoje um total de 123 prensas, considerando que essas prensas sejam mesmo substituídas pelas prensas automáticas e que como dissemos anteriormente cada prensa emprega quatro pessoas teremos num futuro próximo o desemprego de 492 pessoas só nesse setor. Já para ilustrar a questão da diminuição de custos usaremos a fala do coordenador técnico do Laboratório de ensaios ao ser indagado se as certificações conseguidas trouxeram algum retorno financeiro para o Parque cerâmico.

O mercado nosso já é saturado da seguinte forma: a gente não consegue fazer mais e não vende mais porque não tem mais produto, as empresas estão no limite de produção, e o quê que acontece? Não é que a gente melhorou as vendas. Agente diminuiu os custos dentro da empresa: agente diminuiu a perda (quebra) que era de 10/12% para 3%; diminuiu o custo de queima, antes gastava 2,5 metros cúbicos de serragem por mil telhas queimadas, hoje agente gasta 1,8 a 2,0; óleo diesel não tem como economizar, mas a nossa frota agora é basicamente de bi trem, tinha em média 8 caminhões por cerâmica, hoje tem 2 bi trens fazendo o carreto por cerâmica. Hoje das 58 áreas que se extrai 47 são certificadas ambientalmente, o que diminui gastos com multas. (Paulo 16/10/09)

Os empresários e gestores vêem também com bons olhos as certificações adquiridas por várias indústrias junto ao Centro de Cerâmica do Brasil (CCB) e ao INMETRO, e se enchem de orgulho por se tornarem o maior pólo certificado do Brasil como podemos notar nas palavras do coordenador técnico do Laboratório de Ensaios (LEMC),

Agora em dezembro/2009 vamos certificar mais 5 empresas na ISO internacional, então agente vai ser o maior pólo certificado pelo INMETRO, o maior pólo cerâmico produtor de telhas da América Latina e o maior pólo certificado ISO do Brasil. Então nenhum pólo vai estar parecido com o nosso. Aí está acabando os certificados pra gente pegar. No ano que vem o meu projeto é pegar a 14001 que é o selo verde que é de meio ambiente ou então o de responsabilidade social que é a norma 21000, eu acho que responsabilidade está abrangendo também o meio ambiente e tá mais na moda do que a 14001, e outra coisa das 8 auditorias que o laboratório passou agente não perdeu nenhum ponto, todas foi com 100% (16/10/09).

Como podemos perceber por meio dos depoimentos as mudanças nos processos de trabalho, ou seja, a reestruturação produtiva sofrida pela indústria ceramista e a busca por certificações trouxe grandes benefícios para os empresários, mas, segundo o assessor do Sindicato dos Trabalhadores as certificações não trouxeram melhoras significativas para o trabalhador a não ser uma melhora nas condições de trabalho, visto que para ser certificada ela deve melhorar sua estrutura, mas segundo ele isso já vinha sendo feito por meio das fiscalizações do Ministério Público do Trabalho e reclama que os patrões não dividiram os lucros conseguidos e que tem empresa que está cobrando até os equipamentos obrigatórios como botina e luvas que deveriam ser dados aos trabalhadores. Então ele conclui:

[...] a questão da certificação ela é uma luta pela sobrevivência e recuperação do nome que a cidade perdeu. Eu acho que a certificação trouxe uma melhora para a venda das telhas e conseqüentemente se as empresas estão vendendo, nas negociações há mais chances dos trabalhadores conseguirem vitórias, mais não significa que o dono da empresa chegou e falou: Eu consegui a certificação, estou ganhando mais, eu vou passar tanto de participação nos lucros, isso não acontece. (16/10/09).

Outra questão que nos preocupa são os acidentes de trabalho ocorridos nas indústrias, nessa direção encontramos um trabalho de Monografia (2008) que fez uma comparação entre duas empresas certificadas e duas não certificadas, todas com a quantidade de trabalhadores variando entre 90 e 98 e a capacidade de produção entre 1 milhão e 250.000 peças/mês e 1 milhão 450.000 peças/mês. Ao analisar a ocorrência de acidentes nas empresas no período de dois anos (2006/2007), a pesquisadora conclui que as empresas que possuíam certificação apresentaram um menor número de acidente e que quando aconteciam eram com menor gravidade (ASSIS, 2008). No entanto, o índice de acidentes ainda é alto, pelo

o que podemos verificar por meio de denúncias feita nos boletins do Sindicato dos Trabalhadores e relato dos próprios trabalhadores.

Neste capítulo, tivemos a oportunidade de problematizar as transformações sofridas pelo sistema capitalista e os impactos causados por elas no mundo do trabalho de forma geral, mas principalmente tratando da realidade vivida pelos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo. No próximo, trataremos do assunto que é o foco de nossa pesquisa: formação qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo e o questionamento de qual deve ser o papel da escola na contemporaneidade. Para responder essas questões, faremos primeiramente uma reflexão sobre o que vem a ser Educação de forma geral, Educação escolar e como tem se dado a relação trabalho/Educação em nossa sociedade.

CAPÍTULO 3

FORMAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES CERÂMICOS E O PAPEL DA INSTITUIÇÃO ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (PAULO FREIRE).

Este capítulo tem como objeto de análise a Educação como um processo de construção humana, entendendo que o conhecimento humano desenvolve-se na interação do homem com outros homens em sociedade e no processo de experimentação do sujeito com a realidade vivida. Nesse sentido é que Vázquez (1968, p. 153) afirma que “conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação que se estabelece graças à atividade prática humana”. Nosso objetivo é refletir sobre o papel da instituição escola na contemporaneidade. Dizendo de outra forma, o que é de sua competência e, como desdobramento dessa discussão, problematizaremos a relação entre trabalho e Educação, tendo como fio condutor de nossas análises a formação/qualificação dos trabalhadores da indústria ceramista em Monte Carmelo – MG, apontando suas contradições, processos formativos, resistências e ações empresariais para esse fim. Haja vista que essa questão nos aflige desde que iniciamos o curso de Pedagogia em 2003, discutiremos questões como: A escola deve preocupar-se apenas com a formação para o trabalho? Ou deve contemplar também as questões políticas, sociais e culturais, pensando assim numa formação mais ampla? A Educação formal/não formal leva à vivência de uma verdadeira cidadania? Enfim, de que forma essas questões têm influenciado a formação dos trabalhadores da indústria ceramista em Monte Carmelo?

Ao longo do Curso de Graduação, não conseguimos obter respostas sobre qual é de fato papel da escola, o que nos parece estranho, já que cursamos por quatro anos um curso que tem como objeto as questões relacionadas a essa instituição. Tal falta de clareza nos trouxe algumas inseguranças em relação à nossa atuação profissional, pois diante de tantas atribuições cobradas pela sociedade,

ficamos sem saber o que fazer. Afinal, não temos competência para dar conta de todas elas.

Essa questão voltou à tona ao iniciarmos o Curso de Mestrado em Educação, que acreditamos ter contribuído para as discussões a respeito dessa e várias outras indagações, ao discutir textos como: "O que é Educação?", de Carlos Rodrigues Brandão; "Da mistificação da escola à escola necessária", de Neidson Rodrigues; "Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo", de Antônio Nóvoa e vários outros.

Assim, iniciaremos este capítulo percorrendo sobre o que é Educação num âmbito mais geral e depois falaremos especificamente da Educação escolar e o que entendemos ser de sua competência na contemporaneidade; e, principalmente, trataremos da formação/qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo.

3.1 A Educação e o papel da instituição escola na contemporaneidade

Embora a temática escolhida para ser tratada nesse tópico seja a Educação escolar, iniciaremos conceituando a Educação de forma geral, para depois nos atermos às questões relacionadas especificamente à instituição escola. Sabemos que entender a Educação em sua multiplicidade de significados é uma tarefa difícil, por se tratar de uma temática que perpassa várias áreas do conhecimento como a Filosofia, a História, a Sociologia, a Psicologia entre outras. No entanto, mesmo que a Educação tenha vários sentidos e significados, percebemos que todas têm em comum as questões referentes ao homem e à sua existência. Para evitar reducionismos em relação ao tema é importante conceituá-lo e, para isso, recorreremos à conceituação de Libâneo (1998), que nos esclarece essa multiplicidade de significados e os vários seguimentos por ela responsáveis.

Quando as pessoas dizem: "os pais educam os filhos", "fulano não tem Educação", "a escola educa para a vida", "a Educação é a mola do progresso", tem-se aí o sentido mais corrente de Educação: uma série de ações visando à adaptação do comportamento dos indivíduos e grupos a determinadas exigências do contexto social. Este contexto pode ser a família, a escola, a Igreja, a fábrica e outros segmentos sociais. A ação educadora seria, pois, a

transmissão às crianças, aos jovens e adultos, de princípios, valores, costumes, ideias, normas sociais, regras de vida, às quais precisam ser adaptados, ajustados. Educa-se para que os indivíduos repitam os comportamentos sociais esperados pelos adultos, de modo que se formem à imagem e semelhança da sociedade em que vivem e crescem. (LIBÂNEO, 1998, p. 65)

Dessa forma, podemos inferir que a Educação seja, então, a relação de colaboração dos homens entre si para se apropriarem das produções materiais e culturais já elaboradas e construírem outras novas que possam levar em frente o processo de construção da existência humana.

Outro aspecto importante é que, subjacentes a todos os sentidos e significados de Educação, temos as teorias educacionais que trazem implícita ou explicitamente um projeto de homem e de sociedade. Nesse sentido, entendemos como a melhor opção a concepção histórico-social do homem, por apoiar-se no movimento de construção dos próprios homens em um processo contínuo. Libâneo (1998), ao escrever sobre as várias concepções de Educação, define a concepção histórico-social como a que supera a consideração de natureza humana, de significado metafísico-abstrato, e propõe-se a considerar o homem definido pela sua “condição humana” histórico-social. Assim, os homens caracterizam-se como sujeitos do processo de se construírem, todos relacionados entre si e em mútua comunicação para se apropriarem dos produtos da ação dos antepassados e para levarem avante sua tarefa existencial (LIBÂNEO, 1998, p. 66-75).

Para entender o papel da escola, parece-nos também importante saber diferenciar os conhecimentos cotidiano, científico e escolar e é o que tentaremos fazer, uma vez que, esclarecidos, esses conceitos nos possibilitarão discernir o que se espera ser de competência da Educação escolar.

Primeiramente, devemos entender que o conhecimento é um ato do sujeito que capta e apreende a significação da realidade. Assim, a significação da realidade é dada pela atividade do sujeito que a modifica e transforma, em vista de um sentido, de um direcionamento que o torna importante para a realização de sua existência, ou seja, o agir dos homens constrói a própria História, que torna seus atos plenos de significados. Por isso, o agir histórico dos homens está relacionado à produção da própria vida material. Segundo Marx e Engels, os homens começam a distinguir-se dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida e, ao

produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, a própria vida material.

Para Marx, a diferença entre o homem e o animal está na capacidade humana de projetar mentalmente, antes de executar, sem que isso seja caracterizado pela separação entre a teoria e a prática, pois o homem, ser social e histórico, constrói sua existência no dia a dia, na sua ação sobre a natureza. Assim, a condição humana define a Educação do homem que constrói continuamente a realidade e a si próprio, fazendo parte da História. Essa Educação tem como sentido a aprendizagem de conceitos e de valores que variam de acordo com o contexto em questão. Portanto, a Educação é a maneira pela qual cada sociedade cria/recria ou transforma seus homens. E, para isso, conta com os vários conhecimentos: cotidiano, científico, escolar entre outros.

O conhecimento cotidiano tem como objeto a vida humana no coletivo, ou seja, o conhecimento da própria vida humana que é uma convivência e não a vida isolada de cada um. Dessa forma, o conhecimento cotidiano é uma experiência coletiva, é um conhecimento que leva em conta o elemento da intencionalidade e significação da práxis humana e essa intencionalidade está presente no sujeito de forma habitual e informal. Assim sendo, a raiz do conhecimento cotidiano está no ato de o homem se fazer, ou seja, enquanto constrói seu espaço humano, também confere significado a esse espaço.

O conhecimento científico é produzido originalmente pelos cientistas e se manifesta na escola ou, pelo menos, deveria manifestar-se nessa instituição; no entanto se diferencia do conhecimento escolar, pois, segundo Cicillini (2002), o conhecimento escolar toma suas características peculiares de seus dois elementos definidores: a práxis escolar e a integração com as formas do conhecimento cotidiano e do conhecimento científico, o que nos permite inferir que o conhecimento escolar não possa ser confundido com o conhecimento científico, que ele tenha seu próprio espaço no processo de formação do homem. Assim, para essa autora, “Além das características próprias de sua produção no ambiente de sala de aula, o conhecimento escolar também é produto de interação com outras formas de conhecimento produzidas em diferentes instâncias” (CICILLINI, 2002, p. 39).

Considerando essa interação com outras formas de conhecimento, especificamente com os conhecimentos cotidiano e o científico, podemos dizer que todo conhecimento escolar é sempre um conhecimento novo, visto que, na relação ensinante/aprendente, há sempre uma ressignificação de seus elementos constituintes. Ele é uma prática que envolve o professor e o aluno como sujeitos no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que esse processo implica a existência de um ensinante e de um aprendente. Portanto, o conhecimento escolar tem como elementos constituintes a práxis, o conhecimento cotidiano e o conhecimento científico, entre outros.

É necessário ter claro o papel do conhecimento escolar na sociedade, uma vez que entendemos que o conhecimento escolar desempenha um papel importante e específico na Educação geral do homem; partimos do pressuposto de que a Educação escolar não pode ser confundida com a Educação total do ser humano, que deve ser assumida pelas várias instituições e/ou segmentos existentes na sociedade; a escola é apenas uma dessas instituições, ela não é a vida nem uma sociedade em miniatura: está inserida na vida, mas não é a vida, da mesma forma que está inserida na sociedade, mas não pode ser confundida com a sociedade.

Mas convém insistir, ainda, que o educativo não se reduz ao escolar. A Educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política, cultural. Trata-se, pois, de um processo global entranhado na prática social, compreendendo processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades (sociais, políticas, econômicas, religiosas, culturais, legais, familiares, escolares), nas quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável, pelo simples fato de existirem socialmente (LIBÂNEO, 1998, p. 90).

Embora faça parte da vida e da sociedade, a escola tem suas especificidades que, no entanto, têm-se dissipado diante de tantas atribuições colocadas a cargo dessa instituição (assistência social, psicológica, assumir o que seria de responsabilidade da família, entre outras). Em meio a tantas atribuições, nós, profissionais da Educação, ficamos perdidos e, muitas vezes, não conseguimos discernir o que é essencial do que é acessório e/ou periférico em relação ao papel da escola; pior ainda, muitas vezes atuamos de forma irresponsável, ao não cumprirmos o que deveria ser de nossa competência.

Diante dessa realidade, devemos nos questionar: a escola pode e consegue fazer tudo? No período de Graduação com uma visão ainda ingênua da realidade escolar, acreditávamos que sim, que, como profissional da Educação deveríamos incorporar tudo e dar conta de todas as incumbências: ser professora, incluindo também o papel de mãe, de assistente social e outros mais. Mas, com o tempo, fomos percebendo que essa situação de sobrecarga da escola nos leva a uma angústia muito grande, pois diante de tantas expectativas, não conseguimos cumprir nenhuma dessas atribuições, além de estarmos sempre em déficit, visto ser humanamente impossível desempenhar bem todos esses papéis.

Hoje, acreditamos que a escola não pode nem consegue fazer tudo. Então, não podemos nos sentir responsáveis pelo universo dos homens, mesmo porque essa responsabilidade é da sociedade como um todo com a atuação de suas inúmeras instituições e/ou segmentos. Por ser a escola apenas uma dessas instituições, ela precisa ter claro qual deve ser seu papel diante da formação do homem, tendo em vista que tem condições de ajudar a formar a personalidade, colocando o sujeito em situação de aprendizagem. A nosso ver, esse deve ser o papel da escola, mesmo porque não temos competência para tudo e, por isso, devemos saber o que é nosso (da escola), para fazê-lo bem e com competência.

Nessa perspectiva, a aprendizagem é uma forma fundamental para o homem se construir a partir da relação com o outro, considerado-se sujeito sócio-histórico que traz consigo múltiplas manifestações do passado e do presente. Assim, a aprendizagem é marcada pela intencionalidade, definidora de objetivos, e pela significação, determinada pela própria compreensão do homem e de seu papel na construção existencial do mundo.

Entendemos que promover um espaço de aprendizagem para o aluno — de apropriação cultural da produção humana dos que vieram antes dele e produzir conhecimentos novos — seria a principal competência da escola. Nesse sentido, o ambiente escolar deve possibilitar aos alunos uma aprendizagem relevante que se apóie nas experiências e nos saberes que o aluno adquire paulatinamente, em contato com o mundo real e com seus partícipes. Segundo Estrela (1992), devemos manter a direção da Educação escolar no sentido de preservar o enfoque educativo que se exprime pela aprendizagem dos sujeitos humanos na sua vida. Entretanto, essa aprendizagem assume na perspectiva escolar uma característica própria ao

especificar seu foco escolar e suas ligações imediatas com o conhecimento escolar: “o indivíduo numa situação específica de ensino-aprendizagem” (ESTRELA, 1992, p. 15-16). Assim, nesse processo de ensino-aprendizagem, a ação conjunta dos sujeitos professor-aluno produzirá um novo conhecimento (conhecimento escolar).

Dessa forma, entendemos a aprendizagem como ponto central da construção do sujeito e que o período de aprendizagem não se encerra com o período escolar; os homens permanecem permanentemente aprendendo e ensinando uns aos outros. No entanto, mesmo sabendo que as situações de aprendizagem aconteçam em todos os espaços sociais, entendemos que a escola tem um papel importante nesse processo, que é cumprido por uma aprendizagem específica voltada aos saberes científicos, culturais e técnicos e também aos valores sociais da vida e da convivência cotidianas. Desse modo, os conhecimentos propiciados pela Educação Escolar devem servir como parte importante e significativa da aprendizagem do aluno.

Portanto, é preciso reconhecer a importância de se valorizar a aprendizagem que se faz mediante a relação consciente do homem com o mundo pela sua ação ativa e pelo seu reconhecimento como sendo produtor histórico e social. Nessa perspectiva, no âmbito do conhecimento escolar, a busca de formas orientadoras e facilitadoras da reconstrução criadora do conhecimento abre espaço para que o estudante se faça sujeito agente do processo de conhecimento, como criador e como autor do produto do estudar, e recupere sua identidade. Para isso faz-se necessário compreender o indivíduo como um aprendiz que constrói seu conhecimento a partir da integração e cooperação com a sociedade e o mundo do qual faz parte.

A respeito do papel da escola na contemporaneidade, percebemos que, no centro de qualquer teoria do desenvolvimento ou da aprendizagem, está contida, implícita ou explicitamente, uma definição de homem e de sociedade, o que, por sua vez, determina a abordagem adotada, o tratamento metodológico a ser seguido e as técnicas aplicadas na Educação escolar. Percebemos, ainda, que a escola, na sociedade em que vivemos, não tem condições de assumir a responsabilidade de ser a única produtora de conhecimento e igualmente ser a sustentação de todos os problemas sociais, pois corre o risco de perder o foco, quando assume outras funções que não a sua que é o saber escolar.

Se a escola conseguir discernir o que é de sua competência e o fizer bem, já estará contribuindo em muito para uma sociedade menos excludente e mais humana. Sendo assim, a escola não tem como obrigação primeira a formação do homem tomada de forma geral e abrangente, visto ser essa a função da sociedade, mas ela deve participar desse projeto, pois o saber escolar é necessário para formar o sujeito.

Tendo em conta as considerações em torno da Educação e da escola, trataremos, na próxima seção, de como se dá relação trabalho/Educação no sistema capitalista e a visão de alguns autores com referência a essa temática.

3.2 Relação trabalho/Educação no sistema capitalista de produção

A relação trabalho/Educação no sistema capitalista, como não poderia deixar de ser se dá de forma conflituosa, haja vista que o que o mercado de trabalho exige da Educação e o que a Educação oferece em contrapartida ao mesmo tem mais pontos de divergência que de convergência. Sem contar a grande polemica em torno dessa questão quando nos propomos a discutir se a escola deve ou não manter seu foco na formação para o trabalho ou numa formação geral mais ampla considerando também a formação para que se possa viver uma cidadania de fato.

A relação trabalho Educação ao longo da História ocorreu com enfoques e concepções diferentes, visto que a Educação de cada época ou sociedade reflete os valores e concepções necessários a essa mesma época e/ou sociedade. Nessa perspectiva, alguns autores se esforçaram em propor modelos educacionais visando à formação para o trabalho; para resgatar parte dessas propostas educacionais, usaremos como referência o pedagogo italiano Franco Cambi (1999), em sua obra “História da Pedagogia” e do também Italiano, pedagogo e filósofo Mario Alighiero Manacorda (2000), com suas contribuições a respeito das propostas educacionais elaboradas por Marx e Gramsci, além disso, contaremos com algumas reflexões de Dermeval Saviani (1987), e Pablo Gentili (2002), que, além de serem autores contemporâneos, trazem um pouco da nossa realidade educacional, que é objeto de pesquisa em suas carreiras acadêmicas.

Ao falar da relação instrução e trabalho, Cambi argumenta que a época contemporânea “propôs também (em pedagogia) um face a face mais explícito e radical entre instrução e trabalho, que se afirmaram como momentos centrais da ação pedagógica e da projeção educativa” (CAMBI, 1999, p. 394). Com base nessa afirmação, ele explica que a instrução se afirmou como direito universal e como tarefa social e que o trabalho se impôs como dever social, mas, antes ainda, como atividade específica do homem. Afirma, no entanto, que as duas frentes se interligaram de forma dialética, dando lugar a uma série de problemas que são típicos da sociedade contemporânea. Nas palavras do autor:

Ora foi o trabalho que se afirmou como elemento primário da formação ora isso ocorreu com a instrução, mas sempre se sublinhou uma estreita simbiose entre os dois elementos numa sociedade articulada e complexa, produtivamente avançada como a atual, onde os perfis formativos também devem assumir maior flexibilidade e possíveis alternativas, mesmo caracterizando-se segundo princípios relativamente unitários (que recuperem tanto o trabalho intelectual como o manual). Esse face a face não era ignorado pela pedagogia dos séculos anteriores ao XVIII, mas só na contemporaneidade é que ele se tornou um problema estrutural e urgente. (CAMBI, 1999, p. 394).

Nesse sentido, afirma que o trabalho se tornou um tema-problema que a “Revolução Industrial impôs à atenção da sociedade e dos processos educativos que ela foi elaborando” (CAMBI, 1999, p. 395), mas que também foi imposto como elemento crucial de seu processo de formação pelo homem moderno, envolvido no domínio e transformação da natureza, porém argumenta que essa estreita relação entre formação e trabalho manifestou-se segundo diversas perspectivas.

Por um lado, impôs-se como aquisição de profissionalismos diversos e articulados, de modo a tornar possível a reprodução social, econômica, cultural, técnica. Por outro, afirmou-se como característica típica do homem como espécie que, no operar, atinge seu aspecto distintivo em relação às outras espécies animais e realiza a unidade dinâmica dos dois bioi (teórico e prático) que o caracterizam como homem. Por um terceiro lado, qualificou-se como uma integração dos currícula de instrução para os jovens e, portanto, como uma matéria de estudo que, por sua vez, está ligada ao desenvolvimento histórico da produção e do mercado de trabalho. A Educação veio se redesenhando sobre os perfis profissionais, colocou no centro a ótica do profissionalismo e a escola assumiu como sua essa tarefa social primária. (CAMBI, 1999 p. 399)

Nessa perspectiva relata que, desde o século XVIII, com a fundação de escolas especializadas para a formação de professores e profissionais (“normais”,

politécnicas) que se distanciavam da formação humanística, eram orientadas para formar um perfil técnico de uma sociedade em que a divisão do trabalho havia-se tornado sofisticada; essa perspectiva educacional percorreria também todo o século XIX. Já no século XX essa exigência,

[...] difundiu-se, articulou-se, foi criticamente diferenciada e redefinida, até tomar consciência da assimetria que não pode deixar de existir entre formação técnica e mercado de trabalho, submetidos a lógicas diferentes (cognitivas as primeiras, produtivas as segundas) e a diferentes finalidades (postergadas pela formação, imediatas pela produção). Seja como for, o problema de uma relação entre escola e produção permaneceu no centro do debate dramática e insistentemente, já que é um problema real e urgente tanto para a escola quanto para a sociedade. Simultaneamente, o pensamento pedagógico pôs em destaque que a atividade, a práxis, a transformação inteligente e voluntária da natureza é a característica mais específica (ou pelo menos, umas das mais específicas) do homem (CAMBI, 1999, p. 399).

Acompanhando esse raciocínio os “*curricula* do século XX também foram submetidos a uma virada fundamental, dando espaço ao “fazer”, ao “trabalho”, ao “problema”, rejeitando o intelectualismo e o formalismo tradicionais, a abstração culturalista da tradição escolar humanística” (CAMBI, 1999 p. 396). Assim abre-se espaço nas escolas para o trabalho,

[...] ora entendido como trabalho pedagógico (feito em classe, capaz de valorizar a habilidade manual do estudante, destinado a reunificar o pensamento e o fazer não-produtivo), ora como trabalho produtivo *tout court*, para ser exercido em locais específicos (oficinas) ligados à escola e capazes de introduzir nela uma fase que não é uma mera bricolagem, mas um trabalho real. Oscilações e contraposições, integrações e negações sucederam-se em torno deste problema, encetando uma revisão dos *curricula*, dos programas de estudo, bastante radical, como ocorreu no ativismo ou no marxismo Soviético (CAMBI, 1999, p. 396).

Segundo Cambi, tanto o ativismo (movimento mundial que teorizou e experimentou modelos de “escolas novas” e uma reintegração entre pensamento e ação até meados do século XX), quanto o marxismo soviético (movimento pedagógico que se desenvolveu sobre o modelo politécnico de escola e de instrução, teorizado por Marx, conjugando formação cultural e trabalho produtivo em fábrica), “postularam uma reintrodução da práxis, da atividade laborativa, na escola e na formação das jovens gerações, por mais difícil e também contraditória que possa delinear-se essa simbiose, mais desejada do que possível” (CAMBI, 1999, p.

396), e para justificar sua afirmação recorre à autocrítica das teses marxistas elaboradas sobre o assunto por Gramsci, que se refere ao trabalho “como fator central de uma concepção do mundo, do qual a escola deve ser o centro propulsor e não como um trabalho de fábrica a começar na escola” (CAMBI, 1999, p. 396-397). No entanto ao falar da problemática do trabalho hoje o autor argumenta que;

[...] o tríptico problema levantado pelo vínculo instrução-trabalho tornou-se menos central, pela reação cognitivista que invadiu a pedagogia e a escola, ainda que (sobretudo no seu aspecto de conexão entre instrução e mercado de trabalho) continue a preocupar a pesquisa educativa. Hoje é a instrução, mais que o trabalho tout court, que se colocou no centro da pesquisa educativa e escolar. Formar as jovens gerações é, sobretudo, transmitir-lhes competências e comportamentos, é conformá-las a regras sociais que atingem antes de tudo, as competências profissionais. O trabalho resulta, assim, deslocado na escola contemporânea, não é visto de modo algum como seu eixo central, embora se continue a debater o problema de um novo “eixo cultural” que deve organizar os saberes escolares e torná-los formativos (da mente e da personalidade) (CAMBI, 1999, p. 397)

É importante salientar que ao falar do declínio da categoria trabalho Cambi o faz enquanto objeto da pedagogia escolar e não enquanto atividade humana que nos diferencia de outros seres vivos. Sobre esse deslocamento da centralidade da categoria trabalho enquanto categoria chave da pedagogia escolar, o autor conclui que,

[...] hoje não só se assiste ao declínio, à obsolescência do trabalho como categoria-chave da pedagogia escolar e das teorias formativas, mas se assiste também a uma retomada da instrução em chave cognitivo-mentalista, culturalista e formalista (CAMBI, 1999 p. 397).

E arremata dizendo que o século XX em seu final nos atribuiu como problema um duplo legado:

[...] Que o homem moderno enquanto tal é caracterizado também pelo operar, pela práxis, pelo “fazer”, mas que tal característica não pode substituir – na sociedade complexa, no mundo burguês habitado por indivíduos especializados e socialmente diferenciados por competências e habilidades – o ainda mais central princípio da instrução, dos conhecimentos técnicos, de que depende a reprodução de um mercado de trabalho complicado e talvez também injusto nas suas diferenças, mas necessário e que se trata de regular e de dominar nas suas distorções e nas suas contradições, mas não de negar ou superar (CAMBI, 1999, p. 397).

Após as contribuições de Franco Cambi sobre a complexa relação instrução-trabalho ao longo da História, apresentaremos, de forma breve, as propostas educacionais de alguns autores que se arriscaram a debater essa difícil relação. Assim optamos por trazer um pouco das propostas de Marx e Gramsci, por meio das contribuições de Manacorda e Newton Bryan e ainda as contribuições de Dermeval Saviani e Pablo Gentili.

A proposta educacional defendida por Marx, como já foi dito anteriormente por Cambi, conjuga formação cultural e trabalho produtivo em fábrica. Para entender melhor essa proposta, contamos com as reflexões de Manacorda e de Bryan, que, no texto “Educação, trabalho e Tecnologia em Marx” ressalta que as propostas educacionais de Marx partem das contradições do desenvolvimento do capitalismo e da experiência do movimento operário e cooperativo e que o cerne dessas propostas consiste da recomendação que fez ao movimento operário e partido social-democrata alemão, de reivindicar a vinculação da Educação com o trabalho produtivo e de aliar a Educação intelectual às práticas de ginástica e ensino tecnológico. Assim ao detalhar sua proposta educacional, Marx, segundo Bryan, incorpora o resultado da sua análise das transformações do processo de trabalho submetido ao capital e do caráter de força produtiva direta que a ciência vinha adquirindo, Marx assim define o conteúdo pedagógico do ensino socialista;

[...] por ensino entendemos três coisas: primeira: ensino intelectual; segunda: Educação física dada nas escolas e por meio de exercícios militares; Terceira: adestramento tecnológico, que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e que, ao mesmo tempo, introduza a criança e o adolescente no uso prático e na capacidade de manejar os instrumentos elementares de todos os ofícios. Com a divisão das crianças e dos adolescentes dos 9 aos 17 anos em três classes deveria estar vinculado um programa gradual e progressivo de ensino intelectual, físico e tecnológico. (MARX *apud* MANACORDA, 2000, p. 26-27)

Com a proposta de ensino tecnológico combinado com o trabalho produtivo Marx visava à formação do trabalhador que detivesse o domínio da tecnologia, dos princípios gerais subjacentes a toda a produção. Nesse sentido, ele prevê um tipo de Educação que “elevará a classe trabalhadora a um nível muito superior ao das classes alta e média” (Marx, *Instruction*, PA. 89 *apud* Bryan, 1997). Assim, Marx acreditava que a escola deveria ser uma instituição em que, mediante a conjugação de uma Educação intelectual sólida com a Educação física e com o ensino

tecnológico, o trabalhador pudesse adquirir os instrumentos intelectuais necessários para assumir o comando do processo da sua capacidade de fazer valer seus propósitos nessa luta permanente. Manacorda (2000) resume com as seguintes palavras o que Marx pensa sobre os temas de formação do homem,

[...] esses temas nada mais são que um aspecto dos temas da sua emancipação como indivíduo social, isto é, como ser singular inserido na sociedade de que participa – pode ser anunciado como método da associação do trabalho em fábrica e de ensino numa escola essencialmente “tecnológica”, com a finalidade de criar o homem onilateral (MANACORDA, 2000p. 113).

Para finalizar, o autor faz uma diferenciação entre a pedagogia marxiana e as outras:

Mas a diferença substancial entre a “pedagogia” de Marx e qualquer outra pedagogia, e, por outro lado, entre todo o seu método de pesquisa antiideológico e qualquer outra teoria, consiste no fato de que, frente a um processo real, não se propondo considerá-lo natural e eterno à maneira dos economistas clássicos, não contrapõe as suas teorizações nem para retornar a uma solução ideal de equilíbrio anterior, nem para aperfeiçoá-lo eliminando os seus aspectos negativos ou contraditórios, mas, ao contrário, assume toda a realidade contraditória e até vê no desenvolvimento das contradições, no emergir do dado negativo, antagônico, a única via histórica de solução. (MANACORDA, 2000, p. 114).

No entanto ao falar de Marx e das pedagogias pós-marxianas, ele argumenta que, na realidade, pode-se dizer que a base e, portanto, a matriz indireta das teses pedagógicas marxianas, por um lado, e das demais teses pedagógicas modernas, por outro, é a mesma, a saber, a realidade da Revolução Industrial, com as profundas transformações que determinou em todos os níveis da vida social. Nessa perspectiva o autor relata ainda que,

No terreno educativo, essa revolução eliminou o velho modo de treinamento das classes trabalhadoras, o estágio no local de trabalho junto aos adultos, e colocou em crise o caráter privilegiado e retórico da formação das classes dominantes na escola tradicional. Mas, se a revolução industrial é a matriz comum, diferente é o modo de se reagir a ela. Nos vários representantes das pedagogias modernas não-marxistas a Revolução Industrial pode ser objeto de lamentação, aceitação a - histórica ou contraposição utópica; em Marx, é postura consciente da historicidade das relações sociais e do seu reflexo na ideologia, é prontidão para captar, no dado histórico, a tendência do movimento. [...] Não há em Marx nem lamentação, nem posição a – histórica, nem contraposição utópica, mas, como vimos, a constatação de um processo real e a individualização das soluções no desenvolvimento das suas contradições, que propõe objetivamente a reunificação de ciência e trabalho. (MANACORDA, 2000, p. 123-124).

Na mesma linha de raciocínio, ressalta que a conexão proposta por Marx entre ensino e trabalho não pode ser identificada com aquela sugerida pelas modernas escolas ativas do trabalho de inspiração positivista, pragmática ou de qualquer outro tipo. Então o trabalho de que fala Marx,

[...] não é o trabalho artesanal à Rousseau; nem o das modernas escolas administrativas, destacado o ensino geral e destinado à aquisição de uma ou mais tarefas determinadas. Nem mesmo é um trabalho meramente didático, alternativa ou corretivo de uma cultura abstrata “combinação do aprendizado com elementos da Educação liberal” como diz King. Trata-se de um trabalho produtivo, prática do manejo dos instrumentos essenciais de todos os ofícios, associando à teoria como estudo dos princípios fundamentais das ciências. Um trabalho que exclui toda oposição entre cultura e profissão, não tanto na medida em que fornece as bases para uma multiplicidade de escolas profissionais, mas na medida em que é atividade operativa social, que se fundamenta nos aspectos mais modernos, revolucionários, integrais do saber. Aquele trabalho que a própria Fábrica postula, sem que o possa proporcionar até que não se opere um praktischer Umsturz, ou seja, uma mudança revolucionária (MANACORDA, 2000, p. 125).

Quanto à proposta educacional de Gramsci, Manacorda destaca que, apesar de existirem várias coincidências substanciais em relação a proposta de Marx tem também as suas especificidades. Para mostrar essa aproximação e ao mesmo tempo o que distingue os dois autores, ele trás a tona o tema trabalho.

Gramsci repropõe a conexão marxiana (e leniniana) de ensino-trabalho, mas – convém logo deixar claro – sem acolher integralmente a hipótese marxiana de um trabalho produtivo, industrial e, portanto remunerado, das crianças. O trabalho, para Gramsci, é essencialmente um elemento constitutivo do ensino, semelhante ao que é o aspecto prático no ensino tecnológico em Marx; o trabalho não é um termo antagônico e complementar do processo educativo, ao lado do ensino em suas variadas formas, mas se insere no ensino pelo conteúdo e pelo método. Enquanto em Marx, em suma, ocorre principalmente a integração do ensino, ainda que dotado de plena autonomia e riqueza de conteúdo, no processo de trabalho de fábrica, em Gramsci ocorre a integração do trabalho como momento educativo no processo totalmente autônomo e primário do ensino (MANACORDA, 2000 p. 135).

No entanto ele faz a seguinte ressalva,

[...] mas, em que se pese essa questão não secundária, tanto a inspiração gramsciana é claramente marxista, como também não se reduz e não se confunde nunca com as demais pedagogias; nem com o trabalho profissional das tradicionais e subalternas escolas de ofícios, nem com o trabalho snob e de recreação das tendências pedagógicas “progressistas” (MANACORDA, 2000, p. 136).

Assim explica o autor:

Gramsci coloca “o conceito e o fato” do trabalho como “princípio educativo imanente da escola elementar”; e esse enfatizar ao mesmo tempo o momento conceitual e o fático, o momento teórico e o prático já se reporta a Marx. Porém, esclarece o autor, Marx se refere, sobretudo, “à concepção que tem do trabalho como uma relação imediatamente instituída entre a sociedade e a natureza para transformar a natureza e socializá-la e que fundamenta o equilíbrio entre ordem social e natural” (MANACORDA, 2000, p. 136).

Mesmo sendo essa uma concepção que sintetiza todos os termos marxianos da História como relação real entre homem e natureza e como processo de humanização da natureza, é tipicamente gramsciano, salienta Manacorda, o modo pelo qual a sua proposta de trabalho como princípio e fundamento da escola elementar emana da análise do conteúdo educativo do ensino de base, à conclusão de um discurso que parte da diferenciação de dois elementos educativos fundamentais,

[...] as primeiras noções de ciências naturais e as noções de direitos e deveres do cidadão”. São exatamente esses elementos “culturais” que determinam a natureza e a função educativa do trabalho no pensamento de Gramsci, na medida em que as leis da sociedade (“civil e estatais”, diz ele) “colocam os homens na posição mais adequada para dominar as leis da natureza”, isto é, “para facilitar seu trabalho, que é o modo específico do homem participar ativamente da vida da natureza para transformá-la e socializá-la. É esta a premissa teórica da proposta gramsciana de organização de uma “escola única inicial de cultura geral, humanística, formativa que harmonize precisamente o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual. E não resta dúvida de que se trata de uma premissa integralmente marxiana, ainda que Gramsci, que a compreendeu profundamente, lhe atribua motivos e desenvolvimento original (MANACORDA, 2000, p. 136).

Assim, ao procurar certa autonomia de Gramsci em relação a Marx, Manacorda volta ao tema trabalho, “Como em parte já antecipamos onde se afasta dele é exatamente em relação ao tema do trabalho, que, no entanto, permanece nele como uma fundamental decorrência de Marx” (MANACORDA, 2000, p. 137). Nesse sentido, ressalta que enquanto para Marx a experiência concreta de fábrica oitocentista colocava a hipótese de uma integração das crianças na produção, num trabalho ainda prevalentemente manual, ainda que ligado aos aperfeiçoamentos da moderna tecnologia; para Gramsci, ao contrário, o sucessivo desenvolvimento do real, tanto no ensino quanto na produção, coloca a proposta de um desenvolvimento

autônomo e um enriquecimento do processo educativo escolar, bem como um trabalho cada vez mais evoluído tecnicamente. E conclui da seguinte maneira:

Assim a integração que acrescenta entre parênteses ao trabalho manual (técnica e industrialmente), embora coincida nos termos com a proposta de Marx, que fala sempre de trabalho manual como trabalho industrial, pode significar também uma correção da hipótese de um trabalho industrial, de inserção das crianças na fábrica, mas sim de desenvolver nelas “a capacidade de trabalhar” industrialmente, num processo escolar coordenado com a fábrica, mas dela autônomo. Essa fundamentação mais cultural e essa especificação mais moderna da relação ensino-trabalho apresentam-se, no entanto, não como uma separação, mas como um desenvolvimento das teses marxianas; a diferenciação e a polêmica de Gramsci estão, sobretudo, na fundamentação das premissas marxianas, tanto em relação a toda a escola tradicional de ofício, na qual o trabalho assuma uma função subordinada e discriminante, quanto em relação a toda escola progressista em que o trabalho, mecanicamente acrescentado ao ensino, assuma uma função snob e amadora (MANACORDA, 2000, p. 137-138).

Percebe-se, com base nas reflexões de Manacorda que tanto em Gramsci como em Marx a união de ensino e trabalho se apresenta como “um processo educativo orientado a formar homens onilaterais, que sejam inseridos na atividade social após terem sido elevados a um certo grau de maturidade e capacidade de criação intelectual e prática” (MANACORDA, 2000, p. 139). No entanto, segundo o autor, essa relação ensino-trabalho é posta por Gramsci sob duas perspectivas: “a primeira, conforme já vimos, como elemento unitário do ensino em seus níveis iniciais; a segunda como elemento distinto, profissional, nos níveis ulteriores da escola” (MANACORDA, 2000, p. 138). De encontro a essa perspectiva ressalta que, assim como Marx denuncia o caráter prático dado pelo capitalismo aos métodos de ensino, Gramsci considera a tendência de abolição de todo tipo de escola formativa e a multiplicação das escolas profissionais especializadas como um processo de crescente degeneração e considera até paradoxal que tal tendência seja apresentada como democrática (MANACORDA, 2000, p. 138). Assim conclui o autor:

A escola, por não ser socialmente qualificada ou discriminante, deve educar de modo que todo cidadão possa tornar-se “dirigente”. Pensa, portanto, num tipo de ensino e preparação ao trabalho que conserve ao máximo o caráter marxiano da onilateralidade, quer que “os elementos sociais utilizados no trabalho profissional não caiam na passividade intelectual”, mas possam dispor de todas as possibilidades de atividade cultural e de trabalho científico. E, de maneira mais geral, denuncia o fato de que, “na situação atual de divisão social das funções, certos grupos estejam limitados em sua escolha profissional por diversas condições econômicas [...] e técnicas...”, o que é uma clara retomada da afirmação marxiana de que as circunstâncias em que

os indivíduos vivem, “somente lhes permite desenvolver unilateralmente uma qualidade e expensas de todas as outras (MANACORDA, 2000, p. 138-139).

Outro aspecto importante da proposta gramsciana de Educação salientado por Manacorda é que Gramsci critica a ilusão de se poder praticar uma pedagogia libertadora como pedagogia do indivíduo encerrado em si mesmo:

A participação realmente ativa do aluno na escola – observa Gramsci – somente pode existir se a escola estiver ligada à vida”; para ele a relação educativa não se dá entre indivíduos singulares, mas sempre entre indivíduos que representam “todo o complexo social” (MANACORDA, 2000, p. 143).

Finalizando sua análise da então pedagogia gramsciana, Manacorda diz que,

[...] em suma, a diferença entre a pedagogia gramsciana e as pedagogias libertárias reside, mais uma vez, num critério tipicamente marxiano: a imprescindível necessidade que une o livre desenvolvimento do indivíduo ao livre desenvolvimento de todos, a união, a conexão dos indivíduos, a necessária solidariedade do desenvolvimento individual e social (MANACORDA, 2000, p. 143).

Dando sequência a nossas reflexões sobre algumas propostas educacionais que tratam da relação trabalho/Educação, entendemos ser de suma importância trazer posições de autores contemporâneos voltados à realidade educacional brasileira. Para tanto, contamos com as contribuições de Saviani (1987) e de Gentili (2002).

Saviani (1987), ao propor uma formação em nível de Segundo Grau diretamente relacionada ao trabalho, baseia-se nas propostas de Marx e de Gramsci e traz para a discussão a concepção de politecnia que, segundo ele, encaminha-se na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral, “ela postula que o processo de trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais” (SAVIANI, 1987, p. 15). Para esclarecer o conceito de politecnia, o autor comenta que, literalmente, politecnia significaria múltiplas técnicas, ou multiplicidade de técnicas, e por isso há o grande risco de se entender o conceito de politecnia como a totalidade das diferentes técnicas fragmentadas, autonomamente consideradas. Para ele a noção de politecnia:

Diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politécnica, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos. Por quê? Supõe-se que dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador que é adestrado para executar com perfeição determinada tarefa, e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Ele terá um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva moderna na medida em que ele domina aqueles princípios, aqueles fundamentos, que estão na base da organização da produção moderna. Dado que a produção moderna se baseia na Ciência, há que dominar os princípios científicos sobre os quais se funda a organização do trabalho moderno. (SAVIANI, 1987, p. 17)

Dessa forma, ressalta que, quando se pensa em organizar o Segundo Grau, sobre a base da politécnica,

não se trataria de multiplicar as habilitações ao infinito para se cobrir todas as formas de atividade que se possa detectar na sociedade. Trata-se de organizar sim, oficinas, quer dizer, processo de trabalho real, porque a politécnica supõe a articulação entre o trabalho manual e o intelectual” (SAVIANI, 1987,p. 18),

Segundo ele, isso pode ser organizado de forma a que se possibilite a assimilação não apenas teórica, mas também prática, dos princípios científicos que estão na base da organização moderna. Assim, o autor conclui que a ideia de politécnica envolve a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual e envolve uma formação a partir do próprio trabalho social, que desenvolve os fundamentos, os princípios, que estão na base da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permitem compreender o seu funcionamento (SAVIANI, 1987, p. 19). No entanto, afirma o autor:

A questão é como dar esta formação omnilateral, politécnica, se as condições em que vivemos, ou seja, a própria forma como está organizada a sociedade, tem como pressuposto, em sua raiz, a divisão entre proprietários de meios de produção e os proprietários da força de trabalho, os expropriados dos meios de produção. Daí a divisão do trabalho, a divisão do conhecimento, disciplinas científicas autônomas, todo um processo que resulta na divisão de funções na sociedade, estabelecendo diferentes profissões (SAVIANI, 1987, p. 28)

A divisão da sociedade a que a citação reporta nos leva a pensar como será possível uma formação do trabalhador com base na concepção de politecnia, que tem como pressuposto a união entre trabalho manual e trabalho intelectual, já que o próprio Saviani afirma que,

[...] a união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a superação da apropriação privada dos meios de produção, com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade; ou essa divisão entre trabalho intelectual e manual pode ser ultrapassada à medida que o processo de trabalho, historicamente, liberta os homens do jugo da natureza do trabalho braçal, transferindo progressivamente para as máquinas esse tipo de trabalho (SAVIANI, 1987, p. 15-16).

Nesse sentido ele salienta que,

Para se ter uma Educação transformada é preciso ter uma sociedade transformada, e para se ter uma sociedade transformada é necessário ter uma Educação transformada. E daí se conclui: é preciso partir da situação atual, e desenvolver os seus elementos contraditórios, quer dizer, agir no interior dessa contradição. Porque eu não posso esperar a sociedade se transformar para a Educação se transformar, porque para a própria sociedade se transformar a Educação precisa ser transformada. Mas eu não posso também primeiro transformar a Educação para transformar a sociedade, porque para a Educação se transformar é preciso que a sociedade se transforme. Então, deve-se partir da situação atual, ou seja, eu parto do existente e busco realizar a transformação, concomitantemente, dos dois aspectos. É preciso, pois, partir da situação existente (SAVIANI, 1987, p. 32).

Assim, podemos inferir que a relação entre sociedade e Educação escolar seja dialética e que não possamos esperar um movimento de mudança de uma em relação à outra, haja vista que elas se inter-relacionam e se determinam. Diante disso, é que Saviani (1987), propõe que devemos partir da situação existente, ou seja, não devemos esperar nem que a sociedade se transforme primeiro, nem que a Educação seja transformada em primeiro lugar, por isso, sugere a Educação com base na politecnia como uma forma de possibilitar ao homem o exercício de uma profissão como condição de humanização e de transformação social, ou seja, a Educação escolar estaria cumprindo seu papel diante da sociedade, que é o de possibilitar aos alunos uma aprendizagem relevante que se apoie nas experiências e nos saberes que o aluno adquire paulatinamente em contato com o mundo real e com seus partícipes, dando-lhe condições de viver uma verdadeira cidadania.

Quanto às contribuições de Gentili (2002), parece-nos importante salientar suas teses sobre a relação trabalho/Educação que ele tão bem relata no texto “Três Teses Sobre a Relação Trabalho e Educação em Tempos Neoliberais (2002). Essas teses, segundo Gentili (2002, p. 46) “são fundamentais para compreender a relação trabalho-Educação no contexto dos processos de reforma educacional promovidos pelos governos neoliberais na América Latina”. Em conformidade com o autor, traremos para o debate essas três teses, quais sejam: 1) Na sua formulação clássica, a teoria do capital humano está esgotada; e isso, infelizmente, não parece ser uma boa notícia; 2) “empregabilidade” é o eufemismo da desigualdade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho e que sintetiza a incapacidade – também estrutural – da Educação em cumprir sua promessa integradora numa sociedade democrática; 3) A desintegração social promovida pelos regimes neoliberais, em contextos marcados por um aumento significativo dos índices de escolarização, demonstra que a Educação e o desenvolvimento se relacionam e influenciam, mas não, necessariamente, de uma forma positiva.

Ao discutir a primeira tese, *“Na sua formulação clássica, a teoria do capital humano está esgotada; e isso, infelizmente, não parece ser uma boa notícia”*, Gentili ressaltava dois fatos importantes. Primeiro, que tem havido uma profunda ressignificação do conteúdo que marcou a origem da economia da Educação como campo disciplinar e segundo, que essa mudança não foi produto nem da crítica teórica, nem de uma transformação democrática das relações sociais de produção que permitem explicar o surgimento daquela disciplina. Nesse sentido o autor conclui: “Em suma a teoria do capital humano, principal enquadramento teórico usado para definir o sentido da relação trabalho-Educação no capitalismo contemporâneo, mudou para pior” (GENTILI, 2002 p. 47). Ao recapitular a origem da teoria do capital humano ele afirma que, “teve origem e base de sustentação marcada pelo crescimento econômico, pelo fortalecimento dos Estados de Bem-Estar e pela confiança, quanto menos teórica, na conquista do pleno emprego” (GENTILI, 2002 p. 47). Para o autor, a partir dos anos de 1970,

[...] a desintegração da promessa integradora, a crise de ouro do capitalismo contemporâneo, e seu estrondoso desmoronamento, marcaram uma alteração substantiva na função atribuída à escolaridade. Mudança que esteve associada às profundas transformações estruturais sofridas na economia – mundo capitalista, as quais, apesar do seu evidente impacto

desigual no plano regional, tem criado as condições necessárias para uma modificação fundamental na função econômica atribuída à escola, processo que, como é óbvio, marcará profundamente o rumo e a natureza das políticas educacionais na virada do século (GENTILI, 2002, p. 47).

Já na década de 1990,

[...] a teoria do capital humano promoveu um deslocamento da ênfase na função da escola como âmbito de formação para o emprego [...] as décadas de 80 e 90 ofereceram a forte evidência do fracasso daquela teoria na sua formulação originária” (GENTILI, 2002, p. 48).

A promessa integradora da escolaridade estava fundada na,

[...] necessidade de definir um conjunto de estratégias orientadas para criar condições “educacionais” de um mercado de trabalho em expansão e na confiança, na possibilidade de atingir o pleno emprego. A escola se constituía, num espaço institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado. O processo da escolaridade era um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual (GENTILI, 2002, p. 49-50).

Nessa perspectiva, para o autor, a desintegração da promessa integradora não tem suposto a negação da contribuição econômica da escolaridade, mas, sim, uma transformação substantiva de sentido,

[...] passou-se de uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo para uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho (GENTILI, 2002, p. 51).

Para finalizar as discussões em relação à primeira tese o autor conclui: “Morta definitivamente a promessa do pleno emprego, restará ao indivíduo, definir suas próprias opções, escolhas que permitam (ou não) conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho” (GENTILI, 2002, p. 51).

Quanto à segunda tese: *“empregabilidade é o eufemismo da desigualdade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho e que sintetiza a incapacidade – também estrutural – da Educação em cumprir sua promessa integradora numa*

sociedade democrática”; o autor comenta que a ‘*empregabilidade*’ ganhou espaço e centralidade a partir dos anos 90, sendo definida como o “eixo fundamental de um conjunto de políticas supostamente destinadas a diminuir os riscos sociais do grande tormento deste final de século: o desemprego” (GENTILI, 2002, p. 52).

Em relação ao conceito de desemprego, o autor chama a atenção para um relativo consenso existente entre as administrações neoliberais e uma parte de seus opositores:

Nestas concepções, a empregabilidade é que articula e oferece coerência aos três elementos que poderiam permitir superar a crise do desemprego mediante uma dinamização dos mercados de trabalho: a redução dos encargos patronais, a flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente. Na minha perspectiva, resulta fundamental compreender o papel que exerce a empregabilidade na construção e legitimação de um novo senso comum sobre o trabalho, sobre a Educação, sobre o emprego e sobre a própria individualidade. Em tal sentido, o surgimento da empregabilidade deve ser compreendido no contexto da já mencionada crise da promessa integradora. Como vimos, tal crise, expressão da própria crise da modernidade, faz referência à ofensiva conservadora contra o caráter potencialmente integrador atribuído à escola pública (GENTILI, 2002, p. 52).

Retomando a concepção conservadora, o autor comenta que, para ela, a “escola é uma instância de integração dos indivíduos ao mercado, mas não todos podem ou poderão gozar dos benefícios dessa integração já que, no mercado competitivo, não há espaço para todos” (GENTILI, 2002 p. 52). Então, se a escola não consegue realizar seu papel como instância de integração econômica dos indivíduos, “as próprias possibilidades de integração cultural, política e social se verão comprometidas, impedindo o desenvolvimento efetivo dos indivíduos e das nações (GENTILI, 2002, p. 53). Assim, a tese do capital humano recupera a concepção individualista da Teoria do Capital Humano, mas acaba o nexos que se estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social.

Um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado [...] simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos. “Empregabilidade” não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis: alguns sobreviverão outros não (GENTILI, 2002, p. 54).

Nessa perspectiva, sintetiza o autor:

[...] o discurso da empregabilidade tem significado uma desvalorização do princípio (teoricamente) universal do direito ao trabalho e, de forma associada, uma revalorização da lógica da competitividade interindividual na disputa pelo sucesso num mercado estruturalmente excludente (GENTILI, 2002, p. 54).

Além disso, o “conceito de “empregável” parece traduzir a realidade de um discurso que enfatiza que a Educação e a escola, nas suas diferentes modalidades institucionais, constituem sim uma esfera de formação para o mundo do trabalho” (GENTILI, 2002, p. 55). Só que essa inserção depende, agora, de cada um de nós. Alguns triunfarão, outros fracassarão. Nesse sentido,

O indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilitam a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho. A possibilidade de obter uma inserção efetiva no mercado depende da capacidade do indivíduo em “consumir” aqueles conhecimentos que lhe garantam essa inserção. Assim o conceito de empregabilidade se afasta do direito à Educação: na sua condição de consumidor o indivíduo deve ter a liberdade de escolher as opções que melhor o capacitem a competir. A tese da empregabilidade acaba também com a concepção do emprego e da renda como esferas de direito (GENTILI, p. 55).

Quanto à terceira tese: *“A desintegração social promovida pelos regimes neoliberais, em contextos marcados por um aumento significativo dos índices de escolarização, demonstra que a Educação e o desenvolvimento se relacionam e influenciam, mas não, necessariamente, de uma forma positiva”*, Gentili afirma que a teoria do capital humano passou a defender a correlação direta entre Educação e desenvolvimento econômico e que alguns teóricos críticos e parte dos políticos progressistas se empenham em manter viva a chama de um mito: a Educação tem valor, porque dela depende o desenvolvimento econômico. No entanto, o autor entende que essa tese chama a atenção para o risco desse tipo de afirmação e cita como exemplo o próprio Brasil, que, segundo ele, é um exemplo da não correlação entre Educação e desenvolvimento econômico, visto que “o núcleo de sentido do desenvolvimento brasileiro foi construído tendo como base de sustentação uma brutal desigualdade social e educacional” (Gentili, 2002, p. 56-57).

No Brasil, vivemos um particular “modelo de desenvolvimento” que contraria a simplória afirmação de que a Educação é a chave do cofre da felicidade. [...] o dado, certamente alentador, longe de confirmar a correlação direta entre Educação e desenvolvimento, não consegue ocultar uma brutal realidade: a América Latina é a região mais injusta, mais desigual do planeta. [...] os pobres latino-americanos são hoje mais pobres e mais “educados”. “educados” num sistema escolar pulverizado, segmentado, no qual convivem circuitos educacionais de oportunidades e qualidades que mudam conforme a condição social dos sujeitos e os recursos econômicos que eles têm para acessar a privilegiada esfera dos direitos da cidadania (GENTILI, 2002, p. 59).

Tomando como referência as reflexões de Gentili a respeito da Teoria do Capital Humano, podemos inferir que ela sofreu algumas mudanças em seus princípios, ou seja, deixou de existir como foi formulada, mas foi retomada em outros princípios, que condizem mais com as necessidades econômicas do mercado no momento. O autor chama a atenção também para a correlação entre Educação e desenvolvimento econômico, que nos leva a pensar que quanto maior o grau de instrução da população, maior o desenvolvimento econômico. Segundo ele, isso nem sempre acontece, visto que a realidade da América Latina, por exemplo, foge a essa afirmação: embora mais educados, os latino-americanos continuam mais pobres e injustiçados. Tem-se, ainda, a questão da “empregabilidade” supostamente adquirida em função de um maior grau de instrução, o que não garante inserção no mercado de trabalho, mas apenas melhores condições de competição e/ou sobrevivência nesse mesmo mercado, haja vista a falta de vagas para todos os trabalhadores.

As teses de Pablo Gentili sobre a relação trabalho Educação aqui apresentadas, ainda que de forma geral, e as contribuições de todos os autores com os quais dialogamos nesse trabalho, servem, a nosso ver, para estimular o debate e as reflexões acerca da complexa e sempre conflitante relação entre trabalho e Educação no capitalismo contemporâneo. Essa complexa e conflitante relação se dá em razão da oposição de interesses entre os que detêm o controle dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho. Nessa mesma linha de raciocínio, Cambi (1999) nos diz que entende o século XIX como aquele caracterizado pela existência de uma frontal oposição entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista e que se refletia em todas as dimensões da vida e organização da sociedade, seja a econômica, a social, a política ou a ideológica. O autor, além de enfatizar o confronto entre a burguesia e o proletariado, afirma que esse embate também produziu projetos antagônicos e radicais, no que

diz respeito à Educação e à pedagogia (CAMBI, 1999, p. 407). Apesar de Cambi ressaltar que essa oposição entre burguesia e proletariado aconteceu de forma mais veemente no século XIX, entendemos que os reflexos dessa oposição continuam ainda no século XXI a se refletir sobre as questões sociais, políticas e ideológicas, interferindo nas questões pedagógicas e educacionais de nossa sociedade, uma vez que os projetos educacionais gestados nessa sociedade ainda fazem distinção entre a Educação destinada às classes dominantes e aquela destinada a classe trabalhadora.

No que tange à formação/qualificação para o trabalho, temos as “noções de qualificação a partir dos referenciais da economia da Educação que tratam a qualificação como sinônima de “capital humano” (MANFREDI, 1997, p. 1),

[...] esta concepção de formação nasceu associada à concepção de desenvolvimento socioeconômico, dos anos 50/60, da necessidade de planejar e racionalizar os investimentos do Estado no que diz respeito à Educação escolar, visando, no nível macro, garantir uma maior adequação entre as demandas dos sistemas ocupacionais e o sistema educacional. Foi elaborada a partir dos cânones da “Teoria do Capital Humano” cujos principais expoentes foram os economistas americanos, entre eles Theodore Schultz (1967) e Frederic H. Harbison (1961) que defendiam a importância da instrução e do progresso do conhecimento como ingredientes fundamentais para a formação do chamado capital humano, de recursos humanos, isto é, da escassez de pessoas possuidoras de habilidades-chave para atuarem nos setores em processo de modernização. (MANFREDI, 1997, p. 2).

A expressão “formação de capital humano”, empregada nessa concepção, significa o “processo de formação e incremento de número de pessoas que possuem as habilidades, a Educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político e econômico de um país” (MANFREDI, 1997, p. 2). Ainda de acordo com os referenciais da economia da Educação, temos a noção de qualificação formal referendada na capacidade de cada Estado Nacional de expandir quantitativo e qualitativamente seus sistemas escolares,

Ancorados na concepção de “qualificação formal”, alguns autores mencionam o fenômeno da supereducação ou superqualificação, baseando-se no seguinte argumento: “o efeito da confiança popular nas virtudes da Educação, das políticas oficiais de igualdade de oportunidades e de luta entre os grupos de ‘status’ por meio das credenciais outorgadas pelo sistema escolar, as pessoas recebem mais Educação, em média, do que realmente necessária no emprego” (MANFREDI, 1997 p. 3)

Temos, ainda, as noções de qualificação que tomam como parâmetros a produção e a organização do trabalho, são elas: a concepção de qualificação baseada no modelo taylorista na qual a “qualificação é concebida como sendo “adstrita” ao posto de trabalho e não como um conjunto de atributos inerentes ao trabalhador” (MANFREDI, p. 3). Para a autora, essa concepção de qualificação tem como matriz o modelo Job/skills definido a partir da posição a ser ocupada no processo de trabalho e previamente estabelecida (prescritas) nas normas organizacionais da empresa, de acordo com a lógica do modelo taylorista/fordista de organização do trabalho.

Tendo como parâmetros o posto/função estabelecido a partir da inserção e posição no mercado formal de trabalho, a qualificação é privatizada, isto é, entendida como um bem conquistado de forma privada e constituída por um conjunto de conhecimentos técnico-científicos, destrezas, habilidades, um acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho, encaradas numa ótica processual, individualizada, personalizada, sem nenhuma conotação ou condicionamento sócio – cultural. Nesse sentido a formação para o trabalho é definida como “treinamento básico, conhecimento ou formação escolar necessários para o exercício da função; esse conhecimento ou formação podem ter sido adquiridos ou por instrução formal ou por treinamento preliminar em trabalhos de menor grau, ou pela combinação desses meios” (MANFREDI, 1997, p. 4).

Assim, o mais importante do ponto de vista da formação para o trabalho é garantir que os trabalhadores sejam preparados exclusivamente para desempenhar funções específicas e operacionais. “Nessa concepção, o grau de escolaridade formal constitui um dos ingredientes do processo, cuja valoração vai variar de acordo com o setor econômico e da história particular de cada formação social” (MANFREDI, 1997. p. 4).

Há, sem dúvida, uma valorização da Educação formal no discurso, mas na realidade esta é exigida para os cargos mais altos da hierarquia associada a uma supervalorização do conhecimento técnico-científico e desvalorização/valorização do conhecimento prático. Com relação ao conhecimento prático, convém ressaltar uma outra ambiguidade no discurso dominante, nas falas valoriza – se o conhecimento teórico, elaborado, sistemático, mas no cotidiano valoriza – se o conhecimento obtido por meio da experiência, ou seja por meio da prática no trabalho (MANFREDI, 1997 p. 5)

Nos dizeres da autora, esta concepção de qualificação ancorada no modelo taylorista/fordista de organização da produção e do trabalho entra em crise com a

reorganização do sistema capitalista por meio da adoção de sistemas de produção flexíveis e da criação de novas formas de organização do trabalho. Nesse sentido, passamos a falar da concepção de qualificação social do trabalho e do trabalhador que também se insere nas noções de qualificação que tomam como parâmetro a produção e a organização do trabalho. Para falar da concepção de qualificação social do trabalho e do trabalhador Manfredi (1997) ressalta que,

Em Marx e nos autores contemporâneos de tradição marxiana as concepções de qualificação têm sido construídas tomando-se o trabalho como eixo articulador das noções de qualificação/desqualificação. No que diz respeito à qualificação do trabalho pode-se distinguir duas conotações interdependentes e complementares ainda que dialéticamente opostas: visões que pontuam o pólo da negatividade e outras que destacam o de positividade (MANFREDI, 1997p. 5).

Para a autora, as análises que,

[...] destacam a negatividade do processo de organização capitalista do trabalho, quando realizado nas condições estabelecidas e regulamentadas pelo capital, ressaltam as características de um trabalho alienado, fragmentado e desqualificante (MANFREDI, 1997, p. 5).

Dessa forma acreditam que,

A) a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, isto é, a divisão entre concepção e execução é imanente ao processo de trabalho capitalista, pois constitui um aspecto do monopólio que o capital tem sobre o conhecimento (acúmulos gerados pela ciência e tecnologia) e o poder de projetar sistemas de produção. [...] Todo trabalho humano envolve tanto a mente quanto o corpo. B) O controle hierárquico e a disciplina são essenciais para que o capital possa alocar tarefas, impor velocidades e intensificações, punir a má qualidade e, assim por diante pois, a final das contas, é ele que dá as regras no interior do processo de trabalho. C) Fragmentação/desqualificação – a desqualificação é inerente ao processo de trabalho capitalista porque o capital deve visar ter funções de trabalho que sejam rotinas calculáveis, padronizáveis, porque este trabalho deve ser executado à velocidade máxima e com o mínimo de “porosidade” e porque o capital quer força de trabalho que seja barata e facilmente substituível (MANFREDI, 1997, p. 5).

Já as abordagens que defendem a dimensão de positividade tomam como eixo a discussão da natureza do trabalho, como atividade humana e social que envolve, ao mesmo tempo, reprodução e apropriação transformadora, caracterizando o trabalho como atividade de humanização. Seguindo esse

raciocínio, a autora salienta que as argumentações que procuram resgatar a dimensão de positividade no trabalho seguem duas linhas de argumentação,

Ora recuperam as características imanentes ao trabalho, enquanto atividade social e coletiva, ora resgatam o potencial que possuem os trabalhadores organizados para imporem resistências, transgressões dos padrões instituídos e mesmo de negociarem a seu favor (ainda que de modo descontínuo) condições, normas de trabalho, espaços e mecanismos que lhes garantam maiores direitos (incluindo o de qualificar-se) e maior autonomia (MANFREDI, 1997, p. 6).

Após fazer uma análise sobre a noção de qualificação social do trabalho e do trabalhador, que toma como parâmetros a produção e a organização do trabalho, Manfredi (1997) conclui que, de acordo com as linhas de argumentação das diferentes posições ou focos de análise existentes no pensamento marxiano em relação ao trabalho, poder-se-ia aventar a possibilidade de que, segundo esses paradigmas teóricos, a concepção de qualificação pressuponha:

a) uma ideia de determinação, decorrente da própria organização social (capitalista) de trabalho e, simultaneamente, uma conotação de redirecionamento, decorrente da possibilidade de intervenção dos atores sociais envolvidos no processo; **b)** a noção de qualificação adquire uma conotação primordialmente sócio-cultural e histórica e, **c)** envolveria a ideia da qualificação como um processo constituído a partir de um movimento dialético – que comportaria, ao mesmo tempo, elementos qualificantes e desqualificantes, conectados ao ato e/ou atividades de trabalho, não circunscrita e cristalizada em função de um conjunto prescrito de postos de trabalho/tarefas e funções (MANFREDI, 1997 p. 7).

Seguindo esse raciocínio,

[...] a díade qualificação/desqualificação seria um componente constitutivo do próprio trabalho humano e, portanto, inerente aos coletivos de trabalhadores, em contraposição à concepção determinista e unilateral de qualificação na concepção tecnicista, calcada na tese da especialização (na ótica da fragmentação de tarefas e funções) (MANFRED, 1997, p. 7).

Ao que tudo indica, para alguns, a qualificação é considerada na perspectiva da preparação para o mercado, envolvendo, portanto, um processo de formação profissional adquirido por meio de um percurso escolar e de uma experiência capaz de preparar os trabalhadores para o ingresso e manutenção no mercado formal de trabalho. Outros entendem a noção de qualificação como um processo de

qualificação/desqualificação inerente à organização capitalista do trabalho, sendo o resultado da relação social entre capital e trabalho e da correlação de forças entre ambos. No entanto, Manfredi ressalta que,

[...] há ainda uma terceira visão (mais recente da sociologia do trabalho francesa) que aborda e define a qualificação a partir da investigação de situações concretas de trabalho. Os autores destes estudos designam tal qualificação de real e operacional (MANFREDI, 1997, p. 7)

Dando sequência às nossas reflexões, trataremos do perfil profissional desejado/idealizado para o trabalhador da indústria de cerâmica em Monte Carmelo e o perfil real desses trabalhadores, assim como os projetos formativos: cursos oferecidos para os trabalhadores da indústria.

3.2.1 Perfil profissional

O perfil profissional desejado para o trabalhador da indústria ceramista em Monte Carmelo se baseia em quatro requisitos: habilidade, treinamento, educação e experiência. Requisitos estes estabelecidos para cada uma das 24 funções existentes dentro da indústria, que vão desde o trabalhador chão de fábrica ao gerente geral.

As habilidades desejadas são, de forma geral, saber trabalhar em equipe, ser responsável e ter ética. Mas cada função tem um perfil desejado como, por exemplo, para ser laboratorista *“a pessoa tem que saber mexer bem com o pessoal, ser companheira, ter responsabilidade e ética”* (Paulo, 16/10/09).

Quanto ao treinamento, ele é dado quando há mudança de função, quando a função requer preparação prévia ou quando o candidato à vaga não possui conhecimento suficiente para exercer a função, por exemplo: para o cargo de laboratorista é preciso *“ter noções básicas de cerâmica vermelha”* (Paulo, 16/10/09).

Já em relação à Educação formal, cada descrição de função especifica a escolaridade desejada para. A Tabela 2 traz os perfis desejados para as 24 funções dentro da empresa

Tabela 3 Perfil desejado pelos gestores de acordo com as funções existentes dentro das empresas

ESCOLARIDADE EXIGIDA	QUANTIDADE DE FUNÇÕES	%
Ensino Médio completo	7	29.1
Ensino Fundamental completo (8ª série)	2	8.4
Ensino Fundamental incompleto (entre 5ª e 7ª série)	3	12.5
Séries iniciais do Ensino Fundamental - completas (4ª série)	5	20.8
Séries iniciais do Ensino Fundamental - incompletas (até 3ª série)	1	4.2
Sem exigência de escolaridade	2	8.4
Sem descrição da escolaridade exigida	4	16.6
TOTAL DE FUNÇÕES	24	100

Fonte: Laboratório de Ensaios de Monte Carmelo (LEMC)

A Tabela acima nos possibilita constatar que os cargos ou funções que exigem o Segundo Grau são, em maioria, o que nos permite inferir a possibilidade de “maior qualificação” desses trabalhadores, visto que

[...] antigamente a maioria não tinha nem alfabetização, hoje para trabalhar em determinados setores é obrigatório que a pessoa se qualifique isso aumenta o salário e também melhora a capacidade profissional das pessoas na cerâmica (PAULO, 16/10/09).

Em conformidade com o programa de modernização tecnológica do parque cerâmico de Monte Carmelo, intitulado “Diagnóstico Tecnológico das Indústrias Ceramistas”, elaborado a pedido da Associação dos Ceramistas, em 1995 os trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo, em geral, possuíam baixa escolaridade e utilizavam mais o conhecimento baseado na prática adquirida, incluídos nessa situação os trabalhadores de nível gerencial. Delineado o perfil idealizado pelos gestores, apresentamos a seguir, por meio de gráficos e tabelas, o perfil real dos trabalhadores da indústria, o que nos permitirá fazer um paralelo entre eles, no que diz respeito à Educação formal.

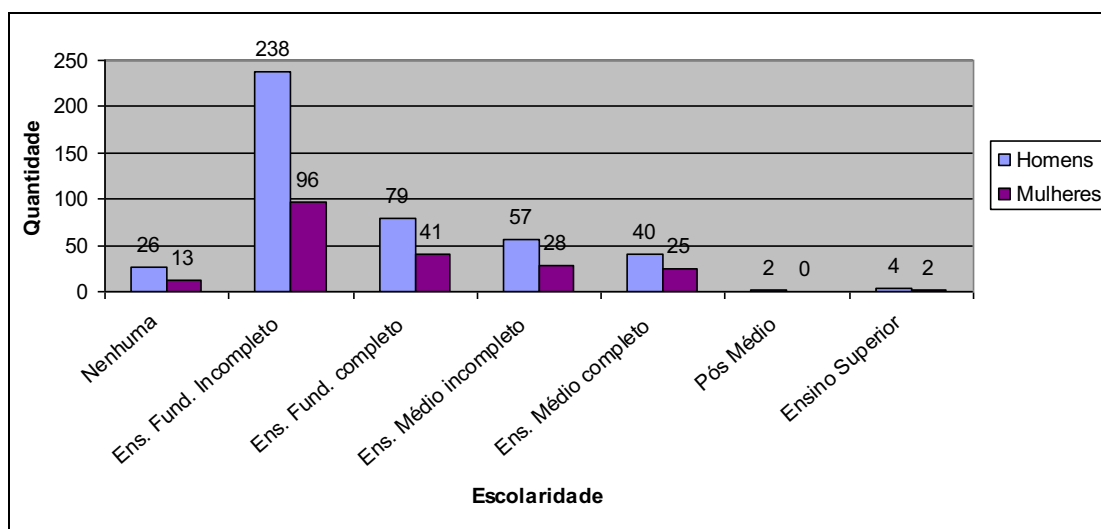


Gráfico 5 Distribuição dos sujeitos por sexo e por escolaridade

Fonte: dados coletados junto às empresas.

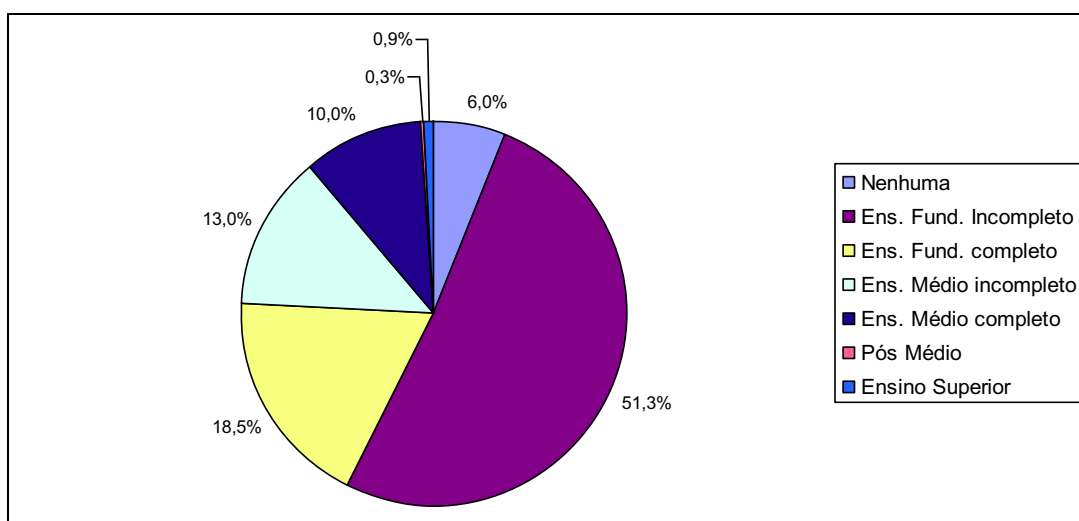


Gráfico 6 Distribuição dos sujeitos por escolaridade

Fonte: dados coletados junto às empresas

Tabela 4 Relação de cursos considerados pós-médio e Ensino superior cursados por alguns trabalhadores

Ensino pós - médio			Ensino Superior		
Curso	Quantidade de trabalhadores.	Percentual em relação ao total de trabalhadores	Curso	Quantidade de trabalhadores	Percentual em relação ao total de trabalhadores
Segurança do trabalho	1	0,30%	Administração	3	
Técnico ambiental	1		Letras	2	
			Ciências Biológicas	1	
Total	2	0,30%	Total	6	0,90%

Fonte: dados coletados junto às empresas

Os dados contidos nos gráficos nos permitem inferir que quase 60% dos trabalhadores não possuem nem o Ensino Fundamental completo e, se juntarmos a eles os que conseguiram completar esse nível de ensino, somaremos 75%, o que evidencia uma baixa escolaridade que não condiz com o perfil desejado pelos gestores e/ou confirmando a hipótese de que as funções mais importantes são ocupadas por uma pequena parcela de trabalhadores que possuem graus mais elevados de estudo. Isso pode ser percebido também na Tabela de relação de cursos pós-médio e superior cursados por apenas 0,3 e 0,9% de trabalhadores, respectivamente.

Outro aspecto em relação à Educação é que para os cargos que não exigem muita escolaridade, mas apenas que a pessoa saiba rudimentos da língua escrita, é feito um teste intitulado “ficha de avaliação de alfabetização” em que se pede: data, nome, data de nascimento, CPF, Identidade, estado civil, nome do cônjuge, número de filhos, endereço. Além das informações pessoais, pede-se também que o candidato escreva três nomes de animais e três nomes de pessoas; se assim o fizer, o candidato é considerado alfabetizado e apto a exercer o cargo.

E quanto à experiência, é exigido que se tenha um ano de experiência apenas para as funções de Auxiliar de Queima (Função: queimar as telhas nos fornos e alimentar o calor nos secadores de telha) e de Operador (Função: responsável pela dosagem e mistura das matérias-primas para formação da massa pronta, e abastecer o caixão alimentador com a referida mistura), ao que tudo indica essas

são funções que exigem um conhecimento prático prévio, o que justifica o pedido de experiência.

3.2.2 Projetos formativos - Educação formal, não formal e informal e os cursos oferecidos para os trabalhadores da indústria de cerâmica

Antes de nos atermos aos cursos oferecidos e /ou aos projetos formativos pensados para os trabalhadores da indústria de cerâmica, entendemos ser importante esclarecer os conceitos de Educação formal, não formal e informal para que tenhamos condições de fazer uma análise. Para esse fim, recorreremos às conceituações de Maria da Glória Golm (2006), no trabalho intitulado “Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola”.

Em relação aos campos de desenvolvimento de cada uma das modalidades educacionais a autora escreve que,

[...] a Educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a Educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (GOLM, 2006, p. 28).

A autora continua o texto tentando demarcar melhor o que é típico de cada uma das modalidades educacionais. Nesse sentido ela destaca que,

[...] A Educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a Educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOLM, 2006, p. 28).

É importante mencionar que a *Educação formal* pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente. A

não-formal ocorre em ambientes e situações interativos, construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na Educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. A *informal* opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados (GOLM, 2006, p. 28-29).

Outro aspecto importante é que,

[...] a Educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/ classe de conhecimento. A Educação informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado. A Educação não - formal trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da Educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do empowerment do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo (GOLM, 2006, p. 30)

Quanto aos espaços de formação: na Educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na Educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Já a Educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu, etc. (GOLM, 2006, p. 29-30).

Esclarecidos os conceitos de Educação formal, não formal e informal, entendemos que a formação/qualificação do trabalhador, de forma geral, é feita nas três modalidades educacionais aqui mencionadas, haja vista que o trabalhador adquire competências que lhe servirão para a execução de seu trabalho em todas elas.

Com os trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo não é diferente. No entanto, embora reconhecendo a importância da Educação formal e da

informal na formação desses trabalhadores, trataremos com maior ênfase da Educação não-formal, por entendermos que a formação/ qualificação dos trabalhadores na referida indústria se dá com maior ênfase nessa modalidade e acontece basicamente em três espaços, quais sejam: Associação dos Ceramistas, próprias empresas e o Sindicato dos Trabalhadores. O sindicato não organiza cursos visando diretamente à formação/qualificação dos trabalhadores para o trabalho, mas oferece uma formação política por meio das reuniões e convenções, esclarecendo os direitos dos trabalhadores, como nos aponta o assessor do sindicato “[...] na verdade nossas reuniões funcionam meio que como um curso, por exemplo, se trata de todo o direito trabalhista e todas as normas, há essa formação” (16/10/09).

Quanto aos cursos oferecidos pela Associação dos Ceramistas, conseguimos informações sobre alguns que ocorreram a partir de 2006, que foram:

- 2006 – Formação e desenvolvimento de equipes;
- 2007 – Capacitação do corpo gerencial (SEBRAE);
- 2008 – Auditor interno na ISO 9001 (requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade) e do certificado ISO (Ministrados pelo Centro de Cerâmica Brasileiro - CCB),
- 2009 - Norma 15310 que trata das normas para a fabricação de telhas; cursos técnicos das empresas que produzem os equipamentos.

Para exemplificar os cursos técnicos das empresas que produzem os equipamentos citados no item acima, Kleiber (2009) relata que:

[...] recentemente nós tivemos um curso da Bomforte para o pessoal da manutenção, para os mecânicos do parque cerâmico, para trabalhar a mecânica preventiva (mostrar como são os equipamentos, o que tem que ser feito para a durabilidade, qual a finalidade dos equipamentos, como os equipamentos podem estragar, ou seja, tudo pra evitar o desgaste), Foi um curso muito proveitoso a gente quer trabalhar muito nessa linha de prevenção. Além de fazer esse curso com essa finalidade, vamos trazer um curso técnico de capacitação e vamos buscar também a experiência no cooperativismo do processo extrativo (KLEIBER, 2009)

Já para 2010, estão programados para o início do ano, um sobre qualidade (organizado pelo LEMC) e outro sobre planejamento orçamentário (organizado pela

ACEMC) que “*consiste em ensinar o pessoal a gastar bem o dinheiro [...], noções sobre cartão de crédito, sobre compras a vista e a prazo, financiamento, cesta básica, fazer pesquisa de cotação pra comprar*” (Paulo, 16/10/09), o projeto do curso traz como objetivo principal a capacitação de profissionais de diferentes áreas da empresa, oferecendo conhecimentos e técnicas para melhorar as condições de vida de suas famílias por meio de uma administração mais racional das atividades domésticas e é chamado de projeto social “Viver melhor”.

Outro curso que estava programado para o segundo semestre de 2009, mas não foi realizado e talvez aconteça em 2010 é sobre tecnologia de cerâmica vermelha; segundo Kleiber (2009) o curso é em nível de segundo grau com carga horária de 200 horas e a meta é trabalharem com quatro funcionários de cada empresa, já que têm como foco agora a formação/qualificação dos funcionários. Ele ressalta, ainda, que será a primeira vez em que o curso será ministrado fora do Estado de São Paulo. O coordenador técnico do LEMC também comenta que os cursos oferecidos entre 2006 e 2008 foram voltados apenas para os gerentes, mas que, a partir de 2009, o foco passou a ser o profissional chão de fábrica.

Já os cursos/treinamentos oferecidos pelas próprias empresas estão ligados a questões de segurança no trabalho, qualidade e métodos operacionais. Assim, cada empresa monta um plano de treinamento, de acordo com suas necessidades; por exemplo, uma das empresas que pesquisamos organizou o seguinte plano de treinamento para 2009:

- Cursos/treinamentos externos: NBR ISO 9001:2008 (requisitos do sistema de gestão da qualidade); NBR 15310/2009; desenvolvimento de equipes – SEBRAE e Adequação a NBR 15270 – 1, 2,3.
- Cursos/treinamentos internos: A importância da política de qualidade e do sistema de gestão da qualidade; primeiros socorros e CIPA.

Com respeito ao curso/treinamento interno, “*A importância da política de qualidade e do sistema de gestão da qualidade*” conseguiu-se os seguintes dados: destinado ao setor de prensas com duração de 55 minutos (16h às 16h55min), conteúdo: Como funciona o Sistema de Gestão da Qualidade e o processo produtivo e a importância de garantir o padrão de qualidade.

Como mencionamos anteriormente, há uma formação/qualificação formal, visto que, para quase todos os cargos ou funções, exige-se um grau de escolaridade. Mas podemos perceber, também pelos dados coletados, que a maioria dos trabalhadores não possui sequer o Ensino Fundamental completo (51,3%) e alguns não têm nenhuma escolaridade (6%), ou seja, somando essas porcentagens, teremos cerca de 60% de trabalhadores analfabetos e/ou com pouca escolaridade.

E quanto à Educação informal, podemos mencionar o conhecimento tácito adquirido pelos trabalhadores por meio de suas experiências práticas no cotidiano, ou seja, são saberes implícitos, de difícil formalização, saberes que podem constituir-se a partir da longa permanência do trabalhador em um mesmo posto ou setor de trabalho e que ajudam a completar essa formação.

Esse conhecimento existe independentemente da escola formal, pois se constrói de uma forma empírica, em um processo histórico que se consolida a partir da relação entre o homem e a máquina, Aranha (1997, p. 14), define o conhecimento tácito do trabalhador como um processo contínuo e essencial ao andamento cotidiano do trabalho. É dificilmente codificável, o que dificulta a sua sistematização, mas é extremamente dinâmico, estando presente em praticamente todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo (Lucena, 2008, p. 17).

Ao ser indagada se é preciso fazer curso para trabalhar na indústria de cerâmica, Dinamar (05/07/09), que trabalha há mais de 20 anos no setor de prensa, relata que não precisa fazer curso, uma vez que, quando entra na empresa alguém que não conhece o trabalho *“a gerência manda quem já tá veia de casa ensiná. Curso quem faz só a gerência”*. Outro trabalhador que nos dá pistas sobre a importância do conhecimento tácito no processo de trabalho é o Sr. Antônio (25/06/09), em suas palavras: *“o serviço, um ensina pro outro, não precisa de curso, é preciso ter alguns conhecimentos”*.

Após algumas considerações a respeito dos projetos formativos pensados para os trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo e da visualização dos dados referentes à sua formação/qualificação, pode-se depreender que ela ocorre de forma fragmentada e pontual, de acordo com os objetivos e necessidades da empresa; dito de outra forma, restrita aos interesses do capital, uma Educação que serve à manutenção da ordem burguesa *“restrita às limitações econômicas, históricas, políticas, ideológicas e sociais do capitalismo”* (SANTOS, 2008, p. 45),

haja vista que são meros treinamentos para que o trabalhador exerça de forma satisfatória as tarefas mecânicas e rotineiras que lhe são exigidas no interior da fábrica; uma formação/qualificação que não tem como objetivo dar sentido a vida humana e que, portanto, não forma para a vivência de uma cidadania de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado nos traz muitas questões acerca da relação histórica entre trabalho e Educação. Os dados sobre a realidade e a formação/qualificação dos trabalhadores da indústria de cerâmica em Monte Carmelo, analisados na pesquisa de campo, retratam uma realidade que se assemelha à de trabalhadores de todos os segmentos e quiçá de todo o mundo. A título de exemplo, podemos citar algumas pesquisas realizadas em nossa região, como a dos operadores de *telemarketing* na cidade de Uberlândia, de Luciene Maria de Souza; sobre o setor de tabaco, também desenvolvida em Uberlândia por Fabiane Santana Previtalli, ou, num contexto mais amplo, sobre o trabalhador da indústria de petróleo desenvolvida como tese de doutoramento pelo Prof. Carlos Lucena e assim por diante.

Analisar as transformações presentes no mundo do trabalho como desdobramentos do avanço do capitalismo monopolista nas últimas décadas nos possibilita compreender que tais transformações têm provocado incertezas, conflitos e questionamentos sobre o futuro da sociedade. Nessa perspectiva, alguns discursos apontam para a concretização de uma sociedade regida pelas oportunidades individuais, defendendo, assim, o império de darwinismo social e outros denunciam processos precarizantes como o crescimento do desemprego em âmbito internacional para aqueles que vivem do trabalho.

Tomando como referência as mediações entre o processo citado e a Educação, tendo como referência reflexões que se iniciam na década de 1970, o estudo aponta que a Educação está cada vez mais atrelada às exigências feitas pelo sistema capitalista ao Estado. Essa mesma conjuntura, marcada também pelo avanço tecnológico, cria as condições necessárias para uma modificação fundamental na função econômica atribuída à escola, exigindo dela a formação da força de trabalho para uma sociedade em que falta perspectiva de uma carreira profissional.

As professoras Acácia Kuenzer e Neise Deluiz têm estudado sobre a relação trabalho/Educação no Brasil há mais de vinte anos. Elas observam que houve duas importantes mudanças nessa relação que estão contraditoriamente articuladas:

Por um lado, ocorreu uma mudança de eixo na relação entre formação humana e conhecimento, e, portanto, entre Educação e trabalho, em que o desenvolvimento das habilidades psicofísicas cedeu espaço para a capacidade de trabalhar teórico-praticamente; ao mesmo tempo, contrariamente à democratização das oportunidades de acesso à Educação de qualidade que seria decorrente desta nova lógica, intensificou-se a dualidade estrutural acentuando-se a polarização de competências, em face do aprofundamento das diferenças de classe no contexto das novas estratégias de acumulação. É a partir dos anos 80 do século passado que se tornam mais visíveis estas novas relações entre as forças produtivas e a Educação dos trabalhadores, quando, com o desenvolvimento e a utilização ampliada da base microeletrônica, o impacto das transformações sociais e produtivas causado por esta nova base técnica se fez sentir de forma muito intensa sobre as demandas de Educação dos trabalhadores (KUENZER; DELUIZ, 2005, p. 32).

Essas mudanças observadas na relação trabalho/Educação têm afetado as atividades escolares e as não-escolares. Assim, reconhecer que as transformações no mundo do trabalho, mais do que conhecimentos e habilidades demandadas por ocupações específicas, exigem "[...] conhecimentos básicos, tanto no plano dos instrumentos necessários para o domínio da ciência, da cultura e das formas de comunicação, como no plano dos conhecimentos científicos e tecnológicos presentes no mundo do trabalho nas relações sociais contemporâneas" (KUENZER; DELUIZ, 2005, p. 33), implica constatar a importância que assumem as formas sistematizadas e continuadas de Educação escolar. A partir dessa perspectiva justificam-se,

[...] patamares mais elevados de Educação para os trabalhadores, até porque a concepção de competência enunciada privilegia a capacidade de trabalhar intelectualmente, valorizando o domínio do método e dos conteúdos da ciência, da tecnologia e da sócio-história que fundamentam a vida social e produtiva, contrariamente ao taylorismo/fordismo, que privilegiava o conhecimento tácito. Isto significa que a Educação dos trabalhadores, em tese, demandaria uma sólida Educação básica inicial, complementada por processos educativos que integrem, em todo o percurso formativo, conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento sócio-histórico, ou seja, ciência, tecnologia e cultura (KUENZER; DELUIZ, 2005, p. 33).

Nessa perspectiva, passa-se a exigir cada vez mais qualificação de um grupo cada vez menor de trabalhadores, que constituem uma elite que ainda detém um conjunto de privilégios que a diferenciam da grande massa dos trabalhadores, cada vez mais consumidos, de forma predatória, pelo capital em trabalhos precários de diferentes formas e em diferentes níveis. Dessa forma, fica estabelecida uma relação entre mercado e Educação que tem articulado processos de exclusão/inclusão para atender à lógica da acumulação (KUENZER; DELUIZ, 2005, p. 33-34). O desenvolvimento do toyotismo e seus respectivos impactos na Educação dos trabalhadores, têm mostrado que,

[...] apesar de o discurso apontar a unitariedade como um dos objetivos das novas formas de organização e gestão do trabalho, as práticas correntes no regime de acumulação flexível tem acentuado cada vez mais a separação entre trabalhadores e dirigentes entre trabalho intelectual e trabalho instrumental. [...] esta em curso no mercado um processo que pode ser caracterizado de “exclusão includente”, ou seja, no mercado identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, às quais correspondem formas de inclusão no trabalho precarizado (KUENZER; DELUIZ, 2005, p. 34).

Todo esse processo de exclusão includente nos permite dizer que o que vem ocorrendo de fato é que os donos do capital utilizam como estratégia,

[...] as exigências de maiores níveis escolares que acabam funcionando como um filtro no momento de seleção dos trabalhadores, porque, se assim não fosse, ficaria inviável para as empresas selecionar seus trabalhadores diante do alto índice de pessoas desempregadas e com baixos níveis de escolaridade” (SOUZA, 2008, p. 117).

Quanto ao trabalho empreendido nesta dissertação, é possível ressaltar que a indústria de cerâmica em Monte Carmelo, que tem seu início por volta de 1932, passa a desenvolver-se com maior ênfase a partir da década de 1970, em função de questões como a abundância de matéria-prima (argila) e disponibilidade de força de trabalho oriunda da zona rural, em função da chamada modernização da agricultura, entre outras. No entanto, a referida indústria passou por uma forte crise no final da década de 1990 e início da seguinte, conseguindo reerguer-se a partir de 2005, quando começou a trabalhar em função da melhoria da qualidade de seus produtos.

No segundo capítulo, discutimos as transformações do sistema capitalista de produção e suas repercussões para o mundo do trabalho. Nesse momento tivemos a oportunidade de refletir em que extensão o trabalhador da indústria de cerâmica em Monte Carmelo tem sofrido as consequências das inúmeras reestruturações sofridas pela indústria ceramista e de que forma a realidade vivida por eles, assim como a de milhares de outros trabalhadores no Brasil e no mundo, incluem-se na lógica excludente determinada pelo sistema capitalista de produção. Pelo que pudemos verificar, a precariedade dos locais de trabalho, a exploração dos trabalhadores e o pouco caso para com a vida deles, continuam a existir, embora de maneira mais camuflada, se comparados com as décadas de 1980 e 1990.

Pôde-se depreender, no terceiro capítulo, o papel reservado à Educação no contexto do capitalismo monopolista, as concepções de formação/qualificação gestadas nessa conjuntura que servem para formar/qualificar o trabalhador almejado ou real e, a formação/qualificação reservada aos trabalhadores da indústria ceramista de Monte Carmelo.

Nesse sentido, o papel exercido pelas três instituições (Associação dos Ceramistas, Sindicato dos Trabalhadores, e as próprias empresas) que participam de forma mais direta da formação/qualificação dos trabalhadores da indústria em questão e as reflexões acerca da Educação/formação/qualificação num contexto mais amplo discutidas nesse trabalho nos permitem dizer que a formação/qualificação desses trabalhadores passa à margem de uma formação/qualificação de fato, já que nenhuma das instituições exerce o papel de formadora de forma satisfatória. Nem mesmo o sindicato, que poderia exercer de maneira mais positiva esse papel, o faz, pois, como vimos no decorrer da pesquisa, sequer apresenta uma proposta formativa. Diante disso, entendemos que a formação dos trabalhadores em questão está basicamente voltada a conhecimentos tácitos, passando longe da produção e elaboração tecnológica. Formação que, a nosso ver, enquadra-se na concepção de qualificação do modelo taylorista/fordista mencionado anteriormente e que, no dizer de Manfredi, tem uma formação definida como treinamento básico, no qual o que importa do ponto de vista da formação para o trabalho é garantir que os trabalhadores sejam preparados exclusivamente para desempenhar funções específicas e operacionais. Nessa concepção, o grau de escolaridade formal constitui um dos ingredientes do processo, mas é exigido

apenas para os cargos mais altos da hierarquia; assim, nas falas ou discursos, valoriza-se o conhecimento teórico, elaborado e sistematizado, mas, no cotidiano, valoriza-se o conhecimento obtido por meio da experiência ou conhecimento tácito.

De acordo com o perfil desejado pelos gestores da indústria ceramista em Monte Carmelo, hoje se exige uma melhor qualificação e/ou escolarização. No entanto uma escolarização maior, por si só, não significa melhor qualificação desses trabalhadores, uma vez que “o aumento do nível de escolarização não significa elevação da sabedoria operária, muito menos a construção de homens superiores, que enxerguem além do trabalho alienado” (LUCENA, 2008, p. 24). Percebe-se, assim, que esse nível maior de escolarização serve apenas como requisito de seleção funcionando como um filtro diante da vasta quantidade de mão de obra disponível. Sobre a questão da escolarização e da importância do conhecimento tácito para os trabalhadores da referida indústria, a fala do assessor do sindicato é bem esclarecedora,

Eu acho que essa escolaridade é exigida somente para o setor de escritório, hoje as empresas pedem experiência [...] Eles procuram pegar os trabalhadores que têm experiência em cada setor, agora no setor de prensa, há uma rotatividade muito grande porque substitui-se fácil o trabalhador, isso dificulta para que o setor consiga um bom salário, porque é um serviço que se aprende rápido. O setor de forno, por sua vez, exige resistência e técnica, a mesma coisa acontece com o desenformador e o enchedor de caminhão que tem que saber como colocar a telha porque se não ela vai quebrar toda (20/02/2010)

As reflexões acerca da história da indústria e da formação de seus trabalhadores nos permitiram entender como se dá a lógica de exploração sofrida pelos trabalhadores. Lógica essa que perpassa as questões educacionais e de formação/qualificação de seus trabalhadores. Uma formação/qualificação que serve apenas aos interesses do capital, uma vez que não proporciona aos trabalhadores melhores salários nem ascensão profissional, mas que aumenta sua expectativa de conseguir, num futuro próximo, um trabalho melhor do que o desempenhado na indústria ceramista. Assim, podemos concluir que a formação/ qualificação proposta para esses trabalhadores não corresponde a uma Educação voltada para a vivência de uma cidadania de fato, pois entendemos que a “superação do trabalho alienado, não cabe a uma Educação submissa aos interesses do capital é necessária uma Educação politécnica que possibilite uma verdadeira emancipação humana”

(SOUZA, 2008, p. 121). Uma Educação que possibilite uma unidade indissolúvel entre os aspectos manuais e intelectuais dos processos de trabalho, assim o desafio consiste na união entre o saber e o fazer. Nessa perspectiva acreditamos que,

[...] A qualificação profissional deve ir além, construindo uma crítica que permita aos trabalhadores discutir qual é a sociedade em que estão vivendo, seus limites e em que modelo gostariam de viver. A noção de qualificação profissional deve ser construída pelos próprios trabalhadores, recuperando a historicidade de suas lutas e reivindicações: o princípio para a concretização da cidadania (LUCENA, 2008, p. 24).

Assim, entendemos que uma Educação que possibilite a vivência de uma cidadania de fato deve envolver uma formação onilateral do homem em que sejam considerados todos os aspectos da vida humana.

É importante salientar ainda que, embora tenhamos privilegiado como espaço de pesquisa a indústria e as relações estabelecidas em seu interior, trazendo à tona de maneira mais evidente as questões econômicas e a realidade vivida pelos trabalhadores nesse espaço, consideramos de fundamental importância um olhar especial também para o cotidiano desses trabalhadores como espaço significativo que nos possibilita uma melhor compreensão da classe trabalhadora, uma vez que:

[...] os espaços do trabalhador devem ser compreendidos como pluridimensionais, que tanto apresentam traços visualmente identificáveis, como a casa, a rua, o bairro, a escola, as praças públicas e o local de trabalho, todos eles carregados de significados, quanto transcendem o plano da materialidade, podendo-se expressar também como campo das subjetividades, da elaboração e reelaboração da cultura. (ALMEIDA, 2008, p. 93).

Entretanto, diante das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa já mencionadas no início do trabalho, o tempo reduzido que se tem para fazer pesquisa em nível de mestrado e a pouca maturidade intelectual da pesquisadora, fica a empreitada como objetivo de estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, F. A. A Formação do “cidadão-trabalhador”: Educação e cidadania no contexto do “Novo industrialismo”. In: NEVES, M. W. (org). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas SP: Autores Associados, 2000. p. 59-78.

ALMEIDA, Antônio de. **Experiências Políticas no ABC Paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores**. Uberlândia: EDUFU, 2008. 300p.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: Vozes, 1997, p. 215-229.

ASSIS, Verônica Maria S. de. **Acidente de trabalho: um estudo comparativo para Cerâmicas de Monte Carmelo**. Monte Carmelo – MG: Fundação Carmelitana Mário Palmério – FUCAMP, 2008 (Monografia para conclusão curso de Administração).

BELLUZZO, Luiz G. de Mello; COUTINHO, Luciano G. Política Econômica, Inflexões e Crise: 1974-1981. In: BELLUZZO, Luiz G. de Mello; COUTINHO, Renata (orgs). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 159-193.

BERNARDO, João. **O toyotismo: exploração e controle de força de trabalho In: Democracia totalitária. Teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

BERNARDO, Luciano Tiago. **Agricultura e meio ambiente: um estudo comparativo entre os sistemas de produção patronal e familiar em Monte Carmelo e Iraí de Minas**. Uberlândia: UFU, 2001 (Dissertação Mestrado).

BORON, Atílio. **A nova ordem imperial e como desmontá-la**. Texto apresentado no Fórum Social Mundial, 27 de janeiro de 2001.

_____. Hegemonia e Imperialismo no Sistema Internacional. In: BORON, Atílio. **Nova Hegemonia Mundial: Alternativas de mudança e movimentos Sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. P. 133-154.

BRYAN, Newton Antônio P. **Educação, Trabalho e Tecnologia em Marx**. Curitiba-Pr: Educação & Tecnologia, CEFET – Curitiba, v. 1, p. 4-69, 1997.

BOSI, Antônio de Pádua. **Os “Sem Gabarito”: experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980**. São Paulo: PUC, 1997 (Dissertação de Mestrado).

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**; Trad. Álvaro Lorencini: São Paulo, Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999 – (Encyclopaideia).

CARNEIRO, Ricardo; MIRANDA, José Carlos. Os Marcos Gerais da Política Econômica. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). **Política Econômica da Nova República**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra S/A, 1986, p. 7 - 26.

CICILLINI, Graça Aparecida. Conhecimento científico e conhecimento escolar: aproximações e distanciamentos. In: CICILLINI, Graça AP; NOGUEIRA, Vidal Sandra (org.). **Educação Escolar: políticas, saberes e práticas pedagógicas**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

ESTRELA, Albano. **Pedagogia, ciência da Educação?** Porto (Portugal): Porto, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FRANÇA, Robson Luiz de. O Trabalho como Princípio da Dignidade da Pessoa Humana: Estado, Educação e cidadania. In: LUCENA, Carlos (org.). **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

_____. A Dimensão Ontológica do trabalho e a relação com o reducionismo ao Economicismo do Emprego no Ensino Superior. In: LUCENA, Carlos (org.). **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

GENTILLI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e Educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D; SANTELICE, j. I. (org.). **Capitalismo, trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados. HISTEDBR, 2002. (coleção Educação contemporânea). P. 45-59.

GOLM, Maria da glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1994.

KUENZER, Acácia; DELUIZ, Neise. **Pedagogia do Trabalho na acumulação flexível: os processos de inclusão excludente**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 31, nº 1, p. 32-38, 2005.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998, p. 61 – 96.

LUCENA, C. A. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 301 p

_____. Trabalho e Conhecimento Tácito na Reorganização da Produção Capitalista: uma análise das suas contradições. In: LUCENA, Carlos [org.]. **Trabalho, Precarização e Formação Humana**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

LEHMKVHL, Willian Anderson. **Análise numérica e experimental de um secador contínuo tipo túnel utilizado na indústria de cerâmica vermelha**. Santa Catarina: UFSC, 2004 (dissertação Mestrado).

MANACORDA, Mario Alighiero.; **MARX e a pedagogia moderna**. Trad. Newton Ramos de Oliveira; rev. téc. Paolo Nosella; pref. de Dermeval Saviani, 3. ed. .São Paulo: Cortez, 2000.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia 1997. Brasília: **Anais do III congresso Sociedade Brasileira de Sociologia**, 1997.

MARX, K; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984. 119p.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**; Livro 1, Volume I, trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 1-100.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1/1, cap. 5, p. 149 – 154.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. Trad. Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1964. p. 157-227.

MELLO, Alex Fiúza de. **Capitalismo e Mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 109-143.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003, 116p.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 244 p.

NORONHA, Maria Olinda. Globalização, mundialização e educação. In: Lucena, Carlos A. **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas, SP: Alínea, 2008, Cap. 1, p. 13-27. São Paulo: Xamã, 2001. p. 105-119.

OLIVEIRA, Francisco Carvalho de. Em busca da modernização. **Revista Construção**, p.8, 2002.

PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 104 p.

PRESSER, M. F. A Renegociação da Dívida Externa na Nova República. In: CARNEIRO (org). **Política econômica da Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1986, p. 259- 275.

PREVITALLI, Fabiane Santana; FARIA, Andréia Farina. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Qualificação: um estudo sobre o setor de tabaco em Uberlândia/MG. In: **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 85-109.

REIS, Jaisson P. dos. **Incorporação de resíduos industriais em massa cerâmica usada na fabricação de tijolos**. Santa Catarina: UDESC, 2007 (dissertação Mestrado).

RODRIGUES, José. Da teoria do capital humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a Educação Brasileira. In: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1991, cap. 5: A política educacional dos últimos anos, p. 193-251. 14ª Ed.

SANTOS, Jane Maria dos. A Formação do Trabalhador Industrial Mineiro Mediante as Estratégias Educacionais da FIEMG no Contexto do Nacional Desenvolvimentismo. In: **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas, São Paulo: alínea, 2008. p. 27-47.

SANTOS, Marcos Moreira dos. **“Lutas, Organização E Experiências De Trabalhadores Cerâmicos. Monte Carmelo – 1970/1990”**. Uberlândia: UFU, 1999 (monografia).

SAVIANI Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1987. 50p.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz G. de Melo; Coutinho, Renata (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 56- 121.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Cotidiano e Trabalho: trabalhadores ceramistas em Monte Carmelo/MG 1970/2000**. Uberlândia: UFU, 2001 (Dissertação Mestrado).

SOUZA, Luciene Maria de. A Nova (e Precária) configuração da Classe Trabalhadora no Capitalismo Monopolista: um olhar sobre a qualificação profissional dos operadores de telemarketing na cidade de Uberlândia-MG. In: **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas, SP: Alínea, 2008. P. 111-124.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES. 1981, 9. ed. 263 p.

TELLES, V. Silva. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo. (org.). **Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC, 1994, v.. p. 84-109.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Expressão Popular, 2005. PP 15-111.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 158-166.

OUTRAS FONTES

ABC (Associação Brasileira de cerâmica), 2009. Disponível em: <<http://www.abceram.org.br>>. Acesso em 18 de março e 02 out. 2009.

ANICER (Associação Nacional da Indústria Cerâmica) 2009. Disponível em: <<http://www.anicer.com.br>>. Acesso em: 22 de abril e 17 de agosto 2009.

ACEMC (Associação dos Ceramistas de Monte Carmelo) 2000.

ACEMC. Programa de Modernização Tecnológica do Parque Cerâmico de Monte Carmelo: “Diagnóstico Tecnológico das Indústrias”, 1995. 42 p.

Ata Câmara Municipal de Monte Carmelo (21/09/1999).

Fundação João Pinheiro - anexo estatístico Brasil 2002-2006. Disponível em: <<http://www.fjp.p.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2009.

Fundação João Pinheiro – Boletim conjuntura Econômica, 1º trimestre/2009. Disponível em: <<http://www.fjp.p.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2009.

Fundação João Pinheiro – Informativo: Pesquisa Industrial Mensal – MG, mês de referência. Julho/2009. Disponível em: <<http://www.fjp.p.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2009.

Fundação João Pinheiro – Perfil de Minas Gerais - 2008. Disponível em: <<http://www.fjp.p.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2009.

Fundação João Pinheiro – Mapa do Mercado de Trabalho: Estrutura e Evolução da Ocupação Formal em Minas Gerais - 2008. Disponível em: <<http://www.fjp.p.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2009.

Fundação João Pinheiro – Informativo CEI: Produto Interno Bruto de MG-2006. Disponível em: <<http://www.fjp.p.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2009.

Fundação João Pinheiro – Anexo estatístico Brasil 2003-2005. Disponível em: <<http://www.fjp.p.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2009.

Jornal Alerta Geral (agosto 2002 nº. 98, outubro 2006, nº. 144, novembro 2008 nº. 167) – circulação mensal.

Jornal Correio de Uberlândia (21/06/2009) – circulação diária

IBGE – SENSO DEMOGRÁFICO 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de março e 22 de julho 2009.

LUCINDO, Maristela. Relatório de estágio na área de organização e métodos do curso de administração da Fundação Carmelitana Mário Palmério, realizado na Associação dos Ceramistas de Monte Carmelo-MG, no período de 09/10 a 09/12/2003.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2007, Setor de transformação de Não-Metálicos. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM

Prefeitura Municipal; FUCAMP. Perfil Sócio-econômico do Município de Monte Carmelo. 2006, p. 72 - 115.

De Volta ao topo: A volta por cima do setor cerâmico de Monte Carmelo. Revista Mercado, Uberlândia: GMBC, v.4, n. 22, set. 2009, p. 30-42. Distribuição dirigida.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de cerâmica em Monte Carmelo. Boletins de 17/06/2009; 27/07/2009 e 05/01/2010.

ENTREVISTAS

Ademir – 50 anos, casado, dois filhos, aposentado, estudou até a oitava série. Trabalhou na indústria de cerâmica por 28 anos, primeiro no forno depois no transporte (caminhão), aposentado por invalidez. (Depoimento colhido em 24/06/09).,

Antônio João – 51 anos, casado, três filhos, segundo grau completo. Trabalhou 30 anos em cerâmica como gerente geral. (Depoimento colhido em 25/06/09).

Dinamar – 38 anos, casada, três filhos, primeiro grau incompleto. Trabalha a 20 anos em cerâmica, sempre no setor de prensa. (Depoimento colhido em 05/07/09).

Eruilson – 21 anos, solteiro, terminando o segundo grau pela EJA (Educação de Jovens e Adultos). Trabalha há dois anos em cerâmica no setor de vagonetas. (Depoimento colhido em 05/07/09).

Huender Franco – 37 anos, casado, 2 filhos , terceiro grau (Letras e graduando em Direito), assessor do Sindicato dos trabalhadores das Indústrias de Cerâmica de Monte Carmelo. Trabalhou por muitos anos na indústria de cerâmica exercendo a função de prensista. Hoje além de assessor do sindicato é professor de inglês. (depoimentos colhidos em 16/10/09 e 20/02/10).

José Agostinho – 52 anos, casado, dois filhos, primeiro grau completo. Trabalha a quase 30 anos em cerâmica ocupando os cargos de motorista e maquinista (retira a argila da barreira). (Depoimento colhido em 05/07/09)

Marcos Moreira dos Santos – casado, um filho, mestre em História. Professor e historiador. Depoimento colhido em (07, 21 e 22/05/09 e várias conversas informais em datas posteriores).

Paulo Victor – 23 anos, solteiro, terceiro grau completo (Tecnólogo-Tecnologia em cerâmica vermelha e Administração). Coordenador técnico do Laboratório de Ensaio de Monte Carmelo (LEMC). (Depoimento colhido em 16/10/09).

Rafael – 17 anos, solteiro, primeiro grau. Trabalha na Indústria de cerâmica a nove meses, exerce a função de auxiliar geral. (Depoimento colhido em 05/07/09).

Kleiber – 51 anos, casado, dois filhos, diretor executivo da Associação dos Ceramistas, coordenador administrativo do Laboratório de Ensaios de Monte Carmelo e presidente da Câmara dos Vereadores de Monte Carmelo. Graduado em Ciências contábeis e Administração e pós-graduado em Gestão empresarial e Marketing, e Administração Pública (Depoimento colhido em 09/07/09).

APENDICES

APENDICE 1 - ENTREVISTAS

ENTREVISTA: DEPOIMENTO COLHIDO EM 24/06/09**NOME:** ADEMIR**IDADE:** 50 ANOS**ESTADO CIVIL:** CASADO**FILHOS:** 2**FORMAÇÃO:** 8ª SÉRIE**CARGO/FUNÇÃO:** APOSENTADO POR INVALIDEZ.

TRABALHOU NA INDÚSTRIA DE CERÂMICA POR 28 ANOS NO FORNO E NO TRANSPORTE DE BARRO (ARGILA).

PESQUISADORA- Quando foi que o senhor começou a trabalhar em cerâmica e que função exercia? O Sr. Percebe muita diferença na forma de trabalhar daquela época pra hoje?**ENTREVISTADO-** Foi em 85, eu trabalhava no forno. Lá naquela época era tudo manual, intão a lenha que queimava no forno era lenha de mato; mato do cerrado. Naquela época num tinha pinus, era só lenha de mato, intão dava mais trabalho, por que aquela lenha as vez vinha aquelas tora grossa e na época ainda num tinha, assim... , máquina, maquinário aperfeiçoado. Então assim lenha grossa pra pô na boqueta que não passava, tinha que racha na marreta. Então dava um trabalho danado.

Naquela época o forno que eles queimava colocava só 3 mão de teia. 3 lado de teia no forno, agora, hoje em dia tem forno aí que coloca até 8 lado de teia no forno; tem forno aí que queima na faixa de 80 mil teia duma vez, naquela época dava na faixa de uns 3 caminhão na faixa de 25 á 30 mil telha mais ou menos.

Naquela época era o seguinte, eles nunca tiveram controle de quanto de lenha foi gasto pra esquentar o forno, Então era uma coisa que nunca teve média. As vez a lenha seca dava uma caloria e a verde dava outra, Então num tem base, e até hoje num tem base de quanto de lenha precisa pra esquentá o forno. E gastava mais gente que hoje pra trabalhá, hoje eles controla a temperatura com termômetro.

PESQUISADORA- A cerâmica hoje tem mais máquina para ajudar no processo de fabricação de telhas ou continua a mesma coisa de quando o Sr. Começou lá na década de 80?**ENTREVISTADO-** É! Hoje as coisa tudo é na base das máquina, hoje a única coisa que eles Põe a mão mesmo é só pra ligar as máquina, e as menina pra pegar o barro e pô lá na frente ainda é a mão (na prensa) . Mesmo assim eu num sei se já tem um projeto pra mudá, porque de primeiro elas tinha que junta aquele barro e elas tinha que enfiar a mão lá na prensa, hoje não, elas coloca o barro “aqui” e ele já cai lá na prensa.**PESQUISADORA-** Então antes era mais perigoso o trabalho na prensa?**ENTREVISTADO-** É, hoje é mais seguro, diprimeiro muita gente já perdeu a mão, teve uma muié que perdeu os 2 braço até. A prensa desceu e cortô, agora hoje eles num tem esse problema mais, esse problema aí cabô.**PESQUISADORA** - Em que funções dentro da cerâmica as mulheres geralmente trabalham?**ENTREVISTADO-** É, geralmente as mulheres trabalhavam mais é na prensa, pra batê o barro, porque o barro vem de esteira, tem um cara que já pega da esteira e ímpia na mesa assim de lá , elas só pega ele e tem uma peça de espuma desse tamanho assim, que eles passa querosene nela, aí ela só Põe o braço assim e escurrega nele asssim com ela molhada de querosene pra ela num garra. A querosene é pra num garra, por que na hora que a prensa desse e prensa ela já solta, aí quando ela vira já tem outra assim que só cai na mão dela. Então as mulheres usa pra pega as teia, uma pra pega dum lado e outra pra pega do outro. Aí ela já coloca a telha numa esteira, aí a esteira vai e logo na frente já tem um... tem mulher mas tem rapaz também,que já pega e coloca nas vagoneta. Porque diprimeiro eles andava nuns tripé de madeira que colocava assim, era uma tabinha com 2 pé de madeira, agora hoje tem as vagoneta de aço, ali eles já coloca as teia, dali elas já vai dentro dos carrinho no trilho pra dentro da indústria.**PESQUISADORA** - Pelo o que o Sr. Está dizendo antes precisava de uma pessoa pra empurrar o carrinho de madeira, é isso?**ENTREVISTADO-** É primeiro eles tinha que pega nos carrinho, hoje não, hoje eles já coloca elas na vagoneta, a vagoneta já fica em cima do trilho e os trilho já dá direto na indústria, então quando eles tira a telha verde, elas tá fria, então eles dexe dentro e empurra o carrinho até lá no fundo aí quando eles vai tirar no outro dia que as teia já tá seca, que elas seca dum dia pro outro. Quando elas tá seca já tem um cabo de aço que ele passa lá na frente no primeiro carrinho, aí aquele cabo de aço puxa tudo pra traiz, e eles num tem que entra lá mais, num tem necessidade de ninguém entrá na indústria.

PESQUISADORA - Quando o senhor trabalhava no forno aconteceu alguma vez de ficar doente por causa da alta temperatura?

ENTREVISTADO- É gripava direto, porque a temperatura era muito alta e dava choque de temperatura quando agente saía e lá fora tava frio, quando num tinha os carrinho tinha que entrá lá dentro pra tirá as teia. Agora hoje não, hoje num tem isso mais por que já esfria o forno e o pessoal já entra sem problema nenhum. E hoje eles dixa tudo no barracão também, eles num dixa nada no tempo mais, até onde tem o depósito de telha é tudo barracão.

Obs: Aposentado por invalidez (surdez)

PESQUISADORA - Dos anos 80 pra cá mudou muita coisa na forma de trabalhar na cerâmica?

ENTREVISTADO- Então tá bem melhor, mais organizado, agora melhorô demais em comparação com 20 anos atrás. Era muito mais difícil trabalhá naquela época, muito mais difícil. Só que aí teve uma redução dos funcionários, nada, nada pararam uns 10% dos operários operantes, colocano máquina, e muita gente ficou desempregada por causa disso. Por exemplo, pra trazer a telha gastava muitos funcionários, ou pra trazer as madeiras, era vários caminhão que trazia, e cada caminhão tinha 2 funcionários pra carregar e descarregar os caminhão.

Tinha gente que trabalhava só de enfiá a lenha no depósito, tinha que pagá outro funcionário só pra pegar a lenha do depósito e enfiá lá no forno. Então cada forno tinha que ter um quemador, porque o forno é quatro boca pra queimá, pra num falta lenha nele tinha que ter um quemador pra cada forno. Agora não, hoje se tem 10 forno um sozinho olha eles, a única coisa que ele faz é regulá as máquina, e olhar o termômetro pra ver se a temperatura tá certa. É igual eu te falei, antigamente eles sabia que o forno tava chegando, pelo caco de teia, porque na boca do forno tinha uma janelinha, então eles colocava um caco de teia lá assim e pegava com um... mais ou menos um gancho assim e eles puxava o caco de teia, ali eles tirava e via se tava queimado o miolo, porque eles falava que o forno já tá pronto depois que tira o miolo, depois que o caco de teia tá queimado por completo num tem nada cru lá dentro, aí o forno tá pronto. Agora, hoje não, Hoje não tem isso mais, que é pela temperatura, e muita cerâmica já tem adaptado lá dentro do escritório, eles sabe como que tá cada forno pelo computador, que hora que o forno vai chegar, que hora que o forno vai tá pronto, eles já sabe tudo. Por exemplo, eles começa a queimar o forno hoje eles sabe a hora que ele vai tá pronto pra tirá, que hora que vai tá queimado, na hora que a telha vai tá disponível pra viagem. É, e depois que eles tira de lá fica um tempo no depósito e do depósito tem os carregado que carrega tudo de lá.

PESQUISADORA - O Sr. Sabe pra onde são vendidas as telhas daqui, pra que região elas vão?

ENTREVISTADO - Pro Brasil inteiro. Goiás, Sul de Minas, São Paulo, Mato Grosso, Pará. Agora muitos que era ceramista de Monte Carmelo, invéis deles manda as telhas daí pro Pará, eles preferiram abrir outra cerâmica lá. Então tem muitos ceramistas de Monte Carmelo e que tinha 3, 4 cerâmica aqui, mas fechô 1,2 e abriu outras em outro estado. Perto dos poço de barro pra diminuir os custos NE? Porque o transporte já sobe demais o preço da telha, aí pra diminuir o custo do transporte, eles já abriram outra cerâmica lá. Tem um cara aqui na Abadia dos Dourados o Juraci da Cerâmica líder, ele abriu outra cerâmica lá em Manaus. E teve outro lugar lá que a cerâmica fica bem mais em conta que aqui, e a maioria no Tocantins o Mané Cardoso tem uma cerâmica lá, o barro que eles usa pra fazer as telhas é tirado dentro da cerâmica mesmo. Ela foi montada perto da barreira, no terreno que ela foi montada já tira o barro lá. Então já diminui de mais, igual aqui em Monte Carmelo, a barreira mais perto daqui é 50/60 km. Em Coromandel e Abadia dos Dourados.

PESQUISADORA - O Sr. Sabe dizer se aqui por perto ainda tem muito barro (argila) pra ser explorado?

ENTREVISTADO- É, tem muito barro, mas só que tem o barro que não serve pra teia, ele não dá liga e o barro tem que ter liga se pegar no dedo assim. E ele é fininho não pode ter areia, terra, nada mesmo, o barro tem que ser fininho igual uma massa. Agora a única região que tem melhor barro pra telha mesmo é a região de Abadia dos Dourados e Coromandel, nem a região de Monte Carmelo tem barro tão igual tem lá, que tem o barro amarelo, o barro preto e o taguá é o vermelho que dá a cor na teia vermelha.. E ele já dá a cor e a liga também que ele num dixa a teia ficá fraca. Por que dependendo do barro a teia fica fraca e quebra atoa. Então cê pode vê as teias antigas, as primeira teia fabricada em Monte Carmelo tem em muitas casas ainda que tem 30/40 anos e a teia tá do mesmo jeitinho. Antes de montá esse laboratório daqui 2/3 ano as telhas já tava bolorando, já tava dando bolor na época da chuva. Então as primeira cerâmica que teve as telhas não acontecia isso, raridade, as teias demorava muitos anos pra acontecer isso.

PESQUISADORA - Isso significa que o barro antigamente era melhor?

ENTREVISTADO- Era melhor, só que vai acabano né? Depois que eles vai tirano o barro aí num acha mais aquele barro bão, fininho, então o material vai ficano fraco, mas mesmo assim, hoje com esse laboratório que eles tem aí, eles passaram a fazer uma material de primeira. Porque aí faz a mistura dos barro né? Vê a quantidade que eles tem que misturá certinho. Por isso, cê pode vê, hoje Monte Carmelo é considerada a capital da telha, que a melhor telha do Brasil é feita aqui em Monte Carmelo.

PESQUISADORA- E para os trabalhadores melhorou alguma coisa da década de 80 pra Cá?

ENTREVISTADO- Ah! Melhorô de mais, por exemplo, o povo trabalhava manual hoje é só máquina, hoje eles só liga as maquina, num tem que pegá teia aqueles trêm, cabô tudo. Antes o serviço era mais difícil, era mais custoso.

PESQUISADORA- o salário, o Sr. Acha que melhorou?

ENTREVISTADO- O salário da cerâmica sempre foi um salário bom, nunca teve salário ruim na cerâmica, a única trapaçada que teve, é que muita gente pensa assim que o ceramista bachô o salário, mas num é, os próprios políticos que fizeram isso. Quem atrapaiô nosso salário, não só nosso aqui, do Brasil inteiro foi o Fernando Henrique Cardoso, colocô aquela lei pra entrar em acordo com o patrão pra resolvê o salário. Então por exemplo, o salário, depois que ele colocô aquela lei cê pode vê, daquela época pra cá o salário não aumentô. Então hoje cê pode vê a procura, a demanda é grande de mais da conta, funcionário tem de mais, então cê tem que atulerá, porque se ocê perde o serviço aqui tem 10 pra entra no seu lugar, então ficô na mão do patrão.

PESQUISADORA- E a colheita de café concorre muito com a telha? Na época da colheita de café os funcionários das cerâmicas costumam sair pra trabalhar nas lavouras?

ENTREVISTADO- Mesmo na minha família lá em Estrela do Sul, tudo trabaiô na panha de café, eu nunca trabaei não, porque eu saí de lá novo né? Então, hoje devido o maquinário o pessoal não ganha tanto dinheiro igual eles ganhava diprimero. Porque era só na mão mesmo, então, por exemplo, as pessoa trabalhava na panha de café, se ele trabaiaasse bem, ele podia ficar o resto do ano atoa, ganhava dinheiro pra ficar 6 meses a toa. Agora, hoje não, devido as maquina, tira o serviço de muita gente. Os trabaidô num sai da cerâmica porque custuma os dono das lavora buscar gente lá do norte na época das colheta.

PESQUISADORA- Na cerâmica também houve um aumento de máquinas no processo de produção o que o Sr. Acha disso?

ENTREVISTADO- Melhorô pro empresário, mas pro empregado não, deu muito desemprego. Teve ano que teve a queda de 60 a 70% dos empregado, por causa do maquinário, que eles foram informatizando tudo. Igual, antigamente cê tinha um escritório, por exemplo, na firma da empresa onde eu trabalhava, tinha 10 funcionário só pra tirar nota fiscal, era tudo na mão, depois que saiu o computador, ai um funcionário sozinho lá faz serviço que era de 10. então pra nós aqui de Monte Carmelo que vivia de cerâmica, então pra nós devido a informatização cresceu muito o desemprego aqui.

E Hoje pro cê trabaia na cerâmica tem que ter qualificação também. Muitas coisa tem que tê... antigamente o pessoal que quemava o forno num sabia lê nem escrever, eles quemava os trem de olho, agora hoje não, hoje tá tudo informatizado, tem que sabe vê as temperatura, tem que sabe faze relatório, porque hoje na hora que o forno tá quemano, de hora em hora cê tem que fazer um relatório que cê tem que preenche ele, sobre a temperatura do forno, tudo... É tudo certificado, e dê de que eles começa a queima o forno até o final dele, o caboco tem que preenche o relatório tudinho. Então se o caboco num tem estudo num emprega.

PESQUISADORA- E tem algum cargo ou função dentro da cerâmica que tem que fazer algum curso específico pra trabalhar?

ENTREVISTADO- Não, até hoje aqui em Monte Carmelo num tem nenhuma empresa assim que qualificasse, eles pega assim, as vezes tem uma falta grande de funcionários na empresa, e eles pega algum funcionário que num sabe fazer aquilo, ai eles coloca um funcionário só pra ensinar aquele funcionário, durante 3,4 dia, aí depois que ele aprende que ele vai passá a mexe sozinho.

PESQUISADORA- Pelo o que o senhor está dizendo então é um que ensina para o outro?

ENTREVISTADO- É igual na mistura do barro, se o cara não sabe, hoje já vem de lá do laboratório já vem a quantidade certa da mistura do barro, sabe? O cara que mistura o barro a responsabilidade é muito grande pra ele, porque se ele num misturá de acorde com o que veio de lá da um prejuízo muito grande pra cerâmica.

PESQUISADORA- Então se for feita uma mistura errada do barro pode dar problema na fabricação da telha, com a qualidade?

ENTREVISTADO- É porque geralmente as teia quando eu saí da cerâmica, ela fabricava numa faxa de 370.000 telhas diariamente se o cara errasse a mistura do barro dava uma perca de 370.000 telhas por dia, porque eles só vão saber do erro depois que a telha for pro forno. Pra queimar no forno também eles pesquisaram demais não é qualquer tipo de madeira que dava a caloria que eles precisava, por exemplo, a única madeira que dá a caloria que eles precisa é o pinus.

PESQUISADORA- Como os ceramistas fazem pra conseguir essa lenha? Eles plantam?

ENTREVISTADO - É até hoje nenhum ceramista em Monte Carmelo preocupou com isso aí. Por exemplo, o pinus dá a caloria adequada já o eucalipto gasta o dobro daquele tanto de madeira que eles ia gastar pra queimar no forno. Então antes a madeira de mato que eles queimavam num chegava o forno tão rápido como chega o pinus só descobriro isso depois que a Pinus Plan começou a fornecer a madeira aqui pra Monte Carmelo Essa madeira é a única que dá a caloria rápida para queimar o forno que chega aquele grau é essa madeira. Agora aqui eles usa o forno a lenha, agora em São Paulo muitas cerâmica usa o forno elétrico, tem outros tipo de forno também, tem o forno queimado a gás. É aqui em MC tinha uma previsão deles passa um gasoduto aqui pra cerâmica, aí eles iam passar a queimar assim, talvez por isso que os empresários aqui nunca preocuparam com essa área. Tem um projeto pro gasoduto futuramente passar aqui perto, e se passa eles para de usar madeira.

A única mata que tem aqui é da Satipel, Tatuana e lá dos perdizes (Raqueto) tem Pinus. O Raqueto não tá replantando a mata que eles tá derrubando já tá transformando tudo em lavoura. Só a Tatuana que tá plantando, só que ele é demorado, demora de 20 a 30 anos o corte dele, a Satipel aqui onde ela tá derrubando ela tá plantando eucalipto. Então futuramente aqui pra nós o pinus vai usá mais.

Agora o forno elétrico nenhum ceramista anima montá, fica caro, já no estado de SP tem, elétrico e gás (na região de porto ferreiro) tem muita cerâmica que tem forno elétrico, aqui em MC já teve o projeto, eles queriam testar uma vez mais a hora que eles viro o preço que ficava o forno, o custo da energia, eles num quis.

PESQUISADORA- O Sr. quando trabalhou no forno chegou a presenciar algum acidente de trabalho?

ENTREVISTADO - Não. Presente assim comigo, já teve gente que perdeu ponta de dedo, isso aí já aconteceu.

PESQUISADORA- E na prensa? Como era antes e como ela é agora? Pelo que parece é o local onde acontece mais acidente, é isso mesmo?

ENTREVISTADO - A prensa antes, por exemplo, se ocê visse, as mulheres trabalhava numa prensa, acho que as mulheres de hoje poucas aguenta que hoje é só pô o barro cai lá dentro, antes tinha que pega o barro aqui passá o barro aqui, quer dizer tinha um menino que molhava ele no querosene, aí ele escorregava ele pra cá, a menina tinha que pegá e pô ele com as mão lá dentro da prensa, agora hoje ela não precisa chega a mão lá de baixo. Eles mudaram isso, o projeto, até o cara que fez o projeto foi nascido e criado dentro da cerâmica, eu conheci que eu trabalhei junto com ele. Ele que montô isso aí, ele ganhou premio por causa dessa máquina, ele que bolou esse negócio, aí já num precisou mais coloca a mão debaixo da prensa pra batê o barro.

PESQUISADORA - Mas será que em todas as cerâmicas já tem prensas assim ou só em algumas?

ENTREVISTADO - Todas, todas já adaptô. E futuramente eles têm o projeto de tirar toda a mão de obra, dexá só máquina. No estado de SP tem uma cerâmica lá funcionando só na base de máquina, num tem serviço manual. Mesmo na cerâmica aqui o único serviço manual que tem é de pegá o barro pra pô na vagoneta que é manual né?

E pra leva o barro pra moía ele pra escorrega pá cai dentro da prensa. Só isso, o resto não tem nada manual, mais só pra tirar o forno e carrega os carrinhos, o resto tudo é máquina, é tudo maquinário.

Se vê hoje a questão do cavaco as carretas que trás, tem aqueles baú, então ele tem as porta que abre, então logo que ele chega dentro da cerâmica eles vem com as máquina abre as porta, a máquina chega assim empurra ele, as máquina mesmo já limpa ele. Aí já descarrega ele no depósito, e se a máquina pega, tem espece de um caixote, tem uma esteira que sai por baixo dele, aí esses pega o cavaco joga lá dentro, o cavaco sai de uma esteira e cai dessa esteira que passa perto do forno, aí tem uma banquetta, aí o cavaco já cai dentro da caixa da máquina, e a máquina já tem uma curva assim, aí eles controla a velocidade dele, aquela velocidade que eles controla certinha o cavaco cai lá dentro.

Então um funcionário sozinho olha tudo. Depois que eles adaptou isso aí um funcionário faz o serviço de 10, serviço manual acabou.

PESQUISADORA - E o salário, os ceramistas pagam o salário que está registrado na carteira?

ENTREVISTADO- Paga direitinho, o salário que tá na carteira e hora extra também, por exemplo quando eu trabalhava eu puxava barro, então tinha a tarefa era 3 viagem por dia, aí se nós dava 4 a quarta viagem já era extra. Então por exemplo nós ganhava 2 salário mínimo, com os extras nós chegava a ganhá até 4 salário mínimo. Mesmo os funcionário que trabalhava dentro da cerâmica quando eles faz hora extra, então eles ganham mais que o salário. Pra cada função é um salário diferente, o desenformador pega por empreito. Tem o salário na carteira, mas o funcionário chega a ganhar 3 vezes mais que isso . Os funcionários que ganha o salário fixo mesmo é os que trabaia na prensa, o salário mínimo assim de vez em quando eles fazem uma horinha extra, quando tem muita coisa pra fazer.

PESQUISADORA- Quem trabalha na prensa geralmente é mulher?

ENTREVISTADO - É mulher geralmente, lá tem os rapaiz que trabalha, mas só pra pegar as teia e coloca nas vagoneta, mas geralmente só mulher, o pessoal masculino mesmo vai mais pro serviço mais pesado.

Então da década de 80 pra cá melhorou muito o trabalho, mas diminuiu a quantidade de funcionário. Melhorou por que manerô o serviço mais deu um pouco de desemprego também. Serviço que gastava 5/6 hoje um sozinho faz.

PESQUISADORA- Na década de 80 os meninos que ajudavam as mulheres eram de que idade?

ENTREVISTADO - Hoje num pode trabalhar menos de 16 anos, naquela época que os menino podia, trabalhá, os menino tinha 12, 14, 15, 16. Cresceu já ia pro serviço pesado, pra colocar teia da estufa no carrinho era menino que empurrava. De primeiro a mão de obra nas empresa era mulher e menino.. Eles gostava de pô os menino porque o serviço era mais manero né? E o salário era menor também. Por exemplo, eles colocava um menino lá que ganhava metade do salário se eles fosse pega um adulto pra faze o serviço eles teria que pagar um salário. Então isso aí era pra diminuir o orçamento mesmo, o gasto.

PESQUISADORA- E o ambiente na cerâmica: tem muito barulho, poeira?

ENTREVISTADO - Antes tinha muita puera na cerâmica, hoje não. Era só chão, hoje é tudo cimentado, quando a cerâmica para já fica uns funcionário ali pra fazer a limpeza é tudo varrido, aí num tem tanta puera. Então melhorou o ambiente de trabalho, melhorou 100% em vista do que era antigamente.

PESQUISADORA - E na época da colheita de café o pessoal não sai da cerâmica pra colher café?

ENTREVISTADO - Não, por que a maioria da panha de café, eles tão pegano mais funcionário de fora daqui. Tem vez que chega a vir até 300 funcionário que eles trais da Bahia pra panha de café. Eles pega na Bahia, Montes claros, estado de SP, São José do Rio Preto.

PESQUISADORA- E o transporte da telha como é feito?

ENTREVISTADO - Igual aqui em Monte Carmelo, aqui tinha muito caminhão que transportava teia agora os caminhão que transporta teia é tudo de Goiás, é os carreteiro que traiz carvão que passa por Belo Horizonte, que passa aqui pra fazê o retorno leva quase de graça, então pro caminhão daqui num compensa mais. Então aí o preço que eles leva é baxo porque pra eles é carona néh? O pessoal daqui fica prejudicado. Antigamente o frete era bão.

PESQUISADORA- O Sr. Sabe me dizer se todos os trabalhadores da indústria têm carteira assinada?

ENTREVISTADO - A maioria do pessoal hoje trabaia com carteira assinada, antes não, as veis a gente trabalhava a vida inteira sem assiná a carteira.

ENTREVISTA: DEPOIMENTO COLHIDO EM 25/06/09**NOME:** Antonio João da Silva Jr**IDADE:** 51 anos**ESTADO CIVIL:** Casado**FILHOS:** 3**FUNÇÃO:** gerente geral**PESQUISADORA-** Quanto tempo o Sr. trabalhou em cerâmica?**ENTREVISTADO-** Olha, juntano tudo eu trabalhei 30 anos. Trabalhei em três indústrias aqui em Monte Carmelo. Numa trabalhei 21 anos que é a Cerâmica Mineira. Foi a ultima que agente trabalhou, trabalhei na Inca e na Paranaíba também.**PESQUISADORA** - Você sempre trabalhou como gerente?**ENTREVISTADO-** Toda vida trabalhei como gerente administrativo. Como gerente se trabalha em prol de tudo dentro da empresa, cê é o elo de ligação entre o patrão e o funcionário e mexendo com tudo: problema, queima, argila, produção, tudo é responsabilidade da gente.

Em 1987 eu já trabalhava em cerâmica trabalhei até agora dois anos atrás. Toda a vida eu mexi foi no ramo de cerâmica mesmo. Na faixa duns 30 anos.

PESQUISADORA – Houve muita mudança na forma de trabalhar e produzir dentro da cerâmica da década de 80 pra hoje?**ENTREVISTADO-** Teve. Houve evoluções demais dentro da Indústria de cerâmica. Na época que agente começô a trabaiá, trabaiava era com pá ainda, o descarregamento era no próprio caminhão. Cê ia extrai argila na Jazida lá, o carregamento era na pá, hoje máquinas fazem descarregamento do caminhão então a evolução foi grande de mais desde a extração do barro até dentro da própria empresa né? E cê tenta de todas as formas diminui gastos, que é o importante dentro de uma empresa e a cerâmica não ficô pra trais nisso, ela veio sempre modernizando em tudo.

O ganho do Ceramista hoje diminuiu muito em relação aos tempos de outra, porque hoje o gasto com o meio ambiente é altíssimo o que dificultou muito nessa região nossa aqui para o parque cerâmico considerado capital da telha Monte Carmelo. Os olhos todos eram virados assim pra região que era riquíssima em Parque cerâmico. Então tudo visava isso aqui e num poderia deixar por menores, igual o governo em si as medidas tomadas em relação ao meio ambiente que na realidade as coisas são drásticas, igual a gente vê no país aí, mais o foco parece que na época ficô muito nessa região nossa por ser uma região que faz extração no solo que é a argila né? E então veio assim a cobrar mais dessa região nossa aqui e dificultou muito porque na realidade esses tempos de outrora a extração do barro fazia muitas cratera e aquilo ia danificar o solo, agora hoje se faz uma extração de barro com o geólogo em cima de conformidade como tem que ser feita as coisas, que o geólogo tem entendimento. Na realidade se não vai danificar o solo porque ele te fala como que vai retirar a argila de conformidade, se por ventura houver algum desmate de alguma madeira de alguma arvore você é obrigatório plantá-la novamente após a extração, ai depois que você retira a argila ao solo que fica aquelas cratera e aí hoje cê já vai extraíndo e consertando quando cê acaba de tirar já tá tudo consertado, já tá as nascente protegida, que geralmente a argila é tirada da terra dos rios, corgo dessas beradas então se tem que ir plantando, se tem que fazer reposição novamente do solo.

Num hectare de barro se tira muito barro (da pra tirar na base de 2, 3 anos). A degradação não é tão rápida porque se fica muito tempo tirando barro naquele lugar. Tem barreira aí que já tá sendo explorada a 10, 12 anos barreira maior. E houve algumas dessas que agente tá comentando aí que parece que soltou uma bomba lá, rebentou tudo, então hoje mesmo aquelas barreiras que foram retiradas antigamente, hoje se tem o dono daquilo ali que fez, ele tem que arrumá. Então o gasto hoje é muito grande em relação ao parque cerâmico, ele tem que gastá muito.

Antigamente ele comprava o hectare de barro e tirava hoje se tem que tirar o licenciamento dele, tudo que se imaginar que gira em torno. Cê compra um hectare de barro por 60.000 reais se tem que ter mais 60.000 pro cê organizar ele. Se eu for fazer um negócio eu tenho que tê um geólogo pra falá se haverá possibilidade de retirar a argila, cê é preso se tirar, então cê tem que ter a certeza que vai poder usa aquela matéria prima, que muita das vezes a pessoa compra e não pode usar.

PESQUISADORA – Aqui por perto ainda tem muita barreira?**ENTREVISTADO-** Hoje a extração que nos temos maior é na região de Coromandel, nessa região nossa aqui já foi extraído barro de mais é muitas anos de extração de barro. O barro nosso aqui fico escasso, existe jazidas aqui evidentemente mais em pequena quantidade e baixa qualidade, porque o barro se for fazer uma telha de qualidade boa é preciso fazer uma mistura de vários tipos de barro, então o barro que nós tempos nessa região hoje se tornou um

barro inviável para fabricar uma telha de qualidade boa. Então por isso que a extração do barro hoje é feita a 70/80 km daqui.

PESQUISADORA – O que você acha que pode ter contribuído para a diminuição do nº de indústrias de cerâmica das décadas de 80/90 pra cá?

ENTREVISTADO- Questão do meio ambiente, da leis trabalhistas e a dificuldade de extração de barro, diminuiu bastante o nº de indústrias, o desemprego foi grande aqui na nossa região, chegou a atingir muito o comércio carmelitano. Agora, na realidade na minha concepção muitas das vez a falta de capacidade do empresário contribui, porque eles ficam assim acomodado com situações que enfrentaria pela frente, acredito também que esse governo nosso em relação a empresa, um exemplo que vou dar pra ti, nós tínhamos uma cerâmica aqui que era uma das maiores da América Latinha, que tinha aí os seus 400 funcionário, diretos, só diretos fora os indiretos porque dava emprego pra + de 1.000 pessoas, era uma potencia porque na realidade da América Latina era uma das 3 maiores. E veio a calhar que veio o fechamento dela, eu acho que tem muitas coisas que você paga, governamentais, aquelas coisas todas, que o governo deveria olhar que ali era muitas pessoas que estava deixando o trabalho, eu não vou dizer relaxar, mas pelo menos fazer alguma força pra quela pessoa, aquele empresário fazer qualquer tipo de coisa pra num fechá, mais era só ferro, só cobrança, vai indo o proprietário fecha a empresa. Eu acredito que isso aí tem parte do governo, e algumas também porque não conseguiu acompanhar o processo de mudança, muitas ficaram pra trais e não acompanharam a evolução. Ela ficou parada no tempo, e se ficar parada no tempo hoje não dura, agora temos empresas que em Monte Carmelo que hoje estão sólidas, graças a Deus; ainda estão firme no mercado nacional e que tem tudo pra crescer.

Hoje a cerâmica vermelha que é feita da argila enfrenta dificuldades demais no mercado, nos aqui temos concorrentes pra todos os lados do país, hoje cresceu tanto no país que foi uma coisa estrondosa, que antigamente, na época que eu comecei não tinha tanta concorrência, mais até aí tudo bem, a concorrência é válida pra tudo, pra qualidade.

Pra você vê, o estado de Goiás tem diversas cerâmicas que são facilitadas pelo ICM, ela é isenta. Aí o que pode acontecer de brigar com um produto que vai sair mais barato pra eles (gasta menos com transporte) isso faz o produto deles ser mais viável.

A associação dos ceramistas a principio foi difícil pra ser montada foi difícil provar que seria viável. Mas hoje é muito válida. Depois disso as cerâmicas ficaram mais fortes. Mesmo assim hoje aqui na FUCAMP na faculdade aqui nós temos um laboratório de cerâmica vermelha, tudo agente faz nesse laboratório é um dos melhores do país. Tem lá o Paulo Vitor que é uma pessoa muito competente que comanda o melhoramento de tudo da evolução que teve daquela época prá cá.

Naquela época agente tinha que fazer telha pegava o barro (era assim como se fosse na idade das pedras) punha o barro na boca pra você ter uma idéia mastigava o barro pra saber se era bom, se tinha liga (vi muitas pessoas fazendo isso).

Agora hoje não, hoje se tem laboratório fazendo as analise do barro, se vê a absorção do barro, tudo quanto há, tudo que você imaginar ele passa pra você na hora, então ficou fácil do se trabalhar, antigamente se tinha que ser artista pra fazer telha de qualidade boa, porque o conhecimento que tinha era a prática mesmo né? Se agente ia fazer uma sondagem num barro, agente fincava um varão tirava uma pelotinha daquele barro se fazia analise era no olho, na mão, às vezes se queimava um pouco daquele barro pra saber a qualidade daquela argila. Mesmo tendo laboratório a pratica ainda prevalece muita sabe? Ainda é muito válido.

A cerâmica funciona 24 horas, você faz a produção durante o dia, durante a noite você faz a queima, você está tirando fornos.

PESQUISADORA – O Sr. sabe me dizer mais ou menos em que período começou a introdução de máquinas nas cerâmicas?

ENTREVISTADO- Olha as máquinas, já existiam, porém eram pouco evoluídas, por exemplo, uma pá carregadeira era um tratorzinho, um pula-pula era uma dificuldade danada, hoje já evoluiu já passou pra uma Michigan, naquela época já estava iniciando a Michigan; já tinha no mercado mais aqui ninguém usava. Naquela época era caminhões que carregava, hoje é chamado de bitrem, naquela época o caminhão trazia 7/8 toneladas de barro hoje trás 50; carregava na pá, hoje tem as máquinas. A prensa naquela época era geribrequinha, era uma prensa muito antiga, pra você fazê a telha era muito perigoso, muito pouca produção. Hoje não, se vê uma prensa hoje faz 21 telhas por minuto, tem prensa que envenenada faz mais, mas vai ter problemas com produção, com percas, a prensa fazendo mais rápido ao terminar a secagem é que você vai ver que deu errado a telha vai trincar, perde essa telha tudo.

A telha passa por muitas etapas para ficar pronta, quem compra a telha não sabe o trabalho que deu.

Tem gente que fala que a telha de cimento é uma concorrente forte para a telha de cerâmica, vermelha. Mas eu acredito que essa telha de cimento (amianto), ela nunca deu conta de derrubar a telha vermelha, o pó que a telha de amianto solta provoca doenças, tanto que as caixas desse material foram substituídas. É uma telha muito quente, e a telha de barro não reflete luz, pelo contrário por ser feita de argila a tendência dela é refrescar o ambiente que você está

PESQUISADORA – O forno também mudou muito?

ENTREVISTADO – Antes era só no olho hoje tem termômetro, hoje tem diversos tipos de fornos, convencionais, fuleis, forno paulista, hoje na realidade se tem tudo modernizado – transmite a calor e tudo mais você não confia só nos equipamentos tem que ter conhecimento pra acompanhar.

PESQUISADORA- Para trabalhar com esses fornos com mais tecnologia, exige-se um funcionário com um conhecimento maior, mais estudo?

ENTREVISTADO- Precisa sim, mas mesmo hoje quem vai acompanhá aquilo ali é pelo computador aquela pessoa tem que ser mais capacitada, agora as pessoa que trabalha em volta do forno não, porque eles tem que olhá é a alimentação dos fornos que é feita com máquinas, cê vai levantando o grau aos poucos, a quantidade de material que cê tem que colocar lá dentro, então pra essas pessoas é válido a experiência.

PESQUISADORA- Mas para acompanhar o forno não tem que fazer um relatório, alguma coisa assim?

ENTREVISTADO- Não, esse relatório é feito pelas pessoas que acompanham pelo computador, aquele que faz a anotação ali, ele analfabeto de tudo ele não pode ser, ele tem que saber pelo menos lê e escrevê, agora ele faz um acompanhamento anotando algumas coisas (ele vê se a temperatura ta caindo, se não), porque o forno cê tem que manter uma Constancia, cê não pode deixar cair. O serviço um ensina pro outro, não precisa de curso, É preciso ter alguns conhecimentos.

A associação tentou já, por exemplo, fazendo um curso para pessoas que tinham dificuldade de leitura. E de vez em quando aparece alguns cursos aqui também.

Hoje é cobrado muito o funcionário da empresa (cobrado prá estudar).

PESQUISADORA – O sr. se lembra quando foi feita a mudança da lenha para o cavaco e a serragem como combustível de queima?

ENTREVISTADO- Foi mais ou menos em 96 – Em 97 nós já colocamos lá na Mineira – foi uma mudança que teve, obrigatoriamente tinha que tê aquelas máquinas né? E houve uma evolução porque o material de queima que agente usava era a lenha que já estava restrita, Mas hoje aproveita tudo 100% até a raiz é moída e aproveita, mistura aquilo lá pra fazer o produto pra queima, antes tinha um desperdício muito grande. Então foi uma coisa que foi obrigatoriamente mais foi uma evolução para a empresa. Diminuiu o custo porque agora você coloca em todas as boca a mesma quantidade, antes tinha lenha fina, grossa, de todo jeito, isso dificultava manter um padrão. Diminuiu bem mais o número de funcionários porque para manejar o forno hoje, gasta apenas 2 porque possui correia transportadora, outras gastam mais porque não tem, gasta uns 2 funcionários a mais.

PESQUISADORA – Com a colocação das máquinas diminuiu muito os postos de trabalho?

ENTREVISTADO - Diminuiu de mais da conta, a cerâmica teve uma evolução grande demais. A própria produção, as prensas, essas coisas.

Antigamente se punha as telhas era em grade de madeira, se carregava os carrinho pro secador, agora hoje são as vagonetas, se fica parado e vai empurrando, então diminuiu demais o número de funcionário, antigamente se somava o número de funcionário que tinha na indústria e dividia por prensa, aí por exemplo, trabalhava 21 pessoa por prensa, hoje se tem 10 né?

PESQUISADORA – É verdade que o cargo geralmente deixado para as mulheres é na prensa?

ENTREVISTADO- Ficam, é o cargo deixado para as mulheres 90% é na prensa – Elas num dá conta de tirá forno, empurrar aí 200/300 kg evidentemente o sexo frágil não dá é um serviço pesado. Mas tem mulheres que estudaram que são gerente de prensa, gerente de cerâmica já, na parte administrativa das cerâmicas, muitas que estudaram passou por alguns períodos na Mário Amato lá em São Paulo. Lá é a faculdade da telha.

ENTREVISTA: DEPOIMENTO COLHIDO EM 05/07/09

NOME: Dinamar Luiza Felix
ESTADO CIVIL: Casada
FUNÇÃO: Trabalha na prensa

IDADE: 38 anos
FILHOS: 3

PESQUISADORA- Há quanto tempo você trabalha em cerâmica Dinamar?

ENTREVISTADA- Uai que eu trabalho mesmo tudo, tudo mesmo tem 20 anos de carterá né? Ela foi assinada em 89 fez 20 anos agora. Agora ali na Art Plan tem 4 anos. Assim a rotina nossa ali tem horário de almoço certinho, o serviço assim é muito pesado.

PESQUISADORA- Nesses anos todos você sempre trabalhou na prensa?

ENTREVISTADA – Foi. Sempre na prensa.

PESQUISADORA- Você pode contar como funciona a prensa?

ENTREVISTADA- A prensa tem a bandeja pra pessoa podê untar o barro, e aí a outra de lá untar o barro, a forma vai massa o barro e aí do outro lado sai a teia.

PESQUISADORA- A sua função então é pegar o barro untado e colocar na prensa?

ENTREVISTADA- Não, eu pego a teia depois que ela passa, e coloco na banca, aí vem um rapaz e pega a teia e coloca na vagoneta tudo organizadinho, tudo certinho.

PESQUISADORA- Nesses 20 anos que está trabalhando na Cerâmica você percebeu alguma diferença na forma de trabalhar?

ENTREVISTADA- Mudou, mudou as teia, fazia só um tipo de teia hoje são outras teias diferentes, elas são mais resistente é bem melhor.

PESQUISADORA- É verdade que maioria das mulheres que trabalham em cerâmica trabalha na prensa?

ENTREVISTADA- É, todas. A batera, alisadora, pegadora. Tudo.

PESQUISADORA- Você sabe dizer por que sempre colocam as mulheres trabalhando na prensa?

ENTREVISTADA- Há porque as mulheres têm mais experiência, e são mais caprichosas, pra pegar as teia pra não amassar, porque não pode jogá as teia de qualquer jeito na banca. A pessoa que vai comprar a teia ela reclama lá de SP de onde ela comprou a teia, ela reclama pra gente, aí ele reclama pra gerente das prensa, aí ela vai em nós.

PESQUISADORA- Você percebeu alguma mudança na prensa durante esses 20 anos que você disse trabalhar nessa função?

ENTREVISTADA- A prensa mudou bastante, porque antes assim garava muito né? Agora elas já solta a teia mais, já tem um negócio que eles lixa ela pra teia nun fica garrando muito, que antigamente garrava cê puxava a teia intortava, até pra gente era mais perigoso. E muita gente já machucou, eu conheço muito gente que já machucou. A onde coloca o barro pra ser amassado é que machuca mais, como ela amassa o barro pode amassar suas mão, uma colega minha ficou distraída e enfiou a mão na prensa, aí ficou só o toquinho do braço dela teve que cortá; tem que prestá atenção que é perigoso.

PESQUISADORA- Por falar em perigo o óleo usado pra untar o barro pode oferecer algum perigo? Existem equipamentos de proteção?

ENTREVISTADA- Teve uma colega que foi tirar o óleo e queimou o lado do braço dela. O óleo é muito forte, se agente não usá um creme, que na cerâmica tem um creme pra gente passá na mão pra nun dá alergia, pra nun rachá a pele, se você não passa esse creme dá pobreza. Tem muita proteção. No início quando eu comecei na Asteca não tinha tanta proteção igual é hoje. Já vem lá de Araguari técnico pra fazer usar protetor de ouvido, já tem o avental pra não suja muito, tem a máscara para o nariz.

PESQUISADORA- E os trabalhadores usam esses equipamentos de proteção de forma correta?

ENTREVISTADA- Não o do nariz ninguém usa não, e aqueles protetor de ouvido também a gerente nossa lá tem que ficá toda hora mandando a pessoa colocar, que as vezes a pessoa tira e esquece. Tem que protege né que depois da pobreza. Os funcionários não usa muito porque incomoda – o técnico de Araguari trouxe um protetor menorzinho que o outro era muito grande agente ficava suando muito, esse num tampa tudo igual o outro.

PESQUISADORA- Você tem carteira assinada desde que começou a trabalhar na cerâmica?

ENTREVISTADA- Tenho, os papel tudo certinho, tem até o cartão que sê bate, a hora que entra a hora que sai, tudo certinho no computador.

PESQUISADORA- E o salário? De quando você começou pra cá teve alguma melhora ou não?

ENTREVISTADA- É o salário tá miozinho sim, que nois ganha numa base de 485,00 né na prensa. Cada função tem um salário diferente, por exemplo, quem trabalha na Vagoneta parece que ganha 600,00, aí tem os enchedô de forno ganha mais porque o serviço é mais pesado, eles tem que entrar no forno quente, teve muita gente que já deu problema né? Aí num pode tomar água gelada também.

PESQUISADORA- E tem alguns cuidados pra esse pessoal não ter problema de saúde?

ENTREVISTADA- Uai lá eles toma cuidado, assim eu num sei muito porque é separado.

Só a turma que queima forno que troca de turno (3 turnos) porque trabalha a noite porque o forno não pode Pará. Só para se a prensa pará, se a cerâmica pará. No sábado eles para 9:30 e só volta na segunda.

PESQUISADORA- Lá onde você trabalha o que eles usam no forno cavaco e serragem?

ENTREVISTADA- Serragem que é mais fácil que a lenha que os pinus tava dano muito problema agora as boca de forno é menor, aí tem uma máquina lá grandona, que a serragem vem pela correia e cai lá dentro do forno. Nem precisa de ninguém lá perto só tem que olha pras teia nun estorá, nun passá do ponto, quando usava a lenha gastava mais gente, agora é só 2 pessoa.

PESQUISADORA- Você já fez algum curso pra trabalha com cerâmica?

ENTREVISTADA- Não, nun precisa fazê curso.

PESQUISADORA- Quando uma pessoa não sabe nada sobre o trabalho na cerâmica e vai pra começar a trabalhar como é que faz?

ENTREVISTADA- Aí a gerencia manda quem já tá veia de casa ensiná as outra. Curso quem faz só a gerencia, que faz curso de administração.

PESQUISADORA- Você tem vontade de estudar mais Dinamar?

ENTREVISTADA- Tenho, mais o serviço é pesado demais, chega em casa cê nun que é nada, é complicado.

PESQUISADORA- Se fosse pra você voltar estudar o que você gostaria de estudar?

ENTREVISTADA- Eu queria fazer um curso pra trabalha por conta própria, eu tenho vontade de fazer um curso de culinária eu adoro cozinhar.

PESQUISADORA- E o ambiente de trabalho como é? Tem muita poeira, barulho ou coisas desse tipo?

ENTREVISTADA- Tem as barredera que joga água e vem barrendo, mais é de cimento o que elas lava é só os banheiro e os armarinho nosso lá de por as coisa, os banheiro também mudou muito, os banheiro agora tem espelho, principalmente o banheiro das mulher, pois uma porta de grade pra fechá, pro os outro num fazê bagunça, tem os armarinho, pra nois guarda nossas coisa, tudo arrumadinho. Assim de todas as cerâmica que trabalhei ali onde eu trabaio é mais organizadinho. Até quando nois vai recebe é tudo organizadinho tem os horários certinho, fica uma na prensa pra gente ir lá receber, recebe mais cedo porque a secretária vai cedo, aí já começa pagá das 8 endiante no sábado né? Num precisa mais de esperar Pará 11:00 horas e ficá aquela fila pra receber ir embora tarde. Até hoje ainda tem cerâmica que é assim.

PESQUISADORA- E o transporte, as cerâmica fornecem transporte para os funcionários?

ENTREVISTADA- Não, só as longe aí o carro passa mais ou menos 6:30 para te pegar quando é fora da cidade, agora as mais perto aqui as pessoa vai, de bicicleta, de carro, de moto, ou a pé aí eles não dão transporte. Os que mora longe leva marmita.

PESQUISADORA- Quantas pessoas geralmente trabalham na prensa?

ENTREVISTADA- Tem 6 prensas = 12 pessoas = ficam 12 pessoas – Trabalha 4 pessoas de cada vez. Cada prensa sai dela um tipo de teia a que eu pego teia ela fazia 3 tipo de teia agora ela só faz a americana, que sai mais é essa que é importada pra fora (vende mais e é mais cara). A prensa que faz mais de um tipo de telha é mais resistente, custuma muito das prensa quebrá né? Ela é muito cara, a maioria das veis ela é de 2º mão, é usada.

PESQUISADORA- Você gosta de fazer esse trabalho?

ENTREVISTADA- Já custumei tanto a fazê esse serviço que não importo não, eu sempre trabalhei na prensa esses outro serviço eu nun gosto não, fica desce levanta, na prensa fica queta o dia todo (só em pé) movimenta mais os braços.

Sempre nós tem auditoria com os técnicos lá de Araguari eles ensina a usar as proteção certinho, o jeito de trabaia, agora quais num tem acidente de trabaio, muito difícil de acontecer. Os trabaiaidô ta aceitano mais a usá butina, avental e creme pra pele (pra não dá alergia).

ENTREVISTA: DEPOIMENTO COLHIDO EM 05/07/09**NOME:** ERUILSON**IDADE:** 21 ANOS**ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO**FORMAÇÃO:** Terminando 2º grau pela EJA**CARGO/FUNÇÃO:** SETOR DE VAGONETAS**PESQUISADORA-** Em que setor você trabalha dentro da indústria?**ENTEEVISTADO-** Trabalho no setor das vagonetas, na tirada das vagonetas até a estufa.**PESQUISADORA-** como funciona esse setor?**ENTEEVISTADO-** É lá o sistema é o seguinte: as telhas saindo das pressas depois de feita e colocada na vagoneta, aí tem a entrada da estufa que é onde ela (vagoneta com as telhas) vai secar, aí assim que ela secar na entrada as do final já vão tá seca, porque já passou pelo vapor que sai do exaustor que puxa dos forno e já tão queimando as telha.**PESQUISADORA-** Você pega as telhas “verdes” e leva até próximo do forno, é isso?**ENTEEVISTADO** – Isso. Eu levo ela (vagoneta cheia de telhas “verdes”) no trilho, pego ela da saída da estufa Ponso no trilho, aí sai 24 vagoneta pra enche o trilho aí, o desenformador vem e tira da vagoneta e Põe elas no forno. Ai eu viro pra prensa prá enche elas de novo.**PESQUISADORA-** então você fica indo e vindo da prensa até o forno?**ENTEEVISTADO** - Isso mesmo. Tira as vagoneta, volta elas vazia pra enchê de novo.**PESQUISADORA-** E como que é a vagoneta? É um carrinho que você vai empurrando? É pesado?**ENTEEVISTADO** - É pesada sim, só que no carrinho ela fica bem maneira né? uma vagoneta deve ter uns 300 kg a 400 kg. Ai no carrinho sê consegue empurrar por causa das 4 rodas do carrinho, aí ele anda em cima dum trilho igual trilho de ferro mesmo. Aí sê empurra, pega o embalo é onde ela fica manera é só empurrar.**PESQUISADORA-** E como você faz pra parar no lugar certo?**ENTEEVISTADO** - O trilho é grande, chega no final tem tipo de umas tartaruguinha soldadas que é onde as rodas vão bater e parar, elas vão encostando uma na outra e ai não tem perigo delas ir pra frente.**PESQUISADORA-** Há sim, é que a gente fica pensando até na possibilidade de um acidente.**ENTEEVISTADO** – Não tem perigo não, tem a giratória aonde a vagoneta vai e gira (sê roda ela) e pega voltando é onde vai pras prensa.

Cê precisa ir na cerâmica procê vê como funciona e cê vai vê lá tirando das prensa e pono na vagoneta, nas prensa trabalha só mulher e elas pega e enche a vagoneta aí cê vê elas pono, ta escrito entrada da estufa, as teia tão molhadinha, aí do outro lado se vê escrito saída se vai vê elas tão sequinha.

PESQUISADORA – Pelo que entendi primeiro as telhas ficam na estufa, depois é que vão para o forno, é isso mesmo?**ENTEEVISTADO** – É depois que ela passa pela estufa que ela vai pro forno. Por que se elas fô molhada direto pro forno, rebenta tudo. Então tem que esperar ela secar, na estufa tem 15 trilho.

Aí pega uma em cada trilho pra pô no trilho de fora, aí é o prazo que da pra secar, porque lá dentro é quente. Já dentro de onde eu trabalho fica uns 136 á 200 graus, mas só que a gente pega só da ponta aí a gente num sente a caloria toda neh? A gente num vai lá no meio que é onde tá o vapor quente que sai do exaustor, as entradas dos trilhos é a saída do vapor.

PESQUISADORA – O que faz secar as telhas dentro da estufa?**ENTEEVISTADO** – Tem uns ventilador que no chão no pé de cada trilho tem uma saída de ar que puxa, o exaustor lá fora puxa do forno que tá quemano o calor do forno pra dentro da estufa pra secar a telha, ai esses canal sobe, joga o vento pra cima e o ventilador joga nas telha, se ocê fô lá se vai entender direitinho.**PESQUISADORA** – É preciso muita gente pra trabalhar na cerâmica, têm muitas funções?**ENTEEVISTADO** – Precisa. Só no setor das prensa gasta uma média de 60 pessoas, ao todo dá umas 250 á 300 pessoas contando os do escritório.

Tem 2 turno né? os que trabalha a noite, os quemadô de forno que é com Serragem – antes era lenha, era muito pesado, ai eles inventô a maquina de serragem com correia transportadora aí ela já joga dentro da maquina e a maquina tem uma rosca que faz ela empurra a serragem pra dentro do forno.

Tem um forno que pega de 900 a 1000 graus, ai é só cê ir na boca dele pra joga a lenha, se chegar muito perto do fogo, constipa. Eu fico gripado direto que sai do quente e entra no frio e a gente bebe água gelada lá do bebedô, a água sem sê gelada fica longe, então a gente

prefere naquele calor a água geladinha mesmo, mas acaba fazendo mal a garganta da gente acaba.

Obs: No dia da entrevista estava gripado

PESQUISADORA- E vocês trabalham com alguma proteção?

ENTEEVISTADO - Usa luva e butina, agora no setor das prensa, tem uma placa que é de uso obrigatório, aí lá no setor das prensa é os protetor de ouvido, as luva e butina, no meu é só luva e butina, que nas prensa é muito barulho né, os motor ligado, as prensa, as correia, a maromba que faz muito barulho.

Onde eu trabalho da uns 300m daonde fica as prensa.

Só tem muita poeira, é barro, terra, o chão é de cimento, mas tem a poeira de cima dos forno aí bate um vento de vez em quando aí é a vez da serragem mesmo caindo dentro das maquina, mas num tem muito assim no ar, tem mais é no chão, tem a varredora, depois que a gente termina a tarefa de manhã, que é 72 vagonetas de manha, 72 a tarde, 144 por dia a tarefa- aí depois de tirá os trio, ela varre, cata tudo aí nós chega depois do almoço já tá limpinho aí tira as outras, aí de tarde ela vai lá e limpa de novo.

PESQUISADORA – A sua carteira de trabalho foi assinada desde que você começou a trabalhar nessa cerâmica?

ENTEEVISTADO – Não, eu trabalhei 4 meses sem assinar carteira.

PESQUISADORA- Aqui em Monte Carmelo tem muita cerâmica dentro da cidade não é? As pessoas que moram perto dessas cerâmicas reclamam de barulho e/ou poeira?

ENTEEVISTADO - Tem, a maioria é dentro da cidade né, a que eu trabalho é na rua de cima da minha casa. Até que essa onde eu tô trabalhando, perto dela até que num tem muita casa não, mais é cerrado, agora a que fechô esses dias era dentro da cidade mesmo. Mas aí vai ino o povo acostuma né?

PESQUISADORA- Mas não faz muito barulho? E quando os caminhões chegam com o barro suja muito as ruas?

ENTEEVISTADO - É faz muito barulho, é uma puera, depois que fechô essa que eu te falei, virô um silencio, os visinhos acharam bom. Da minha casa que não era tão do lado, dava prá escutar os barulho tudo, as correia, as maquina, o exaustor escuta tudo, a patrola toda hora rapando, tinha um depósito de caco aí a maquina vem rapá, faz um barulhão e levanta uma puera, as casa dali de perto num parava limpa, era o prazo de limpa, já tava sujo de novo, tinha que lava umas 3 vezes no dia, lá em casa era assim.

PESQUISADORA- Quantas pessoas trabalham no mesmo setor que você?

ENTEEVISTADO - Dentro da estufa é eu e mais 2, a gente é 3 enquanto 2 puxa a vagoneta lá de dentro e põe no carrinho o outro fica por conta de leva do trilho até lá na frente.

PESQUISADORA- Vocês têm que pegar nas telhas pra trocar de lugar? Porque elas ainda estão quente não?

ENTEEVISTADO - elas vem numa espécie de armário que já vem com umas grade, tipo grelha de assá carne, aí a vagoneta tem 4 rodas, aí se empurra ela no trilho, dentro das estufa também tem os trilho, já cai no carrinho.

PESQUISADORA- A empresa que trabalha (Montreal) exporta muito?

ENTEEVISTADO - Exporta, lá fabrica a telha colonial, americana, planzinha, romana, celote, Tem 8 prensa. Pra cada tipo de telha tem uma forma que faz a telha (se muda só a forma) as telhas que mais vende diariamente é a plan e a americana.

PESQUISADORA- Quanto tempo demora para queimar uma fornada de telhas?

ENTEEVISTADO - O forno, a queima dele é torno de 3 dia. Em cada forno sai 50.000, no final do mês tem muita telha e o depósito fica cheio. Ela já pode sair do forno e ser transportada não precisa nem espera esfria, mas geralmente dá tempo de esfria.

PESQUISADORA- E foi fácil pra você aprender o serviço?

ENTEEVISTADO - Foi, é só um tipo de serviço, sê fazendo todo dia é rápido pra aprendê, sempre tem um que vai te ensinar o serviço aí se vai olhando, ele te explica cê aprende rápido, tem um pra orientá.

PESQUISADORA- Você gosta de trabalhar em cerâmica?

ENTEEVISTADO - Gosto, mas eu pretendo melhorá, eu tô terminando o ensino médio pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos).

PESQUISADORA – Você disse que quando terminar vai descansar e depois, pretende estudar mais, fazer alguma faculdade?

ENTEEVISTADO - Eu penso em fazer agronomia.

ENTREVISTA: DEPOIMENTOS COLHIDOS EM 16/10/09 E 20/02/2010**NOME:** Huender Franco**IDADE:** 37 anos**ESTADO CIVIL:** casado**FILHOS:** 2**FORMAÇÃO:** 3º grau – Letras e graduando em direito.

FUNÇÃO: Assessor do Sindicato dos trabalhadores das Indústrias de Cerâmica de Monte Carmelo. Trabalhou por muitos anos na indústria de cerâmica exercendo a função de prensista. Hoje além de assessor do sindicato é professor de inglês.

Pesquisadora- Você trabalhou em que setor da indústria de cerâmica antes de se tornar assessor do sindicato dos trabalhadores?

Entrevistado- Trabalhei em 11 cerâmicas aqui em Monte Carmelo. Eu sempre trabalhei no setor de prensa, nesse setor houve uma reestruturação produtiva muito grande, Os cargos que eu ocupei praticamente estão extintos.

Pesquisadora- Você pode falar como e quais foram as mudanças que ocorreram nesse processo de reestruturação produtiva?

Entrevistado- O processo de evolução do parque cerâmica, ele sofreu uma reestruturação produtiva muito profunda. Inicialmente uma pessoa de cerâmica fazia em torno de 16 telhas por minuto, hoje faz 23.

O processo de trabalho na cerâmica tinha muitos operários, porque demandava várias funções então empregava mais. A máquina era importante para prensar o barro, mas o homem exercia muitas funções, por exemplo: o processo vem desde a colocação da matéria prima na cerâmica que é a argila até ela chegar à prensa para ser prensada e depois ela ser encaminhada para secagem, queima e aí por fim o transporte.

Então antes o quê que acontecia? Tinha um buraco quadrado no chão que o pessoal chamava de picador e a pá carregadeira vinha e jogava argila lá dentro, fazia a mistura dos tipos de barro e jogava ali dentro desse buraco, uma pessoa ficava ali jogando água e colocando o barro na esteira com o pé. Aí o barro caía nas esteiras até chegar numa máquina chamada maromba que fazia uma mistura e depois ela prensava o barro pra sair, quando o barro saía da maromba nós tínhamos 1 cortador de barro manual (o barro passava em cima de uma esteira e ele ficava o dia inteiro pra lá, pra cá com os braços e o arame que cortava o barro do tamanho que a telha precisava; esses 2 empregos do picador desapareceram, depois esse que cortava o barro desapareceu também porque o corte passou a ser automático. O barro depois de picado ele ficava numa bica. Aí tinha os carregadores de barro, as pessoas iam lá pegavam esse barro e levavam para uma banca que ficava perto da prensa, então ali tinha outro emprego que era o carregador de barro, a pessoa pegava esse barro na banca onde o carregador deixava tinha uma bandeja com espuma que jogava óleo com querosene, essa pessoa passava o barro no óleo com querosene e a outra pessoa pegava o barro para jogar na prensa, então essa pessoa que pegava o barro pra jogar era chamada de alisadeira de barro, ela passava o óleo no barro, esse emprego também desapareceu. E tinha a bateadeira de barro que mantém até hoje que é a que pega o barro e bate.

Do outro lado da prensa a pessoa pegava a telha já prensada e colocava em uma grade, nessa grade eram feitas pias de 18/20 telhas, então nós tínhamos ali uma pessoa que colocava grade na prensa que era chamada de gradeira, nós tínhamos uma pessoa que pegava a telha (pegadeira) e colocava na grade, a gradeira colocava as grades para a pegadeira colocar as telhas e tinha uma pessoa que era chamada de rebarbeira, ela tirava as pontas de barro que ficavam nas telhas. Então tinha: uma pegadeira, uma gradeira, uma rebarbeira e o empilhador, essa rebarbera pegava a telha que a pegadeira tirava e ia colocando de 3 em 3 ou 5 em 5 o empilhador ia fazendo as pias.

Então nós tínhamos: uma pegadeira, gradeira, rebarbeira, empilhando de um lado da prensa, desses 4 empregos só sobrou a pegadeira. Essas pias eram levadas para estufa através de um carrinho tipo um garfo com apoio, eram 2/3 carrinhadores por prensa esses também desapareceram.

Lá na prensa tinha uma pessoa pra receber essas pias e fazer os carrilhões dentro da estufa. Estas pias eram colocadas uma atrás da outra pra depois fazer a secagem. Então precisava de um segurador de pia, que era responsável por receber o carrinho com o carrinhador que trazia a pia, colocá-lo em forma de fila (fileirão) e ele tinha um pedaço de pau roliço que ele ia ajeitando as pias de grades para ficarem retas e não tombarem, depois vinha os desemformadores para tirar essas telhas já secas da estufa e levar para o forno pra serem

queimadas, esses continuam. E os desenformadores pegam essas telhas depois de queimadas e preenchem os caminhões, esses ainda existem também.

Então hoje o que sobrou: uma bateadeira, uma pegadeira. O sistema não é de grade mais, é de vagoneta, as vagonetas passam no trilho e são cheias por um enchedor de vagonetas, tem um empurrador que empurra praticamente todas as vagonetas da cerâmica, se a cerâmica tem sete prensas ele empurra as vagonetas das sete prensas. Uma cerâmica que tem sete prensas hoje, ela tem: sete bateadeiras, sete pegadeiras de telha, 4/5enchedores de vagoneta e o cara que empurra. Antes a gente estima que uma prensa empregava de 11 a 13 pessoas hoje ela emprega 3, isso só no setor de prensa. Então houve uma reestruturação produtiva muito violenta.

Pesquisadora- Essa reestruturação aconteceu de forma mais intensa no final da década de 1990?

Entrevistado- Na verdade até 1994 a maioria das cerâmicas ainda era no processo de grade. Em 1989 já tinha vagonetas em Monte Carmelo, mas era um processo inicial, porque as cerâmicas, elas foram construídas há muitos anos, então a maioria das cerâmicas estavam em um processo de carcaça, porque não havia investimento na estrutura da empresa. Antigamente o empresário ceramista preocupava muito em produzir quantidade e não preocupava muito com qualidade então ele só via um tipo de capital que era o capital de giro, ele não preocupava com o passivo trabalhista (nós chegamos a ter aqui 80% dos trabalhadores trabalhando sem carteira assinada) uma coisa horrorosa mesmo, cartões de ponto não existiam, carga horária não era obedecida. Então ele nunca preocupou com o passivo trabalhista, nunca preocupou com o passivo ambiental, ele nunca preocupou com o capital permanente da empresa fosse se deteriorando aos poucos, entende? Tanto é que você pode andar na cidade aí que você vai ver que tem cerâmicas que estão totalmente desmontadas porque fez se o prédio e foi sugando tudo que tinha a um ponto que não compensava mais, tinha que refazer, fazer outra cerâmica, outra empresa, o equipamento e as máquinas estavam arcaicos e enferrujados. Por exemplo: esse processo de vagonetas a pessoa não trocava, não dava manutenção então ia enferrujando os trilhos, as vagonetas iam arrancando as rodas.

Bom o surgimento do sindicato em 1990 começa um pouco a questionar isso. O Sindicato foi fundado em 14 de janeiro de 1990, em março de 1990 aconteceu a 1ª greve organizada, porque havia greves, havia rebeliões, havia resistência dos trabalhadores mas não era de forma organizada.

Em 1990 nós conseguimos parar a maior empresa da cidade (Monte Carlo) por 15 dias, e os patrões foram muito calculistas na disputa, porque é uma disputa, no momento de greve há uma disputa entre capital e trabalho e eles foram muito severos demitiram toda diretoria do Sindicato, todo mundo foi mandado embora e colocaram para os trabalhadores, que não negociavam com os trabalhadores porque o sindicato não era legal; como o sindicato não é legal os diretores são demitidos, a gente não negocia entende?

A partir de 1993 começam a surgir as sentenças judiciais e a gente começa a ganhar os processos. Na época foi muito difícil porque não existia justiça do trabalho aqui na região.

Pesquisadora- Você acha que essa maior movimentação dos trabalhadores no sentido de buscarem seus direitos através da justiça, pode ter sido em parte, reflexo da constituição de 1988?

Entrevistado- Com certeza, mas veja bem a garantia da estabilidade do diretor sindical ela já era prevista na CLT. Eles não questionavam a existência da estabilidade, eles questionavam o processo de fundação do sindicato, eles sabiam que não podiam questionar a estabilidade, outros sindicatos como o do ABC paulista, ou seja, os sindicatos grandes do país já trabalhavam com a estabilidade há décadas desde a CLT (década 40/50). Então eles não questionavam isso, mas diziam: o processo de constituição do sindicato de vocês é irregular, então não vale. Quando nós começamos a ganhar, aí foram surgindo greves, e a gente continuou, mesmo que desempregado. Na época que fomos demitidos, nem os parentes da gente arrumava emprego, meus irmãos, por exemplo, ficaram todos desempregados, - Você não vai arrumar emprego porque você é irmão do fulano. A cidade é pequena, então, por exemplo, hoje nós temos dono de cerâmica que é dono de mercado, de postos de gasolina, de café, até do poder político mesmo. A nosso ver a patronal sempre foi dona do poder político, quando não era o próprio empresário que era o gestor do município ele era apoiado, uma das grandes armas usada para a compra de votos na cidade era a distribuição de telhas. Comentasse que a Cerâmica Monte Carlo em 1988 teria distribuído 300.000 telhas pra ajudar na compra de votos, é um coronelismo.

Aqui em Monte Carmelo é fantástico, você pode pegar a própria pessoa do executivo hoje: o prefeito ele é dono de cerâmica, é dono de café, a família dele tem grande parte dos postos de gasolina, a distribuidora de petróleo é da família dele e eles estão no poder político,

então isso reflete historicamente a história do país, aqui não está acontecendo nada mais do que aconteceu nas oligarquias.

Estou te falando sobre a resistência que nós enfrentamos para estar aqui nesse prédio hoje. Os patrões mesmo depois que tiveram os processos judiciais se recusavam a fazer negociações. Então tudo era na base da greve. Qual era a tática que o sindicato usava: greve, tentativa de conciliação no ministério do trabalho que era a delegacia regional trabalho em Uberlândia. Então era greve, atrito, sem negociação DRT (Delegacia Regional Trabalho) e era tudo muito caro, muito dispendioso porque eles não faziam desconto de contribuição, os advogados aqui em Monte Carmelo não pegavam causas contra esses patrões para não criar problemas com eles. Foi um processo de muitas dificuldades mais de muitas vitórias também e muita formação de consciência.

Bom em 2001 nós fizemos muitas greves, aconteceu assim aproximadamente 11 greves em 11 cerâmicas diferentes, foi um processo muito desgastante para o sindicato, porque o trabalhador de cerâmica ainda estava muito explosivo, às vezes você ia ali conversava, mas ficava só naquilo, mais tarde o pessoal ligava: nós vamos parar; o que é uma questão de muita tática e muito legal, mesmo porque era uma forma que o pessoal tinha de resistir às pressões dos patrões, porque se começasse a negociar eles já demitiam ali quem eles viam que estava tomando a frente das reivindicações. Então quando os patrões percebiam parava duma vez, até sem respeitar as 48 horas que a lei pedia, mas o trabalhador também não suportava mais, ele estava sem carteira, a jornada de trabalho estava oferecida de forma irregular, não tinha material de proteção, então não é que ele estava ilegal é que a relação era totalmente precária, você entendeu?

Não tinha aqui a fiscalização do Ministério Público na região como tem hoje em Uberlândia, o Ministério Público vinha de Belo Horizonte e era muito difícil porque tinha que dar tutela no estado todo. Às vezes quando o fiscal chegava o trabalhador tinha que correr porque se não se escondesse e o fiscal pegasse o trabalhador trabalhando de forma irregular, o patrão depois mandava embora. Então o trabalhador tinha que fugir da pessoa que veio legalizar a situação de trabalho dele: assinar a carteira, garantir os direitos mínimos básicos.

Então, até 2000, 2001 houve essa reestruturação produtiva, mas ainda continuou uma disputa muito grande, ainda prevalecia a mentalidade de que devia fazer mais quantidade e menos qualidade. Eles pagaram um preço muito grande por isso, porque eles foram comprando barreiras, foram arrebatando o meio ambiente, deixaram muitas crateras, fizeram vários termos de ajustamento e conduta com o Ministério Público e não cumpriram, não recuperaram o meio ambiente, não recuperaram as barreiras, porque foram tirando o barro foi ficando assim uma coisa muito horrorosa, e constituiu-se um passivo trabalhista muito grande porque foram décadas de pessoas trabalhando sem carteira, décadas de sonegação de INSS e outras coisas.

Aí veio o apagão a partir de 1999 que atingiu profundamente o parque aqui, aí começou a faltar argila porque as barreiras começaram a ser embargadas porque eles não cumpriram o termo de ajustamento e conduta. Então juntou o apagão, a qualidade do barro, qualidade da telha, aí foi um caos, nós tivemos o fechamento de algumas cerâmicas.

Esse foi um problema. Como eles não preocupavam com a questão da argila, não preocupavam com a questão do meio ambiente e do passivo trabalhista o quê que aconteceu? Foi tudo acumulando, é tudo passivo, é tudo dívida da empresa.

Bom aqui em Monte Carmelo sempre teve lenha com abundância porque o cerrado foi todo desmatado para a plantação de café e soja, então o patrão chegava para o outro e dizia: eu estou arrancando o cerrado pra plantar café, soja, eu tenho lenha.

E aí a Pinusplan fez aquela plantação do trevo vindo de Uberlândia, que passou a ser da Bradesplan, e mais tarde da Satipel. A lenha não valia nada, eles plantaram aquilo ali e ficou 20/30/40 anos parado, mas a lenha acaba, e quando a lenha acaba essas grandes empresas começam a voltar, porque acho que no país e no mundo todo começa a pegar mais essa questão do meio ambiente. E essa questão do meio ambiente passa a pesar de forma extraordinária na vida do empresário, porque se ele desmatar ilegalmente tem multas caríssimas e aí o preço da lenha sobe e o parque cerâmico não se preparou, não fez reflorestamento, não organizou o cerrado. Outra coisa, alguns deles tiravam o capital da empresa pra comprar café e depois não devolvia e a empresa ruía. Com essa questão da lenha o preço da telha fica mais alto, porque não se comprava lenha, se ganhava ou comprava a um preço muito barato. Quando chega aqui a Satipel que é um grupo internacional, eles colocam que não iam mais vender lenha para o parque cerâmico porque não havia interesse econômico em vender por aquele preço, houve uma nova reestruturação produtiva, queimava

se com lenha, passa a queimar primeiro com cavaco, depois serragem. E esse pessoal que queimava os (queimadores) perdem os empregos, esses postos de trabalho desaparecem.

Junto a tudo isso, começa a surgir cerâmica onde não havia. Surgem alguns problemas aqui no parque: tem buscar argila mais longe porque as barreiras aqui estão sendo exploradas há mais de 60 anos, ou seja, o problema do meio ambiente; o problema do passivo trabalhista, a lenha que fica cara e ainda o transporte que também fica mais caro pelo fato das barreiras serem mais longe.

Pesquisadora- Você tem algum dado sobre a formação dos trabalhadores?

Entrevistado – é uma situação muito heterogênea, há uma rotatividade muito grande do trabalhador de cerâmica, a rotatividade ela é tão violenta, tão grande que eu acho que nem os próprios donos de cerâmica têm esse controle, o trabalhador fica dois, três meses e sai; hoje o trabalho está muito exaustivo, houve uma reestruturação produtiva, as prensas que faziam 14/16 telhas por minuto hoje fazem 23, aumentando assim o índice de lesão por esforços repetitivos (Bursite, tendinite, operações em tendões).

Pesquisadora – Em relação a cursos de formação para os trabalhadores, o sindicato oferece algum?

Entrevistado - Na verdade nossas reuniões funcionam meio que como um curso, por exemplo, se trata de todo o direito trabalhista e todas as normas, há essa formação, nós estamos soltando agora um boletim que vai falar do período: do 13º salário, como é um terço de férias, como é o fundo de garantia; porque tinha cerâmica que não estava depositando, o fundo de garantia estava atrasado, então o trabalhador vai entendendo que o fundo de garantia é 8% do seu salário, que a cada mês que ele trabalhou, ele tem um doze avo de férias; há essa formação sim, há porque é impossível de não ter não é? Se não o trabalho do sindicato não estava sendo feito.

Agente tem usado hoje dois veículos de comunicação que são: os boletins e as assembleias. Mas temos que ter alguns cuidados, por exemplo, há mais ou menos seis meses nós tivemos um gerente que foi na nossa assembleia e depois demitiu alguns trabalhadores que estavam ali. Em relação a oferta de cursos, hoje de concreto, o sindicato está planejando cursos sobre os direitos trabalhistas e organização sindical, só que parte disso é passado em assembleia geral porque como você vê nossa estrutura é muito pequena. Agora nós não procuramos fazer aquele sindicato assistencialista, por exemplo: que fica tentando atrair o trabalhador só porque tem um corte de cabelo, esse tipo de coisa, porque agente acha que esse não é o foco da categoria e não vai resolver o problema. Hoje a atual diretoria está discutindo em fazer curso de computação, de formação sindical e de organização no local de trabalho, esses 3 cursos estão sendo discutidos.

Em relação a nossas assembleias esse ano nós atingimos o pico, nós fizemos assembleia com 300/200/150 pessoas, agente trabalha sempre com a conscientização, organização sindical, sempre surgem questões sobre os direitos e a questão do funcionamento do sindicato por ex: nós fizemos assembleia esse ano para votar o estatuto, pra prestar conta, para fazer registro da eleição (teve processo eleitoral) entende? Nisso o trabalhador vai se formando também, por exemplo, o sindicato não pode gastar sem ter a aprovação de vocês, para ter eleição nós fizemos um boletim onde chamamos todo mundo para compor uma chapa, pra nós não é interessante que os trabalhadores estejam divididos e sim que haja só uma chapa dos trabalhadores e se os patrões quiserem que montem a deles, nós falamos isso para eles na negociação, eles queriam ter acesso ao processo eleitoral, nós falamos: vocês podem ter, montem a chapa de vocês e vem disputar a entidade com a gente, é um direito deles não é? Eles podem montar uma chapa só de gerente ou com os pelegos e puxa sacos (como dizem os trabalhadores), só que o trabalhador não vai deixar de votar numa pessoa que está do lado dele ali, pra votar numa que está num cargo de confiança, ele não é bobo, já está bem mais politizado, foram muitas greves.

Pesquisadora- Você sabe me dizer se as empresas ao contratarem pra determinados cargos exige que o trabalhador tenha certo grau de escolaridade?

Entrevistado- Não. Eu acho que essa escolaridade é exigida somente para o setor de escritório, hoje as empresas pedem experiência, inclusive os trabalhadores têm dificuldades de arrumar serviço em outra empresa quando têm algum problema com uma empresa. Eles procuram pegar os trabalhadores que já têm experiência em cada setor, agora no setor de prensa, há uma rotatividade muita grande porque substitui-se fácil o trabalhador, isso dificulta para que o setor consiga um bom salário, porque é um serviço que se aprende rápido. O setor de forno, por sua vez, exige resistência e técnica, a mesma coisa acontece com o desenformador e o enchedor de caminhão que tem que saber como colocar a telha porque se não ela vai quebrar toda. Então os setores de: enforma, desenforma e carregamento são os setores mais explorados hoje, ganha um piso de 800 reais, mas já chegaram a receber o

equivalente a 2.200 reais. Pois em relação ao salário mínimo, eles já ganharam um salário mínimo por semana.

Pesquisadora- Esse curso sobre organização no local de trabalho trataria mais especificamente sobre o quê?

Entrevistado – Da própria organização no cotidiano, por exemplo, como o trabalhador deve se comportar na questão do relacionamento com a empresa. Veja bem, nós tivemos alguns problemas aqui que depois a categoria evolui, houve uma época que os empresários colocavam que não fariam negociações com os trabalhadores via sindicato se quisessem negociavam na empresa. Hoje eles fazem o contrário, falam que vão negociar na convenção, então teve empresa, que deu abono em vez de dar aumento salarial em determinado ano e depois cortou o abono, automaticamente cortou o aumento, endente? Isso é uma organização no local de trabalho, você discutir como mobilizar a categoria para resolver a questão do reajuste; outra coisa, a convenção coletiva de trabalho ela discute os preços mínimos, até o presente momento o enforcador está recebendo R\$799,00, esse é o mínimo que ele pode receber, mas tem enforcador que está ganhando R\$1.000,00 reais. Se nós não estipularmos um mínimo, a carteira volta a ser assinada com o salário mínimo. Então, está havendo essa negociação, inclusive, esse ano eu acredito que mesmo fechando acordo e os empresários concedendo o índice do salário mínimo, vão ocorrer greves porque a categoria percebe que o parque está estruturado, que não tem crise, que o ano vai ser bom de vendas e querem recuperar as perdas históricas. Os empresários também estão percebendo isso, tanto é que fizeram uma concessão significativa.

Entrevista realizada em 20/02/10

Pesquisadora- Estávamos falando do Ministério do Trabalho.

A justiça do trabalho em Patrocínio surge mais ou menos em 1991/93 até que os nossos processos que estavam aqui na justiça comum passam pra lá. Em 93 nosso sindicato passa a ser legal.

O Ministério Público do trabalho vem para a região e começa a fazer um trabalho em conjunto com o Ministério do Trabalho, mas agente já estava negociando as convenções. O sindicato conseguiu provar a falsificação dos Valores dos salários dos trabalhadores, então nós 1º tivemos o problema de que todo mundo trabalhava sem carteira, depois nós conseguimos através de denúncias que quase todas as carteiras fossem assinadas, mesmo assim os patrões conseguiam manter de 20 a 30% sem carteira. Mas nós saímos de 80% dos trabalhadores sem carteira para 20%, no entanto essas carteiras continuaram com os valores falsos, por exemplo: o trabalhador ganhava R\$800,00 mas a carteira era assinada com o salário mínimo, então, nós precisávamos desse embate, aí entra o Ministério Público fazendo um trabalho conosco e agente consegue fazer um trabalho de denúncias. O Ministério Público do Trabalho muito atuante em Uberlândia, consegue fazer uma tutela que o estado já deveria fazer a muito tempo, conseguem documentos que comprovam essas falsificações. Estávamos levando as negociações pra lá, mas de 3-4 anos pra cá os patrões tiveram que sucumbir nessa questão. Então nós conseguimos outra vitória, por exemplo, hoje os processos trabalhistas, eles diminuírem 90% na justiça do trabalho por quê? Porque nós conseguimos colocar quase que o salário real na carteira de trabalho, hoje nós temos um trabalhador que ganha muito próximo do total que está na carteira porque foram feitas investigações, foram feitos processos; cerâmicas que estavam pra fechar não conseguiram dar o calote no trabalhador. Nós levamos a fama de ter fechado algumas cerâmicas, mas na verdade o que aconteceu é que a fábrica ia fechar e nós estávamos disputando-a com o banco. Ou o banco ia penhorar a firma e levar ela toda para o capital, ou seja, um capitalista executando outro capitalista, ou o sindicato entrava representando o trabalhador porque a lei garante o direito de preferência na execução, então fizemos esse papel, nós chegamos para os trabalhadores e colocamos: nós temos duas possibilidades reorganizar e reestruturar a empresa para receber os direitos ou a empresa vai fechar de todo jeito e nós também temos que organizar pra vocês não perderem os direitos de vocês para o Banco, porque o capitalista vai ao banco e penhora o maquinário, quando os trabalhadores vão correr atrás de seus direitos, já não tem onde buscar; porque tem o direito de preferência desde que haja no momento adequado.

Então fecharam nesse período as cerâmicas: Nossa Senhora do Carmo, Nacional e Monte Carlo. Essas cerâmicas todas fecharam em processo de greve, elas estavam a meses com atraso de pagamento, os trabalhadores com energia e água cortadas, o comercio local não aceitava mais os cheques dessas empresas, então não adiantava o trabalhador pegar o cheque porque ele ia no mercado e não conseguia comprar, então ele não teve outra alternativa a não ser parar para reestruturar, para negociar, e diante desses fatos, no caso da Monte Carlo por ex. nós tivemos notícia que já tinha empresa indo lá e arrancando parte do material de funcionamento básico, painéis eletrônicos; então já não tinha mais jeito, nesse período nós pedimos a intervenção do Ministério Público e entramos na Justiça do trabalho e o juiz já decretou o arresto dos bens o que não era penhora ainda, a empresa podia continuar funcionando mas os bens estavam garantidos para os trabalhadores só que esses empresários já não suportavam mais porque deviam muito. E nesse período os patrões se assustaram muito porque perceberam que não poderiam exercer a atividade econômica ao seu bel prazer e aí começa todo um processo de instituição do resgate do respeito ao trabalhador, resgate da assinatura da carteira no valor correto; os termos de conduta com o Ministério Público do meio ambiente começam a ser cumpridos porque com a embargação de barreiras não tinham matéria prima para produzir.

Hoje no fechamento das convenções (nessa última), a gente acionou o Ministério Público mais para pressionar os empresários a conceder algumas coisas que nós achamos que os trabalhadores tinham direito, mas eles sentaram com a gente e negociaram e está registrada no Ministério do Trabalho a convenção.

Então o quê que acontece, esse processo de trabalho em conjunto com o Ministério Público do Trabalho trouxe um benefício muito grande para sociedade, porque já havia nesse processo de intervenção do Ministério público um número maior de carteiras assinadas porque já haviam ocorrido greves, já havia denúncias no Ministério público do Trabalho, havia todo esse trabalho feito. Só que a gente ainda não tinha resolvido o problema da falsificação dos valores das carteiras e com a intervenção do Ministério público isso passa a ocorrer. Só que esse trabalho como eu havia dito ocorre com o fechamento de algumas fábricas. Entre elas a

cerâmica N.S. do Carmo, coincide porque, com a crise que veio ocorrendo do barro, das vendas e a busca dos direitos pelos trabalhadores houve uma culminância; mas isso já era um passivo trabalhista que os empresários tinham. Eles ficaram décadas sem assinar a carteira das pessoas, e isso prejudicou muito a sociedade porque muitas pessoas não conseguiram se aposentar. É muito interessante a gente colocar isso porque mais cedo ou mais tarde isso teria que ser pago de uma forma ou de outra, infelizmente teve que ser pago num momento que não estava muito bom para as cerâmicas, mas os trabalhadores não poderiam continuar dessa forma. Todos os trabalhadores que saíam da cerâmica depois tinham que entrar na justiça do trabalho para receber a diferença de salário, isso provocou uma revolta muito grande.

E é interessante esse processo porque quando o Ministério Público interveio ele não fechou nenhuma empresa, o sindicato não fechou nenhuma empresa, essa crise foi tão avassaladora que tinha trabalhadores que estavam com quatro cheques sem fundos. Naquela época havia empresa que pagava por quinzena, então eles ficavam sem receber dois meses que dava quatro cheques sem fundos, de forma que o comércio não aceitava mais esses pagamentos, então esses trabalhadores começaram a ter água cortada, energia cortada, não tinha mais como pagar suas obrigações e aí para se esquivar mais uma vez de sua obrigação a parte patronal acusa o movimento dos trabalhadores, inverte a situação. É interessante colocar também que tinha empresa que se os trabalhadores não parassem, eles não recebiam como, foi o caso da N.S do Carmo. Na N.S do Carmo de 15 em 15 dias os trabalhadores tinham que parar a produção para que houvesse pagamento, então chegou num ponto de ter assim nuns 6 meses umas 15 paralisações, porque os trabalhadores trabalhavam chegava o dia do pagamento não tinha dinheiro, ou se dizia que não tinha dinheiro, mas a produção já tinha sido vendida.

E aí já não havia pagamento em cheque mais, o pagamento era feito em espécie, dinheiro mesmo, porque os trabalhadores não acreditavam mais que empresa arcaria e o comércio não aceitava mais os cheques. Então foi um processo muito interessante e houve uma conscientização muito rápida desses trabalhadores, porque eles perceberam que além de vender sua mão de obra eles teriam que fazer valer o preço da mão de obra para eles receberem. Porque teoricamente o que é a relação capital e trabalho? Eu te vendo meu trabalho, você me paga em espécie pra eu poder suprir minhas necessidades mínimas, então ele percebeu que além de vender a fora de trabalho ele teria que se organizar e lutar para que aquele acordo fosse cumprido, ele não poderia ser passivo, ser alienado e o pior ele não poderia nem ir à justiça do trabalho, porque como o trabalhador iria a justiça do trabalho de 15 em 15 dias? Trabalha 15 dias vai à justiça pra receber, demoraria meses. Então o único processo era suspender o trabalho.

Pesquisadora- Para que chegar a essas greves é porque o trabalhador estava no limite mesmo não é?

Entrevistado- Chegou ao limite. Aliás, a categoria trabalha no limite até hoje, porque estamos com a categoria exausta, super explorada, nós fizemos uma pesquisa uma vez do porque que a maioria não vinha às reuniões principalmente as mulheres e descobrimos que é porque eles batem 40 mil quilos/40 toneladas de barro por dia, depois saem do trabalho, e tem que lavar a roupa, fazer comida, então nós colocamos ônibus, na última assembléia deu umas 300 pessoas, foi muito positivo. Então a categoria é tão explorada que até na questão da organização fica difícil, a categoria está exausta. Essa categoria tem uma série de pesquisas que podem ser feitas, agente já pensou em escrever um livro, alguma coisa, porque ela é fantástica, é uma coisa muito difícil para os trabalhadores.

E depois ocorre o processo de fechamento da Monte Carlo, considerada uma das maiores cerâmica da América Latina, mas ela sofreu um endividamento violento, uma cerâmica que empregava 300 trabalhadores e mesmo com a reestruturação produtiva continuou empregando centenas de trabalhadores, mas que teve um fechamento brusco. Lá também aconteceu um processo de conscientização muito grande dos trabalhadores porque ocorreu esse processo de devolução dos cheques, o mesmo processo: primeiro culminando com a qualidade da telha, depois com a falta de barro e a mistura que não era feita de forma correta, e isso prejudicou o andamento da empresa. A gente não tem como constatar, mas é possível ter acontecido devido a um processo lógico, como não havia uma qualidade da telha devido ao barro então alguns clientes sustavam os cheques, há história de até devolução de caminhão inteiro de telhas, de algumas fábricas porque geralmente a telha quebrava, não dava qualidade, na queima às vezes a telha não permanecia com uma cor só, porque a mistura do barro não era correta, teve todo esse processo prejudicial. Aí foi uma questão objetiva, não foi uma questão subjetiva; não foi pela vontade do empresário nem dos trabalhadores que isso

ocorreu, foi um processo todo que os empresários provocaram e era previsível também. Hoje se você abrir uma empresa e não cumprir a legislação trabalhista e ambiental você quebra ou você nem abre porque você não consegue as licenças necessárias pra fazer movimentar essa empresa. As grandes empresas têm consciência disso e mantêm essas questões pelo menos ao mínimo de acordo com o legal.

Mas voltando a questão da Cerâmica Monte Carlo o que ocorre? Os cheques são devolvidos, os trabalhadores não recebem o comércio não aceita mais os cheques e o sindicato já estava em movimento, nos tivemos uma reunião na DRT (Delegacia Regional do Trabalho) que nós levamos aproximadamente 60 carteiras sem assinar, nós fizemos uma reunião, mas não constou, por quê? Qual é o papel da DRT? O papel da DRT era multar a empresa, mas como o sindicato estava ali nós negociamos a assinatura das carteiras, ao invés de multar assinar as carteiras, por quê? Porque a DRT também tem seu limite, poderia, por exemplo: a empresa assinar as carteiras em um dia e dar baixa no outro para retalar o trabalho sindical, e depois falar: o sindicato que desempregou vocês. Então nós preferimos que assinassem as carteiras, assumissem o compromisso e os trabalhadores voltassem ao trabalho. Quando essa empresa estava fechando nós recolhemos lá mais ou menos 50 carteiras sem assinar, pra você ver o tamanho do desrespeito com a categoria.

O sindicato entra em cena e começa a fazer greve, a cerâmica para, nesse processo já havia um comentário muito grande na cidade que a cerâmica estava quebrando. Então, de concreto que eu posso dizer é que os cheques da empresa voltavam, os trabalhadores não tinham como se alimentar e pagar suas necessidades básicas, por quê? Porque havia uma rejeição do comércio em pegar esses cheques. Você imagina: você tem um comércio no alto do Vila Nova que é um bairro de trabalhadores que fica perto da empresa, uma empresa de 300 funcionários, ali pelo menos uns 50 pais de família comprem naquele mercado, se atrasar 3 quinzenas ele vai pegar de 150 a 200 cheques sem fundo; então tinha mercado que estava com 50.000 reais de cheque sem fundo naquela época, o mercado quebrava, nesse 1º período os donos da empresa começaram a negociar com esses donos de mercado, não abandonou totalmente, a empresa procurou negociar, houve essa sensatez mesmo porque seria insustentável pra ela. Então nós acionamos o Ministério Público do trabalho para relatar o que estava acontecendo, porque na verdade, o sindicato, nunca quis fechar nenhuma fábrica, porque nós sabemos que se não houver trabalhadores, não vai haver categoria e também não vai haver sindicato, só que nós também não podemos ser omissos na questão de aceitar a exploração a qualquer preço dos trabalhadores, aliás, nós não devemos aceitar a exploração a nenhum preço. Mas, o mínimo da legislação trabalhista deveria ser cumprido e não estava sendo, nesse processo, o ministério do trabalho interveio, o nosso medo não era apenas do empresário dilapidar a empresa, nós criamos uma consciência de que naquele momento nós não disputávamos a empresa com o empresário, o capital permanente da empresa; não havia uma disputa entre o sindicato dos trabalhadores de cerâmica de Monte Carmelo, a sua categoria com o empresário pelo patrimônio da empresa, nós tínhamos clareza que nós disputávamos a empresa com o mercado financeiro; porque se a gente não agisse o banco pegaria a empresa pra ele e os trabalhadores ficariam a ver navios, não iriam receber as verbas rescisórias nem os direitos trabalhistas, nem o próprio salário que já está em jogo com os cheques sem fundo, entende que interessante? Tanto a categoria como o Ministério Público perceberam isso, tanto é que na cerâmica N.S do Carmo, e principalmente na cerâmica Monte Carlo, o Ministério Público entrou com ação civil pública, nós fizemos algumas audiências em Uberlândia e nessa ação foi pedido o arresto da empresa pela justiça do trabalho para garantir o pagamento dos direitos dos trabalhadores e assim ocorreram coisas inéditas, por exemplo, os trabalhadores assumiram o controle da empresa.

No caso da Monte Carlo, o que ocorreu? O oficial de justiça veio pra fazer o arresto da empresa (que era deixar algumas coisas garantidas para que houvesse o pagamento) Após fazer o arresto, eles saem pra procurar alguém da empresa. Porque a justiça faz o arresto e entrega para o próprio proprietário para que dê a garantia de que as coisas não vão desaparecer. Só que naquele dia não estavam os donos, não estavam os sócios e nenhum dos gerentes que estavam quis ficar responsável pela empresa, então naquele 1º momento o oficial de justiça deixou a empresa com o sindicato, o presidente do sindicato ficou sendo o fiel depositário ali, o responsável por zelar, tanto é que nós passamos a noite na empresa. Aconteceu um processo interessante porque ao mesmo tempo em que a patronal não queria ficar com a empresa também não deixava a gente, só que aí a discussão foi muito pesada, a polícia estava lá, nós estávamos lá e eles diziam assim: - Então só vão entrar dois trabalhadores para dentro da empresa, mas a empresa é muito grande, deve dar uns quatro quarteirões, toda apagada porque a energia estava cortada, então foi um debate muito interessante porque nós colocávamos: - não, vocês não mandam mais nada, quem manda

agora somos nós, porque somos nós que temos que cuidar da empresa; quem garante que alguém não vai saquear a empresa? E aí nós passamos a noite na empresa e determinamos quem iria ficar dentro da empresa, porque nós sentimos um risco muito grande. Na verdade o trabalho só não faz a fábrica funcionar mesmo, só não faz a gestão da fábrica porque o sistema não permite se não teria feito, teria recuperado a empresa. Então no outro dia aparece uma síndica para fazer a gestão, comunica a gente que agora ela ia ficar como fiel depositária e ia fazer a gestão, ela toca a nossa falida até hoje, não sei o processo como está, mas até 1/2 anos atrás estava ainda negociando com aqueles credores prioritários que a lei garante, primeiro os direitos trabalhistas, esse processo todo.

Pesquisadora- Então o forte da crise vivida pela indústria foi entre 2003 e 2005 período em que fechou muitas empresas?

Entrevistado- Eu acho que a partir de 1994 aconteceram várias crises. Às vezes no setor todo, às vezes em parte do setor. Porque nós temos cerâmicas também muito bem estruturadas, hoje nos temos algumas cerâmicas que estão cumprindo a legislação trabalhista razoavelmente bem e temos outras muito problemáticas, que você tem que ficar sempre fiscalizando, porque sonega, bate cartão de ponto fora do horário, muita coisa ainda tem que ser feita, por isso tem que ter uma fiscalização constante. Se o Ministério Público vem, sob a fiscalização eles organizam, depois se desorganizam de novo.

Pesquisadora- Gostaria que você falasse sobre a questão da certificação das indústrias pelo INMETRO e pelo CCB.

Entrevistado- A certificação pelo INMETRO é progressiva, algumas fábricas conseguiram bem antes e outras estão conseguindo agora.

Pesquisadora – E em relação às condições de trabalho dentro das empresas certificadas, melhorou alguma coisa?

Entrevistado- As condições de trabalho eu acredito que pra ser certificada ela tem que melhorar sua estrutura, só que isso já vinha sendo feito com a fiscalização do Ministério do Trabalho, agora com a certificação só melhorou um pouco, mais veja os trabalhadores que entram hoje não recebem uniforme, nunca receberam, há uma empresa aí que deu uns coletes para os gerentes, agora a botina e a luva são EPI obrigatório, isso não é pela certificação, já tem que ser dado, estava sendo dado por causa das fiscalizações, agora nós tivemos o ano passado denúncias de empresas que estava cobrando EPI (cobrando a botina do trabalhador) então é um processo que você não pode descuidar, porque ainda tem empresário com a cabeça muito arcaica.

O que melhorou para o trabalhador foi que a empresa se tornou sólida, ela tem um capital. Porque quais os tipos de capitais que nos temos? Temos o capital permanente que é a estrutura da empresa, nós temos a marca da empresa, temos o nome da empresa, então isso ajuda muito, pois a empresa estando sólida, o trabalhador vai ter a garantia de que vai receber os seus direitos quando ele sair da empresa, o que não tínhamos antes. O que aconteceu com a cerâmica nesse período de crise foi que as cerâmicas se tornaram um monte de ferro velho. Você constrói um forno ele custa 100 mil reais o dia que aquela empresa fechar aquele forno é lixo, ele não serve pra mais nada porque é tijolo e areia, ele só serve pra cerâmica, aquele prédio da cerâmica só serve pra cerâmica, a não ser que você aproveite a estrutura do barracão de aço, mas esse foi o grande prejuízo que a Monte Carlo teve. Então esta situação das empresas estarem fortalecidas hoje, pra nós é muito importante porque garante aos trabalhadores de estar recebendo seus salários e seus direitos, e pode ser que haja um avanço da categoria pra estar disputando participação nos lucros, que achamos que está um pouco distante porque há um número significativo de empresários que não cumprem com o dever legal.

A questão da certificação ela é mais uma luta pela sobrevivência e recuperação do nome que a cidade perdeu. Eu acho que a certificação, ela trouxe uma melhoria para a venda das telhas e conseqüentemente se as empresas estão vendendo nas negociações há mais chances dos trabalhadores conseguirem vitórias, mas não significa que o dono da empresa chegou e falou: Eu consegui a certificação, eu vou passar tanto de participação nos lucros isso não acontece. O que acontece, superada a crise do barro nós resolvemos o problema da matéria prima. Essa questão faz com que a gente recupere o mercado.

Pesquisadora- Com a baixa qualidade do barro na cidade, o mesmo passa a ser buscado mais longe, em outras regiões?

Entrevistado- Algumas empresas buscam mais longe, mas os empresários começam a fazer os TACS (Termos de ajustamento e conduta na área ambiental) e começam a cumprir esses acordos porque eles não poderiam mais enrolar. Então com o cumprimento de parte desses

acordos, e também tem que negociar porque grande parte do barro é retirada na cidade de Coromandel que é outra prefeitura, com isso ocorre o melhoramento da qualidade da telha, esse melhoramento da qualidade da telha volta a melhorar as vendas, o nosso mercado já é muito famoso a nível nacional. Hoje o que está sendo produzido enquanto estamos conversando do está sendo vendido, não vai nem para os depósitos, o ano 2009 foi um ano de excelente venda. Esse ano de 2010 deve ser extraordinário, só pra você ter uma noção, todo ano em janeiro as empresas dão férias coletivas, esse ano, não teve férias coletiva, o ano passado e o reajuste do salário mínimo ficou em torno de 12% eles propuseram 6% de reajuste depois subiram pra 8%; nós fechamos em 8%, depois fechamos o ajustamento de conduta para o setor de prensa, porque eles ganhavam só salário mínimo; conseguimos passar de 465 reais para 520. Esse ano (2010) na 1ª negociação que nós tivemos, eles já ofereceram o índice do salário o mínimo que foi 9,74%, quer dizer já não houve resistência na concessão. Se bem que esse ano os trabalhadores querem discutir as perdas históricas, tentar recuperar um pouco do que ficou para trás. Então, como está vendendo bem, a qualidade da telha é excelente, as empresas conseguiram a certificação do INMETRO, conseguiram a certificação da CCB (Organização que controla a qualidade da telha a nível nacional), eles estão trabalhando essa questão e nós achamos interessante, nós trabalhadores queremos que as empresas funcionem bem, que as empresas vendam inclusive que compartilhem esse lucro com os trabalhadores; não existe essa cultura que nós queremos destruir as fábricas, isso aconteceu na época da revolução industrial; o que nós podemos querer de mais é conquistar as fábricas e formar cooperativas para os trabalhadores, socializá-las, mas destruí-las jamais, fechá-las jamais.

Pesquisadora – Diante das boas possibilidades de vendas para esse ano, você acha que as empresas podem aumentar o número de contratações de trabalhadores?

Entrevistado- Eu não vejo possibilidade de contratar novas pessoas, porque está havendo essa 3ª sei lá qual reestruturação produtiva. Então o que ocorre é que a tendência é que os postos de trabalho vão desaparecer sistematicamente, nós não temos dúvidas disso. A própria existência do sindicato é uma incógnita porque vai chegar em um ponto que dependendo do tamanho que a categoria ficar o sindicato se torna insustentável, porque a cidade é pequena e nossa base territorial é só em Monte Carmelo.

Pesquisadora – E em relação aos acidentes de trabalho pelo que eu tenho acompanhado, têm ocorrido acidentes graves, inclusive alguns culminando com a morte de alguns trabalhadores.

Entrevistado- Pois é você esteve aqui em outubro, de lá pra cá morreram três trabalhadores. Inclusive uma coisa muito ruim porque não estava acontecendo tantos acidentes assim. Como eu havia dito a você, existem empresas que estão estruturadas e existem empresas que estão totalmente desorganizadas, há essa contradição. Alguns empresários perceberam que organizar a empresa é mais lucrativo do que trabalhar de forma desorganizada é o que aconteceu com a Cerâmica Real Monte Carmelo, em 2008 o gerente e um trabalhador caíram do telhado que não tinha a mínima condição de um ser humano subir (era uma telha eternit fina, podre, os caibros ficavam a mais de 1 metro de distancia um do outro) e o trabalhador veio a falecer. Foi fechado um acordo esse ano, a família recebeu um seguro de 14 mil reais + 38 mil parcelados.

E agora em novembro de 2009, morreram mais dois trabalhadores. Os trabalhadores foram soterrados numa valeta numa empresa que não cuida o mínimo de segurança, só pra você ter uma noção: furou uma valeta de mais ou menos 3 a 4 m (não foi feito escoramento), os trabalhadores estavam lá em baixo trabalhando, e alguém ligou uma retro-escavadeira de toneladas ao lado da valeta, a terra já caiu em cima dos trabalhadores socada, as pessoas que estavam perto não conseguiram nem tirar a terra, eles morreram sufocados. Estamos Também com esses problemas de lesão por esforços repetitivos, doenças por causa das altas temperaturas dos fornos, tudo isso já foi passado para o Ministério do Trabalho, o sindicato pediu fiscalização do óleo que os trabalhadores têm contato, porque ele tem querosene e não é pago insalubridade, o sindicato pediu também a fiscalização da rotação das prensas, porque nós acreditamos que elas são produzidas pra fazer 18 telhas por minuto e elas fazem 23 e o ser humano não aguenta acompanhar a máquina, a exaustão é uma coisa escravagista, você imagina: você vê um caminhão trucado passando na rua esses de caçamba altíssima, cada operária pega um caminhão daquele (é como se ela pegasse um caminhão daquele e levantasse ele na mão, são 40 toneladas) num dia de trabalho numa prensa passa isso, para ganhar salário mínimo, é um processo escravagista legalizado, porque a gente analisa: se você presta aquele trabalho e você não tem condições de repor as energias gastas você está morrendo, é uma morte lenta, nós até colocamos isso naquele poema que nós fizemos, “Estamos todos a morrer” mas é verdade, da um sentimento de revolta muito grande porque o processo do capital, essa mais valia, esse lucro é uma coisa que não se muda da noite pro dia,

não se muda em uma cidade, não se muda em uma categoria, mas daí também você ver os seus companheiros serem esmagados é muito triste. Alguma coisa tem que ser feita.

Eu vou te passar o boletim que nós estamos soltando essa semana lá nós colocamos as possibilidades para os trabalhadores: a gente fecha o acordo depois vai pra greve, porque se não fizemos esse acordo corre o risco de não ter aumento nenhum e atrasar, são vários problemas. Ou então não fecha o acordo, porque a categoria fica toda dividida nessa hora e também depende da formação dos trabalhadores, mas eu acho que o sindicato hoje me é muito feliz porque ele é reconhecido pelos trabalhadores, pelos patrões, hoje não tem como não reconhecer porque quando a gente começa a atuar com o ministério público e as fábricas começam a fechar, todas as resistências dos patrões caem.

Em 1990 quando nós fundamos o sindicato e eu era presidente, toda a diretoria do sindicato foi demitida não havia a Justiça do Trabalho. Eles falavam assim: vocês tem direito a um sindicato, só que o sindicato de vocês não é legal, então a gente não pode negociar com o sindicato de vocês. Teve processo que ficou na justiça 10 anos, mas a gente ganhou o processo para que o sindicato fosse legalizado. Quando ganhei o meu processo, eu voltei pra cerâmica Nacional, eu fui reintegrado; só que naquela época como nos não tínhamos uma orientação muito grande, eu acabei saindo da categoria porque o mandato venceu, havia esse processo agente não sabia que poderia ser reeleito, hoje a gente sabe que o trabalhador mesmo estando desempregado ou aposentado ele pode participar do cargo de direção do sindicato, então hoje a minha função aqui é só de assessor sindical porque o sindicato não tem trabalhador diretor liberado; o nosso sindicato é muito pobre a gente conseguiu comprar essa sede a pouco tempo, o presidente do sindicato está trabalhando e não recebe por ser presidente, apesar de trabalhar muito. A nossa diretoria é muito boa, muito batalhadora, e isso ajuda muito no processo de luta porque não temos por exemplo: diretores do sindicato que se enriquecem às custas do sindicato, que anda de carro de graça, não temos isso, o que é feito aqui é pela categoria. Nós nunca tivemos uma diretoria tão boa e ativa como a que tivemos a partir de 2002, porque nossos diretores estão na base, estão dentro das fábricas. Então, por existir essa agressão, essa lista de trabalhadores que os patrões perseguem a gente prefere não divulgar o que vai fazer, porque os patrões ficam muito vigilantes. Só pra você ter uma noção, nós tínhamos cerâmicas aí que tinham 10 gerentes, pra que a cerâmica ter 10 gerentes? Pra oprimir, pra perseguir e impedir qualquer tipo de organização interna.

Hoje as cerâmicas trabalham 44 horas semanais, há algumas cerâmicas que ainda desrespeitam a lei, a gente faz denúncias e o Ministério do Trabalho vem e multa. Hoje tem o cartão de ponto, em quase todas as cerâmicas eles estão funcionando, de vez em quando uma ou outra fica relápicia. Fizemos denúncia o ano passado de uma cerâmica que não estava batendo o cartão de ponto o horário estava além, a estufa estava caindo em cima do trabalhador; tem umas cerâmicas bem precárias mesmo e de gente que tem muito dinheiro, gente que trabalha com cerâmica, com café, com soja e com posto de gasolina que não precisaria estar nesse estado, não é dificuldade financeira da empresa é falta de mentalidade empresarial mesmo.

Antigamente agente fazia um boletim entregava pro trabalhador e ele embolava e jogava fora, tinha medo de ficar desempregado, hoje não, hoje o processo é outro, hoje o pessoal liga aqui no sindicato perguntando quando vai ter aumento salarial, se vai ter reunião; mudou bastante, não é o ideal, está longe de ser o ideal, mas houve uma conscientização.

Pesquisadora- Além das questões que você já mencionou (crise da lenha, embargo das barreiras, sucateamento do parque cerâmico, etc.), tem mais alguma coisa que possa ter contribuído com o agravamento da crise vivida pela indústria ceramista em Monte Carmelo?

Entrevistado- Uma coisa que ajudou a agravar a crise foi o aparecimento de indústrias em outros lugares (São Paulo, e vários outros estados do país). Quando começam a surgir telhas em outros setores e esse processo de não ter argila algumas empresas fizeram misturas com terra e os caminhões voltavam com as telhas todas quebradas, foi uma ruína quase que total do moral do nome da cidade, a capital da telha passa a não ser vista como tendo uma telha de boa qualidade, e isso provoca um prejuízo muito grande, pra você ter uma noção, São Paulo passa a produzir telha, Ituiutaba tem um parque cerâmico muito grande é o 2º maior depois do nosso. Então nós começamos a perder qualidade para esse pessoal, sem contar que surgiu alternativas como a telha de cimento,

Hoje isso já não prejudica tanto. As cerâmicas abrem onde tem argila, mas agora num primeiro momento achávamos que o pessoal estava indo pra regiões onde o processo trabalhista estava atrasado e não tinha fiscalização do meio ambiente, mas ao que tudo indica tem havido resistência e fiscalização também em outros lugares, e isso ajuda porque se não, poderia haver uma migração do parque.

Outro problema que agrava a crise é o surgimento de outras variedades de produtos, já tinha a telha Eternit, surge a de cimento e podem surgir novos produtos porque a tecnologia está muito avançada. Esse ano a construção civil está muito boa eu vi uma reportagem recentemente falando que, a telha que oferece melhor conforto térmico e custo benefício é a de argila.

Foi colocado para a gente em convenção pela Patronal (nós não tivemos a oportunidade de visitar, até pelo excesso de trabalho), que tem cerâmica que está funcionando com 20 trabalhadores e produzindo milhões de telhas. Tem um processo todo mais automático, aqui temos um forno túnel ele não é construído com tijolos, é uma coisa muito avançada, mas só uma cerâmica aqui é que está utilizando esse forno. Mas é o que eu estava te dizendo, eles alegam que tem cerâmicas que produzem milhões de telhas com 20 trabalhadores, só que pra eles não compensa eles jogarem a cerâmica no chão.

Pesquisadora - Com o programa do governo federal “Minha casa minha vida” que prevê a construção de 1 milhão de casas populares, você acha que melhorou e/ou vai melhorar as vendas das indústrias de cerâmica.

Entrevistado- Com certeza melhorou, mas ninguém sabe o que vai acontecer depois do processo eleitoral. Se o país continuar estável, com certeza o parque continuará vendendo bem. Agente torce para que as coisas funcionem bem porque os trabalhadores precisam do emprego, ter um salário melhor e melhorar as condições de trabalho que é o mais importante. A gente tem discutido uma coisa muito interessante: vai chegar a um ponto em que a situação de saúde do trabalhador vai pesar mais do que a questão salarial, porque está havendo uma exploração muito grande, muito profunda. Às vezes nem é viável em questão de dinheiro, por exemplo, que a diminuição da rotação da prensa seja melhor do que um aumento de 5%, porque o que adianta a pessoa estar inválida melhorando o salário de 570 para 700 reais. Agora, é claro que nós não vamos abrir mão da questão salarial a gente tem que discutir as coisas concomitantemente, elas não se excluem elas se complementam.

ENTREVISTA: DEPOIMENTO COLHIDO EM 05/07/09

NOME: JOSÉ AGOSTINHO
ESTADO CIVIL: CASADO
FORMAÇÃO: 1º GRAU
DE ARGILA

IDADE: 52 ANOS
FILHOS: 2
CARGO/FUNÇÃO: MAQUINISTA (BARREIRA) EXTRAÇÃO

PESQUISADORA – O senhor sempre trabalhou em barreira?

ENTREVISTADO- Eu trabalhei primeiro como motorista, agora com máquina explorando o barro tem 20 anos.

Tem as máquinas própria de tirar o barro, eu trabalhava com uma retro escavadeira depois foi ficando pequena por que a produção vai aumentando o consumo da matéria prima também, então a retro fica pequena, hoje eu trabalho com uma escavadeira hidráulica, ela dá mais produção, enquanto uma retro escavadeira gasta de 12 á 15 minutos pra carregar um caminhão a hidráulica gasta 2,5/3,0 minutos, além disso ela tem mais recurso, ela gira 180° graus enquanto a outra gira só 90°, então de qualquer lado que tiver o caminhão da pra você enchê, além disso ela tira mais profundo, se ficar um resto pra tirar da pro cê vim tirano, o braço é mais longo, na retro as vezes se tinha que carregar metade do caminhão, puxá ele pra frente pra cabá de carregar, além disso aproveita 100° da matéria prima da barreira, a retro-escavadeira desperdiça muito, as vezes caia um barranco e ela num dava conta de alcança, então lugar que tira com a retro depois que compro a hidráulica nós voltô a tirar tudo de novo.

PESQUISADORA – Tem barreira que é dentro do rio?

ENTREVISTADO- Não, não, só próximo, até 10 anos atrás a gente tirava até no barranco do rio né? Agora hoje, se tem que respeita uma margem, dependendo do córrego se tem que deixar uns 30 metros, pode ter matéria que você num pode mexe se for um rio maior tem que se 50 metros, se for um rio igual o Paranaíba você tem que deixar na faixa duns 100m. Antigamente não, num tinha fiscalização e ninguém preocupava com isso, então a gente tirava do barranco do rio né?

você tem que deixar APP (área de preservação permanente) nem caminhão num pode passar naquela área na verdade ela deveria se cercada pra não entrar nenhum animal.

PESQUISADORA – Os ceramistas compram a área ou o direito de explorar onde tem a barreira?

ENTREVISTADO- Antigamente era assim eles comprava e a gente ficava lá tirando o barro. Agora, hoje eles compra se num tiver registrado no DNPM, se num tiver registro é só fazer o registro, se já tiver alguém que tem o registro daquela terra, eles compra do dono do terreno o direito de tirar a argila e do dono do registro também. As vezes alguém comprou por causa do garimpo foi lá e registrou tudo pra ele ter o direito de explorar, então ele vai pagar uma porcentagem pro dono do terreno, pra união ai ele compra do dono do registro também o direito de tirar o barro, aí ele tem que legalizar com o IBAMA, com o Fean – são vários órgãos – com a Policia florestal, ele tem que legalizar tudo. Ai eles vão lá fazer um mapa, vê a qualidade de madeira que tem naquele local, se tiver, tem que replanta a mesma depois da exploração, então fica registrado ali por exemplo: eu estou trabalhando numa barreira agora que foi comprada a uns 14, 15 anos atrás, mas naquele tempo num tinha nada dessas burocracia, só que eles não precisava do barro, comprou pra ficar lá, agora 2 anos atrás eles começou a precisar e gastou 2 anos pra conseguir a liberação desse barro. Hoje você num consegui fazer rápido não, eles tem que chegar e fazer um estudo sobre a área é tudo demorado.

Aí a gente tem que cumprir as normas todinha, se eles for lá fazer uma vistoria e a gente num tivê cumprindo as normas aí eles embarga aquilo todinho, aí pra legalizar vai um ano a mais, pra ele voltar além das multa que paga. Essa área nossa é 4,4 Hectare ela foi toda liberada, mas eles costuma liberar só 2 hectare, aí eles marca tudo com GPS, se você mexer fora daquilo ali a 1ª multa é de 300.000.

Agora pra extrai o barro é coisa já antiga né? É praticamente igual, mudou a maquinaria e o jeito de explora muda um pouquinho também, por que antigamente se tivesse muita água no lugar você num conseguia tirar né? Agora hoje a gente coloca bomba com capacidade de 200.000 litro d'água por hora, retira toda água pro cê entrar com as máquina e trabalha, antes num tinha esse recurso que as maquina num tinha condição de fazer esse serviço. Então vai mudando por exemplo: eles comprou uma PC 150 que é uma Pocan – uma escavadeira hidráulica, ela tem a capacidade de carregar um caminhão em 2 minuto e meio,

ano que vem eles já vão compra outra maior e ao invés de gasta dois minuto e meio eu vou gastar um minuto e meio mais ou menos, um caminhão com 20 toneladas de argila, então é muito rápido, já tem maquina maior que essa que enche o caminhão em 45 segundo.

PESQUISADORA – Quem trabalhar na barreira corre muito risco de sofrer acidente?

ENTREVISTADO– Tem perigo sim, essa barreira que eu tô trabalhando, o barranco dela parece pôdre, toda hora o barranco ta caindo sozinho mesmo que a máquina não esteja perto. Então corre o risco, eu já fiquei muitas vezes pendurado na maquina assim, mas a gente tem que te coragem pra trabalha nesse serviço, se cê ficá com muito medo cê num consegue, cê tem que fazer um pouco de travessura mesmo, se fô pra trabalha dentro das normas de segurança cê num consegue. Eu já atolei umas 5 ou 6 vezes de dormi atolado e gasta outra máquina pra desatola, ela sumiu dentro do chão, parece uma areia movediça por baixo, quem tem medo num faz o serviço direito. Risco de Morte é muito pouco, só se caí, quebrar mesmo o barranco. Igual a gente tem 2 tipo de argila, que é argila de várzea na beira dos rio, e argila no alto das serra que nós chama de taguá (ela é usada pra da cor e resistência) mas ela num pode sê usada pura porque da muita infiltração, então se mistura ele (taguá) só uns 40% pra rende a matéria prima. No taguá ele dá barranco de 15 a 20 metros de altura aí é mais perigoso, então cê fica perto desse barranco se ele caí, aí a gente corre o risco, mas a gente conta com a sorte e que ele é um material duro, tem que ficar sempre de olho, é a rotina mesmo.

PESQUISADORA – A quantidade de barreiras próximas a Monte Carmelo diminuiu muito nos últimos anos?

ENTREVISTADO– Diminui, quando eu comecei, a gente buscava barro a 15km de distancia agora hoje a mais perto tem 65 km, busca a 90/100 km. Tem barro aqui perto ainda, mais a jazida é pequena.

PESQUISADORA – Por curiosidade, existem muitos tipos de argila?

ENTREVISTADO- Sim. Argila cê tem de muitas qualidade, normalmente argila preta é pra dá resistência, a amarela pra da cor, a taguá é vermelho encardido aí precisa de outra pra melhora a cor, da uma cor mais suave. Porque a telha é engraçado, a cor não tem nada a vê com a qualidade mas o pessoal quer é aparência.

Aquela telha branca que tem hoje tem um barro especial pra fazer ela, só tem a 150km daqui, aqui tinha cerâmica que fazia mais parô porque num compensa por causa do transporte e a perda de telha, tudo encarece, essa telha tem muita perda.

Cê num pode por muito barro muito forte porque a hora que vai queimar racha muita telha, aí se perde muito até 50% da telha, então não compensa fazer uma telha forte de mais.

PESQUISADORA – Cada barreira só tem um tipo de argila?

ENTREVISTADO- Onde tem taguá é, mas as outras não. Tem barreira que dá o barro branco, preto e amarelo, e até mesmo vermelhado dá as camada. Normalmente se tira o barro branco por cima, depois o amarelo e por baixo o preto. Mas pode se o contrario da o preto por cima e o amarelo por baixo, mas é mais raro.

Agente que trabalha assim tem que saber um pouco de argila porque se ela tivê muita areia, ela num presta, se Fô uma areia fina tudo bem, mas se ela Fô grossa os maquinário num agüenta e ela estoura muito na queima a telha fica feia, num fica Liza, atrapalha o visual da telha.

Se eu tiver na duvida lá, eu carrego um caminhão e mando pro gerente fazer a analise.

Cê tira as camada por cor, é na cerâmica que ela vai sê misturada pra coloca a quantidade certa. Eu já tirei barreira que dava uns 12 metros de profundidade cada camada tinha mais de 1 metro.

Pra fazer uma analise perfeita se tinha que fazer da barreira todinha, por isso quem mexe na prática é mais fácil de dar certo.

Hoje usa muito a analise, eles colhe o material e leva no laboratório e manda fazer. 90% das barreira hoje é do município de Coromandel, da cerâmica que eu trabalho é 100% de lá. Lá em Coromandel não tem cerâmica, só tem uma que faz tijolo, o barro com menos qualidade que a telha, se o barro do tijolo tiver 50% do barro da telha já é ótimo. A telha tem um contato com a água né? O tijolo se coloca ele na parede e ele tá protegido.

PESQUISADORA – Na retirada do barro pra cerâmica que o Sr. trabalha são quantas pessoas trabalhando na mesma função que o Sr?

ENTREVISTADO- Só eu. Eu trabalho pra 3 cerâmica, mesmo grupo (Jucá, Asteca e Asteca Industria). A extração de barro é só eu que faço, se for o caso dá pra abastecer até mais, eu tiro até 150 caminhão de barro pra fora. Na verdade tem 3 cerâmicas mas só 2 tá funcionando. Uma delas tava dano muito problema, muito barulho, poeira ai o povo começo a reclamar, aí eles fecharam ela. O prefeito é filho dos dono ai eles achou melhor fechar, ta parada mas a

produção das outras compensa a dela. Ali tá funcionando só como depósito, mas as 3 funciona só que junto. As 3 gasta uma média de 30 a 32 caminhão de argila eu consigo tirar uns 150 por dia, a gente não tira o ano inteiro, quando começa a chover a gente para, mas mesmo assim o barro pode ficar estocado 2, 3 anos, se guardar a qualidade do barro fica até melhor. A mistura do barro tem que ficar no mínimo 6 meses pra depois fazer a telha (ainda mais agora que tem a certificação) se num fizer assim eles tira a certificação.

PESQUISADORA - E o salário de quem trabalha na extração do barro é melhor do que a dos que trabalham dentro da cerâmica no processo de fabricação?

ENTREVISTADO- é de uma diferença boa, da uns 150% de diferença, é que a gente ganha muita hora extra, mas se fô conta o salário seco mesmo dá umas 4 vezes mais. O trabalho braçal mesmo ganha salário mínimo mais alguma coisinha né? Quem pega a telha na estufa pra levar pro forno ganha mais, o que tira do forno também ganha mais um pouco.

PESQUISADORA - O Sr. Sabe me dizer pra onde são vendidas as telhas daqui?

ENTREVISTADO- Vão pra Goiás, Distrito federal, Pará, SP, RJ, Bahia, mas o forte é o estado de Minas e Goiás por causa do frete. Em Goiás diminuiu muito, hoje em toda cidadezinha que cê chega tem uma cerâmica pequena, é mesmo só quem quer mais qualidade que prefere busca aqui, mais nome, porque a de lá fica mais barata.

PESQUISADORA – Preciso visitar algumas cerâmicas, o Sr. Acha que é fácil conseguir isso?

ENTREVISTADO - Olha, quando a patricia foi fazer o trabalho dela (trabalho de mestrado, defendido em 2001) eles num dexaro ela entrar não, o dono tinha dexado mais depois eles recusaram, eles teve medo de denunciá uma coisa qualquer, pode ter alguma coisa errada ali dentro, mas hoje tá tudo muito mais certo, agora até um tempo atrás eles num dexava não porque tava muito irregular, hoje num tá perfeito não mas tá melhor, tem muito material de proteção, hoje eles para a gente do serviço pra fazê exame, agora a maquina que eu trabalho o barulho é dentro do permitido. Agora antes quando era a retro escavadeira eu teria que ter usado, mas a cerâmica naquela época num preocupava com isso, ainda bem que eu não tive problema depois.

CONVERSA COM O HISTORIADOR MARCOS MOREIRA DOS SANTOS (Obs: não foi gravada)

Data: 21, 22/05/09

- Segundo o historiador o que determina a vinda da cerâmica para Monte C. são basicamente 3 fatores: ensaio desenvolvimentista ligado ao agro-negócio; vinda do italiano (Nelo Bosi) para a região – Itália é referência em cerâmica; abundância de matéria prima- argila na região.
- Iernak slywitch e Luis da gráfica (memorialistas) possuem vários materiais sobre a hist. Da cidade.
- SENAI Mario Amato em São Paulo – forma mão de obra para a cerâmica (contato lá – Chavier).
- Construção de Brasília dá impulso a indústria de cerâmica.
- As 3 cerâmicas com características mais industriais são : Carmelitana, Carmelo e Artiplan.
- Das décadas de 50 a 80 acontece a divulgação da telha da região – na década de 80 é que é reconhecida como Capital da telha, pois nesse momento além de já ser bem conhecida, inaugura-se a Cerâmica Monte Carlo (era considerada a maior cerâmica da América Latina).
- Final década de 1990 pra cá a ind. Cer. Vem decaindo – principal motivo – reestruturação produtiva – mudança nas relações de trabalho e processo produtivo. – esse ano fechou uma das mais antigas cer. Da cidade (Cer. Brasil) e há rumores de que está para fechar também a Cer. Lassi (uma das mais conhecidas e antigas da região).
- houve o embargo das barreiras – período de mudança; até final dos anos 90 quem não se modernizou ,quebrou.
- 1º impacto para a mudança das ind. Foi a constituição de 88 mexe com os direitos trabalhistas.
- Perfil trabalhador está mudando: vem muita gente do norte e do sul, enquanto os trabalhadores do norte vêm para servir como mão de obra barata, os do sul vêm pesando em empreendedorismo.
- Ponto de vista dos ceramistas mudanças ocorridas de. 1980 – ótimas mudanças; já as ocorridas meados de 1997 – ruim. 1996 a 1999 acontece o ápice da crise (mudança questões ambientais, técnicas de produção, necessidade de padronização do produto, mudança processo produtivo.
- Principais atividades Econômicas em Monte Carmelo: 1ª Agrária (café), 2ª comercio e depois vem indústria de cerâmica.
- A cidade tem um caráter desenvolvimentista mesmo antes dos PNDs déc de 80. Na década de 1920 já tinha 20.000 habitantes (hoje possui próximo de 50.000) e possuía aeroporto com vôos regulares.
- Obs: Contatos importantes: Kleiber e Fernando da Associação Ceramistas, Sindicato dos trabalhadores (Huender), Paulo Vitor (Laboratório de ensaios).

ENTREVISTA: DEPOIMENTO COLHIDO EM 16/10/09**NOME:** Paulo Victor**IDADE**– 23 anos**ESTADO CIVIL:** solteiro**FORMAÇÃO:** 3º grau (Tecnólogo- Tecnologia em cerâmica vermelha); Administração.**FUNÇÃO/CARGO:** Coordenador técnico do Laboratório de Análises de Monte Carmelo (LEMC).

Pesquisadora- Você trabalhava em cerâmica antes de fazer o curso no SENAI Mário Amato em São Paulo?

Entrevistado- Sim, Trabalhei de 2002 a 2004.

Pesquisadora- Em que setor você trabalhou dentro da cerâmica?

Entrevistado- Eu era responsável pela qualidade na cerâmica Art Plan.

Pesquisadora- Então você já trabalhava com a questão da qualidade da cerâmica, foi isso que te levou a fazer o curso na área?

Entrevistado- foi, primeiro eu fiz um curso lá na associação dos ceramistas, tinha um laboratório lá antigamente, fiquei lá 6 meses, depois fiquei 2 anos trabalhando na ART Plan, depois fui pra São Paulo e fiquei lá um ano e voltei para Monte Carmelo em 2006.

Pesquisadora- A proposta para você fazer o curso surgiu através da associação?

Entrevistado- tinham 15 laboratoristas, quem se destacasse mais ia pra São Paulo fazer o curso.

Pesquisadora- Como foi a seleção para o curso? Ele foi um curso mais enxuto, foi feito em menos tempo?

Entrevistado- De 2000 inscritos passavam 36 eu fiquei em 2º lugar. O curso antigamente era o ensino médio como cerâmica 3 anos, no caso eles tiraram o ensino médio e ficou só cerâmica integral, começava 7 horas da manhã e terminava 8 horas da noite. O curso durou um ano, antes era de 3 anos, você fazia o 1º; 2º e 3º anos normal mais cerâmica – só que você entrava as 7:00 horas e saia as 6:00 horas – ainda tem desse jeito. Só que eu fiz um especial para quem já estava na área, eu já tinha noções de qualidade de cerâmica.

Pesquisadora- Então eles selecionaram apenas pessoas que já trabalhavam na área para esse curso?

Entrevistado- Foi a prova que selecionou porque muito provavelmente quem nunca tinha trabalhado em cerâmica não conseguia passar porque tinha muitas questões técnicas, tanto é que na minha sala só tinha ceramista ou técnico em cerâmica.

Pesquisadora- O curso era em nível de graduação?

Entrevistado – Sim – é de tecnólogo.

Pesquisadora- o curso tinha mais atividades práticas (laboratório) ou mais leituras e atividades em sala de aula?

Entrevistado- Tinha os dois: a parte teórica era pela manhã e a parte prática era pela tarde. Lá o SENAI tem 45 laboratórios, desde química, fotolitos até teocerigrafia fazendo porcelanato,

essas coisas, e a parte teórica ela abrange só a parte de química, de física e de engenharia de material também né?

Pesquisadora- e você gostou do curso?

Entrevistado- Nossa foi muito bom. O Curso lá foi o seguinte: quando eu voltei para Monte Carmelo com o curso na bagagem, Monte Carmelo não tinha nenhuma empresa certificada. No final de 2005 saiu a norma NBR 5310/2005 que são os requisitos de telhas cerâmicas, então com essa norma ou as cerâmicas de Monte Carmelo se adequariam ou quebrariam, então eu fiquei de 2006 a 2007 só adequando as cerâmicas a norma. Em junho de 2007 agente inaugurou o laboratório certificado pelo CCB e certificou 5 empresas com o INMETRO, no final de 2007 início de 2008 agente certificou mais 7 então ficou sendo 12 empresas certificadas e agente ficou sendo o maior pólo cerâmico certificado do Brasil.

Pesquisadora- Quando eram 12 cerâmicas certificadas, qual era o total de cerâmicas?

Entrevistado- Eram 17 associadas. Hoje agente tem 13 certificadas em Monte Carmelo e Abadia dos Dourados. Em meados de 2008 certificou a 1ª isso internacional e final de 2008 início de 2009 agente pediu a creditação pelo PSQ do laboratório e agente conseguiu a certificação, então agente atende agora pelo PSQ nacional, no meio de 2008 pedimos a certificação de mais 5 empresas que vai ser feita agora dia 03 de dezembro, vai certificar mais 5 empresas na ISO internacional, então agente vai ser o maior pólo certificado pelo INMETRO, o maior pólo cerâmico produtor de telha e o maior pólo certificado ISO do Brasil. Então nenhum pólo vai estar parecido com o nosso. Aí está acabando os certificados pra gente pegar. No ano que vem o meu projeto é pegar a 14001 que é o selo verde que de meio ambiente ou então o de responsabilidade social que é a norma 21000, eu acho que responsabilidade social está abrangendo também o meio ambiente e tá mais na moda do que a 14001, e outra coisa das 8 auditorias que o laboratório passou agente não perdeu nenhum ponto, todas foi com 100%.

Pesquisadora- Então você acha que valeu a pena fazer o curso?

Entrevistado- Valeu, mas nós temos um sistema de consultoria aqui muito interessante, temos consultoria de São Paulo e Rio de Janeiro que trabalham com a gente.

Pesquisadora- Quando vão ser feitas consultorias vem consultores de fora?

Entrevistado- Sim, tanto que hoje existe um comitê nacional de certificação pra cerâmica de piso, revestimento e telha cerâmica, são 13 cadeiras que tem nesse conselho, eu sou uma cadeira dessas, eu faço parte do comitê nacional de certificação. Então quando alguma cerâmica certifica, ela tem que passar pelo comitê, aí eu tenho que ir para São Paulo e vê se aprovo ou não essa empresa, então Monte Carmelo tem um voto de 1 para qualquer cerâmica nacional.

Pesquisadora- depois das certificações melhorou o mercado para a indústria local? Teve algum retorno?

Entrevistado- O mercado nosso já é saturado da seguinte forma: agente não consegue fazer mais e não vende mais porque não tem mais produto, as empresas estão no limite de produção, e o quê que acontece? Não é que melhorou as vendas, diminuiu os custos dentro da empresa: a gente diminuiu a perda (quebra) que era de 10/12% para 3%; diminuiu o custo de queima, antes gastava 2,5 metros cúbicos de serragem por mil telhas queimadas, hoje a gente gasta 1,8 a 2,0; óleo diesel não tem com economizar mais a nossa frota agora é

basicamente de bi trem, tinha em média 8 caminhões por cerâmica hoje tem 2 bi trens fazendo o carreto por cerâmica. Hoje das 58 áreas que se estrai 47 são certificadas ambientalmente, agente tem autorização. Outra coisa interessante é a capacitação dos profissionais que trabalham na empresa, antigamente a maioria não tinha nem alfabetização, hoje para trabalhar em determinados setores é obrigatório que a pessoa se qualifique isso aumenta salário e também melhora a capacidade profissional das pessoas na cerâmica.

Pesquisadora- Você sabe me falar algum cargo que exige especificamente uma qualificação de por ex. 1º ou 2º grau completo ou coisa parecida?

Entrevistado- Sei sim, toda cerâmica certificada, ela tem a descrição de função, na descrição de função ela tem as competências que a pessoa tem que ter de habilidade, treinamento, educação, experiência. Educação: pra pessoa trabalhar num laboratório de cerâmica ela tem que ter no mínimo o 2º grau completo; treinamento: ela tem que ter noções básicas de cerâmica vermelha; habilidades: ela tem que saber mexer bem com o pessoal, ser companheira, ter responsabilidade e ética, então agente tem isso bem designado em cada descrição de função pra cada funcionário que está trabalhando.

São 24 funções diferentes todas têm suas descrições, para organizar bem temos o organograma, o fluxograma etc.

Pesquisadora- Você sabe dizer quais cursos a Associação dos Ceramistas ofereceu para os trabalhadores?

Entrevistado- foram muitos, em 2006 teve um com o SEBRAE que era Formação e Desenvolvimento de Equipes; em 2007 teve um de capacitação do corpo gerencial- tratamento melhor das pessoas etc; em 2008 teve um de auditor interno na ISO 9001 e o de certificação ISO, todos eles ministrados pelo CCB (Centro de Cerâmica Brasileiro); e em 2009 sobre a 15310 que trata da fabricação de telhas cerâmicas.

Pesquisadora- Esses cursos são voltados para todos os trabalhadores?

Entrevistado- depende do nicho que agente quer pegar, de 2006 a 2008 foi só voltado para gerente, agora nosso foco é o profissional chão de fábrica. O Kleiber mesmo tem um curso que ele vai dar nas empresas a partir de 2010 que é de planejamento orçamentário (consiste em ensinar o pessoal a gastar bem o dinheiro, tem funcionário que ganha salário e quem tem mais coisa do que quem ganha 1000,00 reais, noções sobre cartão de crédito, sobre compras a vista e a prazo, financiamento, cesta básica, fazer pesquisa e cotação pra comprar).

ENTREVISTA: DEPOIMENTO COLHIDO EM 05/07/2009

NOME: Rafael Alves da Silva
ESTADO CIVIL: solteiro

IDADE: 17 anos
FUNÇÃO: Auxiliar geral (Ind. de tijolos)

PESQUISADORA – Rafael há quanto tempo você trabalha na cerâmica?

ENTREVISTADO - Eu trabalho lá a 9 meses é uma indústria de tijolos

PESQUISADORA- Você trabalha em que setor?

ENTREVISTADO - Eu sô auxiliar de tudo, agende faz de tudo como auxiliar de produção, eu tenho noção de tudo dentro da cerâmica de tijolo.

PESQUISADORA- Conta um pouco como é o processo de produção de tijolos?

ENTREVISTADO - Então, tem a maromba que é onde sai o tijolo, tem um maquinário, tem um carrinho transportadô de tijolo. Pra começá tem um caxote, o tratorista Põe o barro dentro do caxote, tem as correia, das correia cai dentro do misturador, aí do misturador cai dentro dessa maromba e aí sai o tijolo, aí lá na frente fica os auxiliar de produção , o tijolo já sai da maromba pronto, o cortador corta no tamanho certo né, o nosso lá é tamanho 19/19, mas tem de outros tamanhos também, do jeito que quiser, esse nosso é o tijolo normal de furo, aí se tem que pó ele na estufa, se pega ele carrinha e põe lá na estufa de plástico que vai secá, aí a hora que eles tiver bem sequinho mesmo é que vai pro nosso forno.

PESQUISADORA – Tem muita diferença entre a fabricação da telha e a do tijolo?

ENTREVISTADO - A teia é bem diferente pra secá e pra enforná – o tijolo é só colocar no sol pra seca, depois coloca no forno pra queima depois que o tijolo tá na estufa ele demora mais ou menos um dia e meio pra secá – depois se pega e coloca no forno gasta 12 horas pra queima, a telha demora mais tempo.

PESQUISADORA – O forno onde você trabalha tem a temperatura controlada por termômetro?

ENTREVISTADO - Não, o forno la de 24 horas cê olha na boqueta que é onde se joga a lenha, se tive tudo vermelhinho é porque ta quemado.

PESQUISADORA – Quantas pessoas trabalham com você na cerâmica?

ENTREVISTADO - Nois la é poquinho nois somo 7.

PESQUISADORA - E como são distribuídas as funções?

ENTREVISTADO - Um é tratorista, um é na maromba e o resto é auxiliar de produção ajuda no que precisá.

PESQUISADORA – Com essa quantidade de funcionários vocês conseguem fabricar muitos tijolos num dia?

ENTREVISTADO - Sai entorno de 15 a 20 mil tijolo.

O serviço é pesado é só um turno de 7:00 as 17:00 hora, só quemadô que fica, aí é só 2 que gasta.

PESQUISADORA- Você estuda Rafael?

ENTREVISTADO - Não parei na oitava, pretendo continuar, mas só quero tirar o 3º porque sem o 3º fica difícil arrumá serviço.

PESQUISADORA- Você gosta de trabalhar em cerâmica, gosta do que faz?

ENTREVISTADO- Eu gosto, vô te fala que eu gosto de serviço é pesado mesmo, se for pra trabaiá em escritório nun dô conta nem 2 dias.

PESQUISADORA- Nesse trabalho vocês correm risco de sofrer algum acidente de trabalho?

ENTREVISTADO- Não, assim é tudo arrumadinho né, quem vai trabalha nas máquinas tem proteção.

PESQUISADORA- Como é o ambiente lá? Tem muito barulho e/ou poeira?

ENTREVISTADO- Não, barulhento não é não, agora a telha é muito barulhento né, agora nois lá não, é bem tranqüilo mesmo. Pueira tem porque é na fazenda né? Puera do serviço até que nun tem não, a poera é da hora que o tratorista despeja o barro. No forno é que a pessoa sente mais porque a temperatura chega a uns 1000 graus, quando eu tava ajudando tinha que levá umas 2 blusa pra nun fica duente, perigoso da uma pneumonia.

PESQUISADORA- Você tem carteira assinada desde que começou a trabalhar?

ENTREVISTADO- Não, vai fazer 2 meses que eu tô com a carteira assinada, porque era um

patrão e passou pra outro, agora todos tá de carterá assinada só 2 que entro agora que não. Lá o serviço é muito pesado, então o pessoal sai muito porque não agüenta. Eu tenho 17 ano e trabalho melhor que um de 30 que eu sô como um gerente né? Que eu aprendi a fazê de tudo, igual tem gente de 30 anos que não da conta do serviço lá já passô muito funcionário (uns 30).

PESQUISADORA- Qual a diferença da empresa que você trabalha e a olaria?

ENTREVISTADO- A olaria faz o tijolinho de barro mais nun precisa de prensa não, é tudo manual. Cê faz numa forma de madeira, agora a quema é quase a mesma coisa, o jeito de fazer é diferente, o industrializado sai tudo nun padrão só, o outro não fica tão certinho.

PESQUISADORA- Você gosta de trabalhar lá?

ENTREVISTADO- Eu gosto, lá é uma beleza de trabalhá, e lá o patrão gosta de mim bastante porque eu aprendi a trabalhar no maquinário né? Faço o que tive que fazê. E ele ficô bobo porque eu aprendi sem ninguém me ensinar, só observando.

PESQUISADORA- Se fosse pra você estudar mais o que você gostaria de estudar?

ENTREVISTADO- Na área de informática – consertá computador – técnico em manutenção, fazê faculdade eu não quero não.

PESQUISADORA- Pra onde vão os tijolos fabricados onde você trabalha?

ENTREVISTADO- Mais pra Uberlândia.

PESQUISADORA- A empresa tem caminhão pra fazer o transporte?

ENTREVISTADO- Não, é tercerizado, lá nós enche por semana uns 8 caminhão – nós mesmo que carrega também. O patrão lá ele trabalhou bastante então ele acha que tem que trabalha pra morrer, ele quê pô a gente no mesmo ritmo. Se nois nun produzi uns 20.000 aí já viu. Lá nun tem tarefa mais agente tem que produzi de 20.000 a 25.000 porque se produzi menos, ganha amolação.

Cada forno cabe em média 40.000 tijolo vai uma camada de tijolo deitado e uma de tijolo em pé – pra quemá os furos também né e outra do lado de fora (São 8 furos).

Aqui emprega bastante gente, direto tá precisando de gente, as veis a pessoa nun fica porque o serviço é muito pesado, serviço de cerâmica é muito pesado, por isso que troca muito de funcionário.

PESQUISADORA- Como que é a sequência pra fabricação do tijolo?

ENTREVISTADO- Sai do trator, joga no caxote, aí um fica lá dentro que bate a enxada pra cai dentro da Correa aí cai no misturado, cai no laminado (as pedra que tive quebra tudo), aí é um negócio redondo e do laminador cai dentro da boca da maromba e sai o tijolo cumprido aí tem os cortador elétrico né? Vai só cortando e nois vai pegando e levando pra estufa e depois que seca aí coloca no forno, o nosso lá não tem ventilador aí agente espera uns 2 dias pra esfria e do forno agente carrega direto pro caminhão que vai transportá.

ENTREVISTA: DEPOIMENTO COLHIDO EM 09/07/09

NOME: KLEIBER PAULO MUNDIN CÔRTEZ

FORMAÇÃO: Graduação em Ciências Contábeis e Administração e pós-graduado em Gestão empresarial e Marketing, e Administração Pública.

CARGO/FUNÇÃO:

Diretor Executivo da Associação dos ceramistas (ACEMC), coordenador administrativo do Laboratório de Ensaios de Monte Carmelo (LEMC) e vereador.

Pesquisadora – Estou fazendo uma pesquisa sobre a indústria de cerâmica e preciso de informações/dados mais recentes sobre a situação da indústria ceramista de Monte Carmelo porque até 2000 encontrei dois trabalhos que têm bastante informação. A partir 2000 é que praticamente não consegui dados. Eu preciso de dados econômicos, por exemplo, de acordo com os jornais da região de 2000 pra cá diminuiu bastante a quantidade de cerâmicas, você pode me ajudar nessa questão?

Entrevistado - Perfeito. Eu tenho uns dados para te passar. Em relação a essa diminuição aí nós tínhamos uma capacidade de produção de mais de 54 milhões de peças/ mês, agora nós temos uma capacidade de produção de 40 milhões de peças/mês mesmo com essa diminuição que houve, Monte Carmelo continua sendo o maior pólo produtor do país, pra você ter uma idéia nós temos uma capacidade de produção de 40 milhões de peças mês enquanto o estado de São Paulo todinho tem uma capacidade de produção 60 milhões mês, todo o estado de SP; somente Monte Carmelo tem a capacidade de 40 milhões, a capacidade do parque cerâmico de Ituiutaba varia de 9 a 12 milhões. E o mais importante, em função desses problemas todos que nós tivemos em 2002, nós optamos por trabalhar mesmo sabendo que a crise ia ser pesada, nós tivemos problemas primeiro na área legislativa. Por que desses problemas? As jazidas não eram legalizadas, uma vez que, o primeiro passo para legalizar uma jazida é o licenciamento, autorização junto ao departamento nacional de produção mineral (DNPM), então todo o processo de entrada no DNPM pra legalizar, ele é indeferido antes de pronto., porque no solo do município de Coromandel onde ocorrem 90% da extração de barro em baixo da argila tem diamante, então as multinacionais requisitam, a maioria é multinacional requisitam esse subsolo, e ele fica lá parado. Esse foi o primeiro grande problema que nós tivemos em 2001-2002.

Em 2001 nós também tivemos um problema muito sério na interrupção no fornecimento da lenha, da madeira pros fornos das cerâmicas. Quando houve a venda aqui da BRADESPLAN para SETIPEL, então nesse período eu ainda não estava na associação, no entanto como era interesse de toda a sociedade a gente acompanhou de perto. Que aconteceu? A BRADESPLAN foi vendida para um grupo que não se interessou mais em fornecer madeira para as cerâmicas, aí houve uma batalha judicial e por um determinado tempo eles tiveram que fornecer. Só que uma crise bem aproveitada ela gera oportunidade. E a oportunidade que surgiu foi introduzida em nosso parque cerâmico, ao invés de queimar a madeira nobre, passou-se a queimar o cavaco, a serragem, ou seja, os subprodutos da madeira que nessa hora adquiriram importância no processo produtivo como material de queima, como combustível de queima para as indústrias, então esse foi o grande ganho que existiu.

Em 2002/ 2003 nós começamos esse trabalho da certificação, por quê? Toda legalização da situação levou praticamente um ano pra sair e ele trouxe sérios problemas, muitas conseqüências para nosso parque cerâmico, por isso que nós jogamos o foco na certificação, primeiro nós fizemos um diagnóstico das empresas, fazendo uma consultoria, onde a gente viu que o quadro era sério, porém se a gente buscasse a qualidade, a gente ainda poderia fazer alguma coisa para tentar salvar, como você viu no jornal aquela matéria que eu falo, nós éramos comparados com um cigarro aceso, isso aí, quem falou foi o pessoal do SENAI do estado de SP, comparado a nível nacional, todo mundo considerava Monte Carmelo como um cigarro queimando, estava com prazo pra vencer e acabar. Então nós começamos esse trabalho de buscar a certificação, só que pra buscar a certificação, passa por um processo caro e demorado, ao mesmo tempo nós fizemos uma visita ao SENAI de SP, pra verificar os laboratórios deles de cerâmica, que é o maior pólo de cerâmica vermelha do país. Então nós tivemos em 2003 a reinauguração do laboratório que existia aqui dentro (Associação dos ceramistas). Visitamos o SENAI de SP e a gente percebeu que o laboratório aqui não teria serventia nenhuma porque ele pertencendo a uma entidade, ele não poderia ser certificado. Aí que nós fizemos? No final do ano paramos o laboratório, encerramos as atividades dele pra apostar numa parceria com a FUCAMP pra construir um laboratório. Então em 2003 agente já

tinha feito uma visita lá com o plano do que seria esse laboratório e aí foi feito a parceira, associação com a faculdade, com o objetivo de construir aquele espaço físico. Só que, isso não seria suficiente, nós precisaríamos de alguém pra gerir o laboratório e a experiência mostrava que quando a gente trazia esses profissionais (SP) eles não ficavam por muito tempo, a gente não tinha muita referencia e não era uma coisa assim que dava garantia pra desenvolver um trabalho com início, meio e fim.

Em 2003 fomos fazer esse laboratório, o Paulo Vitor se ofereceu pra aprender o ofício de graça, tava numa crise danada, eu falei pro Paulo Vitor não tem nem condições de te ajudar e ele disse “eu quero é aprender”, aí o pessoal, achou que poderia dar essa oportunidade. Ele ficou um período aqui, uns 4-5 meses e se revelou; os técnicos deixavam tudo pra ele fazer, ele fazia tudo e estudava. (Paulo V. foi estudar na escola Mario Amato em SP/ com as despesas de estadia pagas pela associação, se formou em técnico em Cerâmica em nível de 3º grau, se tornando o 1º profissional formado na área).

Entre 2003-2005 discutimos na FIESP a elaboração das normas técnicas para a fabricação de telhas. Em 2006 as empresas foram colocadas dentro das normas técnicas. No ano de 2006, também, quando ele (Paulo Vitor) estava fazendo essas adaptações, ele notou que em algumas empresas o tratamento dos funcionários pelos gerentes deixava muito a desejar, então fizemos um trabalho com o SEBRAE, para ministrar cursos com o objetivo de qualificar os gerentes e nós realizamos 4 durante o ano, os cursos foram um sucesso. No primeiro curso nós forçamos a barra para as empresas mandarem aquele determinado numero de gerentes, mas a gente organizou o ambiente de tal maneira e o curso de tal maneira que os outros cursos a gente não teve dificuldade em conseguir o numero de alunos, ficava até excedendo. E o mais importante nas empresas começou a dar retorno, os funcionários começaram a sentir essa melhora, os próprios gerentes, que aqui a gente falava na abertura que para nós o que tinha mais importância na empresa era o ser humano e não era nenhum equipamento, nenhuma máquina. Então, os investimentos mesmo eram pra investir nas pessoas, e o funcionário que não tivesse correspondendo indicasse para a empresa para qualificá-lo, a gente ia tentar dar a mão para eles melhorarem. E essa filosofia que a gente foi trabalhando começou a dar resultado, por quê? Nós tínhamos que criar a cultura do comprometimento, o funcionário tinha que se sentir parte do processo pra desenvolver a certificação, aí nós preparamos pra 2007 a inauguração do laboratório.

No dia que nós inauguramos o laboratório Monte Carmelo certificou no mesmo dia, 6 indústrias de cerâmica, passando a ser o maior pólo certificado do país e um ano depois nós já estávamos com 14 indústrias certificadas. O maior pólo, disparado, certificado do Brasil, e o laboratório nós não paramos, por que nós já éramos qualificados pelo Centro de Cerâmica do Brasil, nossos ensaios com validade em todo o território nacional e agora em julho nós fomos acreditados pelo INMETRO, o primeiro laboratório acreditado em minas gerais pelo INMETRO e o quinto no Brasil e a partir de agora já está chegando o selo para nós, o nosso ensaio vai ter validade em todo o mundo, então o reconhecimento é internacional. Não é questão de vaidade, pra nós o importante não está nesse reconhecimento está em gerar uma oportunidade da gente pode desenvolver um trabalho para exportação, porque o nosso laboratório vai ter resultados aceitos em todo o mundo, e o laboratório trabalhou também com consultoria nas empresas no processo produtivo visando manter a qualidade, e agora depois da certificação nós já estamos trabalhando com as empresas a ISO, ou seja, já existe uma gestão competente no processo e agora nós queremos mais integração, pensando na qualidade, O nosso objetivo não era mais ser o maior pólo produtor e sim ser o melhor pólo produtor.

Pesquisadora – Pensar nessa questão da qualidade seria também uma forma de driblar um pouco a crise econômica vivida pelo setor nos últimos anos?

Entrevistado - principalmente, por que quando eu entrei pra desenvolver um trabalho aqui (ACEMC) em 2002, a preocupação grande da maioria era desenvolver um trabalho de marketing, eu não concordei primeiro nós precisamos fazer um trabalho de qualidade para depois fazer o de marketing.

Agora nós já temos o ambiente, já temos os fundamentos do marketing pra gente desenvolver esse trabalho a nível nacional. Hoje o setor caminha com dificuldades como muitos outros, um pouco do reflexo dessa crise internacional. O pessoal para de consumir, quem tem dinheiro não gasta, e o setor produtivo sente, mas agora com esse plano de aceleração da economia com esse projeto de construção de 1 milhão de casas, a gente sabe que demanda tempo, mas por outro lado, o parque está preparado para poder atender.

E agora para o segundo semestre, a gente está programando um curso de tecnologia de cerâmica vermelha. É o curso do SENAE Mario Amato de SP, é a primeira vez que vai ser dado fora do estado de SP, ele é a nível técnico (nível de 2º grau), nossa meta é trabalhar no

mínimo 4 funcionários por empresa. Já estamos com os ponteiros praticamente acertados e a gente tem o foco agora na formação e qualificação dos funcionários. Nós não temos apoio da FIEMG Por incrível que pareça nosso apoio vem da FIESP, do SENAE de SP. E hoje o SENAE de SP é um grande parceiro nosso inclusive na semana tecnológica que vai ter lá em agosto vai ter duas palestras de profissionais de Monte Carmelo em relação à qualidade e ao meio ambiente na semana tecnológica que eles oferecem para o país. Então Monte Carmelo tem sido tratado como exemplo a nível nacional, e nós, o nosso laboratório e o laboratório do SENAE de Itu em SP fomos escolhidos para um projeto em que fará a comparação da telha de cimento com a telha de cerâmica vermelha, o bloco estrutural de cimento e o bloco estrutural de cerâmica vermelha. Através de um trabalho científico, possivelmente vai envolver a escola de arquitetura da USP ou da UNICAMP.

Vamos fazer um trabalho de marketing, e alguns outros pontos que vamos trabalhar no parque como, por exemplo: fazer extração por cooperativa, por que se a gente extrair por cooperativa e o laboratório trabalhar a massa para a empresa nós vamos cada vez mais padronizar a qualidade do produto, porque antes quando se vendia uma telha que não tinha qualidade, ela não era dessa ou daquela empresa, ela era de Monte Carmelo. Agora vamos criar os fundamentos, num futuro não muito distante teremos um padrão, e esse trabalho começou em 2002. O parque cerâmico a nível nacional está cada vez mais respeitado.

Pesquisadora - Além dessa parceria feita com o SENAI/SEBRAE, a associação oferece outros cursos para os trabalhadores?

Entrevistado - Oferece também cursos técnicos das empresas que produzem os equipamentos, recentemente, nós tivemos um curso da Bomforte para o pessoal da manutenção, para os mecânicos do parque cerâmico, para trabalhar a mecânica preventiva (Mostrar como são os equipamentos, o que tem que ser feito para a durabilidade, qual a finalidade dos equipamentos, como os equipamentos podem estragar, ou seja tudo pra evitar o desgaste) foi um curso muito proveitoso a gente quer trabalhar muito nessa linha de prevenção. Além de fazer esse curso com essa finalidade vamos trazer um curso técnico de capacitação e vamos buscar também a experiência no cooperativismo no processo extrativo. Porque hoje essa união não é mais para ganhar dinheiro, é para sobreviver.

Pesquisadora – Do final da década de 90 pra cá o numero de empresas no setor de cerâmica da região vem caindo?

Entrevistado- O numero de cerâmicas caiu bastante de 2003 a 2005. Hoje nós temos ao todo 20 cerâmicas em Monte Carmelo e Abadia dos dourados destas, 4 não fazem parte da associação, 3 em Monte Carmelo e 1 em Abadia. Então Monte Carmelo tem no geral, hoje, 15 empresas e abadia tem 5.

A produção diminui de 54 milhões de peças para uma média de 40 milhões. Segundo o técnico da ANICER com o qual estive conversando esses dias acredita-se que no país a redução de cerâmica foi de 11 mil empresas para 5 mil e quinhentas. Então quer dizer, o problema não foi aqui, foi no país. Só que estão fazendo um novo levantamento, porque acham que já não está nem em 5 mil e 500 e sim em pouco mais de 3mil.

A quantidade de funcionários diminuiu, em 2002 empregava-se diretamente em média 3000 pessoas. Nós perdemos com essas 10 empresas a menos uns 1000 empregos diretos, a conta direto x indireto é feito na proporção de 1 emprego direto para 4 indiretos. Em 2006 tinham 21 empresas, no inicio desse ano fechou mais 1, só restam 20.

Pesquisadora - A passeata relatada no jornal “alerta geral” em 2002 é relativa ao embargo das barreiras?

Entrevistado – Sim, a passeata relativa ao embargo demonstra o que poderia acontecer, mas o pessoal, o Ministério Público não estava preocupado com isso.

Pesquisadora – A crise vivida pela indústria de cerâmica chegou a abalar a economia do município?

Entrevistado - Aqui é igual eu estava te falando, na época da crise da madeira, da lenha, foi uma oportunidade, porque a serragem e o cavaco passaram a serem utilizados pela indústria de cerâmica. O período de 2003-20005 (período de grande diminuição do nº de cerâmicas) também serviu pra buscar a qualidade e também a gente acionou o Ministério para poder intermediar com as multinacionais a legalização das jazidas. Hoje as jazidas de onde são extraída a argila para as cerâmicas são todas legalizadas, todas com licença ambiental, tem acompanhamento de engenheiro de minas e engenheiro agrônomo. Hoje todas as cerâmicas trabalham com os subprodutos da lenha (cavaco, serragem). Em 2007 nós fizemos um trabalho de plantio de eucalipto, junto com o SEBRAE trabalhamos com 84 pequenos produtores. Também em 2007 plantamos 2 milhões de mudas, já estamos na região com uma média de 4 milhões de mudas de eucalipto plantadas. Nosso objetivo (da associação) é sermos parceiros.

Muitos ceramistas também têm o plantio de eucalipto, só que nosso objetivo com o plantio do eucalipto não é a serragem e o carvão e sim a indústria moveleira.

Então assim. O nosso foco: a gente procura fazer um tipo de trabalho visando uma coisa, tentando agregar valor; não poderíamos pensar só nos subprodutos e mandar madeira nobre embora. Essa é uma oportunidade pra gente trazer outro tipo de indústria de transformação para Monte Carmelo.

Pesquisadora - Em relação a lenha qual é mais viável, o eucalipto ou o pinus?

Entrevistado - o eucalipto é mais viável economicamente, porque ele dá três podas.

Pesquisadora – Em relação ao processo de trabalho dentro da indústria o que mudou no da década de 80 pra Cá, ouve alguma inovação tecnológica?

Entrevistado - houve uma inovação pequena

Pesquisadora - Essa pequena inovação começa a partir de quando? De 2000 para cá foi mais forte isso, ou não?

Entrevistado - Está começando a surgir prensa automática. O sindicato pressiona pra fabricar aquelas duplas querendo as condições especiais neh? Ai as empresas preferem desenvolver, as indústrias vão preferir a prensa automática, e isso vai desempregar 4/5 pessoas que trabalham em cada prensa.

Obs: não foi possível continuar a entrevista, porque o entrevistado tinha outro compromisso. Tentamos agendar outras vezes, mas não conseguimos.

APENDICE 2 – FORMULÁRIO ENVIADO ÀS EMPRESAS

CERÂMICA A

Media Produção Mensal/Anual	1.100.000/13.200.000	Quantidade	
Rotatividade média mensal – 2009	25 %	Homens	Mulheres
Quantidade de funcionários	101	76	25
Escolaridade	Sem escolaridade	09	03
	Ensino fundamental incompleto	45	07
	Ensino fundamental completo	09	05
	Ensino médio incompleto	07	05
	Ensino médio completo	03	04
	*Pós – médio	02	0
	*Ensino superior	01	1
Idade	Funcionários até 20 anos	07	04
	Funcionários 21 a 30 anos	23	07
	Funcionários 31 a 40 anos	26	09
	Funcionários 41 a 50 anos	14	04
	Funcionários acima de 50 anos	05	01

OBS: Se tiver algum funcionário que fez pós - médio e superior, citar quais foram os cursos.

A) *Curso pós- médio

**-Eder Luiz Fernandes
(Seg/Trabalho)**

-Ciderval Matiudes(Técnico Ambiental)

B)*Curso superior

**-Stefany Vieira Pinto
(Administração)**

-Natalia Soares (cursando Letras)

CURSOS OFERECIDOS-INTERNOS (com tempo duração)

1-Ordem De Serviço (01 hora)

2-Treinamento de CIPA (20 horas anuais): curso para representantes da CIPA (comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

3- Treinamento de segurança do trabalho (riscos ocupacionais, atos inseguros, normas de segurança, deveres, exames médicos, uso e conservação de EPI`s (equipamento de proteção individual), movimentação e transporte manual de cargas, princípio e proteção contra incêndios, procedimentos em caso de acidentes do trabalho). (05 horas de duração)

3-Modo Operação / métodos operacionais (01 hora).

CERÂMICA B

Media Produção Mensal/Anual	1.000.000	Quantidade	
Rotatividade média mensal – 2009	3%	Homens	Mulheres
Quantidade de funcionários	116	79	37
Escolaridade	Sem escolaridade	3	1
	Ensino fundamental incompleto	42	9
	Ensino fundamental completo	17	11
	Ensino médio incompleto	10	10
	Ensino médio completo	6	5
	*Pós – médio	--	---
	*Ensino superior	1	1
Idade	Funcionários até 20 anos	1	1
	Funcionários 21 a 30 anos	3	---
	Funcionários 31 a 40 anos	25	15
	Funcionários 41 a 50 anos	14	5
	Funcionários acima de 50 anos	10	2

OBS: Se tiver algum funcionário que fez pós - médio e superior, citar quais foram os cursos.

A) *Curso pós- médio

-
-
-
-

B)*Curso superior

- Administração
- Ciências Biológicas
-
-

CURSOS OFERECIDOS-INTERNOS (com tempo duração)

1-
2-
3-
4-
5-
6-

CERÂMICA C

Media Produção Mensal/Anual	1,000,000,00	Quantidade	
Rotatividade média mensal – 2009	7,92	Homens	Mulheres
Quantidade de funcionários	131	92	39
Escolaridade	Sem escolaridade	0	0
	Ensino fundamental incompleto	60	27
	Ensino fundamental completo	19	8
	Ensino médio incompleto	6	2
	Ensino médio completo	7	2
	*Pós – médio	0	0
	*Ensino superior	0	0
Idade	Funcionários até 20 anos	5	5
	Funcionários 21 a 30 anos	30	20
	Funcionários 31 a 40 anos	28	20
	Funcionários 41 a 50 anos	13	5
	Funcionários acima de 50 anos	5	0

OBS: Se tiver algum funcionário que fez pós - médio e superior, citar quais foram os cursos.

A) *Curso pós- médio

B)*Curso superior

-
-
-
-

-
-
-
-

CURSOS OFERECIDOS-INTERNOS (com tempo duração)

1-
2-
3-
4-
5-
6-

CERÂMICA D			
Media Produção Mensal/Anual	1,000,000,00	Quantidade	
Rotatividade média mensal – 2009	4,83	Homens	Mulheres
Quantidade de funcionários	115	74	41
Escolaridade	Sem escolaridade	0	0
	Ensino fundamental incompleto	40	29
	Ensino fundamental completo	18	8
	Ensino médio incompleto	9	1
	Ensino médio completo	7	3
	*Pós – médio	0	0
	*Ensino superior	0	0
Idade	Funcionários até 20 anos	7	10
	Funcionários 21 a 30 anos	26	20
	Funcionários 31 a 40 anos	17	16
	Funcionários 41 a 50 anos	4	4
	Funcionários acima de 50 anos	7	4

OBS: Se tiver algum funcionário que fez pós - médio e superior, citar quais foram os cursos.

A) *Curso pós- médio

B)*Curso superior

-
-
-
-

-
-
-
-

CURSOS OFERECIDOS-INTERNOS (com tempo duração)

1-
2-
3-
4-
5-
6-

CERÂMICA E

Media Produção Mensal/Anual	1,000,000,00	Quantidade	
Rotatividade média mensal – 2009	7,92	Homens	Mulheres
Quantidade de funcionários	131	92	39
Escolaridade	Sem escolaridade	0	0
	Ensino fundamental incompleto	60	27
	Ensino fundamental completo	19	8
	Ensino médio incompleto	6	2
	Ensino médio completo	7	2
	*Pós – médio	0	0
	*Ensino superior	0	0
Idade	Funcionários até 20 anos	5	5
	Funcionários 21 a 30 anos	30	20
	Funcionários 31 a 40 anos	28	20
	Funcionários 41 a 50 anos	13	5
	Funcionários acima de 50 anos	5	0

OBS: Se tiver algum funcionário que fez pós - médio e superior, citar quais foram os cursos.

A) *Curso pós- médio

B)*Curso superior

-
-
-
-

-
-
-
-

CURSOS OFERECIDOS-INTERNOS (com tempo duração)

1-
2-
3-
4-
5-
6-

CERÂMICA F

Media Produção Mensal/Anual	1,000,000,00	Quantidade	
Rotatividade média mensal – 2009	4,83	Homens	Mulheres
Quantidade de funcionários	115	74	41
Escolaridade	Sem escolaridade	0	0
	Ensino fundamental incompleto	40	29
	Ensino fundamental completo	18	8
	Ensino médio incompleto	9	1
	Ensino médio completo	7	3
	*Pós – médio	0	0
	*Ensino superior	0	0
Idade	Funcionários até 20 anos	7	10
	Funcionários 21 a 30 anos	26	20
	Funcionários 31 a 40 anos	17	16
	Funcionários 41 a 50 anos	4	4
	Funcionários acima de 50 anos	7	4

OBS: Se tiver algum funcionário que fez pós - médio e superior, citar quais foram os cursos.

A) *Curso pós- médio

B)*Curso superior

-
-
-
-

-
-
-
-

CURSOS OFERECIDOS-INTERNOS (com tempo duração)

1-
2-
3-
4-
5-
6-

ANEXOS

ANEXO 1 - ATA DA CAMARA MUNICIPAL

da reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, em especial dos Senhores Vereadores e marcou a reunião em 14 de Setembro de 1999.

[Assinaturas]
 Edson Monte Mungin
 Adilson José de Oliveira
 Maria Theresia Rodrigues
 Edson Monte Mungin
 Edson Monte Mungin
 Almo Lima
 Almo Lima
 Wilson Donato Rodas
 Jacobina

Ata da 2ª Reunião ordinária da Câmara Municipal de Monte Carmelo-MG - 3ª Sessão Legislativa

nos vinte e um dias do mês de Setembro de um mil novecentos e noventa e nove, as dezesseis horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, reuniram-se os Senhores Vereadores, sob a Presidência do Vereador Carlos Roberto da Silva, após leitura do livro bíblico e oração do Hino Nacional Brasileiro foi feita a chamada dos Senhores Vereadores. Mantendo número virado no Regimento Interno da Câmara, o Senhor Presi-

dente declarou aberta a reunião anterior, que após lida e
 discutida, foi aprovada. Na sequência, foi feita a leitura
 das correspondências recebidas pela Câmara, passando-se
 então às matérias da pauta. Indicação nº 115/99, do
 Vereador Jurelandes Rosado Linha, aprovada. nº 116/99
 do Vereador Edison Mendes Mundim, aprovada. nº 117/99,
 do Vereador Valdeci José de Oliveira, também aprovada.
 Requerimento nº 062/99, do Vereador Valdeci José de Oliveira,
 ao Prefeito Municipal, aprovado. Moção de Aplauso nº
 106/99, do Vereador Gilmar Vieira Flores, a Escola Estadual
 Eugênio Bombo, aprovada. Moção de Reser nº 107/99, da
 Câmara Municipal, em razão do falecimento de Négozo
 Avelino da Costa e Milton Antonio da Costa, aprovada. Em
 sequência o sr. Presidente tomou a usar a tribuna da
 Câmara, o sr. Cláudio Francisco Filho, Secretário Muni-
 cipal da Fazenda e Administração, que falou a respeito de
 denúncias feitas pelo advogado Cláudio de Oliveira Lima,
 na Câmara Municipal. Abateu as acusações, dizendo que
 o Prefeito Municipal não queria que vissem, mas estavam
 muito satisfeitos com a denúncia e vieram se defender.
 Sobre a licitação da obra, em que saiu vencedora a im-
 presa ETS, disse que a modalidade de licitação foi a
 tomada de preços, e que várias empresas participaram,
 que o contrato foi para toda a obra. Que quanto às
 obras d'água, os engenheiros são habilitados e que toda
 a documentação está a disposição na Prefeitura Municipal.
 Em seguida falou o Procurador Geral do Município, o ad-
 vogado Edúlio Rodrigues Pereira, dizendo que a indenização ao
 sr. João, ocorrida na obra contratada, o município
 pediu a sua exclusão da dívida no processo, e que houve
 também um acordo e a carta foi paga ao mesmo, e que

da empresa, ainda em pendência. Afirma ainda

Que o Município atue com as seguintes premissas, e que

O Município está disposto a agir na esfera cabível, no sentido de evitar a estigmatização das denúncias feitas pelo adregado, "nos quatro cantos da cidade", como prometido pelo mesmo, por que são denúncias sem fundamentos. O Vereador Admar Afonso do Prado pergunta o valor da indenização o valor total da obra, o que já foi pago e a quantidade de obra que já foi executada. Sabendo que o valor pago pela indenização foi um valor justo e acertado entre as partes, não se lembra bem o valor, acha que é em torno de R\$ 30.000,00 e benefícios junto ao INSS. O valor da obra é de R\$ 1.448.000,00 e já foi pago R\$ 1.030.000,00 pagos por máquina. O restante foi emprestado e vão aguardar a entrada de verbas. Que já foram concluídas cerca de 70% da obra contratada. Que a contrapartida do Município é em torno de 30% do valor total, e que o Município não deve um centavo destas obras. Com seguinte fala o Presidente da Associação dos Gramados, Sr. Edson Cardoso Nunes, sobre a intimação feita pelo juiz do Trabalho da Junta de Conciliação, Julgamento da Cidade de Petrópolis, feita para a ACMEC, Sindicato dos Trabalhadores, e Sr. Mayra, e ao Prefeito Dr. Saulo Salinas Cardoso, para tratar sobre as ações trabalhistas da Cidade de Monte Carmelo e outros assuntos. Que o Prefeito, Dr. Saulo, na oportunidade fez uma explanação a respeito do trabalho do município na área social e de promoção humana, apresentando vários índices positivos, inclusive o da queda da mortalidade infantil. Que a reunião foi de maneira amável e democrática. Explicou que a justiça do Trabalho, no Brasil é muito complexa e que os encargos trabalhistas extremamente altos, em torno de 100%, e que devido a estes encargos e a carga tributária os empregados as vezes precisam

tirar mão de alguns direitos para preservar os empregos,
 mas que isto não é feito só em Monte Carmelo, é em
 todo o Brasil. Disse que o governo federal é quem quer
 a Previdência Social, pois é o maior devedor dela, e não
 são as Brâncas as culpadas. afirmou que são as
 Brâncas que sustentam Monte Carmelo, empregando
 4.000 pessoas, e que se as Brâncas fecharem, as pessoas
 não terão onde trabalhar. Que em Monte Carmelo, a socia-
 lização é muito boa, que os proprietários de Brâncas
 não tomam brecha junto com seus empregados. O Vereador
 João Batista Chaves Filho, disse que a Cade da cidade aumenta
 o número de denúncias de pessoas que assinam contratos
 em branco para trabalhar, que é alto o número de
 pessoas mutiladas e que o atendimento no serviço de
 Saúde Pública não é a maravilha que apregoam, que é
 difícil marcar um exame, que pode demorar até 6 me-
 ses e que as policlínicas fecham na hora do almoço.
 afirmou que não entende porque o Sr. Edson afirmou
 que 80% dos produtores de Café não moram em Monte Car-
 melo. Continuando, o Sr. Edson Cardoso afirmou que não
 é líder do Prefeito para falar a respeito das dificuldades
 do Sistema de Saúde, mas que sabe a Câmara averiguar
 estas denúncias junto ao Prefeito ou a Secretaria de Saú-
 de. falou que o número de ações trabalhistas contra as
 Brâncas é até muito pequeno, apenas 10% do número
 de empregos que existem. Disse que a J. O. F. de Patrocí-
 nio está com um projeto de instalação em Monte Carmelo
 de um núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista, que
 irá facilitar bastante e diminuir o número de ações tra-
 balhistas. O Vereador Wilson Formigas Rodrigues disse que
 o Conselho do Trabalho, da cidade de Patrocínio, cidade que

a indústria de flocos minerais em nossa cidade.
 Disse que o Serviço de Saúde do Bairro Santa Rita, hoje
 serve de modelo e está retirando fichas para consultas.
 afirmou que não estava defendendo o Prefeito, mas que
 vive atrás da verdade, pois esta as vezes é descoberta
 por denúncias falsas, de caráter político. O Vereador Gilmar
 Vieira Reis disse que o fazendeiro de Catanduva está
 preocupado com os problemas de Monte Carmelo com razão,
 pois a maioria das pessoas aqui trabalham sem cartões
 assinados e quando assinam, é com salário menor do
 que o real. Que estes problemas durariam ser discutidos
 aqui em Monte Carmelo, com os trabalhadores. afirmou que
 um trabalhador de Gramma se confidenciou que não
 foi trabalhar porque a Gramma estava fechada, porque a
 fiscalização estava na cidade, e que acha isto um absurdo.
 Na sequência, usou a tribuna o Sr. Manoel Sérgio de
 Jesus, presidente da Associação dos Agricultores de Monte Car-
 melo - AMOCA, que têm 130 associados ou 90% dos produ-
 tores. Que 80% dos produtores não são de Monte Carmelo, mas
 aqui produzem e moram. Que hoje a agricultura tem registro
 de 80% dos seus trabalhadores, mas que, como em todos os
 segmentos, há os bons e maus produtores, mas que prefere
 falar dos bons. Que para a AMOCA, registrar o funcionário
 não representa nenhum favor, é uma questão de segurança
 para a mesma, que tem convênio com a UNIMED e tem
 um engenheiro do trabalho que observa as condições do
 trabalho. Que foi fundada a COACER, que tiveram
 todo o apoio do Prefeito Dr. Saulo, que hoje exportam o
 produto para vários países e graças a isto, Monte Carmelo
 entrou no mapa das exportações de qualidade. Disse
 que já percorreu todo o país, e que chegou à conclusão
 que as coisas aqui estão muito melhores do que na
 maioria dos lugares que conhece. falou que nesta

época de crise em todo o país, o que precisa é a união de todos da população, unir um pouco os partidos políticos e dar as mãos. O Vereador Carlos Roberto da Silva, antigo Carlos Alberto Pereira disse que no Brasil a cafeicultura sustenta 12 milhões de pessoas, que em Monte Carmelo as coisas estão bem melhores que na maioria das cidades do Brasil. O Vereador José Landel Visendi Cunha parabenizou ao sr. Francisco Sérgio de Jesus pelo seu trabalho à frente da AMOCA, que a cafeicultura em Monte Carmelo, deve-se em muito a ele. O Vereador Wilson Fernandes Rodrigues também parabenizou-o e concordou que precisa mesmo haver mais união entre as pessoas. Em seguida falou o advogado Cláudio de Oliveira Lima, dizendo que não é a Câmara, não como advogado, e sim como cidadão comum, pois como advogado, trata dos seus assuntos no Tribunal, e não veio fazer da Câmara, palanque político, falou como cidadão e fez as denúncias a respeito da licitação, porque entende que houveram irregularidades, e que compete aos denunciados provar a verdade e aos Vereadores, assegurar a licitude da mesma. Afirmar que têm documentos provando que a empresa vencedora da licitação não possui nenhum patrimônio em seu nome para honrar seus compromissos caso necessário e coloca em dúvida também as licitações para o serviço de limpeza em Monte Carmelo, que também não possuem patrimônio. Afirmou que na f. e. f. de Botucatu, 60% das ações são de Monte Carmelo e que este número chegou a este patamar nos últimos cinco anos. Falou que o Sindicato só recebe contribuição sindical sobre o número de mil empregados e o próprio presidente dos berrantes afirmou que são quatro mil os empregados das cerâmicas, então três mil estão irregulares. Disse que, se acharem que o culpado de tudo é o governo, porque

não trocam o governo, e que se não é para respeitar as leis, é melhor rasgar a Constituição e não precisa mais de leis, e voltar aos tempos do "olho por olho, dente por dente". O Vereador Honorato Gonçalves Sobrinho disse que quando alguém usar a tribuna, é preciso que dê a oportunidade para que cada vereador manifeste sua opinião. Que quando alguém faz uma denúncia, tem que dizer "é ou não é", não dizer eu acho. Que há muita política e promessas que são feitas em cima dos problemas do trabalho. O Vereador Gilmar Vieira Flores perguntou se o advogado Cláudio tinha como prova que a empresa envolvida na licitação não tinha patrimônio em seu nome e este respondeu que sim. O Vereador Edson Montes Muradim reafirmou que as deficiências da Lei Trabalhista protege muito os empregados e deveriam elaborar um pouco mais para os empregadores, estando alguns exemplos. Na sequência foram apresentados os projetos de lei nº 2.165/99, do Executivo, que dispõe sobre a ampliação do número de vagas previstas na Lei 149/99, de 31/05/99 e das outras providências. Projeto de Lei nº 2.164/99, de autoria da Mesa Diretora que trata da Recita e fica a despesa da Câmara Municipal para o Exercício de 2000, encaminhado às Comissões. Projeto de Lei nº 2.158/99, do Executivo, que faz desapropriação do terreno do Município, e das outras providências. Antes da discussão do mesmo, usou a tribuna o Sr. - Prefeito Guilherme Marcos Ghelli, que falou a respeito do projeto, e declarou ao Vereador Gilmar Vieira Flores, que o terreno é do município e não da COHAB, como questionou o Vereador. Colocado em discussão o projeto foi aprovado por unanimidade em 1ª, 2ª e 3ª discussão. Projeto de Lei nº 2.162/99, do Vereador Gilmar Vieira Flores que cria o Programa "Resgatando a Cultura Popular".

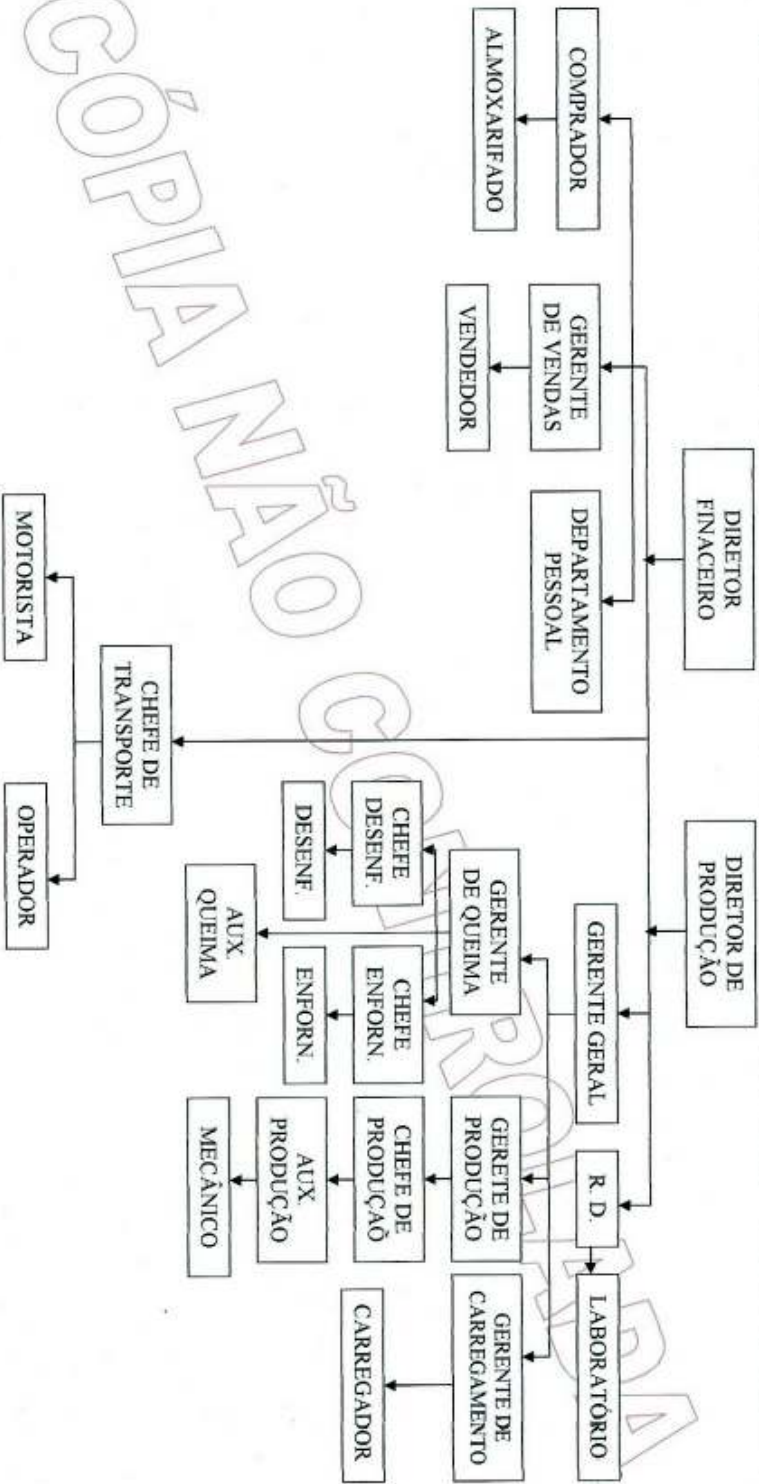
Encaminhado às comissões. Projeto de Lei nº 2.155/99 do

Vereador Wilson Daniel Rodrigues que disciplina o plantão de arboris no Município de Monte Carmelo, também encaminhado às Comissões. Projeto de Lei nº 2.159/99, do Vereador João Batista Chaves Filho, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.223, de 17 de junho de 1997, enviado às Comissões. Projeto de Lei nº 2.161/99, da Vereadora Maria Madia Cardoso Braga que concede o nome de Almas Branca Alves a um Ilagiadouro Público de Monte Carmelo, aprovado por unanimidade, em 1ª, 2ª, 3ª discussões. Resolução 006/99, de autoria do Vereador João Batista Chaves Filho, que acrescenta alínea "a" ao Artigo 124 do Regimento Interno da Câmara, enviado às Comissões. Resolução 005/99, do Vereador João Batista Chaves Filho, que institui o Projeto Vereador por um dia na Câmara de Monte Carmelo, também enviado às Comissões. Projeto de Lei nº 2.154/99, da Mesa Diretora, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Públicos da Câmara Municipal, enviado às Comissões. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Ouvi, desfilamos Elmirio de Carvalho, Secretário Geral, lavrei esta ata em 21 de Setembro de 1999. Em tempo, o Vereador João Batista Chaves Filho, justificou a ausência por motivo de doença de sua esposa.

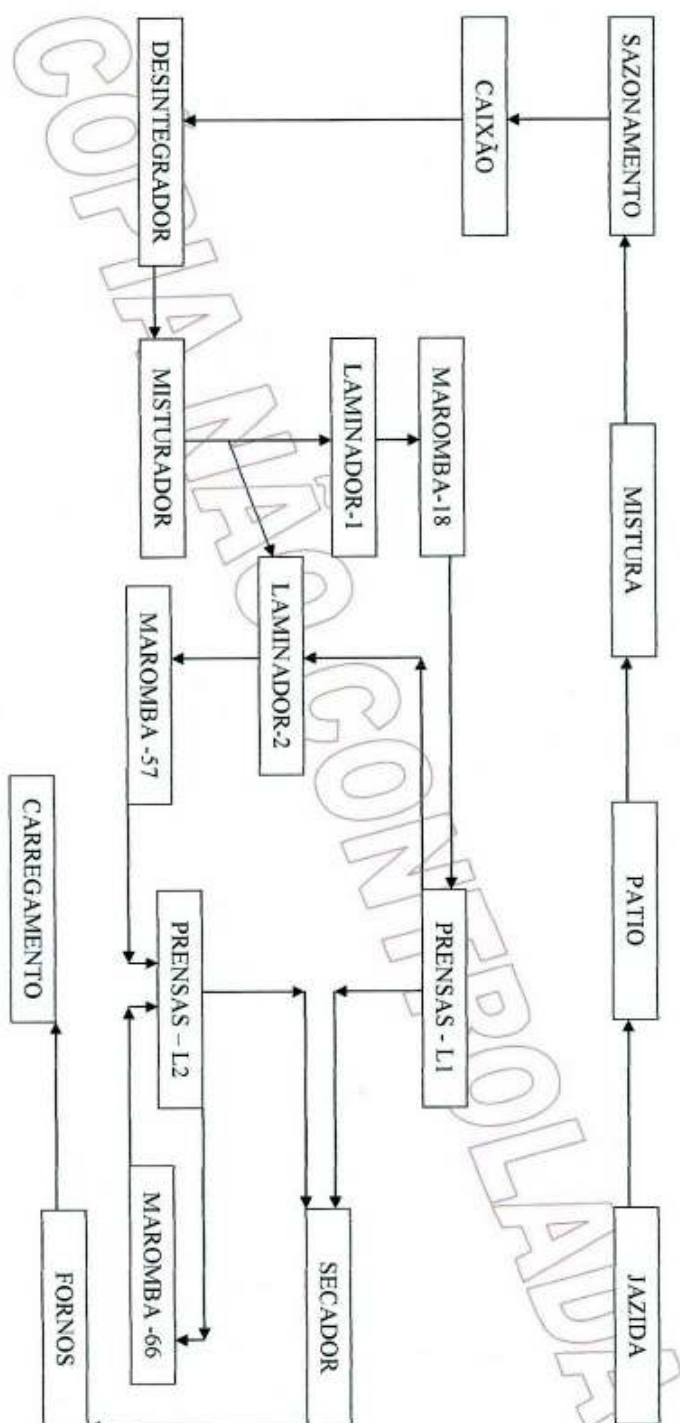
Wilson Daniel Rodrigues
 Edmar Afonso do Vale
 Edmar Afonso do Vale
 Edmar Afonso do Vale
 Edmar Afonso do Vale
 Edmar Afonso do Vale

ANEXO 2 – ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO

ORGANOGRAMA		MSQ	
		ANEXO - II	
		Revisão	Pág.
		00	01/01



Elaborado por: Representante da Direção	Ass.:	Data:
Revisado por: Representante da Direção	Ass.:	Data:
Aprovado por: Direção	Ass.:	Data:



Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

ANEXO 3 – GESTÃO DE RECURSOS

	GESTÃO DE RECURSOS	MSQ	
		Revisão – 00	
		Pág.	Capítulo
		01/02	06

6.1 PROVISÕES DE RECURSOS

Recursos são providos e efetivamente aplicados nas atividades de:

- Treinamentos (*inclusive de auditores internos*);
- Manutenção do funcionamento / operação da empresa e seu SGQ;
- Implementação de ações corretivas e / ou preventivas;
- Implementação de ações para alcance dos objetivos da qualidade;
- Implementação de planos de melhorias para produtos, processos e aumento da eficácia do SGQ.

Dentre os recursos providos, são aplicados recursos para manutenção da infra-estrutura e ambiente de trabalho (*edifícios, espaço de trabalho, instalações, equipamentos e serviços de apoio à operação*), ambos necessários ao alcance da conformidade com os requisitos do produto e aumento da satisfação do cliente.

Para conhecimento completo da sistemática de realização das análises críticas do SGQ, ver PQ - 03 Análise Crítica da Qualidade

6.2 – RECURSOS HUMANOS

A *CERAMICA CRUZADO Ltda.*, estabeleceu um procedimento documentado PQ – 04 Treinamento que contém a sistemática para definição, revisão, inclusão e exclusão de funções e seus requisitos de qualificação necessários para exercício das atividades de trabalho.

As qualificações são definidas com base em requisitos de **educação, treinamento, habilidade e experiência**, necessários para o exercício de cada função, sendo realizadas através da **comparação** destes requisitos com as capacitações dos colaboradores, em dois momentos:

- **Contratação:** Neste momento o histórico do candidato à vaga é comparado com os requisitos da função pretendida, se o candidato é aprovado e é detectada alguma necessidade de treinamento técnico, a mesma deve ser agendada e implementada.
- **Mudança de função:** Neste caso, o histórico do colaborador alocado na função é comparado com a qualificação requerida. E as necessidades de treinamentos técnicos complementares que forem detectados devem ser priorizadas.

Elaborado por: Representante da Direção	Ass.:	Data:
Revisado por: Representante da Direção	Ass.:	Data:
Aprovado por: Direção	Ass.:	Data:

	<i>GESTÃO DE RECURSOS</i>	MSQ	
		Revisão – 00	
		Pág.	Capítulo
		02/02	06

Os treinamentos escolhidos (priorizados) são incluídos em um cronograma anual de treinamentos a serem realizados, este cronograma deve ser implementado anualmente (período de 12 meses).

Em qualquer caso, as ações tomadas, e treinamentos ministrados tem sua eficácia avaliada. E quando é constatada a não efetividade da ação ou treinamento, devem ser definidas e tomadas disposições e se necessário, ações corretivas para a eliminação das falhas encontradas.

Todas as ações previstas e implementadas através da aplicação do PQ – 04 Treinamento, são registradas em formulários próprios para formação de histórico e evidências.

CÓPIA CONTROLADA-01

ANEXO 4 – DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

DIRETOR PRESIDENTE

1) OBJETIVO

Descrever as atribuições à função do Diretor Presidente

2) DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO:

- Responsável pelo gerenciamento geral da empresa
- Inspecionar e dar suporte aos colaboradores
- Supervisiona os processos da empresa
- Aprovar documentos da qualidade

3) RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Verificação de produtos no recebimento
- Definir a Política da Qualidade da Nossa Empresa e seus objetivos
- Definir a Responsabilidade, Autoridade e Organograma da Qualidade
- Destinar Recursos Físicos e Humanos para o Sistema da Qualidade
- Nomear o Representante da Direção
- Efetuar Análises críticas do Sistema da Qualidade
- Promover a melhora contínua do Sistema da Qualidade
- Analisar criticamente e aprovar documentos da qualidade
- Suporte financeiro para a implantação e manutenção do SGQ

4) AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- ☐ Recomenda Ação Corretiva : Sim
- ☐ Implementa Ação Corretiva : Sim
- ☐ Aprova Ação Corretiva: Sim
- ☐ Abre Não Conformidade: Sim
- ☐ Reprova lote: Sim

5) COMO REPORTA

- Não Aplicável

6) PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: Não requerido
- Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

REPRESENTANTE DA DIREÇÃO**1) OBJETIVO**

Descrever as atribuições à função do Representante da Direção

2) DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Responsável pelo laboratório
- Inspeccionar e dar suporte aos colaboradores
- Elaboração dos documentos do SGQ
- Responsável pela implantação do Sistema de Gestão da Qualidade

3) RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida
- Elaborar, analisar criticamente e aprovar documentos da qualidade
- Instrui os colaboradores dos setores produtivos
- Relatar a Diretoria o andamento do processo do SGQ
- Controlar a distribuição de cópias controladas dos documentos da qualidade
- Implementar, manter e atualizar os documentos do Sistema de Gestão da Qualidade

4) AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- ☐ Recomenda Ação Corretiva : Sim
- ☐ Implementa Ação Corretiva : Sim
- ☐ Aprova Ação Corretiva: Sim
- ☐ Abre Não Conformidade: Sim
- ☐ Reprova lote: Não

5) COMO REPORTA

- Reporta-se a Diretoria

6) PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: Nível Médio
- Experiência: Não Requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

GERENTE GERAL**1) OBJETIVO**

Descrever as atribuições à função do Gerente Geral

2) DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Responsável pelo gerenciamento do processo, produtivo.
- Inspecionar e dar suporte aos colaboradores.
- Supervisiona os processos de mistura, conformação da peça, secagem, enfora, queima, expedição.

3) RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida;
- Elaborar, analisar criticamente e aprovar documentos da qualidade;
- Instrui os colaboradores dos setores produtivos;
- Verificação de produtos no recebimento;
- Relatar a Diretoria o andamento do processo do SGQ;

4) AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- ☐ Recomenda Ação Corretiva : Sim
- ☐ Implementa Ação Corretiva : Sim
- ☐ Aprova Ação Corretiva: Sim
- ☐ Abre Não Conformidade: Sim
- ☐ Reprova lote: Sim

5) COMO REPORTA

- Reporta-se a Diretoria.

6) PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: Nível Médio
- Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

LABORATORISTA

1) OBJETIVO

Descrever as atribuições à função do Laboratorista.

2) DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Responsável pelo gerenciamento do laboratório;
- Controla e avalia resultados de ensaios internos e externos;
- Realiza ensaios de controle do produto nos setores de mistura, conformação da peça, secagem, enforna, queima, expedição e produto final.

3) RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida;
- Realizar ensaios de controle segundo métodos de ensaios ;
- Avaliar os resultados dos ensaios;
- Informar o resultado dos ensaios ao encarregado geral;
- Manter os equipamentos do laboratório em ordem;
- Organizar e arquivar todos os documentos da qualidade;
- Relatar ao Representante da Direção (Gerente Industrial) qualquer anomalia ocorrida no exercício de sua atividade.

4) AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- ☐ Recomenda Ação Corretiva : Sim
- ☐ Implementa Ação Corretiva : Sim
- ☐ Aprova Ação Corretiva: Sim
- ☐ Abre Não Conformidade: Sim

5) COMO REPORTA

- Reporta-se ao Encarregado Geral

6) PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: Nível fundamental
- Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

GERENTE DE PRODUÇÃO

1) OBJETIVO

Descrever as atribuições à função de Gerente de Produção.

2) DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Responsável pelo gerenciamento do processo, produtivo;
- Inspeccionar e dar suporte aos colaboradores;
- Supervisiona os processos de mistura, conformação da peça, secagem, enforma, queima, expedição e laboratório de controle.

3) RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida;
- Elaborar, analisar e realizar análise crítica dos documentos da qualidade;
- Instrui os colaboradores dos setores produtivos;
- Verificação de produtos no recebimento;
- Relatar a Direção qualquer anomalia ocorrida no exercício de sua atividade;

4) AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- ☐ Recomenda Ação Corretiva : Sim
- ☐ Implementa Ação Corretiva : Sim
- ☐ Aprova Ação Corretiva: Sim
- ☐ Abre Não Conformidade: Sim
- ☐ Reprova lote: Sim

5) COMO REPORTA

- Reporta-se a Direção.

6) PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: Nível fundamental
- Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

CHEFE DE PRODUÇÃO

1. OBJETIVO

Descrever as atribuições Da função de Responsável da Seção de Prensa.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Esta pessoa é o Responsável pelo controle, orientação e inspeção do trabalho dos colaboradores nos maquinários de beneficiamento, prensagem e arrumação nas vagonetas de telhas cerâmicas.

3. RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Cuidar da conservação das prensas e dos maquinários dessa seção.
- Orientar os Colaboradores para a boa disposição das telhas nos pisos das vagonetas. Comunicar qualquer possível irregularidade dos equipamentos ao mecânico de manutenção. Controlar e auxiliar o operador de maromba em suas funções.
- Auxiliar o mecânico de manutenção na troca diária do carimbo de rastreabilidade nos moldes das telhas.
- Ajustar os moldes de telhas em eventuais irregularidade.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE:

- Recomenda Ação Corretiva : Sim
- Implementa Ação Corretiva : Sim
- Aprova Ação Corretiva : Não
- Abre Não Conformidade : Não
- Autoridade para aprovar ou reprovar lotes : Não

5. COMO REPORTA:

- Reporta-se ao Gerente de Produção.

6. PERFIL DESEJADO:

- Escolaridade: 1º Grau Incompleto
- Experiência: Não Requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Diretor</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

GERENTE DE QUEIMA

1. OBJETIVO

Descrever as atribuições da função do Gerente de Queima.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Esta pessoa é o Responsável pela orientação e inspeção do trabalho dos Colaboradores que trabalham na queima dos fornos de telhas.

3. RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Avaliar o material enornado e dar início ao processo de queima dos fornos.
- Avaliar, Controlar e Orientar os queimadores para a boa condução do processo de queima das telhas cerâmicas nos fornos.
- Avaliar e Indicar o horário de termino para a queima.
- Orientar os queimadores na operação, que fornece calor aos secadores.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- Recomenda Ação Corretiva : Sim
- Implementa Ação Corretiva : Sim
- Aprova Ação Corretiva: Não
- Abre Não Conformidade : Não
- Autoridade para aprovar ou reprovar lotes: Não

5. COMO REPORTA

- Reporta-se ao Gerente de Produção.

6. PERFIL DESEJADO:

- Escolaridade: 1º Grau completo
- Experiência: Não Requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Diretor</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

GERENTE DE CARREGAMENTO

1. OBJETIVO

Descrever as atribuições da função de Gerente de Carregamento.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Esta pessoa é o Responsável pelo Controle da Expedição de telhas cerâmicas.

3. RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Orientar os Colaboradores do carregamento quanto ao cuidado na disposição da carga de telhas nos caminhões para que elas fiquem em perfeitas condições de uso.
- Inspeccionar e orientar os Colaboradores a retirar da carga possíveis peças com defeito de fabricação, como trincas e lascados acidentais, providenciar a contagem das peças nas cargas dos caminhões de acordo com a ordem de carregamento emitida pelo departamento de vendas e anotar o(s) código(s) do(s) Lote(s) carregado(s), informando tais lotes para os Atendente de Vendas, para emissão da Nota Fiscal de Venda.
- Cuidar para a boa arrumação e ordem no pátio da empresa.
- Auxiliar o Responsável pelos Ensaios Laboratoriais na manutenção e marcação dos lotes de produtos acabados.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- Recomenda Ação Corretiva : Sim
- Implementa Ação Corretiva : Sim
- Aprova Ação Corretiva : Não
- Abre Não Conformidade : Não
- Autoridade para aprovar ou reprovar lotes : Não

5. COMO REPORTA

- Reporta-se ao Gerente Industrial.

6. PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: 1º Grau completo
- Experiência: Não Requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Diretor</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

CHEFE DE ENFORNA

OBJETIVO

Descrever as atribuições à função chefe de enforna

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

Marcar as telhas nas mãos corretas.
 Não deixar telhas quebrada e amassada
 Marcar corretamente para tirar o material seco
 Inspeccionar e dar suporte aos colaboradores

RESPOSABILIDADES NA QUALIDADE

Não enfornar as telhas estando molhada
 Não enfornar as telhas longe uma da outra
 Não enforna telhas deitada
 Coordenar os funcionário nos serviços corretos
 Preencher corretamente os FQs, pertinentes à atividade desenvolvida
 Relatar ao encarregado do setor qualquer anomalia ocorrida no exercício de sua atividade

AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

Recomenda Ação Corretiva : Sim
 Implementa Ação Corretiva : Sim
 Aprova Ação Corretiva: Não
 Abre Não Conformidade: Não

COMO REPORTA

Reporta-se ao encarregado do setor.

PERFIL DESEJADO

Escolaridade: Ensino médio
 Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Diretor</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

ALMOXARIFADO**OBJETIVO**

Descrever as atribuições à função Almojarifado

DESCRIÇÃO DE FUNÇÃO

Controla o Óleo Diesel e faz o pedido

Controla pneus (Km rodado)

Controla Lubrificante (Km rodado)

Inspeciona cavaco

Inspeciona carvão

Inspeciona a lenha

Faz pagamento aos funcionários

E faz controle peças

REPOSABILIDADE NA QUALIDADE

Preencher corretamente os FQs, pertinentes à atividade desenvolvida

Relatar ao encarregado do setor qualquer anomalia ocorrida no exercício de suas atividade

AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

Recomenda Ação Corretiva : Sim

Implementa Ação Corretiva : Sim

Aprova Ação Corretiva: Não

Abre Não Conformidade: Não

COMO REPORTA

Reporta-se à Direção

PERFIL DESEJADO

Escolaridade: Ensino médio

Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

TÉCNICO DE SEGURANÇA DE TRABALHO

OBJETIVO

Descreve as atribuições à função Técnico de Segurança de Trabalho

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

Prevenção de acidente
 Controle de estoque de Epi's (Equipamento de Proteção Individual)
 Toda a rotina de cat's (Comunicação de acidente de trabalho) e acidentes
 Primeiros socorros
 Palestra de inspeção, Treinamento e conscientização
 Eleição de cipa's (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)

RESPONSABILIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

Preencher corretamente os FQ's pertinentes à atividade desenvolvida

AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

Recomenda Ação Corretiva : Sim
 Implementa Ação Corretiva : Sim
 Aprova Ação Corretiva: Não
 Abre Não Conformidade: Não

COMO REPORTA

Reporta-se à Direção

PERFIL DESEJADO

Escolaridade: Ensino médio
 Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

CHEFE DE DESENFORNA

1. OBJETIVO

Descrever as atribuições da função de Chefe de Desenforna.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Esta pessoa é o Responsável pela orientação e inspeção do trabalho dos colaboradores que trabalham na saída das telhas cerâmicas dos fornos.

3. RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Controlar e orientar os colaboradores para a boa disposição das telhas nas desenfundadas.
- Cuidar para que os Colaboradores separem fisicamente as peças que contenham alguma irregularidade como trincas e lascados, na desenfundada das telhas cerâmicas. Anotar em formulário próprio a disposição da carga e as rastreabilidades na enforna.
- Efetuar a coleta de amostras para liberação de lotes de produtos acabados.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- Recomenda Ação Corretiva : Sim
- Implementa Ação Corretiva : Sim
- Aprova Ação Corretiva : Não
- Abre Não Conformidade : Não
- Autoridade para aprovar ou reprovar lotes : Não

5. COMO REPORTA

- Reporta-se ao Gerente de Produção.

6. PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: 1º Grau Incompleto
- Experiência: Não Requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

ENFORNADOR E DESENFORNADOR

1) OBJETIVO

Descrever as atribuições à função de Enfornador e Desenfornador

2) DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Efetuar a operação de carga e descarga dos fornos
- Auxiliar na execução de serviços que se fizerem necessários em função das necessidades operacionais da empresa
- Separar peças defeituosas, durante o processo de enforna
- Separar peças defeituosas, durante o processo de desenforna
- Depositar as peças desenforadas, em locais apropriado segundo a mão de queima e sua qualidade

3) RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida
- Relatar aos Gerente de enforna e o gerente desenfora, geral qualquer anomalia ocorrida no exercício de sua atividade

4) AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- ☐ Recomenda Ação Corretiva : Sim
- ☐ Implementa Ação Corretiva : Sim
- ☐ Aprova Ação Corretiva: Não
- ☐ Abre Não Conformidade: Não

5) COMO REPORTA

- Reporta-se aos chefe de enforna e o chefe desenfora

6) PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: Nível fundamental
- Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

1) OBJETIVO

Descrever as atribuições à função de Auxiliar de Produção

2) DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Transportar as peças após a prensagem para as vagonetas de secagem tomando-se os devidos cuidados para não danificá-las
- Separar as peças defeituosas no processo de prensagem
- Auxiliar na execução de serviços que se fizerem necessários em função das necessidades operacionais da empresa
- Manter o local de trabalho limpo e organizado

3) RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida
- Relatar ao encarregado do setor qualquer anomalia ocorrida no exercício de sua atividade

4) AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- ☐ Recomenda Ação Corretiva : Sim
- ☐ Implementa Ação Corretiva : Sim
- ☐ Aprova Ação Corretiva: Não
- ☐ Abre Não Conformidade: Não

5) COMO REPORTA

- Reporta-se ao encarregado do setor

6) PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: Nível fundamental incompleto
- Experiência: Não requerida.

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

AUXILIAR DE CARREGAMENTO

1) OBJETIVO:

Descrever as atribuições à função auxiliar de carregamento.

2) DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO:

- Efetuar a operação de carga a granel nos caminhões;
- Auxiliar na execução de serviços que se fizerem necessários em função das necessidades operacionais da empresa;

3) RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE:

- Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida;
- Relatar ao encarregado geral qualquer anomalia ocorrida no exercício de sua atividade;

4) AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE:

- ☐ Recomenda Ação Corretiva : Sim
- ☐ Implementa Ação Corretiva : Sim
- ☐ Aprova Ação Corretiva: Não
- ☐ Abre Não Conformidade: Não

5) COMO REPORTA:

- Reporta-se ao encarregado geral.

6) PERFIL DESEJADO:

- Escolaridade:
- Experiência: Não requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

AUXILIAR DE QUEIMA

1. OBJETIVO

Descrever as atribuições da função do Auxiliar de Queima.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- O Queimador tem a função de queimar as telhas nos fornos e alimentar o calor nos secadores de telhas.

3. RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE:

- Conduzir o processo de queima das telhas nos fornos, controlando a temperatura pela quantidade de combustível colocado.
- Alimentar os secadores de telhas com ar quente para o processo de secagem das telhas.
- Seguir as instruções passadas pelo Responsável dos Queimadores de Fornos.
- Outros serviços que se fizerem necessários em função das necessidades operacionais da empresa.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE:

- Recomenda Ação Corretiva : Sim
- Implementa Ação Corretiva : Sim
- Aprova Ação Corretiva : Não
- Abre Não Conformidade : Não
- Autoridade para aprovar ou reprovar lotes : Não

5. COMO REPORTA

- Reporta-se ao Gerente de Queima.

6. PERFIL DESEJADO.

- Escolaridade: Ensino Fundamental.
- Experiência: 1 Ano

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

MECÂNICO**1. OBJETIVO**

Descrever as atribuições a função de Mecânico de Manutenção.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

- Esta pessoa é o responsável pela manutenção e controle dos equipamentos da nossa empresa.

2. RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

- Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida;
- Cuida dos maquinários e das peças sobressalentes.
- Efetua e organiza a manutenção preventiva e corretiva, entrega o equipamento testado.
- Prepara os pedidos para as peças de reposição dos maquinários com especificação técnica.
- Instrutor de funcionários não mecânicos, colabora na regulagem mecânica do processo. Troca os carimbos diariamente das prensas com numero de rastreabilidade nos moldes.
- Efetua a calibração de equipamentos de medição no processo produtivo por comparação a um equipamento calibrado por laboratório externo.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

- Recomenda Ação Corretiva : Sim
- Implementa Ação Corretiva : Sim
- Aprova Ação Corretiva: Não
- Abre Não Conformidade : Não
- Autoridade para aprovar ou reprovar lotes : Não

5. COMO REPORTA

- Reporta-se ao Gerente de Produção.

6. PERFIL DESEJADO

- Escolaridade: Nível Fundamental
- Experiência: Não Requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

S	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

GERENTE DE VENDAS

OBJETIVO

Descrever as atribuições da função de Gerente de Vendas.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

Esta pessoa é o responsável pelo Gerenciamento de Vendas da nossa empresa.

RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida;
 Atendimento comercial ao cliente.
 Atendimento e apoio técnico ao cliente.
 Atendimento de reclamações do cliente.
 Visitas aos clientes para dar apoio técnico sobre vendas.
 Visitas a obras para dar instruções técnicas do produto.
 Registrar observações e sugestões de clientes.
 Levantar necessidades dos clientes.
 Abrir novos clientes.
 Promover vendas.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

Recomenda Ação Corretiva : Sim
 Implementa Ação Corretiva : Sim
 Aprova Ação Corretiva : Não
 Abre Não Conformidade : Não
 Autoridade para aprovar ou reprovar lotes : Não

5. COMO REPORTA

Reporta-se ao Diretor.

6. PERFIL DESEJADO

Escolaridade: 2º grau completo , cursos na área.
 Experiência: Não Requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

VENDEDOR**1. OBJETIVO**

Descrever as atribuições da função de Vendedor.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

Esta pessoa é o Responsável pelo Controle de pedidos dos nossos clientes.

RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida;
 Atender as ligações telefônicas dos nossos clientes com cordialidade.
 Anotar e ou alterar os pedidos de telhas cerâmicas a pedido de nossos clientes.
 Controlar a programação de saída de fornos para atender os pedidos de telhas cerâmicas efetuada por nossos clientes.
 Controlar o horário do carregamento dos veículos de transporte para que os mesmos sejam de preferência carregados no mesmo dia de sua chegada.
 Emitir ordens de carregamento de produtos.
 Emitir notas fiscais de venda, com os respectivos números de lotes.
 Transferir para o Responsável as ligações de clientes solicitando informações técnicas, ou fazendo alguma reclamação.
 Efetua a cobrança de títulos em atraso através de ligações telefônicas.
 Avalia o atraso de pagamento do cliente na hora do pedido do produto.
 Emite pedido de pequenas compras aprovadas pela Administração.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

Recomenda Ação Corretiva : Sim
 Implementa Ação Corretiva : Sim
 Aprova Ação Corretiva: Não
 Abre Não Conformidade : Não
 Autoridade para aprovar ou reprovar lotes : Não

5. COMO REPORTA

Reporta-se ao Gerente Vendas.

PERFIL DESEJADO

Escolaridade: 2º grau completo
 Experiência: Não Requerido

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

	<i>DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES</i>	MSQ	
		ANEXO – IV	
		Revisão	Pág.
		00	01/01

OPERADOR

1. OBJETIVO

Descrever as atribuições da função de Operador de Dosagem.

2. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO

Esta pessoa é o responsável pela dosagem e mistura das matérias primas para formação da massa pronta, e abastecendo o caixão alimentador com a referida mistura.

3. RESPONSABILIDADES NA QUALIDADE

Preencher corretamente FQs. pertinentes à atividade desenvolvida;
Manter a mistura da massa pronta bem misturada, nas proporções indicadas e o mais próximo possível da umidade ideal de extrusão.

4. AUTORIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE

Recomenda Ação Corretiva : Sim
Implementa Ação Corretiva : Sim
Aprova Ação Corretiva: Não
Abre Não Conformidade : Não
Autoridade para aprovar ou reprovar lotes: Não

5. COMO REPORTA

Reporta-se ao Direto de Produção.

6. PERFIL DESEJADO

Escolaridade: 1º Grau Incompleto
Experiência: 1 Ano

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass.:	Data:
Aprovado por: <i>Direção</i>	Ass.:	Data:

ANEXO 5 – METODOLOGIA UTILIZADA NOS PROCESSOS DE TRABALHO

	<i>EXTRAÇÃO DE MATERIA PRIMAS</i>	M0 – 01 Revisão – 00 Pág. – 01/01
--	-----------------------------------	---

1. OBJETIVO

Este documento descreve a metodologia utilizada pela _____, para a operação de extração de Matérias Primas, e tem a aplicação direta sobre o operador.

2. REFERÊNCIAS

PQ – 09 Controle do processo
2.2 MQ – Manual da Qualidade

3. DEFINIÇÕES

NÃO APLICÁVEL

DESENVOLVIMENTO

Fazer o tanque decantado

Limpar o barreiro

Extrair a argila com o auxílio da pá carregadeira;

Nota: A argila deverá ser extraída posicionando a pá carregadeira na parte inferior do barranco e subindo a concha de forma que toda a frente do barranco seja raspada.

Carregar o caminhão.

Nota: O caminhão deverá ser carregado dividindo-se a carga ao longo da carroceira.

Depositar a carga no pátio da fábrica.

Preencher o ANEXO – I.

ANEXOS

ANEXO I FQ – CONTROLE DE VIAGENS DE ARGILA

CONTROLE DE REVISÕES

Data	Revisão	Item	Alteração

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass. :	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass. :	Data:
Aprovado por: <i>Gerente</i>	Ass. :	Data:

	<i>OPERADOR DE DOSAGEM</i>	M0 – 02 Revisão – 00 Pág. – 01/02
--	----------------------------	---

OBJETIVO

Este documento descreve a metodologia utilizada pela _____, para a operação de dosagem e mistura de Matérias Primas, e tem a aplicação direta sobre o operador.

2. REFERÊNCIAS

PQ – 09 Controle do processo;
2.2 MQ – Manual da Qualidade

3. DEFINIÇÕES

NÃO APLICÁVEL

DESENVOLVIMENTO

Verificar o nível de óleo e de água da máquina.

Nota: Quando necessário abastecer a máquina de óleo diesel e água.
Encher o caixão alimentador com a mistura.

Nota: Esta operação deverá ser realizada durante todo o turno de trabalho.

Limpar o pátio.

Nota: Esta operação deverá ser realizada durante todo o turno de trabalho.

Abastecer com cavaco o caixão alimentador dos fornos que estão queimando.

Nota: Esta operação deverá ser realizada durante todo o turno de trabalho.

Amontoar a argila que os caminhões estão transportando.

Prepara a mistura.

Espalhar toda argila da mistura;
Gradear para a minimizar os torrões e homogeneizar a mistura;
Armazenar a mistura pronta no barracão ou alimentar o caixão alimentador;
Repetir a operação 4.6 quantas vezes se fizerem necessárias.

Ajudar a descarregar e amontoar o cavaco que chega;

Limpar e amontoar as telhas secas(descarte de secagem);

Carregar o caminhão de cacos quando necessário;

Carregar o caminhão com palhetes quando necessário.

ANEXOS

NÃO APLICAVEL.

CONTROLE DE REVISÕES

Data	Revisão	Item	Alteração

	<i>OPERAÇÃO DE PRODUÇÃO</i>	M0 – 03 Revisão – 00 Pág. – 01/02
--	-----------------------------	---

1. OBJETIVO

Este documento descreve a metodologia utilizada pela _____, para a operação de Produção, e tem a aplicação direta sobre o operador da maromba.

2. REFERÊNCIAS

PQ – 09 Controle do processo;
2.2 MQ – Manual da Qualidade

3. DEFINIÇÕES

NÃO APLICÁVEL

DESENVOLVIMENTO

Início da produção

Ligar o motor da maromba “M18”;

Ligar o motor do laminador “1”;

Ligar o misturador;

Ligar desintegrador;

Ligar a bomba de vácuo da maromba “M18”;

Acionar as correias;

Ligar as esteiras de alimentação do caixão alimentador;

Ligar o motor da maromba “M57”;

Ligar bomba de vácuo “M57”;

Acionar as correias;

Analisar a consistência da massa manualmente;

Soltar os bastões para teste do maquinário;

Nota: soltar a produção durante aproximadamente 7 segundos e analisar a qualidade da extrusão.

Soltar a produção; colocar a produção em funcionamento e observar o funcionamento do maquinário.

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass. :	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass. :	Data:
Aprovado por: <i>Gerente</i>	Ass. :	Data:

Controlar e anotar os dados de amperagens, e vácuo no FQ – 004 Verificação Diária da Maromba.	
Nota 1: Amperagem muito alta é necessário abrir a torneira de água do misturador. Nota 2: Amperagem muito baixa é preciso avisar o operador de dosagem para misturar argila mais seca na massa.	

Termino de Produção

Parar o motor do caixão alimentador;

Parar o motor do desintegrador;

Esvaziar as esteiras e o misturador;

Para o motor do misturador;

Parar motor do laminador;

Para as correias;

Parar o motor da maromba “M18”;

Desligar a bomba de vácuo “M18”;

Parar o motor da maromba “M57”;

Desligar a bomba de vácuo “M57”;

Parar as correias;

Verificar maquinário e fazer reparos que se fizerem necessários.

ANEXOS

ANEXO I FQ – 004 VERIFICAÇÃO DIÁRIA DA MAROMBA

CONTROLE DE REVISÕES

Data	Revisão	Item	Alteração

	<i>AUXILIAR DE PRODUÇÃO</i>	M0 – 04 Revisão – 00 Pág. – 01/02
--	-----------------------------	---

1. OBJETIVO

Este documento descreve a metodologia utilizada pela _____, para o auxiliar de produção, e tem a aplicação direta sobre o auxiliar.

2. REFERÊNCIAS

PQ – 09 Controle do processo
2.2 MQ – Manual da Qualidade

3. DEFINIÇÕES

NÃO APLICÁVEL

DESENVOLVIMENTO

Batedor de Bastões

Ligar a prensa;	
Pegar o bastão da esteira de abastecimento;	
Colocar o bastão na forma da prensa.	

Nota: O encarregado das prensas indica para o batedor a posição certa do bastão conforme o desempenho da prensagem.

Tirador de Telhas.

Tirar a telha da forma da prensa;	
Verificar se não está com falha na prensagem;	
Colocar as telhas na esteira.	

Elaborado por: Representante da Direção	Ass. :	Data:
Revisado por: Gerente Geral	Ass. :	Data:
Aprovado por: Representante da Direção	Ass. :	Data:

Nota1: As telhas devem ser tiradas da forma com todo o cuidado para não entortar.

Nota2: As telhas com falha na prensagem são descartadas na esteira de rebarbas.

Enchedor de Vagoneta .

Arruma o piso que vai encher;	
Pegar as telhas da esteira com as duas mãos;	
Colocar as telhas no piso.	

Nota: Posicionar as telhas com as mão sempre que se fizer necessário.

ANEXOS

NÃO APLICAVEL.

CONTROLE DE REVISÕES

Data	Revisão	Item	Alteração
			M0 – 05 Revisão – 00 Pág. – 01/01

OBJETIVO

Este documento descreve a metodologia utilizada pela _____, para a operação de secagem, e tem a aplicação direta sobre o operador.

2. REFERÊNCIAS

PQ – 09 Controle do processo.

2.2 MQ – Manual da Qualidade.

3. DEFINIÇÕES

NÃO APLICÁVEL

DESENVOLVIMENTO

Pegar o FQ – 010 Controle de Entrada e Saída dos Secadores do dia anterior e levar ao Laboratório

Pegar o FQ – 010 Controle de Entrada e Saída dos Secadores no laboratório para anotações diárias;

Tirar vagonetas na saída dos secadores;

Anotar dados no FQ – 58 Controle de produção;

Controlar o fluxo de vagonetas cheias e vazias.

Nota 1: Para controlar o fluxo de vagonetas o operador de secagem tira as vagonetas cheias da linha de produção e as colocam no secador, e transfere as vagonetas vazias para a linha de produção.

ANEXOS

FQ – 10 Controle de entrada e Saida de vagonetas do Secadores;

FQ – 58 Controle de produção

CONTROLE DE REVISÕES

Data	Revisão	Item	Alteração

Elaborado por: Representante da Direção	Ass. :	Data:
Revisado por: Gerente Industrial	Ass. :	Data:
Aprovado por: Representante da Direção	Ass. :	Data:

	<i>ENFORNA E DESENFORNA</i>	M0 – 06 Revisão – 00 Pág. – 01/01
--	-----------------------------	---

1. OBJETIVO

Este documento descreve a metodologia utilizada pela _____, para a operação de enforna e desenforna, e tem a aplicação direta sobre o operador.

2. REFERÊNCIAS

PQ – 09 Controle do processo;
PQ – 14 Controle e Destino do Material Não Conforme.
2.2 MQ – Manual da Qualidade

3. DEFINIÇÕES

NÃO APLICÁVEL

DESENVOLVIMENTO

Enforna.

Escolher as telhas nas vagonetas;

Nota1: As telhas serão escolhidas, sendo separadas as que tenham algum defeito, tais como, trincas, amassados, etc.

Transportar as telhas das vagonetas para os fornos;
Manuseia a telha com cuidado,
Montar a carga dos fornos;
Colocar as telhas com o encaixe para cima e na posição vertical;

Desenforna.

Pegar as telhas e colocar nos carrinhos;

Nota1: As telhas colocadas no carrinho devem ser separadas por tipo de telha e mão de queima.

Montar as pilhas de telhas conforme ordem do Encarregado;
Escolher e separar as telhas;
Colocar as telhas Não conformes em montes separados conforme PQ – 14 Controle e Destino do Material Não Conforme.

ANEXOS

NÃO APLICÁVEL

CONTROLE DE REVISÕES

Data	Revisão	Item	Alteração

Elaborado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass. :	Data:
Revisado por: <i>Representante da Direção</i>	Ass. :	Data:
Aprovado por: <i>Gerente</i>	Ass. :	Data:

	<i>QUEIMADOR</i>	M0 – 07 Revisão – 00 Pág. – 01/02
--	------------------	---

1. OBJETIVO

Este documento descreve a metodologia utilizada pela _____, para a operação de queima, e tem a aplicação direta sobre o operador.

2. REFERÊNCIAS

PQ – 09 Controle do processo

2.2 MQ – Manual da Qualidade

3. DEFINIÇÕES

NÃO APLICÁVEL

DESENVOLVIMENTO

Colocar as maquinas nas bocas dos fornos;

Acender as grelhas;

Colocar as maquinas nas grelhas;	
Conectar a mangueira da ventoinha na grelha;	
Ligar as maquinas;	
Obs: Os queimadores Terão o auxilio de funcionários para colocar cavacos nos forno. Esses funcionários terão de manter as máquinas de cavacos sempre cheias	

Elaborado por: Representante da Direção	Ass. :	Data:
Revisado por: Representante da Direção	Ass. :	Data:
Aprovado por: Gerente	Ass. :	Data:

Anotar temperatura a cada 1 Hora no FQ-047 Relatório de Queima dos Fornos.

Nota1: Começar a anotar a temperatura a hora em que a parte de cima do forno atingir 80°C.
Segurar a temperatura do forno.

Nota2: Segurar a temperatura do forno em cima em no máximo 200°C até que a temperatura de baixo atinja 100°C.

Depois que o forno estiver seco começar a queima;

Queimar até o clareamento da mão de baixo;

Depois do clareamento segurar a temperatura por volta de 6 a 8 horas;

Encerrar a queima, tirando as maquinas;

Depois começar o esfriamento;

Abrir o registro do canal, para transferir o calor dos fornos para o secador;

Colocar ventilador.

Obs: O ventilador só poderá ser colocado quando a temperatura do forno estiver abaixo de 300°C.

ANEXOS

FQ – 047 RELATORIO DE QUEIMA DOS FORNOS.

ANEXO 6 - TREINAMENTO

	AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO TREINAMENTO	FQ – 026 Revisão: 01 Pág: 01/01
--	---	---------------------------------------

Nome: _____	
Setor e processo: _____	
Função entrevistada: _____	
Avaliador: _____	Data: ____/____/____

Nome do treinamento: _____
Carga horária: _____

2. Questões:	
a) O funcionário envolvido foi treinado?	Sim ☐ Não ☐
comentários: _____	

b) O funcionário achou o treinamento necessário?	Sim ☐ Não ☐
comentários: _____	

c) O superior imediato achou que o treinamento reverteu em benefício para o setor?	Sim ☐ Não ☐
comentários: _____	

d) Depois do treinamento o funcionário sabe desenvolver suas atividades sem auxílios?	Sim ☐ Não ☐
Comentários: _____	

e) Foi encontrado no trabalho alguma não conformidade relativa ao treinamento?	Sim ☐ Não ☐
Comentários: _____	

f) O treinamento realizado teve eficácia ?	Sim ☐ Não ☐
Comentários: _____	

Conclusão do Avaliador: _____	

(VER PQ-04)

	<i>LISTA DE PRESENÇA DE TREINAMENTO</i>	FQ – 031 Revisão - 00 Pág. 01/01
--	--	---

Local:	Data: / /	Horário:	as
Nome do Treinamento:			
Docente:			
Conteúdo Programático:			

Nº	PARTICIPANTE	ASSINATURA
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

Ass. Responsável:

PLANO DE TREINAMENTO

FQ - 012
Revisão: 01
Pág.01/01

Treinamento	Carga Horária	Treinamento I/E	Nº de Participantes	P/R	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Data da Verificação
Curso NBR ISSO 9001:2008 (Requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade)	16	E	02	P													
A importância da política de Qualidade e do Sistema de Gestão da Qualidade	00:30	I	95	P													
Primeiros Socorros	01:00	I	30	R													
NBR 15310 /2009	02:00	E	2	P													
PCMSO	02:00	I	15	P													
Desenvolvimento de Equipes - SEBRAE	04:00	E	5	P													
CIPA	04:00	I	8	P													
Adequação a NBR 15270- 1, 2 ,3	04:00	E	2	R													

Legenda :

■ - Realizado ■ - Previsto

Representante da Direção

I - Interno / E - Externo

Período : 2009

(VER PQ-04)

TREINAMENTO

PQ - 04
Revisão - 00
Pag. 05/05

INDICADORES PARA ANÁLISE MONITORAMENTO

- Melhora da qualidade
- Eliminação de possíveis não conformidade
- Melhoria continua
- Melhoria de processo

6. CONTROLE DE REVISÕES

Data	Revisão	Item	Alteração

TREINAMENTO

PQ - 04
Revisão - 00
Pág. 04/05

N.º	Fluxo Lógico	Atividades	Responsável
	RECICLAGEM/APRIMORAMENTO		
1	<pre> graph TD INICIO([INÍCIO]) --> A1[Avaliação de deficiência técnica] A1 --> A2[Definição dos Treinamentos a serem ministrados] A2 --> A3[Elaboração do FQ - 027 Cronograma de Treinamento] A3 --> A4[Avaliação de Custo] A4 --> A5[Contratação de Empresa Prestadora de Serviço] A5 --> FIM([FIM]) </pre>	- O comitê da qualidade de posse do relatório de auditoria avalia a necessidade de aprimoramento /ou reciclagem. - O comitê da qualidade define quais os treinamentos que serão ministrados. - O Representante da Direção elabora o cronograma semestral de treinamento. - O Representante da Direção realiza o levantamento de custos. - A Direção aprova o cronograma e dispõe de recursos para a realização dos mesmos.	Comitê da Qualidade Comitê da Qualidade Representante da Direção Representante da Direção Direção
2			
3			
4			
5			

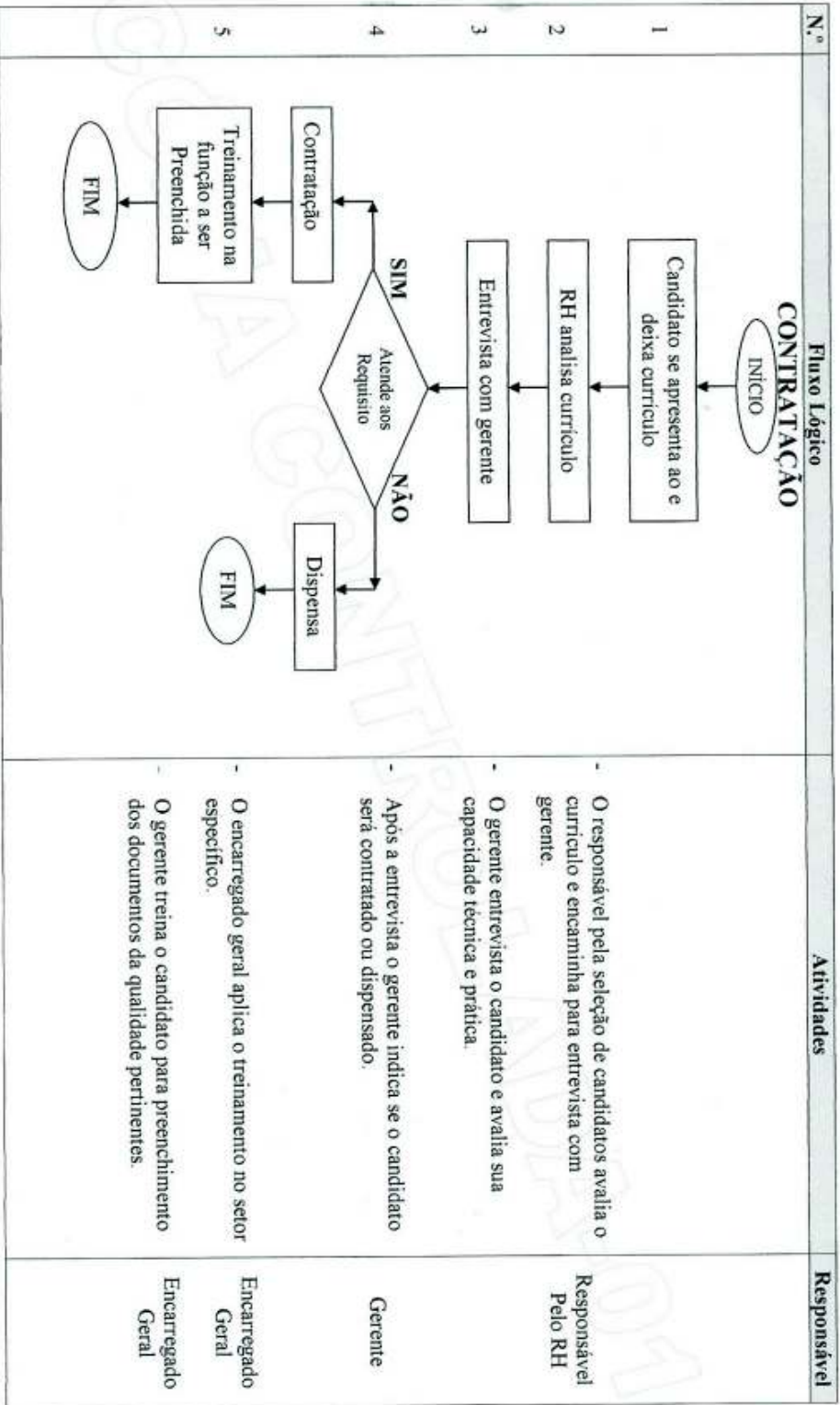
TREINAMENTO

PQ - 04
Revisão - 00
Pág. 03/05

N.º	Fluxo Lógico	Atividades	Responsável
1	INÍCIO O Gerente Avalia o FQ - 024 Histórico de Treinamento do Candidato	- O Gerente avalia o FQ - 024 Histórico de Treinamento	Gerente
2	Necessita de Treinamento Sim Não FIM	- O responsável pelo setor onde o funcionário vai ser alocado aplica o treinamento ou designa outra pessoa para aplicar o treinamento.	Responsável pelo setor
3	Aplica o Treinamento		
4	Avalia a eficácia do Treinamento	- O responsável do setor avalia a eficácia do treinamento preenchendo o FQ - 026 Avaliação da Eficácia do Treinamento.	Responsável pelo setor
5	O treinamento foi eficaz Sim Não FIM	- Se o treinamento foi eficaz o funcionário poderá assumir o cargo. - Se a avaliação não foi eficaz o funcionário deverá ser treinado novamente.	Responsável pelo setor

TREINAMENTO

PQ - 04
Revisão - 00
Pág. 02/05



TREINAMENTO		PQ - 04 Revisão - 00 Pág. 01/05
--------------------	--	--

1. OBJETIVO
Estabelecer as sistematica utilizada pela para o processo de qualificação e treinamento de funcionários.

2. APLICAÇÃO
Esse procedimento se aplica a todos os setores da que executam atividades que afetam a qualidade do produto.

3. REFERÊNCIAS
- Lista Mestra de Documentos; - PQ - 01 Controle de Documentos e Dados - MQ - Manual da Qualidade - ISO 9001, versão 2000;

4. DEFINIÇÕES
- Não Aplicável

5. PROCEDIMENTO	
Entradas	Fornecedores
- FQ - 025 Relatório de Auditoria Interna - FQ - 024 Histórico de Treinamento - Gráficos de Pesquisa de Satisfação de Clientes e controle de produção	- Clientes - Produção - Diretoria

Elaborado por: Representante da Direção	Ass.:	Data:
Revisado por: Representante da Direção	Ass.:	Data:
Aprovado por: Direção	Ass.:	Data:

	FICHA DE AVALIAÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO	FQ – 073 Revisão: 00 Pág. 01/01
--	--	--

Data:

--	--	--

Nome do solicitante: _____

Data de Nascimento:

--	--	--

 CPF: _____ IDENT: _____

Estado Civil: _____ Cônjuge: _____

Numero de Filhos: _____

Endereço: _____

Nome de três Animais: _____

Nome de três pessoas: _____

Alfabetizado?

☐ SIM☐ NÃO

Assinatura RH: _____

(VER PQ – 04)